



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

MARCOS OLIVEIRA DE CARVALHO

**A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
NO PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO:
EXPERIÊNCIAS E O CASO DO PLANO DE BAIRRO SARAMANDAIA**

Salvador

2016

MARCOS OLIVEIRA DE CARVALHO

**A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
NO PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO:
EXPERIÊNCIAS E O CASO DO PLANO DE BAIRRO SARAMANDAIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis da Costa

Salvador

2016

C331 Carvalho, Marcos Oliveira de.

A produção audiovisual no planejamento urbano participativo: experiências e o caso do plano de bairro Saramandaia / Marcos Oliveira de Carvalho.

2016.

285 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis da Costa.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2016.

1. Planejamento urbano - Saramandaia (Salvador, BA). 2. Recursos audiovisuais - Comunicação. I. Costa, Francisco de Assis da. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 711.4(813.8)

MARCOS OLIVEIRA DE CARVALHO

**A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
NO PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO:
EXPERIÊNCIAS E O CASO DO PLANO DE BAIRRO SARAMANDAIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção de grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco de Assis da Costa (orientador)
Doutorado em *Historia de la Arquitectura, Historia Urbana*
pela *Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona*
Universidade Federal da Bahia - PPGAU / UFBA

Profª Drª Ana Fernandes
Doutorado em *Amenagement et Environnement* pela *Université Paris XII*
Universidade Federal da Bahia - PPGAU / UFBA

Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond
Doutorado em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade
de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia - PPGAU / UFBA

Profª Drª Aparecida Netto Teixeira
Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas na Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Universidade Católica de Salvador - UCSAL

Prof. Dr. José Augusto Ribeiro
Doutorado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Salvador, Novembro de 2016

CARVALHO, Marcos Oliveira de. A produção audiovisual no planejamento urbano participativo. 285 f. il. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

Evidências reunidas pela literatura acadêmica sustentam o argumento de que as experiências de planejamento participativo podem contribuir - através da mobilização, da integração e do diálogo entre agentes - para que as vias adotadas para o desenvolvimento urbano sejam mais permeáveis às expectativas e interesses dos grupos sociais afetados pelas ações e políticas públicas. Nesta tese procura-se participar desse debate destacando a importância e examinando o papel de um dos mecanismos pelos quais esse processo pode se concretizar, a produção audiovisual. A pesquisa partiu da hipótese de que a produção audiovisual contribuiria para uma prática de planejamento comprometida com a coletividade e sua complexidade; ela seria uma opção de uso nas relações comunicacionais, de maneira que a mediação dos conflitos inerentes ao planejamento urbano pudesse se fazer mais facilmente. Para embasar tal hipótese, partiu-se de uma revisão teórica do tema, destacando conceitos que seriam instrumentais para a análise empírica. Em seguida, a tese explora diversas experiências participativas recentes, que utilizaram, em diferentes gradações, a produção audiovisual em seus processos; assim fazendo, buscou-se construir referenciais comparativos para melhor entender o caso empírico abordado, qual seja, o da experiência de elaboração do plano de bairro de Saramandaia, em Salvador (Bahia, Brasil). Os dados que ancoram a tese resultam tanto da experiência de observação, pelo autor, do decurso desse processo (entre 2012 e 2015), como da participação do mesmo na produção e veiculação de todo o material audiovisual, aí compreendido o desenvolvimento de um índice para comparar a audiência dos materiais veiculados. Dessa maneira, os modos de uso e produção audiovisual puderam ser observados em suas potências múltiplas de aproximação e afastamento, como instrumentos de leitura da realidade sobre a qual se iria intervir; mas foram observados também em seus efeitos enquanto mobilizadores, difusores de informação e elementos de apoio à deliberação democrática no planejamento urbano. O estudo documentou que as formas assumidas por tal apoio não apenas eram diversas, mas que elas variavam a depender da natureza das etapas do processo de planejamento e dos desafios que cada uma delas colocava para a participação. Entretanto, e para além das expectativas iniciais das hipóteses que guiaram a pesquisa, as narrativas audiovisuais refletiram tanto questões práticas das táticas de ação, como, e principalmente, as subjetividades individuais e coletivas, as variações de engajamento no processo e as representações partilhadas pelos agentes. Desse modo, características heterotópicas dos discursos participativos puderam ser desveladas pela observação participante realizada. É possível afirmar, em suma, que a produção audiovisual sustentou a integração de diferentes modos de entendimento, promoveu diálogos e, por consequência, apoiou a elaboração de diretrizes e propostas produzidas no processo de planejamento urbano observado; e o fez sob formas múltiplas, que enriqueceram as expectativas teóricas que haviam sido extraídas da literatura e dos casos revisados.

Palavras-chave: Planejamento urbano, planejamento participativo, produção audiovisual, relações comunicacionais, video, Saramandaia, Salvador, Bahia, Brasil.

CARVALHO, Marcos Oliveira. The audiovisual production in participatory urban planning. 285 f. il. 2016. Thesis (Ph.D.) - School of Architecture, Federal University of Bahia, Salvador, 2016.

ABSTRACT

The academic literature has been compiling evidences to sustain the argument that participatory planning can lead to a more virtuous course for urban development initiatives; different studies show that plans tends to be more permeable to the expectations and interests of social groups affected by the actions and public policies once they integrate local mobilization, and seek to promote dialogue between agents. This thesis aims at highlighting the importance and the role of the audiovisual production, one of the mechanisms by which this process occurs. The research departs from the hypothesis that the audiovisual production could be a relevant tool to improve communication relations in order to achieve a planning practice attentive to the community and its complexity; thus, once urban planners recognize the relevance of communication relations, the mediation of conflicts inherent to participation processes would be done more easily. In order to support this hypothesis, the thesis presents firstly a theoretical review of the topic, highlighting concepts that proved to be crucial for the empirical analysis. Secondly, the thesis describes recent participatory planning experiences, which have used audiovisual production in its processes, under various forms; this revision provides comparative references to better understand the empirical case observed, namely the experience of Saramandaia neighborhood plan in Salvador (Bahia, Brazil). Data came from a long period of fieldwork, observing the planning process (which took place between 2012 and 2015), as well as from the author's involvement in the production and dissemination of the audiovisual material; the thesis controls the diffusion of audiovisuals through a special index, conceived as part of this research to compare the audience reached. Through those different methodological approaches, the thesis documented the multiple capacities of the audiovisual resources in its distinct forms of producing and using: sometimes acting as instruments to reveal the reality that planners aim to transform, sometimes operating as community mobilizers, multipliers or support to democratization in decision making. The thesis argues that the ways through which audiovisual resources can support participatory urban planning are not only different, but they vary depending on the nature of each step in the planning process, as well as on the challenges that each step puts for participation. However, and beyond the initial expectations and assumptions that guided the research, audiovisual narratives reflect not only the practical issues of tactical action, but also the individual and collective subjectivities, the changes in engagement process and the symbolic representations shared by the agents. Thus, the heterotopic characteristics of participatory discourse could be detected by the participating observation conducted. In short, the audiovisual production encouraged the integration of different modes of understanding, promoted dialogues and, therefore, supported the development of guidelines and proposals along the planning process observed; and did it under many different forms that enrich the expectations coming both from the theoretical literature and from the other cases examined in this thesis.

Keywords: urban planning, participatory planning, audiovisual production, communication relations, video, Saramandaia, Salvador, Brazil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro	1	Escala de participação	57
Figura	1	Ativismo urbano sobre os eixos das ações e dos poderes	58
Equação	1	Índice de visualização mensal por mil habitantes	100
Gráfico	1	IVHa em experiências de orçamento participativo	112
Figura	2	Frames de videos relacionados ao OP de Paris	114
Gráfico	2	IVHa em experiências de políticas públicas	120
Figura	3	Frames de videos do projeto “Participatory Budgeting Project”	122
Figura	4	Frames do video “Faisons le plein d’énergies nouvelles”	122
Gráfico	3	IVHa em experiências de planos urbanos	128
Figura	5	Frames de videos relacionados ao Plano Diretor de São Paulo de 2014	129
Figura	6	Frames de videos relacionados a plano de Les Glòries, em Barcelona	130
Gráfico	4	IVHa em experiências de ações comunitárias	135
Figura	7	Frames de videos relacionados a ações em Can Batlló, em Barcelona	136
Figura	8	Frames de videos relacionados a ações do “Ocupe Estelita”, em Recife	136
Figura	9	Notícias de jornais sobre reivindicações dos moradores de Saramandaia	140
Figura	10	Notícias de jornais sobre Saramandaia	140
Mapa	1	Localização do bairro Saramandaia na cidade	143
Gráfico	5	Resposta a pergunta 30 do questionário	144
Gráfico	6	Resposta a pergunta 31 do questionário	144
Gráfico	7	Resposta a pergunta 32 do questionário	145
Gráfico	8	Resposta a pergunta 37 do questionário	145
Gráfico	9	Resposta a pergunta 49 do questionário	146
Gráfico	10	Resposta a pergunta 51 do questionário	146
Gráfico	11	Resposta a pergunta 51b do questionário	147
Mapa	2	Situação de entorno do bairro	148
Figura	11	Rede de agentes envolvidos no processo em 2011	150
Mapa	3	Usos e funções não habitacionais de imóveis no bairro	156
Figura	12	Fotos de reuniões iniciais com lideranças do bairro	158
Quadro	2	Lista de encontros com as lideranças na etapa I	158
Mapa	4	Locais de realização das oficinas de produção de imagens no bairro	161
Figura	13	Imagem aérea do morro do Bole Bole e sua localização no bairro	163

Figura	14	Fotos das filmagens na oficina de imagens no PCE Mundo Livre	164
Figura	15	Fotos da edição na oficina de imagens no PCE Mundo Livre	165
Figura	16	Frames do video “Futebol no Bole Bole”	167
Figura	17	Fotos da atividade “Trabalhadores em Saramandaia”	169
Figura	18	Frames do video “Guerreiro de Verdade”	171
Figura	19	Frames do video “Memórias do Bairro Saramandaia”	175
Figura	20	Convites para oficinas gerais	177
Figura	21	Frames do video “Oficina de Memórias: Resgatar a história...”	178
Figura	22	Frames do video “Oficina Experiências e Planos de Bairro”	180
Figura	23	Fotos da oficina “Apresentação de dados, Levantamentos e Resultados”	182
Figura	24	Frames do video “E como fica nosso bairro?”	184
Figura	25	Fotos da oficina “Estratégias Diretrizes Propostas”	185
Figura	26	Fotos da oficina “A garantia do direito à moradia ...”	186
Figura	27	Frames do video “Uma praça onde ?”	188
Figura	28	Fotos das ultimas oficinas da etapa II de leitura do plano de bairro	190
Figura	29	Frames do video “A Não Audiência Pública do Projeto Linha Viva”	195
Figura	30	Frames do video “Outra Não Audiência Pública do Projeto Linha Viva”	196
Figura	31	Frames do video “Saramandaia Existe!”	199
Mapa	5	Locais (com suas atividades) onde os DVD’s foram distribuídos.	201
Figura	32	Fotos da inauguração do escritório de campo	202
Figura	33	Fotos da exposição “Saramandaia Existe” na X Bienal de Arquitetura de SP	205
Figura	34	Frames dos videos produzidos para a X Bienal de Arquitetura de São Paulo	205
Mapa	6	Locais de realização simultânea das oficinas de apresentação das propostas	208
Figura	35	Frames dos videos produzidos para a oficina “Mobilidade e Acessibilidade”	211
Figura	36	Rede de agentes envolvidos ao final do plano de bairro em 2015	215
Gráfico	12	Números de visualizações de todos os vídeos produzidos pelo plano	216
Gráfico	13	IVHa em Salvador de todos os vídeos produzidos pelo plano	216
Gráfico	14	IVHa no bairro de todos os vídeos produzidos pelo plano	217
Gráfico	15	Tempo médio de visualização de todos os vídeos produzidos pelo plano	218
Gráfico	16	Números de presença nas oficinas gerais do plano	220

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	IVHa em experiências de orçamento participativo	113
Tabela	2	IVHa em experiências de políticas públicas	121
Tabela	3	IVHa em experiências de planos urbanos	128
Tabela	4	IVHa em experiências de ações comunitárias	135
Tabela	5	Vídeos publicados por terceiros sobre o projeto Linha Viva.	198
Tabela	6	IVHa de todos os vídeos produzidos pelo Plano de Bairro Saramandaia	216
Tabela	7	Números de presença nas oficinas gerais do plano	220

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BLB	Balanço das Latas Brasil
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CF	Constituição Federal
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
EPUCS	Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador
FABS	Federação das Associações de Bairros de Salvador
FAUFBA	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
HBV	Horto Bela Vista
IVHa	Índice de Visualização Mensal por Mil Habitantes
LOUS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MNRU	Movimento Nacional de Reforma Urbana
OIDP	Observatório Internacional da Democracia Participativa
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBS	Plano de Bairro de Saramandaia
PCE	Projeto Cultural e Educacional
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PPGAU	Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura
RAS	Rede de Associações de Saramandaia
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFBA	Universidade Federal da Bahia
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
Justificativa e relevância do tema	14
Problematização	16
Objetivos	18
Aspectos metodológicos	18
Capítulo 1 - Cidade, visibilidades e participação	24
1.1. Entre a concretude e o imaginário	33
1.2. Visibilidades	41
1.3. A heterotopia política da participação	48
1.4. Práticas de planejamento participativas	61
1.5. A comunicação e o planejamento urbano	73
Capítulo 2 - A imagem em experiências participativas	81
2.1. A imagem visual	81
2.2. A produção audiovisual e algumas experiências participativas	83
2.3. A produção audiovisual em processos participativos urbanos na contemporaneidade	94
2.3.1. Experiências em Orçamentos Participativos	103
2.3.2. Experiências em processos de Políticas Públicas Participativas	115
2.3.3. Experiências em Planos Urbanos	123
2.3.4. Experiências em Ações Comunitárias	130
Capítulo 3 - Sobre o Plano de Bairro Saramandaia	137
3.1. Antecedentes	137
3.2. O Plano de Bairro de Saramandaia	142
I. Etapa de Sensibilização e Mobilização.	156
II. Etapa de Leitura Técnica e Comunitária do Bairro	159
a) As oficinas de produção de imagens	159
. Oficina de imagens no PEC Mundo Livre	161
. Oficina de imagens com o grupo Art'Mandaia	168
. Oficina de imagens no Grupo Cultural Arte Consciente	172
b) Narrativa sobre as memórias do bairro	174
c) Oficinas gerais para leitura e participação do bairro.	177
III. Etapa de Análise Crítica dos Instrumentos Legais incidentes na área.	191
IV. Hipóteses de intervenções	206

3. 3. Aspectos principais da experiência	214
Conclusão - A participação e o audiovisual	222
A participação no plano de bairro Saramandaia	225
A produção audiovisual no plano de bairro Saramandaia	230
Referências	237
Anexos	245
1 - Videoclipe “Futebol no Bole Bole”	246
2 - Série fotográfica “Trabalhadores em Saramandaia”	247
3 - Videoclipe “Guerreiro de Verdade”	248
4 - Estrutura de roteiro do videoclipe “De menor”	250
5 - Vídeo documentario “Memórias do Bairro Saramandaia”	251
6 - Vídeo de registro da “Oficina de Memórias”	256
7 - Registro da “Oficina Experiências e Planos de Bairro”	259
8 - Vídeo produzido na oficina “E como fica nosso bairro?”	265
9 - Vídeo “Uma praça onde ?”	269
10 - Vídeo “Saramandaia Existe!”	272
11 - Vídeo “Propostas de Mobilidade e Acessibilidade”	275
12 - Vídeo “Propostas de Saneamento Ambiental”	277
13 - Vídeo “Propostas para Equipamentos Públicos no Bairro”	280
14 - Vídeo “Propostas para Habitação”	283

APRESENTAÇÃO

Esta tese de Doutorado foi desenvolvida com o apoio de bolsa de estudos concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), durante os 48 meses de duração do curso, incluindo o período de pesquisa em Barcelona, na Espanha, pelo Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE), e tem a sua origem nas pesquisas realizadas em minha dissertação de Mestrado na qual procurava compreender como foram utilizados os meios de comunicação para mobilizar a participação no planejamento urbano de Salvador, por ocasião da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU 2004, realizada entre os anos de 2005 e 2008 (CARVALHO, 2011, p. 9). Naquele estudo procurava-se mapear a construção do processo participativo no planejamento urbano através das ferramentas de comunicação utilizadas pelos agentes do processo de planejamento em questão.

Tornou-se evidente durante a pesquisa e redação da dissertação que, além dos interesses políticos e econômicos particulares que dão curso efetivo às intervenções urbanas ditas participativas, a falta de aplicação do potencial das ferramentas e estratégias de comunicação disponíveis por parte dos profissionais e gestores públicos envolvidos no processo de planejamento também colaborara para a configuração de uma participação que não teve força suficiente para influenciar os processos de tomada de decisão em favor de interesses mais coletivos na cidade.

Assim tomando como ponto de partida a idéia de uma prática de planejamento que considere as ações comunicativas geradoras dos diálogos, imersas na contemporaneidade da produção e do consumo vertiginoso de imagens, passa-se então a vislumbrar a possibilidade de um aprofundamento da reflexão sobre a participação no planejamento urbano, a partir da produção e do uso de um tipo específico de imagens (as audiovisuais) relativas ao ambiente físico e social a ser

planejado, como parte talvez significativa das ações comunicativas e do fortalecimento dos diálogos.

O conceito amplo de imagem a ser utilizado nesse trabalho não a reduz a uma simples representação objetiva de uma realidade ou objeto. Imagem, aqui, é entendida como o resultado de um processo que se estabelece entre o observador e o objeto observado, em que o primeiro seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê. A imagem assim desenvolvida

limita e enfatiza o que é visto enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes. (LYNCH, 1997, p. 7)

Ora, se como dito acima, uma determinada realidade pode ter sua imagem construída de maneiras diferentes por cada um dos seus observadores, interessa a um processo participativo de planejamento urbano a produção e o uso de imagens que visam favorecer a mobilização para os diagnósticos, propostas e prioridades a serem construídas coletivamente, onde os observadores ao mesmo tempo são em grande número os próprios participantes daquela realidade retratada. De todo modo, um grande desafio a esse objetivo, que em muitos casos se torna intransponível, é o de que esse favorecimento não se encontra isento dos diferentes interesses (muitas vezes de pouca ou nenhuma legitimação coletiva), dos objetivos e acesso aos meios de comunicação na heterogeneidade dos participantes no processo.

Entretanto, o resultado da percepção individual de um conjunto de documentos gerados num processo de organização coletiva pode ser tão difuso e desconstruído que enfraqueça a sua própria existência pela falta de elos entre os indivíduos que a constituem. Por outro lado, e de maneira diversa em contextos diferentes, esse resultado da percepção individual pode ser tão intenso e

poderoso justamente pela síntese integradora que se manifestará no íntimo de cada indivíduo particular, capaz de comprometer parte de sua atenção pessoal em ações coletivas de resultados a médio e longo prazo.

Os reconhecimentos das diferenças proporcionados pelas comparações estabelecidas no processo de constituição das sínteses talvez seja o mais forte motivo que justifique a primeira hipótese desta tese de doutorado. A de que **a produção e o uso das imagens audiovisuais como ações comunicativas planejadas favorecem a mobilização, o entendimento e o diálogo nas várias etapas e definições relativas ao processo de planejamento.** E aqui vale o registro de que essas ações comunicativas planejadas, também podem visar alcançar resultados que não estão necessariamente vinculados às boas práticas participativas. Outra hipótese derivada da primeira, é a de que **se o processo de produção das imagens audiovisuais utilizadas nas ações comunicativas também for um processo de produção participativa (ou seja, constituído pelos próprios participantes) essa conjunção pode favorecer ainda mais a mobilização, o entendimento e o diálogo,** apesar de que ainda assim também possa estar sujeita ao controle e a manipulação por interesses privados.

Com essas reflexões iniciais, ficam estabelecidos então os primeiros marcos deste estudo, como uma pequena embarcação feita de idéias e desejos que se propõe a navegar pelas águas de temperamento inesperado da contemporaneidade e de suas interpretações.

Justificativa e relevância do tema

O ambiente social nessa proposta de pesquisa é marcado por duas perspectivas, a primeira do enfrentamento de questões entre a teoria da democracia deliberativa frente à já hegemônica democracia representativa (pelo menos no Ocidente). A segunda perspectiva são as novas

possibilidades tecnológicas de captação, registro, produção e uso de imagens audiovisuais, que se estabelecem na sociedade neste início da segunda década do século XXI.

Nesse tempo, se torna cada vez mais acessível a uma grande parcela da população o ato de gerar imagens e também exibí-las, mesmo que isso seja realmente mais factível aos jovens que manipulam mais facilmente os dispositivos móveis como celulares e câmeras, mas nem por isso restrito a classes de renda mais alta, como antes. Esse fato também abre a possibilidade de que as novas experiências participativas nos processos de planejamento possam propiciar um novo modo de pensar os discursos, debates e tomadas de decisões coletivas, onde a produção de imagens informacionais se torna elemento destacado nas ações comunicativas.

Por outro lado, para se criar um caminho de planejamento e gestão que contrarie o rumo predatório antagônico aos interesses coletivos, que marca em grande escala as intervenções urbanas, é primordial a presença de dispositivos sociais deliberativos e participativos como conselhos, conferências e referendos que possibilitem e garantam a gestão democrática. Outro princípio na defesa dos interesses coletivos pode ser também o da difusão de conceitos básicos relativos aos problemas urbanos e a revelação de conflitos e dos agentes atuantes na construção do espaço. Assume-se aqui, que a conjunção desses dois fatores pode propiciar a formação de uma consciência coletiva melhor esclarecida de sua realidade.

Em um quadro de carências estruturais como o da realidade brasileira, Débora Nunes afirma que a participação social num processo de planejamento urbano "consiste em um aprendizado dos mecanismos democráticos e das regras que lhe são implícitas" e esse aprendizado tem "consequência direta no exercício da cidadania" (NUNES, 2002, p. 13). Deste modo, a relevância desta pesquisa de Doutorado pode ser situada em duas dimensões: a social e a acadêmica. Do ponto de vista social, é de extremo interesse entender como as experiências de planejamento participativo podem, pela mobilização, integração e diálogos dos agentes, contribuir para a construção de vias de

desenvolvimento mais justas e menos vulneráveis a fatores diversos. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa aqui realizada pode contribuir na ampliação do conhecimento sobre iniciativas do presente que desafiam a construção do futuro. Ademais, há o interesse em articular a discussão sobre a participação popular no planejamento, com a reflexão sobre quais as ferramentas e os meios de mobilização verdadeiramente eficazes e disponíveis para o efetivo processo de participação. O que não apenas dá atualidade à abordagem aqui proposta, como a localiza num terreno muito pouco explorado pelos que abordaram o tema até aqui.

Problematização

Cada vez mais a participação da sociedade civil e a articulação dos agentes sociais para o planejamento e gestão das políticas públicas são vistos como elementos fundamentais para o estabelecimento de processos consistentes e duradouros de desenvolvimento urbano e vêm assumindo relevância crescente no contexto internacional. De fato, ao relacionar a realidade estudada e o conceito de mobilização social - “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO; WERNECK, 2004 apud PICHELLI, 2007) - esta tese aponta para a necessidade da construção de uma democracia participativa. Sendo assim, na medida em que se busca aprimorar um planejamento que leve em conta a coletividade e sua complexidade, se faz necessário o conhecimento e a reflexão sobre o tema aqui exposto. E como dito antes, deve-se levar em conta a contemporaneidade e natureza específica das relações comunicacionais, para que os conflitos sejam melhor compreendidos e se tornem mais influentes em qualquer ato de planejamento público.

Entretanto, o interesse nesta pesquisa vai além. Como dito, pretende-se avançar no entendimento dos meios de acionar tal participação; ou seja, o interesse se volta para as ferramentas e estratégias de mobilização utilizadas. Sendo assim, há que se associar no decurso de toda a análise, e de modo permanente:

. a questão política, das alternativas de lugar político que é dado à participação popular - onde ela entra e como ela entra - no processo de planejamento;

. à questão técnica, que mídias e estratégias são mobilizadas para lograr tal envolvimento popular. Isso porque, a depender do tipo de participação que se almeje, também as mídias e estratégias vão variar.

No caso do universo a ser trabalhado empiricamente neste trabalho, Salvador, mais especificadamente o bairro Saramandaia, um território identificado legalmente como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS. Sampaio afirma que nessa cidade as intervenções no espaço urbano podem ser identificadas como atitudes autoritárias de pequenos grupos dominantes, onde os interesses privados sempre se beneficiam, e os interesses sociais preconizados no planos (ou até mesmo nos discursos que embasam tais intervenções) como habitação, saúde, educação, transportes, etc., nunca são efetivamente perseguidos (SAMPAIO, 1999, p. 282).

Intervir nessa aparente e paradoxal inércia frente às possibilidades abertas por determinados contextos e desejos, é uma questão que deve ser encarada a luz das experiências, e literatura produzida sobre o tema. Urgem estudos sobre o tema da gestão democrática urbana sob o prisma das ferramentas e estratégias adequadas às práticas de sensibilização, comunicação e organização política, na era da informação.

O vento parece soprar mais forte a vela do nosso pequeno barco de idéias e desejos. Restamos manter o rumo que nos leve ao encontro de respostas ou novas questões que impulsionem o conhecimento e a prática do planejamento.

Objetivos

É objetivo geral dessa pesquisa **compreender os modos de produção e de uso das imagens audiovisuais em processos de mobilização e deliberação democrática no planejamento urbano contemporâneo.**

Como objetivo específico persegue-se **compreender, se quando a produção e o uso de imagens audiovisuais se constituem em ações comunicativas realizadas pelos próprios participantes do processo coletivo de planejamento, favorece-se a mobilização, o entendimento e o diálogo nas várias etapas e definições relativas ao ato de planejar.** A partir dessa reflexão, um segundo objetivo específico visará **compreender se a ampla popularização dos dispositivos digitais de captura e exibição de conteúdos imagéticos tem efeito significativo na construção de consensos, diretrizes e prioridades num processo de planejamento urbano.**

Como resultado desse trabalho, eu pretendi reunir e produzir um conjunto de informações em forma de tese acadêmica, que possibilite enriquecer desenhos de métodos básicos de trabalho que considerem a produção participativa de imagens audiovisuais. Esses desenhos devem aparecer, ou serem levados a surgir, em variados formatos, na imaginação ou idéias dos leitores, gestores ou agentes de processos de elaboração de planos urbanos, em suas várias etapas.

Aspectos metodológicos

Foi utilizado metodologicamente o princípio de que o planejamento de comunicação para a mobilização de determinada comunidade de indivíduos deve fazer parte do escopo básico do próprio processo de planejamento urbano, desde o seu início. Como o universo empírico de dados primários do interesse deste trabalho foi a cidade do Salvador, com ênfase na metodologia da observação participante feita por nós durante elaboração do plano de bairro Saramandaia (que é

uma ZEIS) enquanto atividade participativa entre os moradores, pesquisadores e técnicos, foi também pesquisado o universo de dados secundários para alguma comparação desse processo com outras experiências de mesma natureza realizadas em outros locais. Desta forma, a metodologia de pesquisa usada para dar consequência às reflexões apresentadas está baseada na análise de material produzido durante esses dois momentos: a elaboração do plano de bairro, e suas comparações com outras experiências.

De todo modo, é imperioso anotar que o desenho preciso da pesquisa realizada foi pensado, no momento de formulação da proposta, como flexível o suficiente para deixar com que o próprio avanço no estudo do tema e da sua literatura permitisse aprimorar o desenho final mais adequado. Assim, a análise exaustiva e sistemática do material, me encaminhou para a análise das experiências de uso e produção participativa de imagens audiovisuais, seus limites e possibilidades que se abrem, tomando-as como possíveis guias para reflexões sobre a formulação de novas propostas nos futuros processos de planejamentos das cidades.

Essas experiências foram coletadas em fontes diversas: nos dados de minha dissertação de mestrado; na biblioteca da FAUFBA, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Politécnica da Catalunha, da Faculdade de Geografia da Universidade de Barcelona, e também da prefeitura de Barcelona. Outras experiências também foram conhecidas em entrevistas com diversas pessoas sobre o tema durante o doutorado sanduíche em Barcelona, na Espanha, onde foi riquíssimo o panorama dos dados coletados. Uma outra fonte importantíssima para essa pesquisa de dados secundários, foi o banco de experiências participativas fornecido pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP), que se identifica em seu sítio eletrônico como um espaço aberto aos “que queiram conhecer, intercambiar e aplicar experiências sobre democracia participativa no âmbito local para poder ter mais conhecimento sobre democracia no governo das cidades”.¹

¹ Disponível em www.oidp.net. Acesso em 09/10/2014.

A grande diversidade de experiências então observadas tornou necessário, para que houvesse alguma sistematização que conduzisse melhor as reflexões, o ajuntamento destas experiências em quatro grandes grupos de experiências participativas, não excludentes entre eles, mas que pudesse localizar alguns pontos de convergência e principalmente destacar referências mais próximas ao estudo de caso do Plano de Bairro Saramandaia. Tais grandes grupos de experiências participativas foram então organizados como: experiências de orçamentos participativos, políticas públicas, planos urbanos e ações comunitárias.

Importante ressaltar que durante as reflexões dos usos da produção audiovisual contemporânea exibida na internet relativas a experiências participativas, foi necessário a criação nossa (por, até então, não encontrar disponível tal ferramenta estatística) de um índice de comparação entre os números de visualizações dos vídeos exibidos na rede mundial de computadores, o qual denominei como Índice de Visualização Mensal por Habitante (IVHa). Este índice, como será detalhado, apresenta limites de interpretação e consiste na contagem das visualizações de cada vídeo relatado, submetido à idade da publicação do vídeo em meses, e o tamanho do universo de pessoas a ser atingido (um bairro, uma cidade, um estado, um país, etc). Esta última informação relativa ao universo considerado é significativamente importante na alteração brutal do índice como veremos no caso das reflexões acerca dos dados primários expostos, o que forçou a uma permanente comparação entre o índice relativo ao universo de moradores do bairro estudado, e o índice relativo à cidade na qual o bairro está inserido. Para cada grupo de experiências, será apresentado em um diagrama gráfico de dispersão o conjunto de IVHa observados (com eixos em escala logarítmica de razão 10 entre os índices de visualização e do número de habitantes do universo a ser atingido), a fim de proporcionar uma comparação visual de tais índices (ver Gráficos 1, 2, 3 e 4).

No primeiro capítulo são apresentados o arcabouço teórico do trabalho e os conceitos que permitem aprofundar o estado da arte no estudo do tema da participação social em processos de

planejamento. Nesse sentido, a bibliografia referida reflete um grande universo de autores que tratam do tema diretamente ou embasam reflexões transversais aos conceitos que serão trabalhados nos capítulos seguintes de maneira ampla.

O segundo capítulo apresenta inicialmente um aprofundamento dos conceitos e relações utilizados na pesquisa sobre imagem e ambiente construído, e em seguida relatos e observações de produções e usos relativos a produções audiovisuais em diversas experiências de processos participativos em todo o mundo.

No terceiro capítulo finalmente é relatada a experiência de elaboração participativa do plano de bairro Saramandaia, com ênfase nas técnicas e ferramentas de mobilização, diálogos e deliberação trabalhados, especialmente na produção audiovisual realizada durante o processo. Esse relato obedece à cronologia planejada pelo projeto de extensão selecionado pelo Ministério da Educação que foi apresentado pelo grupo de pesquisa Lugar Comum, do programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. A cronologia apresentada de acordo com o planejamento prévio de realização do projeto foi dividida em 5 etapas:

Etapa I - Sensibilização e Mobilização. Atividades de levantamento, identificação e mobilização das entidades e organização comunitária.

Etapa II - Leitura Técnica e Comunitária do Bairro. Leitura analítica do bairro Saramandaia e sua inserção na cidade, envolvendo a compreensão dos problemas e demandas dos atores sociais envolvidos.

Etapa III - Análise Crítica dos Instrumentos Legais que incidem na área e que garantem o Direito à Cidade.

Etapa IV - Hipóteses de Intervenção. Elaboração das diretrizes de propostas para os quatro eixos trabalhados pelo plano: habitação e acesso a terra urbanizada, mobilidade e conexões, equipamentos e espaços públicos, e saneamento e reversão dos impactos ambientais.

A etapa V, de consolidação das propostas não foi concluída a tempo de seu relato ter sido incluído nesta tese, e segundo o projeto proposto seria quando houvesse o processo de discussão do documento final com o conjunto de moradores, defensoria pública e representantes do poder público municipal e estadual, procurando envolver o mais amplamente possível os cidadãos.

Ao final deste terceiro capítulo, já são feitas algumas observações preliminares referentes a alguns dados expostos, ainda sem aprofundamentos qualitativos ou mesmo comparativos às experiências relatadas.

E finalmente, na conclusão desta tese são realizadas as reflexões finais relativas à experiência do plano de bairro Saramandaia. Para tanto, os critérios disponíveis no Guia Prático para Avaliação de Processos Participativos, do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP, 2006) foram utilizados como apoio para avaliar a participação social alcançada. Assim, as conclusões se apoiam nas comparações possíveis relativas a participação alcançada no processo, frente à produção e uso de imagens audiovisuais no processo e em outras experiências relatadas, e finalmente os resultados alcançados frente aos objetivos definidos no início desta pesquisa.

Creio que assim apresentado o texto desta tese, pode-se compreender melhor a produção e o uso de imagens audiovisuais no planejamento urbano participativo abordado, tendo uma idéia de quais ferramentas foram utilizadas, e em quais estratégias de comunicação e informação foram baseadas. Assim, um possível uso que esta tese possa ter perpassa por algumas reflexões para

melhor difusão de conceitos como cidadania, convivência e democracia em futuros processos de planejamento urbano, de sorte a instrumentalizar cada vez melhor a população nos processos de tomada de decisão, e que contrarie os dominantes rumos dos interesses privados. Talvez então, nossa pequena embarcação formada de idéias e desejos, chegue ao seu destino, ou melhor ainda, continue firme em seu navegar pelos mares das experiências humanas.

Capítulo 1 - Cidade, visibilidades e participação

O espaço urbano reúne as multidões, os produtos nos mercados, os atos e os símbolos. Ele os concentra, os acumula. Quem diz “espacialidade urbana”, diz também centro e centralidade, atual ou possível, saturada, quebrada, inquieta, pouco importa; ou seja, centralidade dialética. (LEFEBVRE, 2006, p. 149)

O espaço urbano, aqui entendido nas palavras de Lefebvre como ambiente onde se desfralda grande parte da experiência humana contemporânea, pode ser um eixo de reflexões críticas sobre a realidade dos esforços por novas formas de exercício da política. Numa perspectiva histórica, o urbano se constitui na acumulação de estratos da convivência humana. As cidades se produzem continuamente e materializam de forma rizomática ² um número imenso das mais diversas relações de poder, nos mais diferentes níveis. Ou seja, diante desta percepção, uma questão que pode ser colocada no estudo do espaço urbano é a da busca por abordagens adequadas para a compreensão de eventos e fenômenos de diferentes características construídos ao longo do tempo.

Para Michel Foucault, “as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, se multiplicam com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias” (FOUCAULT, 2008, p. 5). Ele afirma ainda que o grande problema colocado nas análises históricas não são os caminhos pelos quais as continuidades se estabeleceram.

O problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos [...] a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar toda as perturbações

² Deleuze e Guattari (1995) abordam com profundidade o conceito de rizoma. Em uma das suas passagens afirmam com propriedade: “Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 31).

da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos. (FOUCAULT, 2008, p. 6)

Uma porção de terra cheia de matas e lagoas que em pouquíssimas décadas se constitui num bairro populoso como parte de uma nova centralidade metropolitana é ruptura, mas também é o mesmo fundamento que se perpetua em espaços e tempos diferentes. Dessa forma, o que se coloca então é em qual medida as transformações e também as perpetuações dos lugares e poderes interagem no urbano. Ou seja, dito de outra maneira: como as acumulações dos estratos físicos e sociais se realizam, pela perspectiva da reflexão na dialética da cidade que produz os lugares e poderes, mas que também é produto desses.

Para tentar um esboço inicial de respostas para estas perguntas, abordaremos o problema sob as seguintes perspectivas:

Apontando para certa justaposição e simultaneidade de processos, porém em referência ampla a sociedade, Félix Guattari e Gilles Deleuze afirmam que

toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois atravessados por duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular. Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós - mas sempre uma pressupondo a outra. Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica. (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 83)

Por sua vez, Henri Lefebvre indica que o conceito de espaço constitui um processo complexo de descobertas, produção e criação, e segue uma lógica, que é “a forma geral da simultaneidade; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se produz a simultaneidade.” (LEFEBVRE, 2006, p. 9)

E finalmente para Milton Santos, num determinado período de suas reflexões e sob a perspectiva da economia urbana, o espaço principalmente nos países subdesenvolvidos é descontínuo, instável, multipolarizado, e organizado por dois circuitos econômicos: o superior e o inferior, e por essa razão “a cidade não pode ser estudada como uma máquina maciça” (SANTOS, 1979, p. 16). Em um momento posterior, Santos ³ aprofunda tais reflexões no sentido de que “cada lugar é, o mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2006, p. 231) e especificamente na cidade, quem tem mobilidade e detém a velocidade para percorrê-la e esquadrinhá-la (segundo ele submetidos ao totalitarismo da racionalidade, como aventura restrita aos ricos e às classes médias)

acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens "lentos", para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações. [...] Na cidade "luminosa", moderna, hoje, a "naturalidade" do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas 'opacas'. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade,

³ Apesar de serem citadas com certa aproximação, os conceitos de espaço dividido e de espaços inorgânicos de Milton Santos não se relaciona de forma direta e exata com os da cidade cristalina de Deleuze e Guattari, mas tanto podem ser divergentes em alguns pontos, como superpostos em outros pontos. Trata-se aqui nesse trabalho das convergências entre tais pensamentos.

opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores. (SANTOS, 2006, p. 220 e 221)

Assim a disseminação de tecnologias e práticas de produção e consumo de conteúdos informacionais e comunicacionais pode ser (para esta tese de doutorado) uma abordagem recente integrada às realidades contemporâneas, desde que para Santos

por serem "diferentes", os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos. (SANTOS, 2006, p.220)

Os circuitos espaciais e também a organicidade dos espaços de Milton Santos guardam distâncias conceituais aos segmentos espaciais de Deleuze e Guattari, mas tais autores abordam de alguma forma certa dialética do espaço. Os segmentos molares e moleculares estão presentes no espaço urbano e não se distinguem pelas dimensões, pois mesmo que “o molecular opere no detalhe nem por isso ele é menos coextensivo a todo campo social, tanto quanto a organização molar” (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 85). O segmento molar é a cidade que desempenha funções objetivas; e o segmento molecular a face opaca, das subjetividades. De todo modo, mesmo os lugares mais opacos, moles, movediços e porosos “possuem suas próprias molaridades, ou seja, suas leis, ordens e hierarquias, seus pontos duros e luminosos, seus dispositivos de controle e poder” (OLIVIERI, 2011, p. 24).

Para minhas reflexões, essa aproximação de tais conceitos de simultaneidade e dialética do espaço urbano é importante como campo teórico que possibilita as reflexões a serem experimentadas nesta tese de doutorado, referentes a práticas recentes de informação e comunicação em processos de planejamento participativo. Deleuze aponta para o que pode ser seguido como medida de relação entre campos e segmentos em interação, o que é para esta tese, uma espécie de crítica como combate político a um estado de coisas a ser superado.

Quando Godard diz que tudo se divide em dois, e que de dia existe a manhã *e* a tarde, ele não diz que é um ou o outro, nem que um se torna o outro, virando dois. Pois a multiplicidade nunca está nos termos, seja qual for o seu número, nem no seu conjunto ou na totalidade. A multiplicidade está precisamente no *e*, que não tem a mesma natureza dos elementos nem dos conjuntos. Nem elemento nem conjunto [...] não é um nem outro, é sempre entre os dois, é a fronteira, sempre há uma fronteira, uma linha de fuga ou de fluxo, mas que não se vê, porque ela é o menos perceptível. E no entanto é sobre essa linha de fuga que as coisas se passam, os devires se fazem, as revoluções se esboçam. (DELEUZE, 1992, p. 60-61)

Entre Santos e Deleuze se operam então possibilidades na ativação das relações entre circuitos, segmentos ou campos que perpassam pela atenção a formas de interação. Para esta tentativa de compreensão, os diálogos sociais podem carregar também essas operações, linhas de fuga em determinadas realidades e suas complexas combinações.

Essas reflexões lançadas sobre as cidades destacam, entre outras abordagens, as diferenças entre regiões da mesma cidade, como a presença de infraestrutura urbana nos ambientes estruturados formais, e a amplidão das áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura. Porém, é um engano que nessa idéia aparente seja possível a compreensão de separações efetivas na cidade. Sobre isto Francisco Costa afirma que

Las condiciones en que cada unidad administrativa se desarrolla, enriquece o empobrece, no son ajenas a aquellas unidades que presentan otro nivel, sea inferior o superior, de organización. Los niveles de aparente bienestar de un determinado barrio pueden estar directamente vinculados a condiciones de vida desfavorables de sus vecinos. (COSTA, 2009)

Dito de outra maneira, considerar áreas da cidade isoladamente (embora haja diferenças estatísticas) não abarca a ideia de simultaneidade espacial de Lefebvre, onde

o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). (LEFEBVRE, 2006, p.111)

Então, entre as áreas de uma cidade que apresentam diferenças estruturais e estatísticas, a lógica da simultaneidade enquanto coexistência sincrônica no espaço construído define as conexões entre elas e a impossibilidade do isolamento. E mesmo dentro de cada uma dessas áreas, e em todas suas variações de características e sob quaisquer outros aspectos, continuam se aprofundando as relações de poder em múltiplas escalas. Aqui definida a operação do poder como um separar o outro daquilo que ele pode, separar o outro da sua potência (AGAMBEN, 2010, p. 57).

Foucault afirma também que

em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (FOUCAULT, 1984, p. 179)

Assim, as relações entre a questão urbana da simultaneidade, o poder e os discursos apresentam possibilidades de interação em busca de soluções para as demandas e carências das cidades. Milton Santos afirma em suas reflexões algo parecido com o que eu tento aproximar aqui sobre a simultaneidade urbana, ele diz sobre os dois circuitos da economia urbana já citados que “se se deseja encontrar fundamentos para uma solução viável”, é necessário “encontrar as formas de relações entre os dois circuitos capazes de abrir uma comunicação entre ambos” (SANTOS, 1979, p. 289). Ou seja, para esta tese busco através dos discursos de agentes de um processo urbano a possibilidade que sejam abertos diálogos que tragam novas consequências diante da simultaneidade urbana, suas relações de poder e seus discursos.

Em todas regiões de uma cidade brasileira é possível também perceber múltiplas situações de dominância e submissão, muitas das quais já consolidadas em esferas macropolíticas, mas também fortemente presentes em suas micropolíticas cotidianas. O exemplo destas relações macropolíticas de dominância para estas reflexões é o caso de Salvador (capital do Estado da Bahia) que, a partir do início da década de 1970, experimenta o surgimento de grandes vazios urbanos ⁴ e um forte aumento da especulação imobiliária numa parte imensa do município devido principalmente a um deslocamento planejadamente forçado do seu centro histórico, político e econômico para uma nova região então desocupada da cidade. Esse deslocamento planejado foi um movimento de decisão política operado por um poder econômico imobiliário em extrema concentração, blindado favoravelmente pela censura imposta aos meios de comunicação por uma ditadura militar (desde a década anterior) e usualmente travestido pelo discurso de modernização das cidades. Esta estratégia ⁵ de valorização fundiária prossegue firme, com a sua reprodução

⁴ Grandes áreas não construídas e/ou não qualificadas (sem qualquer infra-estrutura) que passam a ter porém localização no interior do perímetro urbano da cidade, ou seja, com potencial grande de valorização a serviço de grupos de promotores imobiliários.

⁵ “Combinação engenhosa para conseguir um fim” (PRIBERAM, 2013), relativo a articulação de ações planejadas sobre os alvos e os desafios que se desenham num determinado campo de ação.

constante pelos grupos dominantes ⁶ na formulação dos grandes investimentos urbanos e no planejamento do crescimento da cidade formal, de ordem molar.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que gera os vazios urbanos, essas ações dos grandes tentáculos de poder também alimentam um “sem número” de micro ocupações urbanas espontâneas, principalmente mas não apenas nesses vazios urbanos criados pelas ações das macropolíticas dominantes. Essas ocupações são também imersas de táticas ⁷ de saberes e poderes, porém em geral nas conjunturas de planejamento urbano, com influências dificilmente absorvidas e em escalas não reconhecidas pelas instituições e agentes formais em tais processos do desenvolvimento urbano. Se faz necessário ressaltar que estas relações abordadas se referem às políticas com relação ao espaço construído, e que a pobreza econômica de grande parte destas populações decorrem também de outras dimensões não enfocadas aqui.

Abordar numa análise histórica o relato de formações urbanas recentes sempre é arriscado, porém faz parte de um processo recorrente da necessidade de cada época inventar a sua antecedente, a partir do estágio de seus saberes e das perspectivas dos poderes interessados na construção desse passado. Walter Benjamin defende que a história seja re-escrita pelos vencidos, e que com novas percepções do passado se faça algo construtivo no presente e no futuro.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio

⁶ Grupos sociais que operam relações de poder em grandes escalas, em ordem dominante em relação à grande maioria da população.

⁷ Relativo a articulação de ações sobre um outro não identificado ou não definido totalmente. (SERUTE, 2010, p.12)

exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1987, p. 224 e 225)

Como exercício de compreensão do passado, Benjamin entende a história como a materialidade de fragmentos, onde cada fragmento se articula com uma totalidade e possui uma potência de apropriação de novas contingências no presente ⁸ (BENJAMIN, 1987, p. 224). Por outro lado, é preciso observar que a potência que Benjamin anuncia decorre dos elementos que expressam a derrocada das produções humanas, que na cidade do poder dominante acabam provocando as marcas do futuro.

Cada época não apenas sonha a seguinte, mas, sonhando, se encaminha para o seu despertar. Carrega em si o seu próprio fim e - como Hegel já o reconheceu - desenvolve-o com astúcia. Nas comoções da economia de mercado, começamos a reconhecer como ruínas os monumentos da burguesia antes mesmo que desmoronem. (BENJAMIN, 2006, p. 43)

De outra forma, nos espaços opacos da cidade a derrocada das produções humanas opera em dinâmica demasiada lenta,⁹ profana, inoperante ou, até desativadora de dispositivos operatórios em relação aos espaços luminosos, revelando com frequência uma falta de articulação objetiva com esses desejos de futuro para a cidade, mesmo que não lhes faltem os seus próprios desejos de cidade. Assim, em múltiplos aspectos a cidade e seus diferentes circuitos, ordens e dimensões sonham simultaneamente seus futuros, acumulando seus estratos em diferentes velocidades e construindo seus desejos e discursos das maneiras que estão ao seu alcance.

⁸ Ver: BOLLE, 2000, p. 88.

⁹ Ver: OLIVIERI, 2011, p. 26.

1.1. Entre a concretude e o imaginário

No Brasil, ao tempo em que muitas áreas carentes de infra estrutura se desenvolveram em grande número e em população à margem dos novos vetores de crescimento das cidades, seguindo as transformações de concentração de renda na realidade física urbana brasileira, de forma análoga e simultânea se consolidava uma hegemonia midiática (que perdura ainda no início do século XXI) de uma grande rede nacional privada de comunicação, a Rede Globo, que tem no veículo da televisão seu mais forte dispositivo de influência política, econômica e cultural. Assim, para essas reflexões, tentarei estabelecer algumas relações entre a construção do espaço e os discursos de cidade, neste caso realizados pela produção audiovisual do meio de comunicação da televisão.

Nascida em 1965, um ano após o golpe militar, a rede é principalmente o resultado do gênio político de Roberto Marinho, herdeiro de um grande jornal, O Globo, mas sem nenhuma influência nacional. Ele entendeu como era estratégico para a junta militar alcançar a integração do território. Enquanto para Juscelino Kubitschek (1956-1961) esta passava pela construção de uma rede de estradas, os militares, no poder de 1964 a 1985, iriam apostar na mídia. E, nessa área, a Globo seria uma peça central.¹⁰ (OUALALOU, 2013, p. 33)

A televisão se firma como um elemento de narração da atualidade, tanto no telejornalismo como nas telenovelas de ficção, incorporando temas da vida cotidiana, influenciando as formas de pensar e conceber a realidade social. No caso da sociedade brasileira, “a telenovela se constitui como uma das principais fontes do imaginário social, pois, ao se sustentar em argumentos da vida cotidiana, acaba por ter importância na representação dos temas políticos.” (FERNANDES, 2014, p. 90)

¹⁰ Importante ressaltar que essas estratégias de integração nacional eram muito importantes, porém não as únicas, existindo outras ações neste sentido.

Como junção tênue entre a realidade concreta do esgarçamento urbano e da exclusão social, ao imaginário coletivo articulado pelos produtos midiáticos da Rede Globo, a ocupação localizada estrategicamente ao fundo da nova rodoviária de Salvador ganha em 1976 um nome em homenagem a novela de grande sucesso da televisão na época, *Saramandaia*. Era uma das primeiras novelas brasileiras produzidas a cores, um detalhe que diante do caráter de entretenimento com alguma dose de subversão no texto do autor Dias Gomes, tenta explicar o enorme sucesso da novela na época.

Ao decidir fazer da novela o cerne de sua rede, Roberto Marinho abraçou um desafio. Ironicamente, a ditadura lhe facilitou a tarefa, posto que a censura proibia bons dramaturgos, muitos deles de esquerda, de montar suas peças. Assim autores como Dias Gomes, Bráulio Pedroso e Jorge Andrade se viram trabalhando para o “doutor” Marinho e para a televisão, que antes desprezavam. Contra todas as probabilidades, esses grandes nomes descobriram que uma liberdade verdadeira lhes era oferecida pelos dirigentes da rede, que concordavam em enfrentar os censores. (OUALALOU, 2013, p. 34)

A estória contada por Dias Gomes na novela *Saramandaia* tinha um caráter de realismo fantástico, enquanto utilização de imagens e situações insólitas como resgate do drama humano (mesmo que sem uma relação metafórica direta com o que ocorria na construção do espaço), e nela

o absurdo se incorpora à realidade e essa inserção se torna uma referencia explícita ao referente extraliterário. Os fatos insólitos são metáforas do mundo exterior e explicitam uma camada mais profunda do real, pois remetem aos muitos absurdos, não alheios à vida das pessoas, mas intrínsecos a seu cotidiano. (TREVISAN, 2014, p. 6)

Em 1975, ano anterior à exibição de *Saramandaia*, outra novela (*Roque Santeiro*) também escrita por Dias Gomes e produzida pela TV Globo foi censurada integralmente no próprio dia da sua estréia, e já com mais de 30 capítulos gravados (PINTO, 2014). Em *Saramandaia* então, Dias Gomes reveste algo da sua militância política com o realismo fantástico e, mesmo com marcação apertada da censura militar, apresenta personagens que de certa forma questionavam os padrões, a liberdade e a falta dela, além de outros temas caros a ditadura, como o drama de uma disputada consulta popular democrática sobre a mudança do nome do pequeno vilarejo onde ocorria a trama, situação impensável naquela época de supressão dos direitos políticos e de qualquer tipo de consulta popular.

O que surge, então, entre a realidade urbana brasileira (de exclusão de grandes contingentes populacionais aos benefícios estruturais que deveriam ser oferecidos a todos nas grandes cidades) e a telenovela *Saramandaia* é a existência, mesmo que de maneiras até díspares, de tentativas decorrentes dos desejos de transformação da realidade em idealizações de futuro. Essas tentativas flertam (tanto no concreto das aglomerações humanas como na telenovela ficcional), com traços de utopias ¹¹ enquanto esforços direcionados a ideais de vivência e convivência humana, e mesmo de distopias ¹² enquanto narrativas de falência das utopias, ou seja, das “lembranças do possível contra o real que a reprime” (ADORNO, 1970, p. 156).

De todo modo, no espaço urbano as tentativas que se materializam se aproximam das heterotopias.¹³ Foucault descreve variadas formas de espaços de heterotopias, porém para a reflexão proposta, interessa aquelas formas descritas como as que,

¹¹ Utopia: “... são ainda da ordem da utopia os ideais vigentes de aperfeiçoamento das sociedades contemporâneas, de construção de novas formas de sociabilidade...”. Prefácio de João Almino in (MORUS, 2004, p. XXXII).

¹² “Distopia é o contrario da utopia, o pesadelo, a desarmonia, a desconstrução da vida em sociedade conforme a concebemos.” (FIGUEIREDO, 2011, p.118)

¹³ “A heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis.” (FOUCAULT, 2009, p. 418)

parecem puras e simples aberturas mas que, em geral, escondem curiosas exclusões; todo mundo pode entrar nesses locais heterotópicos, mas, na verdade, não é mais que uma ilusão: acredita-se penetrar e se é, pelo próprio fato de entrar, excluído. Penso, por exemplo, nesses famosos quartos que existiam nas grandes fazendas do Brasil e, em geral, da América do Sul. A porta para neles entrar dava para o cômodo central em que vivia a família, e todo indivíduo que passasse, todo viajante tinha o direito de empurrar essa porta, de entrar no quarto e de dormir ali uma noite. Ora, esses quartos eram tais que o indivíduo que por ali passava não alcançava jamais o próprio núcleo da família, ele era absolutamente o hóspede de passagem, não era verdadeiramente o convidado. (FOUCAULT, 2009, p. 420)

Nas cidades brasileiras vão se formando aglomerados urbanos com ocupações de classes economicamente desfavorecidas que revelam o desejo desses ocupantes em deixar de pagar aluguel com a autoconstrução de suas casas em lotes livres, em locais próximos a regiões de trabalho e às conexões viárias de acesso a outras regiões da cidade. Essa conformação explicita espacialmente também a heterotopia da exclusão velada, como os quartos das casas brasileiras citados por Foucault onde os hóspedes indesejados sequer têm acesso livre às partes da casa da família. Os moradores desses aglomerados algumas vezes estão próximos aos fluxos de circulação de bens nas cidades, mas não têm acesso a benefícios estruturantes de moradia e saneamento, uma variação de campo espacial de exclusão dos benefícios estruturantes.

Desta forma, para nós então se revela um aparente conflito entre as metáforas imagéticas da televisão e as táticas urbanas por moradia, onde a telenovela *Saramandaia* e seu ambiente controlado (e também ilusório) a serviço de uma narrativa literária de sucesso exibida em massa em 1976 por todo o país, contrasta em parte com aqueles pedaços de terras ocupados por parcelas da população, porém aparentemente inexistente a outros moradores e gestores da cidade moderna dominante, mesmo quando inseridos e imbricados aos seus fluxos de circulação.

De modo geral, a novela brasileira como texto literário convertido em produto comercial imagético se enquadra no que se constituem as imagens para Vilem Flusser.

Imagens são mediações entre homem e mundo. O homem “existe”, isto é, o mundo não lhe é acessível imediatamente. Imagens têm o propósito de representar o mundo. Mas, ao fazê-lo, entropõem-se entre mundo e homem. Seu propósito é serem mapas do mundo, mas passam a ser biombos. O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens. Não mais decifra as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas. (FLUSSER, 1985, p. 7 e 8)

A realidade de um bairro pobre é muito comum no Brasil mas distinta da vista nas telenovelas (ao menos até há pouco anos). Porém no caso da novela *Saramandaia*, a subversão se apresenta desejante no horário nobre da grande rede de comunicação, através do fantástico na narrativa criativa libertária de um escritor genial num momento de grande repressão ditatorial militar. Uma suposta condição que parece (além de confirmar) também desafiar a noção de espetáculo de Guy Debord na qual “tudo o que era directamente vivido se afastou numa representação” (DEBORD, 2005, p. 8).

Em suas reflexões ele afirma haver uma imensa acumulação social de espetáculos e de representações, onde

As imagens que se desligaram de cada aspecto da vida fundem-se num curso comum, onde a unidade desta vida já não pode ser restabelecida. A realidade considerada parcialmente desdobra-se na sua própria unidade geral enquanto pseudomundo à parte, objecto de exclusiva contemplação. A especialização das imagens do mundo encontra-se realizada no mundo da imagem autonomizada,

onde o mentiroso mentiu a si próprio. O espectáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autónomo do não-vivo. (DEBORD, 2005, p. 8)

Em certo sentido e de forma até antagónica ao caso em questão, os dispositivos de duplicação da imagem para Debord afastam o homem de seu meio e provocam a opacidade da realidade e dos contextos históricos e sociais, afastando qualquer possibilidade de democratização mediada pelas tecnologias de comunicação como formas de ampliação e de exercício da percepção, indispensáveis à crítica social (CIMINO, 2009, p. 6).

Esse paradoxo que se coloca nesta abordagem da novela *Saramandaia* pode ser refletido também pela relação mediadora da produção de imagens em formas narrativas que aproximam o espectador de idéias insurgentes de cidade através do distanciamento metafórico fantástico a serviço de ideologias que fortaleçam o carácter da alteridade urbana. Ao contrário de uma produção imagética (mais comum em telenovelas) que distanciam o espectador da realidade através da aproximação desta por narrativas ilusórias. Francisco Costa utiliza os conceitos de aproximação e distanciamento das idéias de apreensão da cidade como possível analogia à utilização de técnicas, além das formas narrativas, na produção de imagens das práticas vanguardistas do cinema nos anos 1920 (COSTA, 2015, p. 57). A função ideológica antagónica entre os cortes invisíveis da escola americana e a montagem explicitamente contrastante da escola russa abordada no texto de Costa, é livremente transferida por nós nestas reflexões exclusivamente para a forma narrativa (e não para a técnica de montagem cinematográfica) da teledramaturgia de Dias Gomes na novela *Saramandaia*. Neste caso, os conteúdos metafóricos que ressaltam a alteridade entre personagens urbanos fantásticos me parecem guardar a possibilidade de serem apreendidos pelos moradores das cidades brasileiras, em tentativas decorrentes dos desejos de transformação das suas realidades em idealizações de um futuro que respeitasse essa alteridade urbana em sua plenitude, e não como a exclusão social do presente.

Na telenovela há um grande conflito eleitoral em forma de plebiscito para a troca do nome da pequena cidade de Bole Bole para Saramandaia, que polariza uma rivalidade entre os que apoiam e os que não apoiam a troca. O processo democrático ficcional da telenovela foi apresentado para a audiência brasileira num momento histórico em que um plebiscito era impensável de acontecer no Brasil, o regime era de ditadura sangrenta contra qualquer coisa que desafiasse o poder militar vigente. Na ficção de Dias Gomes, a disputa eleitoral é recheada de protestos e manifestações favoráveis de ambos os lados, com a vitória do lado transformador e por isso opositor ao personagem mais rico e poderoso da cidade. Este argumento de um processo participativo democrático vitorioso no enredo da ficção pode talvez ter alimentado de alguma mínima maneira a esperança simbólica do processo de lutas de apropriação espacial em pedaços das cidades brasileiras.

Por outro lado, é possível mesmo que a telenovela *Saramandaia* enquanto espetáculo e representação tenha tido o efeito mais de retardar que estimular ações democratizantes. A subjetividade fantástica das mensagens libertárias no enredo da telenovela talvez explique que essas não fossem mesmo compreendidas de maneira politicamente crítica pela grande maioria dos telespectadores. O fato é que no caso da telenovela *Saramandaia*, uma ocupação de baixa renda em área que se transformou numa centralidade da cidade de Salvador ganhou o mesmo nome, e essa identificação do nome não é só reconhecida apenas pelos moradores deste bairro, e sim pelo próprio conjunto de moradores da cidade para designar aquela área específica, mesmo que talvez essa denominação não guarde mesmo qualquer vínculo direto com os ideais subjetivos da narrativa de Dias Gomes.

Ainda sobre este aspecto do nome do bairro, uma outra possibilidade de entendimento que se sobrepõe a este fato seria a de que os moradores ao escolherem tal nome expressaram mesmo o desejo de alcançar alguma escala de visibilidade do bairro na cidade pelo inusitado título de uma telenovela de grande audiência no país. Essa afirmação encontra alguma evidência em outros

bairros ou logradouros que também são nomeados de acordo com títulos ou nomes relacionados a telenovelas ou eventos de grande visibilidade social contemporâneos à sua formação, como por exemplo em Salvador: o bairro Malvinas (referência às ilhas que em 1982 foram motivos de conflito armado entre a Argentina e a Inglaterra, e que depois foi alterado para Bairro da Paz), o bairro Nova Divinéia (referência à cidade fictícia de Divinéia da telenovela *Fogo Sobre a Terra*, exibida pela Rede Globo em 1974),¹⁴ e a rua Pai Herói (no próprio bairro de Saramandaia, em referência ao título de outra telenovela de grande audiência da Rede Globo exibida em 1979).¹⁵ Vale ressaltar que esses mesmo títulos, e muitos outros, são apropriados para nomear bairros e logradouros por todo o Brasil, inclusive Saramandaia também é o nome de um bairro da cidade de Igarassu, em Pernambuco.¹⁶

De todo modo, para os moradores de qualquer bairro, segundo Sergi Valera,

efectivamente el ser humano tiende a establecer vínculos identitários com sus entornos, específicamente con aquellos más relevantes para su cotidianidad y para su desarrollo como persona. [...] Por sua própria condición humana, estos vínculos se articulan sobre la base de los significados que elaboramos y que “tiñen” los espacios físicos; como resultado de esta operación, pasan de ser “espacio” a ser “lugar” y adoptan un significado simbólico, sea este individual o social. (VALERA, 2011, p.13)

Assim, através (mas não apenas) da exibição imagética em larga escala de uma pequena cidade fantástica, os habitantes reais de uma grande cidade podem reconhecer subjetividades em

¹⁴ Ver <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/fogo-sobre-terra/trama-principal.htm> . Acesso em 20/07/2016.

¹⁵ Ver <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/pai-heroi/trama-principal.htm>. Acesso em 20/07/2016.

¹⁶ Ver <https://pt.wikipedia.org/wiki/Igarassu>. Acesso em 20/07/2016.

ações de materialização de um espaço construído. Ações as quais muitas vezes, como é o caso de Saramandaia, já nascem excluídas da maioria dos benefícios estruturais da cidade, porém como parte de sua constituição física real.

1.2. Visibilidades

Se podemos no século XXI, especular que a exibição da novela na televisão em 1976 em parte não se encaixa perfeitamente nas afirmações de Debord ¹⁷ de que o espetáculo midiático é “como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo”, outro pensador da mesma época de Debord, Félix Guattari (1987) ¹⁸ apresenta o conceito de revoluções moleculares como conflitos que se dão no âmbito micropolítico do corpo social capitalista relativos ao ambiente do desejo, às liberdades, e aos novos questionamentos da vida cotidiana.

Para Guattari as revoluções moleculares não se tratam dos conflitos relativos a lutas de interesses, lutas econômicas, lutas sociais ou mesmo lutas sindicais no sentido clássico. O que se revela numa abordagem no plano das ações moleculares

é uma espécie de guerra social bacteriológica, algo que não se afirma mais segundo frentes claramente delimitadas (frentes de classe, lutas reivindicatórias), mas sob uma forma de perturbação molecular difícil de apreender. Múltiplos vírus deste gênero já trabalham o corpo social na sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de comunicação, com a cultura, etc. [...] Os recursos do CMI ¹⁹ são talvez infinitos na ordem da produção e da manipulação das instituições e das leis. Mas eles se chocam e se chocarão cada vez mais violentamente contra

¹⁷ Simultaneamente parte dessa relação também se encaixa na telenovela como inversão completa da vida. O emprego do realismo fantástico na narrativa potencializa as múltiplas interpretações sob esse aspecto.

¹⁸ A primeira versão do livro foi lançada em 1977, em francês.

¹⁹ Capitalismo Mundial Integrado.

um verdadeiro muro ou antes contra um emaranhado de tramóias intransponíveis no campo da economia libidinal dos grupos sociais. Isso se deve ao fato de que essa revolução molecular não se refere apenas às relações cotidianas entre homens, mulheres, homossexuais, heterossexuais, crianças, adultos, etc., e os guardiões de todas as categorias. Ela intervém também no interior da produção econômica enquanto tal. Encontra-se no seio dos processos mentais ativados pela nova divisão mundial do trabalho e pela revolução informática da era dita pós-industrial. O impulso das forças produtivas depende dela. (GUATTARI, 1987, p. 219 e 220)

Guattari, na década de 1970 quando a tecnologia de produção e circulação de imagens audiovisuais com alcance de massa era um dispositivo bem controlado por poucos grupos dominantes, já considerava a evolução informática (que impulsionaria depois ainda mais a era da imagem) como dispositivo de contrapoder e de potencial revolucionário molecular. De alguma forma este assunto na segunda década do século XXI é posto à prova pela revelação da monitoração por poderosas instituições das mais diversas naturezas de informações (inclusive sobre cidadãos de países inteiros), e também de certa forma pela cultura *hacker* e as *cyber* guerras entre ativistas, empresas, instituições e governos.

Assim, para a reflexão aqui posta, destaca-se a capacidade tecnológica contemporânea de produção e circulação de imagens e sons (audiovisual) como um dos fluxos de conflitos entre estruturas de poder de toda ordem. Porém no universo da formação e ocupação de um bairro, talvez seja preciso compreender essa capacidade no âmbito de um processo tático.

Contribuição importante para esta discussão é a de Deleuze (2005)²⁰ que aborda a questão da visibilidade e dos enunciados com as relações de poder afirmando que

²⁰ A primeira versão do livro foi lançada em 1986, em francês.

cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado. Nunca existe segredo, embora nada seja imediatamente visível, nem diretamente legível. (DELEUZE, 2005, p. 68)

Os regimes de visibilidade brasileiros da década de 1970 não concediam espaços significativos para apresentação de dinâmicas sociais que não atendessem aos poderes hegemônicos nacionais e globais associados ao aparelho repressor militar. Quatro décadas de acumulação de estratos históricos marcadas pelo processo de redemocratização política do Estado, e os regimes de visibilidade mantém alguma trajetória de alteração com poucas variações efetivas, talvez em parte como razão da ausência de políticas públicas abrangentes atuantes neste sentido. O que era regime de visibilidade ainda mantém lógica poderosa em funcionamento, e mesmo que se alternem novos personagens seus agentes dominantes se reproduzem.²¹ Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico informacional em rede cria oportunidades para, cada vez mais um número maior de grupos terem acesso à publicização de narrativas próprias. Esse é um processo inicial e ainda em curso, com uma aparente indefinição no tamanho dos alcances objetivos dessas narrativas particulares.

Na contemporaneidade das primeiras décadas do século XXI, novos elementos articulados aos fragmentos históricos de indivíduos que construíram seus bairros brutalmente como cidadelas invisíveis aos moradores poderosos das grandes cidades, talvez consigam agenciar certo potencial transformador como sugere Benjamin, alterando algo do regime de visibilidade posto, aprofundando as questões intrínsecas dessas transformações e a significância coletiva delas.

²¹ A novela *Saramandaia* foi relançada com um nova super produção em 2013, e além de ter um novo texto apenas baseado em Dias Gomes, que já não carregava mais tanto nos aspectos políticos, não teve uma repercussão grandiosa como quando da primeira versão, e aí finalmente (no caso de *Saramandaia*) se constata a afirmação de Debord sobre o afastamento do espetáculo midiático da vida real.

Assim, para que a ocorrência dessas possibilidades de transformações no espaço construído alcance o campo de conhecimento do planejamento urbano (campo que por si só é um dispositivo de poder/saber), as minhas reflexões colocadas nesta tese de doutorado tentam compreender como a produção de imagens audiovisuais podem se efetivar enquanto ações de visibilidade e mobilização, de entendimento e diálogo nas várias etapas e definições relativas a um processo de planejamento coletivo. Dado que a natureza política dos usos de aparatos materiais é dada pela sociedade e não pelas tecnologias envolvidas, se faz importante nunca deixar de atentar para o risco iminente e permanente de que a produção e uso de imagens esteja favorecendo também controles e manipulações de interesses pouco coletivos, quase sempre dominantes.

Essa reflexão sobre uma possível potência na produção imagética audiovisual em processos de planejamento participativos encontra forte provocação sobre sua consistência, naquilo que Foucault denomina como a vida dos homens infames, onde uma busca por personagens obscuras nas cartas régias francesas com ordens de prisão no início do século XVIII, revela “uma espécie de grandeza assustadora ou digna de pena, espécies de partículas dotadas de uma energia tanto maior quanto menores elas próprias o são, e difíceis de discernir”. Para esse trabalho de tese, a relação da nomenclatura de uma população economicamente desfavorecida com a infâmia, dada por aquele autor, é agressiva porque deturpa a realidade direcionando a compreensão destes agentes sociais no mesmo sentido da que é largamente difundida pelos agendamentos e enquadramentos dos discursos dos meios de comunicação dominantes.

Assim, mal comparando as contingências históricas dos registros escritos franceses anteriores à queda da monarquia com a torrente digital de produção de registros pessoais na contemporaneidade, é um exercício observar e tentar relacionar esses registros ao que Foucault reconhece quando diz que

para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com freqüência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. (FOUCAULT, 2003, p. 206)

Se na França do século XVIII o poder medieval do rei era muito grande em praticamente toda a vida cotidiana dos súditos, hoje o poder continua transpassando permanentemente todas as relações e existências humanas, mesmo que completamente desprovido de qualquer valor de um monarca absoluto, este sim substituído por infinitas gradações das suas constituições e disputas de visibilidades nos enfrentamentos entre seus agenciadores. Assim, um dos fachos de luz com os quais os habitantes buscam alterações do seu entorno físico e social estão na exposição de sua realidade na esfera pública dos meios de comunicação, como enfrentamento ao poder dominante com reportagens e denúncias nos telejornais, impressos locais e conteúdos no ambiente virtual da internet para que seus interesses sejam dinamizados.

Aqui não se deve desconsiderar que um trabalho teórico que pretende compreender como a subjetivação de produção imagética pode favorecer políticas urbanas como aquelas a que estão

submetidos os moradores de um espaço segregado de cidade, ele mesmo também pode estar em essência reproduzindo a lógica dominante, apontando focos de luz em vidas humanas a serviço não apenas do desenvolvimento social delas próprias, mas alimentando também os discursos competentes que subsidiarão outras formas de dominação em momentos posteriores. De todo modo aqui não se pretende evitar avançar as reflexões sobre os riscos, mas ao contrário, expô-los para que haja alguma compreensão das possibilidades iminentes no guiar de opções e decisões a serem adotadas nos processos.

Uma constatação pode ser feita: a de que a prática recente diária e generalizada de produção e distribuição de narrativas próprias (como fotos e vídeos de fontes e posicionamentos diversos sobre um mesmo conflito urbano, por exemplo) com o uso exponencial de ferramentas tecnológicas como os “smartphones” e a rede mundial de computadores, enquanto constituição de novos canais de comunicação para múltiplas vozes, mensagens e reivindicações, pode ser de maneira ambígua de expressão mesma dos arranjos sociais de manutenção de poderes na contemporaneidade, e não apenas de fissuras. Muitas vezes são expressões das tentativas de inserção por parte dos excluídos na mesma lógica dominante, reproduzindo o que sempre é motivo de seu próprio combate, talvez ao se bastar de maneira acrítica em manifestações isoladas e não articuladas.

Por outro lado também há produções de imagem ²² que apontam no aspecto político para outros caminhos a serem percorridos que tentam não alimentar as estruturas vigentes, desde as teorias e realizações primitivas dos primeiros fotógrafos e cineastas,²³ passando por publicações fotográficas de movimentos operários na Alemanha,²⁴ filmes documentais de reivindicações

²² Ver BENJAMIN, 1993.

²³ Ver as obras de Dziga Vertov, Serguei Einsestein e Alexandre Medvedkine.

²⁴ Ver a revista *Der Arbeiter-Fotograf* (O Fotógrafo Operário) lançada em 1926 (PALMA, 2006). Também nas décadas de 1970 e 1980 fotógrafos alemães como Gunter Rambow realizaram ações de autorepresentação comunitária com métodos publicitários para resgate de ideais, discursos e reivindicações de espaços e serviços públicos utilizadas na fotografia operária da décadas de 1920 e 1930.

operárias na França,²⁵ revistas de movimentos vicinais na Espanha,²⁶ entre tantas outras experiências num crescente de quantidade desses fragmentos até os dias de hoje, com a torrente imensa de publicações na rede mundial de computadores desde vídeos compartilhados de exposição das carências dos bairros pobres como Saramandaia ²⁷ até a cobertura alternativa dos protestos de rua no Brasil ²⁸ e em muitos outros países.²⁹

Em muitas destas possibilidades (tanto em trabalhos teóricos e críticos, como também nas práticas cotidianas de reprodução ou disrupção da lógica dominante) parecem ser potentes as idéias de que o contato com o poder da exposição e publicização de discursos imagéticos e audiovisuais pode abrir a possibilidade de transformação, ruptura ou fissão nos estratos históricos, com outros possíveis rebatimentos nos espaços construídos. Essa potência parece ser sempre latente porque na sociedade atual globalizada não existe nada que esteja fora do âmbito do poder, o que varia são as formas das relações com ele. A produção e a difusão de imagens como dispositivos de poder integrante das ações de conflitos na formação do espaço construído então se apresentam como questões incontornáveis na contemporaneidade, mesmo que continuamente testadas a serem ou não transformadoras e agentes no processo de constituição espacial das realidades humanas.

²⁵ Em 1967 trabalhadores mobilizados por melhores condições de trabalho a partir do contato com cineastas profissionais, realizaram curtas metragens documentais na perspectiva deles próprios, e desencadearam conquistas dos trabalhadores, impulsionando também os protestos de 68. Ver Grupo Medvedkin, em <http://www.palavraoperaria.org/O-maio-frances-operario-de-68-atraves-dos-filmes-do-grupo-Medvedkine>. Acesso em 14/07/2015.

²⁶ Em Barcelona, as revistas publicadas por associações de moradores como Grama e 4 cantos foram marcantes nas transformações do espaço urbano (após a queda da ditadura franquista) que subsidiaram o Modelo Barcelona de desenvolvimento urbano.

²⁷ Entre 2012 e 2016 o Plano de Bairro Saramandaia produziu participativamente e compartilhou vídeos curtos com diagnósticos e propostas para o bairro. Acessível em: www.lugarcomum.ufba.br/saramandaia. Acesso em 15/07/2015.

²⁸ Ver Midia Ninja. Disponível em <https://ninja.oximity.com>. Acesso em 15/07/2015.

²⁹ Foram importantes as produções fotográficas e audiovisuais compartilhadas na rede mundial para os movimentos sociais insurgentes, principalmente no Oriente Médio e na Europa na segunda década do século XXI.

Saramandaia pode ser um fragmento do urbano observado pela perspectiva da produção imagética como um dos elementos da construção do espaço, onde tanto a potência dos pequenos dispositivos de produção e difusão de narrativas imagéticas, quanto os processos molares comunicativos hegemônicos, podem ser melhor compreendidos. Porém o maior desafio talvez seja a comprovação de que os fragmentos de existência dos moradores também são alcançados por fachos de poder, o que impulsionaria o entendimento da constituição do espaço construído a partir da perspectiva destas vidas coletivas e anônimas.

1.3. A heterotopia política da participação

A função central da participação na teoria de Rousseau é educativa [...] Durante esse processo o indivíduo aprende que a palavra "cada" aplica-se a ele mesmo; o que vale dizer que ele tem que levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que seus próprios e imediatos interesses privados, caso queira a cooperação dos outros; e ele aprende que o interesse público e o privado encontram-se ligados. (PATEMAN, 1992, p. 38)

Ao longo do século XX consolidou-se (ao menos no hemisfério ocidental) quase uma unanimidade de que a democracia seria a forma de governo ideal, com capacidade de articular na sociedade as disputas políticas geradas por diferentes interesses e percepções de mundo. Joseph Schumpeter, que em seu prestigiado livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1943) colocou em evidência uma definição realista de democracia que se revelou importante para as teorias posteriores, afirma que "democracia é um método político, ou seja, trata-se um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas - legislativas e administrativas". (Schumpeter, 1943 *apud* PATEMAN, 1992, p. 12)

Embora a chamada teoria clássica da democracia possa ser representada pelas idéias de Rousseau, Mill e Bentham (PATEMAN, 1992 p. 29), a teoria da democracia "liberal representativa

é a corrente teórica que se tornou hegemônica" no decorrer do século XX. Nessa teoria democrática (muito anterior às idéias de Félix Guattari sobre as revoluções moleculares), se encontra particularmente "a restrição da participação política dos cidadãos ao voto eleitoral periódico para a escolha de seus representantes" e, "a idéia de que a base para o processo de tomada de decisões ocorre através de preferências individuais" (PEREIRA, 2007, p. 422 e 423). Schumpeter então apresenta a definição moderna e realista do método democrático como "aquele arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo." (Schumpeter, 1943, p. 269 *apud* PATEMAN, 1992, p. 13)

Ainda sob forte viés da crença nas instituições estatais como fonte de mudanças significativas, fatores como a dimensão territorial, a população numerosa e a complexidade dos problemas públicos impossibilitam a democracia direta, e o governo por representação apresenta-se como uma alternativa para a produção de decisões. Destaca-se o modelo liberal que é adotado em várias partes do mundo, inclusive nas repúblicas latino-americanas, como o Brasil que outorgam constituições liberais, inspiradas nos Estados Unidos. No século XIX, "nenhuma outra doutrina exerceu tão vasta influência, o que trouxe a difusão dos ideais democráticos dentro dos parâmetros liberais de análise e dos princípios de representação" (LAISNER, 2009, p. 21).

Em defesa da democracia representativa, há teóricos que mobilizam o argumento de que os cidadãos sabem pouco sobre como funciona o sistema político e possuem escasso conhecimento acerca dos temas de natureza pública, que se tornam cada vez mais especializados. Schumpeter, assim, chega a considerar a noção de soberania popular perigosa, pois, para ele, à esfera civil não deve ser oferecido um lugar de destaque quando da produção de decisão política cotidiana, dada sua incompetência, apatia e pouca informação (MARQUES, 2008, p. 56).

Esse modelo hegemônico adotado nas democracias atuais constantemente tem sido alvo de críticas, e os principais elementos dessas críticas são a sensação que os cidadãos têm de não serem devidamente representados, e o alto número de abstenções nas eleições. A consequência desses elementos é a perda de legitimidade do próprio sistema político. (PEREIRA, 2007, p. 425 e 426)

Em contraponto ao modelo liberal representativo, a corrente teórica contemporânea da democracia participativa se desenvolve nas décadas de 1970 e 1980. Pateman, em "*Participation and democratic theory*" (1970) procura desconstruir a idéia de que a prática democrática deveria se restringir à mera participação eleitoral por parte dos representados. Ela recupera de Rousseau a importância de que um certo nível de igualdade econômica entre os cidadãos é desejado para que a desigualdade não interfira na prática política, além de afirmar que a importância da participação política também é a de um mecanismo de aprendizado do indivíduo.

Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação. [...] Toda a teoria política de Rousseau apóia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas. (PATEMAN, 1992, p. 35)

Segundo Borges (2010), a teoria da democracia participativa pode ser sintetizada no entendimento de que;

a noção de política alarga-se para além da esfera habitual do governo para novos espaços, como o do trabalho; a estabilidade do sistema participativo é propiciada pela educação: quanto mais o indivíduo participa, melhor capacitado ele se torna

para fazê-lo; uma vez que o cidadão perceba que suas opiniões são de fato levadas em consideração na produção das decisões coletivas, ele estará disposto a participar ativamente da vida política; a participação gera um efeito integrativo e auxilia na aceitação das decisões coletivas, o que torna a democracia participativa mais estável. (BORGES, 2010, p.13)

Por outro lado, surgem algumas críticas a esse modelo.

As principais críticas ao modelo participacionista referem-se a questões de aplicação prática: necessidade de boa circulação de informações, capacidade cognitiva, educação e alto engajamento cívico. (JAMBEIRO; BORGES, 2010, p. 137)

Assim como em muitas nações e de maneiras diferentes, no Brasil surgem iniciativas de aperfeiçoamento democrático com dispositivos de ênfase participativa ou deliberativa funcionando nas engrenagens institucionais. Um marco brasileiro deste processo é a Constituição de 1988, que após a derrocada da ditadura militar impulsiona a criação de inúmeras conferências e conselhos nos mais variados setores da gestão pública.

Por outro lado, essas práticas políticas participativas tendem a contaminar os ideais dos processos de decisões coletivas de constituição dos espaços construídos. Assim aumenta o entendimento de que um melhor planejamento urbano deve contar com a participação dos interesses coletivos locais na definição das políticas públicas.

A emergência de experiências participativas de planejamento e controle social é uma das principais marcas da renovação democrática por que passa a maior parte dos países latino-americanos, e expressa a busca por novos modelos de gestão pública. A mobilização da sociedade para a participação em processos de tomada de decisão sobre as intervenções na cidade e sobre o uso de recursos públicos é

cada vez mais entendida como um caminho promissor para que projetos e políticas tenham melhores resultados. (BEDUSCHI, 2007, p. 3)

Convém anotar um aspecto de natureza conceitual, que contribui para esse trabalho. Entende-se que, à parte de conteúdo da questão política democrática que envolve o tema aqui tratado, podemos definir em um sentido estritamente técnico que:

planejamento é um método de aplicação contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores conseqüências. (FERRARI, 1988, p. 99)

Por sua vez um processo democrático de planejamento urbano participativo, é aquele planejamento executado para o desenvolvimento de um bairro, município ou região metropolitana, que se apóia no diálogo e no entendimento entre os sujeitos, como base da racionalidade humana. Então assume-se que:

para alcançar o entendimento num processo de comunicação, as pessoas devem assegurar-se de que podem entender, confiar, acreditar e concordar com o que é dito. Habermas ³⁰ argumenta que a existência de ações comunicativas não é condição suficiente para a comunicação, pois a comunicação pressupõe entendimento e, para que haja entendimento, é necessário haver um diálogo livre e autônomo entre os interlocutores. É somente através do diálogo, isto é, de interações comunicativas livres, que um mundo racional pode emergir. (TORRES, 2007, p.4)

³⁰ In: The Theory of Communicative Actions, Vol.1: Reason and the Rationalization of Society. London: Polity Press, 1984.

E mesmo que existam diferentes graus de liberdade nesse diálogo, a ação comunicativa é sempre contingente das relações sociais e da práxis de interações entre as pessoas. Esse fato nos leva a procurar então um diálogo no qual o único objetivo é alcançar o entendimento, e com isso, a tentativa de permitir alguma capilarização da democracia.

O diálogo, através desta formulação, é uma arena social e historicamente situada de ações comunicativas, na qual qualquer afirmação feita por um ator pode sempre ser testada, criticada e descartada pelos demais. É exatamente esta possibilidade que faz de uma ação comunicativa, uma ação contingentemente racional. (BERNSTEIN, 1978 *apud* TORRES, 2007, p.4)

No processo de racionalização, valores ou normas não são externos ao problema, então a racionalidade como um processo comunicativo tenta responder questões como: “quem age no interesse de quem, em que contexto, fazendo quais escolhas, sob que condições e restrições e, sujeitas a que regras e normas”. (FORESTER, 1989 *apud* TORRES, 2007, p.4)

Segundo Gomes, a comunicação e a racionalidade são requisitos para a esfera pública, que deve ser compreendida como:

aquele âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam consequências concernentes à comunidade política se apresentam na forma de argumentação e discussão. Essas discussões devem ser abertas à participação de todos os cidadãos e conduzidas por meio de uma troca pública de razões. (GOMES; MAIA, 2008, p. 35 e 36)

Assim, tomando como ponto de partida a idéia de uma prática de planejamento que considere as ações comunicativas, geradoras dos diálogos, podemos vislumbrar a possibilidade de um aprofundamento na questão da participação no planejamento urbano.

O jurista Ives Gandra Martins afirma que a noção de participação é uma das cinco noções básicas que devem ser aprofundadas, como instrumental indispensável para delimitar o que seja Bem Comum.³¹ A etimologia da palavra participação tem duas origens: do latim "partem capere", que significa tomar uma parte; e do grego, que significa ter conjuntamente ou ter com outro. Daí, segundo o jurista, os dois sentidos básicos da palavra participação:

Sentido Material (latino) - dividir um todo material entre aqueles que dele participarão: o todo desaparecerá e cada sujeito participante terá uma parte do objeto participado, guardando uma relação apenas histórica com o antigo todo;

Sentido Espiritual (grego) - ter parcialmente o que outro possui integralmente: uma alegria que é plena no sujeito que obteve uma vitória, é participada em menor intensidade naquele que recebe a comunicação da vitória e com ela se alegra, sem que a participação diminua a alegria do sujeito que obteve a vitória, antes a tem aumentada. (MARTINS, 2000, p. 1)

Uma caracterização linguística de uso cotidiano e não baseada em autores renomados, mas igualmente identificando duas vertentes de interpretação para o mesmo termo, no dicionário Houaiss ³² o verbo participar possui duas transitividades em relação ao seu complemento. Desse modo, ele pode ser:

1. transitivo direto e bitransitivo

significa: fazer saber; comunicar; informar

Ex.: “participaram a gravidez aos futuros avós”

2. transitivo indireto

significa: tomar parte em; compartilhar; ter parte em; partilhar; associar-se

³¹ Segundo o jurista, as cinco noções são: as noções de Finalidade, de Bondade, de Participação, de Comunidade e de Ordem.

³² disponível em <http://houaiss.uol.com.br> . Acesso em 21/08/2013.

pelo sentimento ou pensamento (da dor, da alegria, do luto etc.); apresentar natureza, qualidades ou traço(s) comuns; ser parte de;

Ex.: “participar das manifestações pela paz”; “participar dos incentivos fiscais”; “participou do júbilo pela conquista do campeonato”; “a obra de Leonardo da Vinci participa da modernidade”

Podemos notar então, basicamente duas variações nos significados do verbo participar no dicionário, uma ligada ao ato de comunicar, e a outra ligada ao ato de compartilhar. De certa forma, essas mesmas variações estão presentes na afirmação de Marilena Chaui, para quem a participação no planejamento das cidades ora pode ser entendida como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos representantes, ora como intervenção direta nas ações políticas pela população (CHAUI, 2005, p. 24). Pode-se apreender dessa afirmação que a participação no planejamento urbano, é a interlocução, o diálogo entre os diversos agentes no processo; e também a presença dos interesses coletivos nos momentos decisórios da definição das diretrizes e normas.

Seguindo uma das vertentes teóricas do planejamento urbano moderno, o *advocacy planning*,³³ em 1975 o arquiteto Christopher Alexander no livro *The Oregon Experiment* afirma que o processo de planejar e construir em uma comunidade criará um meio ambiente ajustado às necessidades humanas apenas quando seguir, na prática, 6 princípios.³⁴ Um desses princípios é o da Participação, onde "todas as decisões sobre o que se vai construir e de como se deve construir, devem estar nas mãos dos usuários" (ALEXANDER, 1978, p. 42, tradução nossa).

³³ As outras vertentes mais conhecidas são Teoria Globalista, Teoria Incrementalista e a Teoria Estruturalista. A Teoria Advocacional, que dá ênfase na participação, se distingue pela defesa do pluralismo no planejamento urbano, onde grupos de interesse façam suas propostas de planejamento sem depender da iniciativa do Poder Público. Ver (DAVIDOFF, 1965) e (SABOYA, 2008).

³⁴ Os 6 princípios do urbanismo participativo são: a ordem orgânica, a participação, o crescimento a pequenas doses, os padrões, os diagnósticos, a coordenação.

Outro princípio preconizado por Alexander é o da Coordenação, pelo qual o processo de planejamento deve ser contínuo. Para isso, segundo Alexander, deve haver um financiamento contínuo do processo de planejamento, além de uma norma de apresentação do plano que facilite a apreensão e o fluxo de trabalho por parte dos participantes do processo. Para Débora Nunes, assim como o planejamento, participar também deve ser uma atividade contínua.

Participar significa tomar parte em discussões e decisões, desde o momento em que o problema se apresenta até aquele de pôr em prática as soluções encontradas, resultantes das discussões. Participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração. A participação, pressupondo um conhecimento dos rituais democráticos, é necessária, se a população chamada a participar é inexperiente, desprovida desse arcabouço, prepará-la para adquiri-lo num processo que denominamos de Pedagogia da Participação. (NUNES, 2002, p. 11)

Segundo Souza (2002 *apud* Fadul e Mac-Allister, 2006), pode-se avaliar a quantidade e intensidade da participação nos processos decisórios de planejamento e gestão com base numa escala de avaliação da participação, que vai da participação autêntica à não-participação:

Tipo de situação	Descrição	Grau de participação
Autogestão	as políticas e intervenções são conduzidas de modo autogestionário pela população, como sociedade civil, na total ausência do Estado	participação autêntica
Delegação de poder	o Estado abdica de atribuições, relativas a políticas e intervenções, em favor da população, como sociedade civil; trata-se de co-gestão entre Estado e sociedade civil	participação autêntica
Parceria	a população, como sociedade civil, e o Estado colaboram em políticas e intervenções; trata-se de co-gestão entre Estado e sociedade civil	participação autêntica
Cooptação	a população é cooptada (consultada, ouvida sistematicamente) em relação a políticas e intervenções, através de canais e instâncias permanentes de participação	pseudoparticipação
Consulta	a população é consultada sobre políticas e intervenções, através de pesquisas de opinião, audiências públicas ou similares	pseudoparticipação
Informação	as informações sobre as políticas e intervenções são disponibilizadas para a população	pseudoparticipação
Manipulação	a população envolvida é induzida a aceitar políticas e intervenções	não-participação

Quadro 1 - Escala de participação. Fonte: adaptado por Fadul e Mac-Allister (2006) de Souza (2002)

Por outro lado, David Scott de la Peña (2013) traz uma abordagem sobre a participação através da percepção do ativismo urbano, com um diagrama entre os eixos de escalas de poder (da manipulação até o controle do cidadão comum) e de ação (do diálogo fechado até a construção do espaço), onde se visualizam quatro modalidades deste tipo de ativismo, suas intersecções e limites: o ativismo mantenedor do status quo, o ativismo reformador, a autogestão e o ativismo revolucionário.

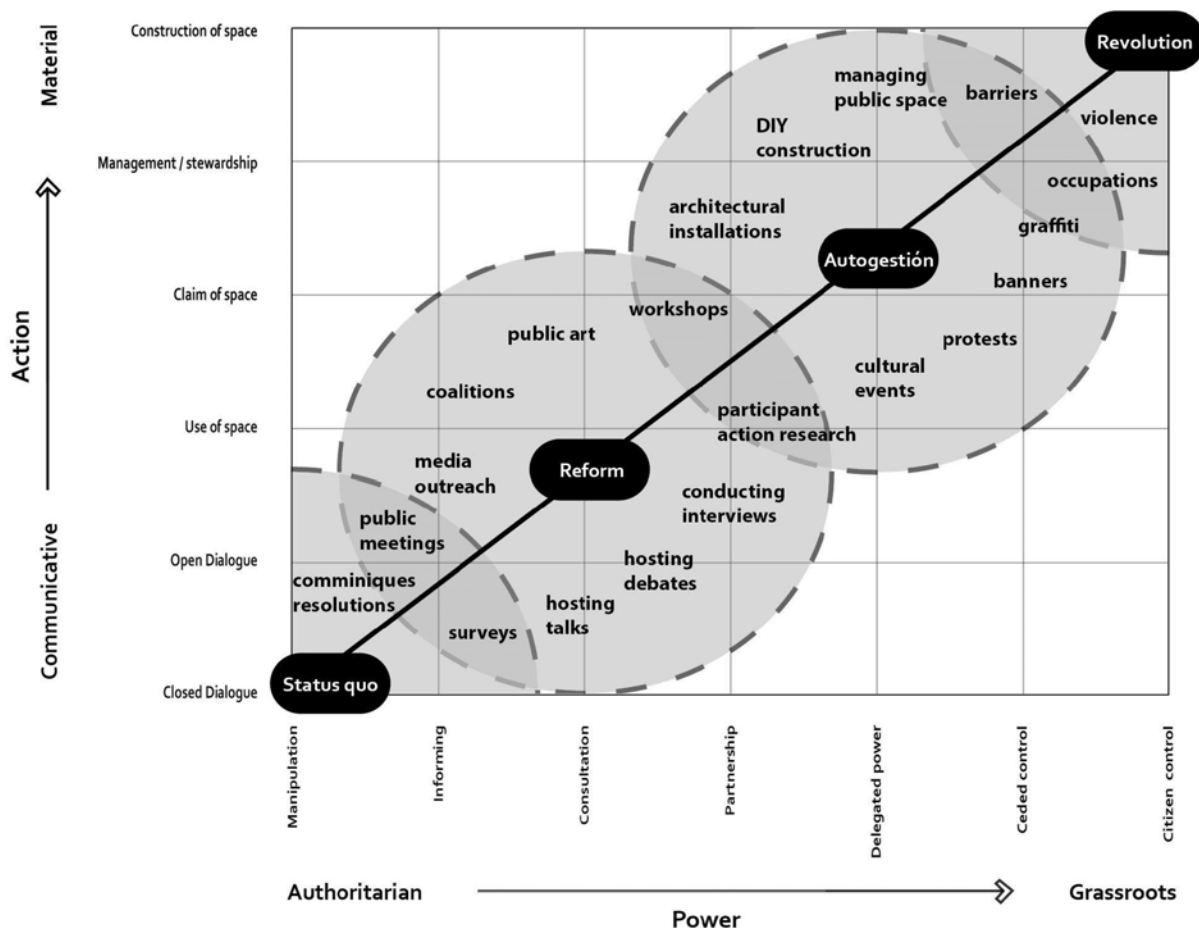


Figura 1. Ativismo urbano sobre os eixos das ações e dos poderes.

Fonte: PEÑA (2013, p. 19)

De modo a bem observar o que ocorre no caso da formulação de um plano de bairro, contextualizado enquanto ativismo urbano reformador segundo a escala apresentada por Peña, nota-se que a participação, mesmo com sua intensidade variável, pode ser incorporada ao processo social de planejamento urbano em três ocasiões principais:

- i. como um instrumento importante para construir um diagnóstico adequado e completo da realidade, e, nesse caso, ela antecede a formulação das políticas. O Ministério das Cidades no guia para elaboração de planos diretores participativos, se refere a essa ocasião como a de “ler a cidade e o território”, onde a leitura comunitária (e participativa) deve ser realizada em conjunto e de

maneira complementar com a leitura técnica realizada por especialistas (BRASIL, 2005, p.20);

- ii. na adoção de princípios e diretrizes de planejamento, onde há o entendimento dos agentes no processo sobre as vantagens e interesses das alternativas em discussão, são feitas as decisões e é finalizado o plano. Para o Ministério das Cidades, essa ocasião está tanto no momento de formulação das propostas, quanto no momento de definição dos instrumentos (BRASIL, 2005, p. 27 e 30);
- iii. como um mecanismo imprescindível para a viabilidade do plano, na implementação de políticas e regulações necessárias, sejam elas concebidas ou não com a participação popular. Nessa ocasião “a revisão e os ajustes deverão ser discutidos e acordados de forma integrada com os demais fóruns de discussão atuantes no município” (BRASIL, 2005, p. 32).

O Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP), subvencionado por um programa de cooperação descentralizada entre Europa e América Latina, assumiu um compromisso de criar indicadores de avaliação de experiências participativas. Porém no decorrer de suas atividades detectou que as estratégias de avaliação para cada experiência podem ser muito complexas e diversas, o que gerou então a necessidade de criação de instrumentos “mais completos e amplos que uma simples bateria de indicadores”. Desta forma, no Guia Prático para Avaliação de Processos Participativos (OIDP, 2006) foi elaborado um conjunto de ferramentas diversas

que puedan ser útiles para la evaluación de distintos procesos participativos; entendiendo que en cada proceso se seleccionarán (o se ampliarán) los criterios para la evaluación, los aspectos a evaluar y las metodologías a utilizar, de acuerdo con los objetivos del proceso, los objetivos de la evaluación y las características

tanto del proceso evaluado como de la realidad social en que éste se desarrolle.
(OIDP, 2006, p. 7 e 8)

Assim, foram estabelecidos no Guia Prático (além da consideração de elementos prévios para a avaliação de processos participativos) uma série de critérios que “em função do grau de profundidade com que se queira avaliar um processo pode se utilizar mais ou menos dos critérios propostos” (OIDP, 2006, p. 22), quais sejam esses critérios: os aspectos relacionados a coordenação do processo, quem participa, relevância do tema abordado no processo, as formas disponíveis de participação e as consequências do processo participativo abordado.

Se entende aqui por participação um conceito amplo, um direito e também um dever do indivíduo no exercício da cidadania. É o próprio processo pedagógico conflituoso e contínuo de construção de um conjunto desses direitos e deveres específicos que

deverão nortear a vida em comunidade numa cidade pela maioria de sua população através da compreensão da realidade que os cerca, e de evidenciamento das suas necessidades enquanto indivíduos e enquanto coletividade. (NUNES, 1993, p. 6)

Por isso, a co-responsabilidade da maioria da população nas decisões e no aproveitamento das oportunidades, é item fundamental para o fortalecimento da cidadania e sua perenidade. Para o economista Fernando Pedrão, quando confrontado com os dilemas para um maior desenvolvimento das cidades dos países em desenvolvimento, "o encaminhamento correto da questão parece ser de tratar o planejamento como uma pedagogia e não como um procedimento administrativo". (PEDRÃO, 2002, p.113)

Porém, em confronto com as realidades heterotópicas das cidades e a enorme disparidade na compreensão dessas realidades por parte dos moradores (agentes do espaço construído) a

participação nas decisões reflete também a enorme heterogeneidade nesses lugares, a natureza heterotópica da participação cidadina.

Um aspecto da cultura democrática em ambientes de extremas desigualdades sociais e econômicas pode ser justamente a falta de instrumentos para a compreensão e interpretação dos conceitos e interesses relativos às decisões coletivas, por parte da maioria dos agentes. Nessas condições, a participação pode até estar nos discursos e programas oficiais, mas normalmente as propostas e decisões geradas coincidem com interesse dos poderes econômicos dominantes. Ou seja, pode-se afirmar que geralmente os conflitos de interesses existentes são refletidos nos conteúdos e práticas do processo participativo de maneira inversamente proporcional à concentração de poder e às desigualdades econômicas numa cidade, onde os discursos hegemônicos se apropriam de uma imagem geral de cidade dotada de políticas participativas mas que na sua prática se parecem hoje com o quarto da casa que o visitante (ou cidadão) não tem acesso e por isso não usufrui.

Assim, uma questão que este trabalho de pesquisa de doutorado tenta operacionalizar é a da necessidade de problematizar os limites das políticas públicas participativas, porque estas, enquanto ações de planejamento urbano, são relativamente recentes no Brasil (se dão de maneira significativa a partir da promulgação do Estatuto da Cidade) e, como qualquer outro tipo de fenômeno, só podem ser investigadas a partir de quando acontecem, o que dito de outro modo: a experiência de fato é que permite problematizar.

1.4. Práticas de planejamento participativas

Cada sociedade em sua tradição cultural possui estratos históricos que demarcam seus processos coletivos. Nos Estados Unidos, a partir da década de 1930, por um lado com a contribuição de pensadores europeus fugitivos de seus países inflamados pela ascensão do facismo (entre outras causas) e por outro lado com a expansão das grandes cidades, cresce o interesse de

múltiplas profissões pelas reflexões sobre a natureza complexa do fenômeno urbano. Esse fato gera a partir da década de 1950 o surgimento de dois influentes (porém contrastantes) programas acadêmicos de desenho urbano nas universidades: da Pensilvânia e em Harvard. Enquanto o primeiro tinha ênfase na comunicação e sentido de cidade, o segundo que inicialmente abordava a multidisciplinaridade rapidamente ajustou seu foco nos grandes projetos urbanos por um viés funcionalista. (PEÑA, 2013, p. 25)

Esse embate de diversas concepções sobre os fenômenos urbanos se acentua na década de 1960, com protestos contra o caráter antidemocrático de muitas das intervenções urbanísticas do pós-guerra que acabam por conduzir a uma maior participação dos usuários e das comunidades atingidas na própria definição dos projetos urbanos. (PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 2)

Em 1965, torna-se obrigatória na Grã-Bretanha a participação popular na elaboração de planos diretores; nos Estados Unidos, em 1969, exige-se a participação de comunidades nos locais em que se aplicariam recursos federais e, na década de 1970, vários são os exemplos de participação pública em projetos urbanos nos EUA, na Holanda e na Inglaterra. (DEL RIO, 1990 *apud* PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 2)

Na Espanha assolada pela ditadura do General Franco por quase quarenta anos, a massa crítica aglutinada por intelectuais e militantes das causas populares dentro das associações de moradores ³⁵ se faz definidora quando da redemocratização e reestruturação urbana de suas grandes cidades nas décadas de 1970 e 1980.

En muchos barrios de Barcelona se proponen los contra-planes o planes populares.

Se trata de la elaboración de un plan urbanístico desde el propio barrio, hecho con

³⁵ Com a proibição de criação de partidos políticos durante décadas, em 1964 a ditadura franquista aprovou a ley das asociaciones, para organização popular em associações que cumpriram papel fundamental nas melhorias urbanas nas décadas seguintes (MUXI, 2011, p. 109)

el consense de toda la población y la ayuda de técnicos profesionales y asesores de las entidades organizativas existentes en la zona. Un ejemplo de este tipo de propuesta es el contra-plan popular que presenta la asociación de vecinos y vecinas del sector Nou Barris en marzo de 1976. (HUERTAS, 2011, p. 116)

Na sociedade brasileira, no período compreendido entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, com o programa de reformas de base,³⁶ os problemas urbanos entram no debate da justiça distributiva,³⁷ e o marco é a realização em 1963, do Seminário Habitação e Reforma Urbana. Para os realizadores desse seminário "as reformas agrária e urbana teriam impactos na melhoria das condições de vida da população brasileira" (RIBEIRO, 2003, p. 11 e 12), ainda que;

predominava nos documentos produzidos nessa época o enfoque do planejamento calcado na boa técnica urbanística, sem menção a processos participativos que incorporassem as demandas e opiniões dos diferentes segmentos da população urbana. (BASSUL, 2005, p. 37)

Já no ano de 1964, apenas um ano depois, acontece no Brasil o golpe militar, quando foi deposto o governo de João Goulart, e todo esse esforço por melhorias significativas nas condições de vida urbana é sufocado e substituído pelo planejamento de viés tecnocrático da ditadura política, subordinado às exigências da racionalidade econômica. O regime autoritário que se instala, além de trabalhar para desfazer qualquer progresso conseguido no terreno do tema das reformas até então, fortaleceu em ritmo acelerado o modelo concentrador de renda, riqueza e poder (MARICATO, 2000, p. 23).

³⁶ O presidente Joao Goulart elaborou um Programa de Reformas de Base, com o qual tencionava promover o desenvolvimento do país em bases nacionalistas. O programa previa a realização de importantes mudanças: reforma urbana, agrária, administrativa, bancária e educacional. O programa acentuou a radicalização política, crescente desde 1961 e que culminou com o golpe militar de 1964.

³⁷ "A justiça distributiva consiste em dar a cada um o que é devido e sua função é dar desigualmente aos desiguais para torná-los iguais" (CHAUI, 2000, p. 494).

O governo brasileiro instituiu em 1964 o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Com o descontentamento decorrente do fechamento dos canais de participação política e econômica no país, essa seria uma forma de minimizar as insatisfações sociais. De qualquer modo, o Estado se distanciou dos problemas das camadas mais populares, assim como das demandas específicas dessas camadas em cada localidade. Segundo Souza (1990), por parte das ações do governo,

na década de 70, os planos e projetos eram elaborados sem a mediação representativa dos interesses populares e se dirigiam, sobretudo, às questões genéricas, distanciando-se da problemática própria de cada contexto. (SOUZA, 1990, p.111)

Com o início da abertura política e as carências sociais cada vez mais agudas, no final dos anos 70 e no decorrer dos anos 80, diversos movimentos articularam-se com a perspectiva de influenciar o processo de redemocratização do país. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU, articulação dos movimentos de moradia, organizações não governamentais, representantes de setores acadêmicos e de entidades profissionais, desencadeou um intenso processo de discussão e formulação de instrumentos de regulação, planejamento e gestão que desembocariam na formatação de uma emenda popular ao projeto constitucional que seria aprovado em 1988 (BONDUKI, 2008, p. 2). Essa formatação retoma os ideais reformistas dos anos 60, tendo como base;

o diagnóstico dos problemas urbanos como resultado da relação de força estabelecida na cidade brasileira em torno da apropriação privada dos benefícios em termos das rendas geradas pela intervenção pública [...] ao contrário do diagnóstico do período autoritário, onde esses problemas seriam o resultado do excessivo crescimento da população da cidade. (RIBEIRO, 2003, p.13)

Assim, a partir de meados dos anos 80, diversas feições da participação vão sendo postas em cena pelo desenvolvimento do debate e do pensamento sobre uma Reforma do Estado no Brasil (PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 2). Nesse âmbito nacional, essa foi a década perdida no que concerne ao crescimento econômico, mas ganha do ponto de vista dos movimentos e da participação popular. A luta pela redemocratização, e nela o papel que desempenharam os movimentos sociais urbanos, colocou na ordem do dia não apenas o tema da participação popular, mas a necessidade de conferir legitimidade aos novos governos democráticos pela inclusão dos interesses da sociedade civil na formação da agenda de medidas a implementar.

Em Salvador, entre os anos de 1982 e 1985, houve um período em que a correlação de forças entre o executivo e o legislativo municipal era inédita, já que, na câmara o grupo de oposição ao executivo tinha a maioria dos vereadores. Com isso, a oposição demonstrava bastante força em aprovar projetos não submetidos aos interesses do executivo municipal. Nesse momento, são aprovados três instrumentos básicos da legislação urbanística, seguindo os estudos do PLANDURB (Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador - PLANDURB elaborado pelo Órgão Central de Planejamento - OCEPLAN da Prefeitura, entre 1975 e 1978). De desejada importância simbólica para o avanço do tema da participação no planejamento urbano, em 14 de dezembro de 1983 é aprovada a Lei Municipal do Processo de Planejamento e Participação Comunitária, no 3.345/83, produto dos estudos do PLANDURB. Essa lei define o conceito de:

Processo de Participação Comunitária - conjunto de procedimentos, determinados por normas específicas e apreciadas previamente pelo CONDURB, que assegura a articulação entre a Administração, a Câmara Municipal e a Comunidade, no sentido de fazer com que os interesses coletivos consubstanciem as diretrizes e metas do planejamento urbano. (Lei Municipal, no 3.345/83 Artigo 2o, parágrafo 3)

Outros conceitos essenciais são definidos nessa lei, tais como: Planejamento Urbano, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Planos Específicos (divididos em dois níveis, Planejamento Setorial, e Planejamento Urbanístico das Unidades Espaciais). Essa lei é regulamentada pelo Decreto Municipal no 7.139, de 5 de setembro de 1984, onde consta a definição dos procedimentos nos quais se dará a participação comunitária, com relação ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Esses procedimentos ficam assim definidos no decreto, em seu Artigo 9o:

I - convocação da comunidade, através de edital divulgado na imprensa falada e escrita, contendo as instruções mínimas para a participação no processo de apreciação da primeira minuta do Plano;

II - organização de uma exposição em local central, contendo material informativo sobre a minuta do Plano, formulários padronizados com as instruções sobre a participação comunitária e questionários para registro das sugestões apresentadas e com a presença de técnicos capacitados a prestar esclarecimentos aos interessados;

III - distribuição, mediante solicitação, da primeira minuta do Plano aos representantes da Câmara Municipal, às entidades comunitárias, aos órgãos e entidades de classe representativos dos profissionais liberais e empresariais, aos órgãos de consultoria com tradição de planejamento na cidade, aos órgãos da Administração direta e indireta, municipais, estaduais e federais que realizem intervenções diretas e/ou indiretas no Município, solicitando análise da documentação e sugestões quanto ao trabalho apresentado no parágrafo único deste artigo;

IV - organização de seminários para públicos diferenciados, em locais diversos previstos no edital para apresentação e discussão da primeira minuta do Plano, ao longo dos primeiros 30 (trinta) dias de prazo previsto no parágrafo único deste artigo;

Parágrafo único - os procedimentos previstos neste artigo, não poderão ultrapassar 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da convocação a que se refere o inciso I.

Até então, ainda sob a demonstração de força do poder legislativo municipal frente ao poder executivo, acontecem os outros dois principais desdobramentos legislativos do PLANDURB. Foram as instituições legais da Lei de Ordenamento e Uso do Solo (Lei nº 3.377, de 23 de julho de 1984), e a Lei do Plano Diretor (Lei nº 3.525, de 11 de setembro de 1985) que teria validade até o ano de 1992. Porém, até o final da década de 90, a Lei Municipal do Processo de Planejamento e Participação Comunitária, nº 3.345/83, não tinha sido posta em prática. Em 1999, Sampaio afirma que “essa lei nunca foi amplamente divulgada, assumida e sequer motivou ações concretas por parte do executivo nem do legislativo [...] na prática não é obedecida por qualquer instância” (SAMPAIO, 1999, p. 292). Com a regulamentação do Estatuto da Cidade em 2001, essa situação será alterada, como veremos mais adiante neste texto.

De todo modo, os movimentos sociais deflagrados na segunda metade dos anos 1970, e que acumularam força no curso dos anos 1980, haviam politizado a agenda das demandas com respeito ao acesso à moradia e aos serviços públicos nas cidades em expansão. Com esse fato, alguns gestores públicos adquirem o sentido da necessidade política de inclusão da sociedade civil, questionando a operação dos interesses imobiliários e econômicos atuantes no âmbito urbano.

Essa realidade repercute também, do ponto de vista das formulações técnicas que aparecem na década de 1990, assim;

O Banco Mundial primeiramente introduz a noção de “governança” como meio de assegurar a eficiência do setor público e o estabelecimento de uma estrutura legal, capaz de impor regras claras ao jogo do mercado. Mecanismos que assegurem a responsabilização dos administradores públicos, assim como a ampla difusão das

informações e a participação de representantes do público na tomada de decisão, compõem ainda, essa noção de governança renovada pela proposta de participação mais intensa da sociedade civil, como meio de controle social sobre os governos. (SILVA, 2000 *apud* PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 2)

Em 2001, depois de quase dez anos de estudos por parte do poder legislativo, é sancionada e entra em vigor no Brasil a Lei Federal de nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade, marco referencial para a regulamentação do capítulo da política urbana constante da Constituição Brasileira de 1988.³⁸ Tal capítulo é, ele próprio, uma evidência de como a questão da gestão pública das cidades sai radicalmente reformada na consciência política e social, a partir das ações dos movimentos sociais urbanos na década anterior, que se refletem no curso da redemocratização da sociedade brasileira e da nova institucionalidade que surge a partir desse momento.

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.³⁹ (Art. 182 da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

O Estatuto da Cidade dá diretrizes de política urbana nos níveis federal, estadual e municipal. O Estado assume a responsabilidade de estabelecer condições para o aumento da

³⁸ Nos artigos 182 e 183, Capítulo II, contido no Título VII que trata da ordem econômica e financeira.

³⁹ São parágrafos e incisos desse artigo:

§ 1o - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2o - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3o - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4o - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

influência de agentes sociais tradicionalmente excluídos, exigindo a participação destes nos processos de elaboração, implementação e revisão de leis urbanísticas. De acordo com o Estatuto, a participação da sociedade é condição necessária ao processo de planejamento, que dela não pode prescindir. A participação social em decisões sobre o destino da cidade passa a estar, assim, na ordem do dia não apenas do ponto de vista dos anseios dos movimentos, mas também do ponto de vista da legislação e dos procedimentos práticos, tal como institucionalizados no país a partir de então. Uma das diretrizes gerais descritas é:

a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (Capítulo 1 Art. 2º do Estatuto da Cidade, 2001)

Com isso, o estímulo e a campanha pela elaboração e aprovação de planos diretores no Brasil, em decorrência da aprovação do Estatuto em 2001, no qual estava atrelada a exigência de que todas as cidades com mais de 20 mil habitantes tivessem um plano diretor participativo em até 5 anos, trouxe novos desafios para os profissionais e representantes do Poder Público. Com a ênfase na participação da população em todas as etapas do processo, urbanistas, economistas,

arquitetos, geógrafos, engenheiros e demais profissionais envolvidos nos planos diretores, perceberam que não possuíam em sua formação um conhecimento aprofundado sobre metodologias participativas e técnicas de interação com a população com vistas à tomada de decisões em grupo. (SABOYA e KARNAUKHOVA, 2007, p. 2)

Outro ponto importante para a compreensão está contido no capítulo III do Estatuto da Cidade, que versa sobre o Plano Diretor em seu artigo 40 no parágrafo 4º determinando que

No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

(Parágrafo 4o, Art. 40 da Lei No 10.257/2001, Estatuto da Cidade)

Em 2003 foi criado o Ministério das Cidades, que realizou naquele ano a 1ª Conferência Nacional das Cidades, onde foram mobilizados 62,1% dos municípios brasileiros.⁴⁰ Dentre as principais definições dessa conferência está a criação do Conselho Nacional das Cidades,⁴¹ que delibera então acerca das mais diversas matérias relativas à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU por meio de suas resoluções. Numa dessas resoluções, a de nº 25, de 18 de março de 2005, é aprofundada a maneira de como é colocada, na legislação brasileira, a publicidade no processo de elaboração dos planos diretores urbanos no Brasil, e são feitas as seguintes recomendações e orientações no seu artigo 4º:

No processo participativo de elaboração do plano diretor, a publicidade, determinada pelo inciso II, do § 4o do art. 40 do Estatuto da Cidade, deverá conter os seguintes requisitos: I – ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponíveis; II - ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas

⁴⁰ Cerca de 320 mil representantes da sociedade civil organizada e do poder público em 3.457 dos 5.563 municípios do país. Ver: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conferencias-das-cidades>. Acesso em 20/06/2014.

⁴¹ Veio a ser regulamentado em 2 de abril de 2004, como um órgão colegiado permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, e que seria constituído na época por 70 conselheiros, divididos entre 30 representantes do poder público (43%) e 40 representantes da sociedade civil (57%). Hoje a composição é de 86 titulares, sendo 37 representantes do poder público e 49 representantes da sociedade civil, mantendo a mesma proporção de 43% e 57%. Ver: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conferencias-das-cidades/1a-conferencia-das-cidades/resolucoes-concidades/Resolucoes1Conferencia.pdf>. Acesso em 20/06/2014.

sobre o plano diretor com antecedência de no mínimo 15 dias; III - publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo. (BRASIL, 2005)

Como um dos resultados das novas legislações, é notável que organizações da sociedade civil e movimentos sociais passaram a reivindicar a democratização do Estado por meio da participação nas decisões acerca das políticas públicas. A inscrição constitucional da participação como princípio de organização e de gestão do Estado brasileiro, o Estatuto da Cidade e as resoluções decorrentes dele, são a concretização (em forma de lei) do atendimento à demanda social pela participação no campo do planejamento urbano em confronto com a tradicional hegemonia especulativa do mercado imobiliário.

As diferentes contingências históricas, políticas e sociais entre as cidades européias, norte americanas e latino americanas não permitem relação direta entre os avanços de suas legislações no quesito da participação popular e a construção democrática do espaço urbano. No Brasil, mesmo com a ênfase sobre o tema, a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade não garantem de fato a gestão democrática das cidades. Muitos autores recentemente têm se dedicado a observações e análises sobre as consequências práticas de tais legislações no desenvolvimento das cidades brasileiras na contemporaneidade. Leonardo Pessina em artigo que discorre sobre esses mecanismos legais afirma que o “Brasil tiene en sus manos una legislación urbana ejemplar, paradigma en el mundo entero, y sin embargo no la aplica, rindiéndose a los intereses de los especuladores inmobiliarios”. (PESSINA, 2012, p. 92)

Em trabalho com alguma proximidade conclusiva, Goulart, Terci e Otero (2015) reconhecem o avanço da participação social preconizada no Estatuto da Cidade em “relação a tradição de planos tecnocráticos”, mas concluem que a virtude dos Planos Participativos resultantes da atual legislação “não diz respeito à efetiva capacidade decisória compartilhada com

representantes da sociedade civil - com efeito, modesta -, mas seu significado simbólico e no seu caráter pedagógico”, e afirmam ainda que “embora as instituições contem no cômputo geral, a política faz (enorme) diferença” de modo que a agenda participativa exigida pelo Estatuto

é claramente uma imposição institucional. Não obstante a obrigatoriedade do desenho institucional, como as regras do jogo são genéricas, os formatos adotados variam conforme as predileções do governo de turno.” (GOULART, TERCI e OTERO, 2015, p. 133)

Mesmo nos países de economia sólida, o capital mundial integrado tem forte ascendência sobre grandes intervenções e eventos urbanos, porém, de toda forma, nesses lugares há uma mínima distribuição de infra estrutura e serviços urbanos. O fundamental é que cresce o interesse sobre a necessidade de maior participação legítima e democrática, enquanto a aplicação dos possíveis efeitos deste maior interesse se distancia, por fatores variados, aparentemente alimentando a falência da democracia, e conduzindo a reflexão ao sentido do ambiente heterotópico da questão urbana na contemporaneidade.

De todo modo, minhas reflexões apontam aqui para a possibilidade exposta no trabalho de Beth Fernandes (2013) que, embora reconheça que instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, como por exemplo as audiências públicas, vêm se tornando “mero rito formal” nas quais usualmente ocorrem apresentações técnicas “em linguagem nem sempre adequada” e que “não há compartilhamento de conhecimento”, o ponto de partida para qualquer ação de desenvolvimento da participação social no Brasil “depende de que a comunicação seja feita de igual para igual, ou seja, é preciso se colocar no lugar do outro” (FERNANDES, 2013, p. 311). Neste sentido, retomo o que já observei anteriormente, que um processo democrático de planejamento urbano participativo, é aquele que se apóia no diálogo e no entendimento entre os sujeitos, como base da racionalidade humana.

1.5. A comunicação e o planejamento urbano

A globalização da economia exclui do desenvolvimento territórios e cidades e [...] impõe aos países periféricos do capitalismo reformas políticas e institucionais que crescentemente diminuem a capacidade nacional e local de controle da sua historicidade. (RIBEIRO e JUNIOR, 2003, p. 94)

Para criar um caminho de planejamento e gestão urbana que contrarie essa tendência mundial, é enorme a variedade de aspectos que necessitam de amadurecimento e evolução, tais como: a estrutura do Estado, os instrumentos que garantam o direito à cidade, a legitimidade do processo político, a distribuição dos investimentos públicos, entre outros.

Interessa às reflexões aqui colocadas um desses aspectos: o processo participativo definido pelo Estatuto da Cidade em 2001, e que vem sendo praticado de diferentes formas. Mais especificamente, qual a potência e de que maneira os agentes envolvidos se utilizam da produção e uso de imagens audiovisuais na implementação de processos participativos. Considerando que a participação pode ser potencializada através da difusão audiovisual de conceitos básicos relativos aos problemas urbanos e também da revelação dos conflitos e agentes atuantes na construção do espaço urbano, surge a hipótese de que se a importância dessa difusão for reconhecida pelos envolvidos no processo, a articulação entre planejamento, educação, comunicação e participação pode ser potente em uma consciência coletiva atuante e esclarecida da sua realidade, para além da legislação já existente.

Essa é uma tarefa difícil, pois segundo Armand Matterlart (sociólogo estudioso das teorias da comunicação), na sociedade global da informação as dinâmicas dominantes de expansão dos monopólios e das lógicas de rentabilidade financeira limitam a capacidade coletiva no desenvolvimento de inovações de interesse geral (MATTELART, 2005, p. 21). Mas, de qualquer

modo, em relação aos debates de problemas sociais (e aqui incluímos a falta de participação no planejamento urbano como um desses problemas) atualmente:

uma nova configuração de atores sociais e profissionais, tanto em nível nacional como internacional, começou a se distanciar das dinâmicas dominantes e a retomar a questão das tecnologias da informação e da comunicação. (MATTELART, 2005, p. 13)

As tecnologias da informação e da comunicação são entendidas aqui como aquelas que se referem a inovações aplicadas em um ambiente de divisão dos conhecimentos, contrário à noção singular de “sociedade global”, onde os modos específicos “de apropriação das tecnologias são resultado da diversidade das configurações de atores inscritos nos contextos institucionais, culturais, industriais e políticos” (MATTELART, 2005, p. 14).

Esses modos atuais de apropriação tecnológica nos lançam sobre a esperança de que, baseado no conceito desenvolvido pelo filósofo Félix Guattari (1987), as revoluções moleculares derivadas dessas tecnologias de produção de conteúdo informacional e comunicacional, sejam continuamente aprimoradas em direção ao fortalecimento dos espaços de debates democráticos e atenda aos anseios e necessidades da coletividade em toda a sua heterogeneidade.

Somente uma maneira de pensar direcionada para a mudança do mundo, [...] diz respeito a um futuro que não é feito de constrangimento (futuro como o espaço de surgimento inconcluso diante de nós), e a um passado que não é feito de encantamento. (BLOCH, 2005, p. 18)

Assim, assumindo a idéia de que o planejamento urbano participativo, em parte é um processo de educação da população para o desenvolvimento de sua cidadania, seria condição básica então o entendimento das ferramentas comunicacionais pelos profissionais envolvidos no plano.

Nos casos de pequenos municípios, ou bairros de médias e grandes cidades, para melhorar o entendimento do processo de elaboração do plano pela comunidade, essas ferramentas de comunicação podem ser bastante simples, como alguns cartazes em lugares de muita movimentação, um carro de som anunciando as audiências públicas, faixas nas praças, conversas com líderes comunitários, etc. De todo modo, a conformação complexa da sociedade contemporânea na era da informação (independente do tamanho das cidades) lança um desafio enorme aos diálogos e entendimentos coletivos.

Numa democracia de massa, não há como estabelecer consensos, reconhecer as questões relativas ao bem comum e as posições em disputa eleitoral sem que se passe por um tal meio essencial de sociabilidade. (GOMES e MAIA, 2008, p. 134)

Esse tal meio essencial de sociabilidade vem sofrendo alterações, mas ainda pode ser identificado como o sistema de comunicação de massa existente, mesmo que os conteúdos propagados por esse sistema não representem satisfatoriamente a coletividade,

na sociedade contemporânea, não há espaço de exposição, exibição, visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema de comunicação de massa. (GOMES e MAIA, 2008, p. 118)

Dessa forma, a sociedade contemporânea é entendida aqui como uma sociedade estruturada e ambientada, em grande parte, pela comunicação, como uma verdadeira “Idade Mídia”, em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea, em seus diversos campos. De todo modo, indo adiante da mera dimensão financeira e lucrativa da comunicação, pode-se propor uma presença mais abrangente das mídias, conformadas como rede, como infra-estrutura de comunicação, que torna possível características de uma nova circunstância societária, pois a articula e a molda como uma totalidade (RUBIM, 2000, p. 2 e 4).

Ou seja, há a constatação de que deve-se saber retirar todas as potencialidades da tecnologia da informação e adequar ferramentas aos modelos e graus de participação desejados em cada processo específico. Isto significa saber reconhecer as necessidades de informação dos vários públicos envolvidos, mas também as formas pelas quais ele está capacitado a absorvê-las, que também tem a ver tanto com os papéis desempenhados por esses públicos distintos na formulação de políticas e intervenções urbanas, como com as formas pelas quais as representações do espaço e os recursos para operá-las são disponibilizados. (PEREIRA e ROCHA, 2005, p. 1)

Vários são os meios de comunicação disponíveis para a mobilização social, a saber:

1. Aqueles que poderíamos chamar de curto alcance, que são peças físicas pontuais como cartazes, faixas, panfletos, televisores ou projetores de imagem os quais pela sua própria natureza, atingem um número significativo de parcela da população apenas se a escala de ação do processo tiver uma área relativamente adequada a área total a ser mobilizada, e principalmente também se estiverem localizados fisicamente em pontos estratégicos de alta exposição.

2. Os jornais e revistas impressos. Nesse caso específico, apesar de serem os veículos mais receptivos e significativos, estando presentes por muito tempo nas discussões relativas ao planejamento urbano, seus fatores limitantes podem residir no fato de que os leitores alcançados podem ser apenas uma pequena parcela da população das cidades; e o perfil da população de leitores que é atingida pelo veículo normalmente não reflete necessariamente o cidadão comum que necessita das decisões do planejamento, o que ocorre também com a internet.

3. A internet, que pode ser entendida como o mais promissor meio na capacidade de interação com a população, no seu aspecto de acesso quase instantâneo a informações antes muito difíceis de serem capturadas por um cidadão comum. Nesse meio, dependendo da multidão a ser mobilizada, o fato de que mesmo tendo acesso a rede por meio dos dispositivos móveis (como

smartphones) a grande maioria da população não tem como forma complementar ao acesso, nem a cultura do uso desse acesso por interesse político participativo, nem o conhecimento técnico básico necessário (ou mesmo interesse em conhecer), e essa situação acaba por afastar ainda a internet em ser a melhor ferramenta para exposição dos problemas e seus agentes do processo decisório no planejamento urbano. Outras questões resultantes da internet, como o grande acúmulo de informações abertas em rede (*bigdata*) para novos modelos de gestão das cidades (as chamadas *smartcities*), apontam para uma crença demasiadamente positivista da tecnologia como solução infalível para os problemas urbanos, como será observado no início do item 2.3 no próximo capítulo.

4. Por último, temos os meios de comunicação de massa propriamente ditos: o rádio e a televisão. Esta última, como acontece em praticamente todos os países ocidentais, "tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população" (BORDIEU, 1997, p. 23). Não por acaso, esse ainda é, na segunda década do século XXI, o principal veículo de comunicação publicitária de produtos comerciais, e em campanhas eleitorais para os mais diversos cargos públicos do poder executivo no Brasil.⁴²

Nem de longe se pretende aqui qualquer exatidão com respeito ao papel da comunicação, na capacidade de organização política da sociedade brasileira. De qualquer forma, e apesar de não fazer parte desse trabalho, não deixa de ser relevante, social e analiticamente, conhecer a diversidade de formas de montagem e editoração de narrativas utilizadas na mobilização social, que podem ser apropriadas em processos coletivos urbanos.

Estes acima citados são os veículos para as ações e requisitos de publicidade presentes no artigo 4º da resolução de nº 25 do Conselho das Cidades, do Ministério das Cidades do Governo

⁴² Segundo levantamento quantitativo domiciliar sobre os hábitos de consumo de mídia pela população brasileira, realizado em 2014: 73% da população assiste televisão todos os dias, durante 4 horas e 31 minutos em média diariamente (BRASIL, 2014, p. 15).

Federal. Essa afirmação aproxima a legislação ao conceito de publicidade no qual esta última “é a propriedade de coisas, fenômenos, pessoas e circunstâncias na medida em que elas estão visíveis e disponíveis para uma espécie de conhecimento comum” (GOMES e MAIA, 2008, p. 129).

Porém, se mesmo a publicidade de fins não comerciais (a chamada publicidade social) for organizada apenas segundo a lógica comercial de captura de atenção (GOMES e MAIA, 2008, p. 137), não representará um instrumento importante para o planejamento urbano participativo, simplesmente porque na elaboração de um plano diretor,

as razões oferecidas para a tomada de decisão devem ser: primeiro, partilhadas por todos que irão ser submetidos a elas; segundo, deverão ser compreensíveis de forma tal que todos aqueles que façam parte do processo deliberativo possam entender as propostas. (PEREIRA, 2007, p. 439)

A fim de extrapolar a lógica primária de captura de atenção, a publicidade no planejamento urbano a qual é pretendida como compartilhamento de razões e de entendimento coletivo de propostas, deve ser integrada com o próprio processo de planejamento enquanto conteúdo e forma definidores das ações comunicativas.

O planejamento de comunicação consiste numa importante ferramenta, na medida em que deverá orientar, através de um documento formal, as ações de comunicação. Trata-se de uma forma organizada e científica de diagnosticar [...] estabelecendo estratégias e ações que venham a cumprir os objetivos delineados. (BROCHAND, LENDREVIE, RODRIGUES e DIONÍSIO, 1999 *apud* NOGUTI, 2005, p. 14)

O plano de comunicação, enquanto definição das estratégias e peças de publicidade social, deve então fazer parte do desenvolvimento de qualquer proposta que se diga participativa de planejamento urbano. Para o planejador, é preciso a apreensão e atualização dos conceitos chaves

no planejamento de comunicação. Podemos exemplificar esses conceitos como: definição de públicos alvo, escolha dos meios, tempo de veiculação, audiência, cobertura, custos, entre outros (NOGUTI, 2005, p. 22).

Em qualquer situação de planejamento deve haver um plano ou estratégia de comunicação, variando o tamanho e outras especificidades de cada situação, variará também o tamanho e os objetivos da comunicação. As próprias prefeituras e câmaras de vereadores enquanto agentes públicos se utilizam em muitas situações, do planejamento de comunicação para conseguir objetivos de promoção institucional, ou de mudanças de comportamento com campanhas publicitárias para os mais diversos fins, como por exemplo, campanhas preventivas para o trânsito, campanhas para aumento de arrecadação do Imposto Predial, Territorial e Urbano - IPTU, entre outras. De todo modo, essa utilização precisa da lógica de captura de atenção, mas muito além disso, carece incorporar os diálogos sociais em múltiplos sentidos de fluxos de informação. Ou seja, não apenas a informação dos poderes institucionalizados para o cidadão, mas também no sentido contrário, e entre os cidadãos e entre as instituições.

E la mayoría de las experiencias conocidas de planeación de la política de la comunicación para el desarrollo urbano, las mediaciones simbólicas son pensadas como un dispositivo técnico de reconstrucción de la imagen interna, a fin de tratar de crear identidad colectiva como ciudad, orgullo cívico y, desde luego, atraer nuevas inversiones y personal cualificado reduciendo, a cambio, la capacidad de autodeterminación de los actores locales. [...] Conviene por ello comenzar a pensar la lógica de la comunicación, la ciudad y la ciudadanía desde otros parámetros distintos al paradigma o enfoque del marketing urbano, definiendo una agenda y líneas de desarrollo de investigación e intervención social basadas en el lenguaje de los vínculos y en la reivindicación de lo procomún. (CABALLERO, 2010, p. 166)

Nesse processo comunicacional, o papel da produção e uso de imagens audiovisuais é central enquanto construção narrativa de conteúdos informacionais que alimentam os discursos, contra-discursos, os diálogos nos entendimentos e conflitos. As imagens são componentes dos fluxos das ações nas relações de poder na contemporaneidade líquida da informação, e pela perspectiva do desenvolvimento urbano pode assim se constituir em ferramenta nas práticas e constituições espaciais.

Capítulo 2 - A imagem em experiências participativas

A imagem tem inúmeras atualizações potenciais, algumas se dirigem aos sentidos, outras unicamente ao intelecto, como quando se fala do poder que certas palavras têm de “produzir imagem”, por uso metafórico, por exemplo. (AMOUNT, 1993, p.7)

O conceito de imagem em geral abarca um vasto e diversificado domínio da atividade humana, por isso não se pode antes de adentrar em reflexões deixar de registrar essa multiplicidade de sentidos em uma palavra. Porém as reflexões aqui colocadas se relacionarão apenas a uma variedade de imagens, as que possuem forma visível, e que no decorrer do texto serão tratadas de acordo com suas naturezas, usos e modos de produção específicos.

2.1. A imagem visual

O ato de ver (ou perceber) uma imagem se caracteriza fisicamente pelo emprego de diversos órgãos especializados do corpo humano, basicamente resultando de operações distintas (e sucessivas) óticas, químicas e nervosas. Porém, além da imagem em si, a percepção visual também é constituída pela intelecção, cognição, memória e desejo daquele sujeito que olha a imagem. Por outro lado, esse espectador efetiva a visão das imagens em um contexto multiplamente determinado: social, institucional, cultural, técnico e ideológico. “É o conjunto desses fatores situacionais, se assim se pode dizer, fatores que regulam a relação do espectador com a imagem, que chamaremos de dispositivo” (AMOUNT, 1993, p. 9 e 12).

Desde sempre, as imagens são produzidas para determinados usos individuais ou coletivos, que, em essência, se estabelecem sob relações de poder contingentes. Este aspecto político da produção de imagens pode ser uma referência de análise interessante que perpassa desde a dimensão espacial plástica do dispositivo (elementos concretos e abstratos como linhas, áreas,

formas, cores, luminâncias, tamanhos, molduras, centramentos e descentramentos, enquadramentos e pontos de vistas) até a dimensão temporal do dispositivo, enquanto encontro do tempo de realização da visão da imagem com o tempo de existência da própria imagem. (AMOUNT, 1993, p. 139 a 199)

A imagem estática proporciona o rastreamento das informações de modo a usar a quantidade de tempo que seja necessária para saciar a visão, se o suporte permitir e o espectador tiver interesse. Por outro lado, a imagem em movimento (restringindo ao vídeo, televisão e cinema enquanto sequências de imagens) disponibiliza o tempo e ritmo das imagens para a visibilidade de seus conteúdos a partir dos interesses e decisões do seu agente produtor no momento da sua montagem sequencial junto com os recursos sonoros, e por isso audiovisual.

O que se pretende com essas colocações sobre o dispositivo da imagem visual enquanto objeto destas reflexões é o registro de que os diversos tipos de produções da imagem visual e seus elementos constituintes se relacionam com contextos históricos de entendimentos, interesses e poderes diversos. Ou seja, tanto a dimensão temporal do dispositivo (tempo de realização da visão da imagem e o tempo de existência da imagem, de exibição) quanto os elementos da dimensão plástica revelam os exercícios de poder entre os agentes envolvidos, onde os enquadramentos e os pontos de vista apresentados são exemplos desses elementos fortemente marcados pelos aspectos ideológicos.

Dessa forma, o que pode uma imagem? E a produção de uma imagem audiovisual? E o que pode, então, esta imagem com relação à construção do espaço físico? Questão complexa, e cuja resposta acredito deva ser constituída de gradações simultâneas entre o pode tudo e o nada pode. Uma imagem produzida pelo homem não pode, de fato, intervir diretamente ela mesma, como ferramenta física no espaço. Desta perspectiva inicial, ela é apenas a representação de algo, de uma idéia ou memória que transmite um informação, e pode comunicar qualquer aspecto sobre coisas já

existentes. Este aspecto é dialético a possibilidades complexas de ameaça a essas existências, como rupturas provocadas por novos fluxos de informações, que resultam em novas ações e intervenções no espaço físico, sendo até então a imagem a própria representação do que ainda vai ser construído no espaço físico.

Por outro lado, essas conexões destes fluxos também não estão restritas a uma redução política dos dispositivos imagéticos. O fazer, circular e apreender imagens tem características simultâneas irregulares e dúbias, com motivações sem limites entre a política e outras intenções, como a aprendizagem prazerosa no uso de novas tecnologias, por exemplo. De todo modo, minhas reflexões seguem no interesse da compreensão dos aspectos das táticas e estratégias coletivas de intervenção no espaço construído. Como compreender a produção, uso e circulação das imagens audiovisuais que alcançam e provocam ações na constituição do espaço construído, sendo então ações de naturezas ao menos comunicativas e, por que não, também políticas.

2.2. A produção audiovisual e algumas experiências participativas

Do ponto de vista perceptivo, o espaço refere-se sobretudo à percepção visual e à percepção “háptica” (percepção ligada ao tato e aos movimentos do corpo); dessas duas percepções, é aliás a segunda que nos dá o essencial de nosso “sentido do espaço”, e a vista aprecia sempre o espaço em virtude de sua ocupação por um corpo (AMOUNT, 1993, p. 221).

Processos de construção do espaço (com planejamento ou não) envolvem as subjetividades e são componentes dos estratos contemporâneos da produção humana entre o simbólico e o concreto. Esses processos demandam compreensões do espaço a ser alterado, e para isso a representação desse espaço sempre se efetiva como ferramenta de trabalho dos agentes do processo.

Plantas, cartografias históricas e temáticas, desenhos, gravuras, pinturas, pôsteres, cartões postais, fotografias, fotogramas.... o uso da imagem tem uma tradição

relativamente antiga no âmbito disciplinar da história da cidade e do urbanismo e, no entanto, esta utilização não tem merecido estudos específicos e sistematizados sobre seu papel constitutivo nas narrativas urbanas. Enquanto isso, as novas tecnologias da informação e comunicação permitem que estas imagens não apenas apareçam em super-abundância, graças a reprodução digital e a Internet, mas também apareçam sob novas formas de configurações facilitadas por procedimentos de montagem. O que vemos é uma opinião pintada, desenhada, fotografada, enfim, registros, mas também formas de montagem entre diferentes registros, que obedecem a determinados programas ideológicos. (COSTA, 2015, p. 1)

Enquanto os processos de construção do espaço sem qualquer planejamento (ocupações espontâneas ou informais, por exemplo) normalmente não se baseiam na busca da representação espacial enquanto estudo sobre as intervenções, os eventos de planejamento do espaço construído lançam mão da representação espacial desde as idéias iniciais de projeto. De todo modo, a representação do espaço possui uma variação textual enquanto relato de elementos que constituem um espaço determinado, como descrições textuais de áreas delimitadas por marcos em escrituras de posses imobiliárias rurais por exemplo, ou até mesmo descrições textuais de fotografias ou mapas. Por outro lado, a representação espacial enquanto imagem visual portadora de conceitos e sínteses imagéticas potencializa a transmissão de informações das mais diversas sobre um determinado espaço ou ambiente. Esta afirmação encontra conformidade com o desenvolvimento virtuoso das mais diferentes formas de representação visual de elementos a serem construídos espacialmente, desde os mais antigos registros de artesãos, escultores, engenheiros, arquitetos e urbanistas, por exemplo, até a enorme quantidade de informações visuais oferecidas na contemporaneidade.

Neste ponto da reflexão, se observa o paradoxo entre a inutilidade de enormes quantidades de dados armazenados que não carregam sínteses para uma melhor compreensão do objeto de

estudo, em contraste com a fácil compreensão de uma única imagem bem produzida, carregada por informações claras e sintéticas de pensamentos aprofundados.

Encontramos, por ejemplo, series infinitas de mapas temáticos presentados como resultados de largos y arduos trabajos de investigación, con el fin de elaborar planos directores de ciudades que lograron distanciar nuestra percepción de la realidad histórico-social de la ciudad, contrariamente a lo que deberíamos esperar. (COSTA, 2009, p.10)

Sob esse aspecto, o poder da produção de imagem visual como ação comunicativa possui alguns registros interessantes enquanto batalhas políticas por alterações nos regimes de visibilidade vigentes, com ou sem rebatimentos diretos no espaço urbano. Um primeiro exemplo, que não se trata nem de uma imagem visual de qualidade plástica e nem propriamente de uma ação de mobilização social, qual seja: no plano de extensão e reforma para a cidade de Barcelona, realizado por Ildelfons Cerdá em meados do século XIX, a visualização de uma tabela cartesiana de coordenadas geográficas (a negação narrativa da imagem visual de uma ilustração ou mapa) indica a localização das torres das muralhas romanas que, ao enfoque de Cerdá, oprimiam a cidade velha. A inclusão dessa tabela numérica como representação gráfica de enormes elementos construídos, frente a inúmeras outras ricas representações gráficas como ilustrações e mapas contidas no plano, aparenta transmitir a negação visual do que se pretendia anular da caótica cidade velha, e mobilizar apoios para a construção da nova cidade moderna racional.

La ciudad existente es el gran apoyo que Cerdà necesita para su Ensanche, y funciona como el gancho que permitirá arrancar su proyecto de ciudad nueva. Se trata de sintetizar todo el caos que significa la ciudad existente, en fórmulas y directrices racionalizadas que sirvan al modelo que busca para la ciudad nueva. En este contexto, la abstracción con que describe las murallas de la ciudad es sintomático: el primer recinto amurallado además de ser descrito al modo de las

guías de la época, se traduce en un cuadro numérico, “con la fuerza inflexible de sus guarismos”; reduce el testimonio histórico de las murallas romanas y el carácter opresor del último recinto a un modelo racional y cartesiano propio de una visión moderna inspirada en la precisión de la máquina: “1 - N 47o 12’’ E - 24’4...”; más que una descripción de la muralla, su tabla constituye un ejemplo claro de la utilización de la ciudad existente como un laboratorio a partir del cual extraer las fórmulas ideales para el proyecto de la ciudad nueva; su modelo antitético. ¿Qué otro sentido tendría la indicación en coordenadas de la muralla? (COSTA, 2011, cap. II)

Como já dito, cada imagem, enquanto componente de dispositivo visual, produzida para um processo de interferência no espaço construído (assim como qualquer imagem) possui elementos nas dimensões temporais e espaciais (plásticas) e, de certa forma, os exercícios de poder se fazem notar nas leituras desses dispositivos enquanto produção humana.

Durante o século XIX, algumas cidades inglesas sofreram inéditas alterações decorrentes das urgentes demandas urbanas geradas pela revolução industrial, e tais demandas foram também reforçadas pelas imagens alarmantes da situação urbana produzidas por ilustradores e fotógrafos como Gustave Doré e Thomas Annan (FLANDERS, 2014). Nessa época também são impactantes para os grandes centros urbanos as novas imagens urbanas da Paris de George Haussmann. Com a popularização da técnica fotográfica e seu valor documental, administradores de grandes cidades em todo o mundo começaram a recorrer aos álbuns fotográficos como documentação de registro das melhorias urbanísticas realizadas por suas ações, como a cidade do Rio de Janeiro de Pereira Passos no início do século XX (ARAÚJO, 2014).

Entre os anos de 1931 e 1937, novas idéias de arquitetura e urbanismo foram difundidas de forma marcante pela edição da revista espanhola A.C. (Actividad Contemporánea) criada e produzida pelo grupo GATEPAC (Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de

la Arquitectura Contemporánea), na qual o uso de fotografias e gravuras apoiava um discurso de modernização, tanto nas técnicas construtivas e de projeto, quanto na abordagem dos problemas sociais urbanos (COSTA, 2008; LLONCH, 2014; CID, 1972).

Entre a Ucrânia e a Criméia, Alexandre Medvedkine, um socialista a serviço do exército soviético, em 1932, realizou 6 viagens a bordo do cine-trem nas quais “Medvedkine e seus 31 colaboradores fizeram 18 números de um cinejornal e 53 filmes de propaganda” (KAHALE e VIEIRA, 2011, p. 142).

No trem equipado com câmera, laboratório e sistema de projeção, Medvedkine englobava o processo completo de realização e distribuição de um filme. Nas paradas, falava com as pessoas, ouvia suas críticas, fazia os filmes com elas e fazia avançar a revolução. (MERTEN, 2011)

Como parte do dispositivo do cine-trem, a tecnologia utilizada da película cinematográfica com seus processos técnicos e custos de produção foi incorporada como dinâmica de ação comunicativa num determinado contexto, promovida pela instituição do estado soviético como mobilização social, porém sem pretensão imediata de interferência no espaço construído, ou consequências imateriais e subjetivas na constituição de cidades socialistas soviéticas, mesmo que apenas como suposição.

De maneira diversa e insurgente, enquanto não apoiada pelo sistema ideológico hegemônico do seu entorno como os dois exemplos citados (Barcelona de Cerdá, e o Cine-Trem de Medvedkine), outros exemplos documentam o aspecto da imagem produzida como difusão na sociedade de massa de questões invisíveis ao ideário hegemônico ocidental, e aconteceram no momento de nascimento da aplicação das tecnologias da fotografia e cinematografia para grandes públicos, entre o final do séc XIX e início do século XX. Entre esses exemplos estão o Cinema do

Povo em Paris,⁴³ o cinema negro norte-americano,⁴⁴ os filmes e revistas das ligas fotográficas e movimentos de trabalhadores também nos EUA,⁴⁵ países baixos, Grã-Bretanha, França e Japão,⁴⁶ todos nas décadas iniciais do século XX.

No Brasil, embora não existam arquivos que comprovem a produção de fotos ou filmes insurgentes por grupos organizados no início do século XX, existem registros de 1914 da chamada para formação de um grupo paulista chamado Cinema do Povo, por jornais anarquistas como *A Lanterna* e *A Plebe*, além de notas sobre o cinema como importante difusor de idéias para o combate político. (FIGUEIRA, 2015, p. 6)

A fotografia operária alemã da década de 1920 se insere nesse momento do uso de uma tecnologia relativamente recente que era a fotografia para o jornalismo de massa operário. Com a reformulação na época da imprensa alemã em direção à valorização do profissional fotógrafo, algumas ações foram realizadas pela própria classe operária enquanto agentes produtores de imagens para “difundir fotos que mostrassem a vida do proletariado, sem passar pelos filtros dos interesses da classe dominante” porque “as agências burguesas despejavam pelos meios de comunicação uma quantidade abundante de imagens que serviam para incutir na massa a lógica capitalista” (PALMA, 2006, p. 115 e 116). Assim, com essa característica ideológica da luta de classes pelo exercício de poder

⁴³ Formado em 1913 por cerca de 20 pessoas, o grupo Cinema do Povo (Cinéma du Peuple) “produziu filmes como *Les misères de l’aiguille* (*As misérias da Agulha*, 1914, 13 minutos, Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=hBcBCvaaH6U>), atualidades como *Les obsequies du citoyen Francis de Pressensé* (*O funeral do cidadão Francis de Pressensé*, de mesmo ano, com 1 minutos), *L’hiver! Plaisir des riches! Souffrances des pauvres! (Inverno! Prazer dos ricos! Sofrimento dos pobres!)* e a produção mais conhecida do grupo *A Comuna* (*La commune* 1914, 19 minutos, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AQd1kcoWxps>). (SOTOMAIOR, 2014, p. 48)

⁴⁴ Grupos de realizadores negros norte-americanos produziram filmes que tentavam desconstruir as bem difundidas visões racistas da época com filmes como *The Railroad Porter* (1913), *The Realization of a Negro’s Ambition* (1916), *The Homesteader* (1919), *Within Our Gates* (1920). (Ibidem, p. 58)

⁴⁵ Com a criação da *Worker’s Film and Photo Leagues* (Filmes dos Trabalhadores e Ligas Fotográficas). (Ibidem, p. 50)

⁴⁶ Ibidem, p. 51

foi fundada uma associação de fotógrafos operários que lançou publicação própria – *Der Arbeiter-Fotograf* (O Fotógrafo Operário). A associação e a revista de periodicidade mensal destinavam-se a fornecer formação técnica e política para novos repórteres amadores, oriundos do proletariado. Assim, a idéia era dar instrumentos à classe operária para que, de seu seio, saíssem novos modelos de expressão e comunicação com orientação revolucionária. (PALMA, 2006, p. 116)

Essas e tantas outras experiências com uso da produção imagética podem ser abordadas enquanto dispositivos visuais de conflitos urbanos durante todo o século XX. Em 1967, os operários da fábrica da Rhodia em Besançon na França, iniciaram uma greve (dentre outras neste período) por melhores condições de trabalho, e o cineasta Chris Marker se engaja durante meses realizando o documentário “*À bientôt j’espère*” sobre o processo junto aos trabalhadores mobilizados.

Chris Marker apresenta o filme aos operários e estes se colocam contra o filme, pois dizem que sua abordagem fora muito “parisiense” e que ele era “romântico”. Disseram que ele não havia realizado um filme que mostrasse o ponto de vista dos operários e sim, operários vistos por um olhar de um intelectual pequeno burguês. [...] Ao que Marker responderia, simplesmente: [...] "O filme finalmente que vocês desejam, meus caros, vocês mesmos o farão." (LEONEL, 2010, p.91)

A partir daí, o cineasta empresta seus equipamentos e dá orientações técnicas aos próprios trabalhadores da fábrica “que realizaram 12 filmes entre 1968 e 1973, dirigidos pelos operários com a colaboração de profissionais em funções técnicas” (ESCOREL, 2013). Além dos filmes realizados pelos operários,⁴⁷ o próprio documentário (*À bientôt j’espère*), realizado inicialmente como denúncia e mobilização para as causas operárias, sofre resistências contra sua exibição na televisão. O conjunto dos produtores de reportagens fizeram pressão ameaçando proibir a difusão de suas

⁴⁷ Esse grupo de operários realizadores audiovisuais chamava-se “Groupe Medvedkine” em homenagem ao coordenador do cine-trem soviético da década de 1930.

obras para que o filme entrasse na programação (BURNIER/CORBEL, 1968, p. 88-89), e então finalmente é exibido em canal público de televisão em fevereiro de 1968, com impacto considerável a apenas três meses antes das manifestações de maio daquele mesmo ano na França.

Na O. R. T. F. (*Office de Radiodiffusion Télévision Française*/ Secretaria de Rádio-difusão Televisão Francesa) ele foi mal visto e ameaçado de censura e interdição [...] Mas, seu impacto mais forte foi junto ao público, que se politizou com o média metragem *À bientôt j'espère* (1967). Houve militantes de destaque em Maio, que se radicalizaram na luta operária e que começaram a refletir sobre o proletariado, com a imaginação política que foi impressa em Maio, a partir do contato com este filme em fevereiro do mesmo ano. (LEONEL, 2010, p.92)

Por outro lado, pode-se afirmar que a produção literária da teoria urbana após os movimentos de 1968 na França, marcada por autores como Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey, em alguns aspectos abordava o papel dos movimentos sociais como vanguarda política no início da era pós-industrial. Essa produção influenciou ações de profissionais fotógrafos e cineastas engajados em movimentos sociais de toda ordem na Europa.

No ano de 1973 em Hamburgo na Alemanha, foi criada por um grupo de fotógrafos a revista *Arbeiter Fotografie*⁴⁸ a partir do resgate das idéias políticas da fotografia obreira alemã do período entre as guerras mundiais do século XX. A nova produção dos fotógrafos operários se centrava nas representações do trabalho nas indústrias, mas também promovia campanhas cidadãs participativas a favor de reivindicações de moradores como espaços e serviços públicos, e também à difusão da memória dos bairros. Além da publicação das revistas, o grupo recorria ao uso de painéis

⁴⁸ Ver: <http://www.arbeiterfotografie.com>. Acesso em 12/03/2015.

fotográficos econômicos, transportáveis e adequados para instalação em espaços públicos, entendendo a exposição das fotos como espaço de agitação e debate cidadão.⁴⁹

Esse movimento de grupos organizados de fotógrafos com viés de expressão política se espalha pela Europa, e na Inglaterra em 1975 é criada a revista *Camerawork* (com sua “fotografia comunitária”). Em paralelo, a *Half Moon Gallery* promove exposições fotográficas itinerantes em espaços sociais e comunitários de todo tipo. Havia algum objetivo de promover o uso da fotografia em processos sociais de experimentação e empoderamento, favorecendo espaços públicos alternativos aos espaços dominantes.⁵⁰ Dessa experiência no início da década de 1980 floresceram grupos diversos, dentre os quais chama atenção as reflexões do grupo *Docklands Community Poster Project* com a proposta da fotomontagem política inserida em grandes painéis publicitários promovendo a crítica ao neoliberalismo especulativo das políticas urbanas em Londres à época.⁵¹

Na Espanha regida pela ditadura franquista, durante o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970 as organizações de moradores se converteram nos únicos fóruns de participação cidadã para implantação de equipamentos e políticas públicas nas cidades (em especial Barcelona, pela dimensão e aberta oposição política por grande parte da população desde a guerra civil na década de 1930). No período da falência e queda do regime autoritário (que durou até 1976), a redemocratização (com as primeiras eleições municipais em 1978) entrando pela década de 1980, as revistas dessas associações de vizinhos (entre outras, “*4 Cantons*” do bairro de Poblenou, e a bem elaborada visualmente “*Gramma*” do bairro de Santa Coloma de Gramanet) se estabeleceram como importante espaço discursivo para as políticas urbanas a serem consolidadas na particular “reforma

⁴⁹ Texto traduzido e adaptado por nós a partir dos painéis da exposição “**Aún no. Sobre la reinención del documental y la crítica de la modernidad**”, realizada entre 11 de fevereiro e 13 de julho de 2015 no Museu Reina Sofia, em Madrid na Espanha. Visita em 04/03/2015. Mais informações disponíveis em: <http://www.museoreinasofia.es/exposiciones/aun-no-sobre-la-reinencion-del-documental>. Acesso em 12/03/2015.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Ibidem*. Ver também: <http://www.artefchange.com/content/docklands-community-poster-project-1981-8>. Acesso em 12/03/2015.

urbana” de Barcelona,⁵² que, nas duas décadas posteriores, ganhou em consistência, baseando (mesmo tendo seu sentido invertido posteriormente) o desenvolvimento da cidade e o Modelo Barcelona que seria exportado para outras cidades no mundo.

El “modelo Barcelona”, si fue posible, si existió como construcción social y compartida de una ciudad, se debió principalmente a la gran implicación de la ciudadanía en la definición de las políticas urbanas. Si Barcelona solo hubiera atendido a los intereses inmobiliarios, nacionales y extranjeros, y a las presiones de los grandes grupos, sería simplemente otra ciudad postindustrial. (MUXI, 2011, p. 111)

Além das revistas das associações de moradores, e com o desenvolvimento proporcionado pela popularização (em certa medida) de novas tecnologias de produção audiovisual (gravação e transmissão de imagens em vídeo analógico), houve um processo particular em Barcelona de desenvolvimento de uma rede de pequenas emissoras de televisão comunitárias. Em 1984, começaram a surgir as primeiras emissoras de bairro, e, em 1987, constituíram formalmente a Coordenadora Barcelona Comunicació - CBC.

En poco tiempo, consiguieron cubrir todo el territorio, al asentarse en cada distrito una pequeña emisora y su correspondiente espacio de producción propia. Llegaron a ser diez. En la mayoría de casos, cada televisión estaba promovida por una entidad ligada - de una u otra forma - a la red vicinal del barrio. (MAJÓ, 2010, p. 336)

Todos os 10 distritos que formavam o município dividiam uma mesma frequência (o canal 39) e uma única antena que cobria a emissão da programação para toda a cidade. Os distritos revezavam sua programação durante toda a semana, o que traduzia uma articulação de espaço

⁵² Ibidem. Ver também: http://www.favb.cat/taxonomy_menu/2/1/63 e http://favb.cat/pdfs/carrer_114/carrer114.pdf. Acesso em 12/03/2015.

comum dos bairros entorno de uma concepção comum de cidade, preservando suas particularidades e idiosincrasias.

Todo era producción propia, de carácter local e interés ciudadano, para estructurar un modelo de televisión de servicio público desde un plano de proximidad “real”. No se trataba de acercarse a los barrios sino de formar parte de ellos. La etapa de mayor efervescencia y dinamismo de esta concepción de televisión local en Barcelona se produjo entre 1989 y 1991. Su propuesta comunicativa combinaba una fuerte carga identitaria vinculada a las realidades barriales [...] con alguna incursión al propósito de generar sentimiento de la ciudad conjuntamente. (MAJÓ, 2010, p. 337)

Com as qualificações e distribuição da estrutura urbana em andamento nesse período de preparação para as Olimpíadas que se realizaram na cidade em 1992, essa rede de televisão com as emissoras apoiadas pelas associações de moradores contribuiu para o desenvolvimento urbano difundindo visões de cidade vindas dos diversos distritos que a conformam, porém essa afirmação necessita de outros dados, estudos e pesquisas a serem realizados.

De todo modo, o certo é que após as transmissões serem interrompidas para a realização dos Jogos Olímpicos em 1992, o canal comunitário voltou a transmitir programação com regularidade e já sofrendo a reformulação de sua estrutura no sentido de ser incorporada gradualmente no corpo institucional da Prefeitura da cidade, retirando o caráter experimental e participativo do processo original para dar lugar a uma estrutura convencional centralizada de emissora pública que permanece até hoje nas transmissões da Barcelona TV - BTV (MAJÓ, 2010, p. 338). Esse é um movimento de controle da produção audiovisual pública catalã que acontece em paralelo à estandartização e globalização do próprio modelo “Barcelona” de cidade, e ambos constituem os mesmos estratos históricos.

Muitos outros exemplos de produção audiovisual relacionados a movimentos urbanos, processos coletivos reivindicatórios de ocupações, ou mesmo planejamento de intervenções estatais são abordados por outros autores, e destaco aqui o trabalho minucioso sobre documentários urbanos de Silvana Olivieri “Quando o cinema vira urbanismo” (OLIVIERI, 2011) já anteriormente citado, e também as observações consistentes de comparação e análises entre a produção cinematográfica francesa e brasileira e suas relações urbanas, realizadas no livro de Giovana Zimmermann “Rio de Janeiro e Paris: a juventude apache do cinema na periferia” (ZIMERMANN, 2016).

De modo geral, todos esses exemplos de dispositivos de uso de imagens citados até aqui possuem características de produção e exibição condicionadas às tecnologias disponíveis como formas de interação pública de tais representações imagéticas, nos mais diversos suportes que abarcam a era da informação pré-digital. De fato, a produção e exibição de videotape analógica foi uma revolução na produção de imagens a partir da década de 70 do séc XX, mas ainda restringe o uso produtivo dessa tecnologia a camadas da população que podiam conhecer e investir em equipamentos como U-Matic, Betamax ou Betacam, e também exibição de suportes e formatos diversos como até o popular VHS.

2.3. A produção audiovisual em processos participativos urbanos na contemporaneidade

Nada do avanço das tecnologias de produção e exibição de imagens analógicas tem tanto impacto quanto aquilo que Guattari chama de revoluções moleculares na revolução informática da era dita pós-industrial (GUATTARI, 1987, p. 220). Quando as tecnologias digitais de produção e transmissão de imagens começam a surgir pioneiramente a partir de meados da década de 1990 e se estabelecem como novas práticas comunicativas pessoais e cotidianas nas duas primeiras décadas do século XXI, aparentam alguma possibilidade em promover potências insurgentes nos processos de construção do espaço.

As experiências a serem citadas a seguir, de certa forma, contribuem, cada uma a seu modo, na reflexão da utopia positivista tecnológica moderna do século XX rendentora do caos das cidades, cidades como problemas a serem definitivamente resolvidos. Inversamente, o desejo que embala as minhas reflexões abarca o entendimento de que as cidades são sim problemas sem solução, uma equação impossível, porque é um tipo de problema “mágico”, constituído por tantas dinâmicas e contradições que impossibilitam resoluções fixas, ao contrário, sempre em evolução (BELIL, 2012, p. 11).

No caso das cidades, se faz agigantar a noção de que as tecnologias são apenas ferramentas em dispositivos que se alteram dinamicamente. Assim, tais alterações percorrem muitos caminhos, geralmente constituídos em exercícios incompatíveis entre a competitividade econômica, a coesão social, sustentabilidade ambiental, governos democráticos e participação cidadã (BELIL, BORJA e CORTI, 2012, p. 9).

Para Manuel Delgado, ao invés de converter as cidades em nichos criativos e culturais como produtores imateriais de imagens e significados a serviço de ideais universais, o conceito atual das cidades inteligentes a serviço da lógica capitalista neoliberal favorece estratégias de mercado e empresas tecnológicas (DELGADO, 2015). Esta observação é basilar como perspectiva nas reflexões a seguir, onde o discurso das tecnologias a serviço do cidadão é apropriado hegemonicamente como estratégia de venda de soluções materiais de obsolescência programada ou novos tipos de produtos para expansão de mercados. Fato que considero danoso na constituição de cidades, pois tal ideal positivista de resolução de problemas resulta apenas em tentativas objetivas sem sucesso de uma cidade inteligente e confortável ao homem (como observa Delgado), assim como a cidade modernista extremamente funcional do automóvel dominou os discursos hegemônicos no século XX, quando a tecnologia como discurso de encantamento se mostrou falível.

A questão que se coloca então é a de que as tecnologias de captação e difusão de imagens audiovisuais dentro do ambiente hiperconectado do século XXI devem ser observadas não pelo encantamento da multiplicação de possibilidades de expressão e facilidades de uso sempre presentes nos lançamentos das grandes fabricantes de eletrônicos, mas sim pelas forças políticas dos conteúdos que propõem a expressar as causas comuns em grandes fluxos informacionais. São conflitos da diversidade social humana que podem ser apreendidos enquanto desejos das populações urbanas, não com o fim de resolvê-los em definitivo, mas de vivê-los enquanto alteridade na existência em sociedade e de sua evolução.

A produção de imagens nessa realidade contemporânea apresenta múltiplas variações para cada processo e suas contingências. De fato, muitos e de diversas naturezas são os fatores que podem ser observados em processos sociais participativos, porém para essas reflexões interessam os processos que ao mesmo tempo tangenciam e/ou atravessam diretamente a constituição do espaço físico produzido pelo homem, e que se utilizam da produção de imagens audiovisuais, publicando-as na internet.

A opção pela produção imagética audiovisual decorre de dois aspectos: o primeiro de caráter mais subjetivo relacionado à efetividade comunicacional dessa linguagem no que concerne à transmissão de conceitos e idéias sínteses em processos coletivos mais amplos (suporte indispensável, mas nunca o único em grandes campanhas de comunicação); e o segundo aspecto de caráter objetivo relacionado ao fato das produções audiovisuais na internet serem publicadas com apresentação conjunta de dados relativos a publicação, como quantidade de visualizações, tempo de publicação e muitas vezes acompanhados de textos descritivos da produção. Esses dados são praticamente indisponíveis diretamente para o caso de publicação de fotos na internet por exemplo, o que limitaria a pouquíssimos processos participativos disponíveis para comparações quantitativas e qualitativa.

Importante demarcar dois conceitos, submetidos a abordagens específicas da linguagem audiovisual, que serão utilizados nas observações a seguir: a narrativa e a estrutura de produção. A narrativa audiovisual está relacionada ao ordenamento segundo uma sequência lógica ou cronológica das idéias, ação ou eventos, que constituem o encadeamento da informação para a comunicação pretendida em uma peça audiovisual, seja de curtíssima ou longa duração (MARTIN, 2005, p.167). Uma narrativa audiovisual que apoie minimamente sua função comunicativa pretendida, usualmente, tem alguma elaboração e desenvolvimento feitos em momento anterior à realização da filmagem através da definição de algum roteiro (ou argumento) de ação, ou posterior à filmagem, com o encadeamento das imagens sendo decidido fundamentalmente pelo agente da montagem audiovisual.

Produções audiovisuais que apoiam minimamente sua função comunicativa pretendida, mas não se adequem a essas duas possibilidades de elaboração narrativa, provavelmente refletem tipos de experiências audiovisuais relacionadas a radicalizações estéticas (ou técnicas), ou ainda à alguns tipos de “viralização”⁵³ próprios à recente contemporaneidade da internet. Para os relatos feitos a seguir, serão qualificadas as narrativas audiovisuais em relação a identificação de presença ou ausência de desenvolvimento narrativo (pretensão comunicativa), sejam simples registros individuais e espontâneos de acontecimentos reais (como audiências públicas, por exemplo), ou mesmo narrativas com todas as evidências de complexas pré-elaborações estéticas e técnicas, e de planejamento comunicacional.

O outro conceito a ser utilizado nas observações a seguir é o da estrutura de produção envolvida na realização audiovisual. Esta estrutura produtiva pode variar entre a simples ação de um cidadão comum que efetiva e sintetiza as ações de pensar, fazer e compartilhar uma produção audiovisual, até ações coordenadas de equipes de profissionais técnicos e artistas que desenvolvem as mais diversas atividades em grandes produções audiovisuais. A estrutura básica de uma equipe

⁵³ Ver <http://www.ebc.com.br/tecnologia/2012/11/o-que-e-viral>. Acesso em 20/07/2016.

profissional de audiovisual geralmente é aquela que possa atender, a cada situação, às demandas das três etapas de produção: a pré-produção que envolve todo o planejamento de ação para as filmagens, a produção mesma das filmagens, e a pós-produção que consiste em todas as atividades relativas tanto à edição e finalização de imagem e som, como também aos encerramentos legais de contratação de fornecedores, acordos comerciais, relatórios e prestações de contas.

Apesar da sugestão de que estes dois conceitos citados (e aparentemente proporcionais) podem obter resultados de eficiência comunicativa de acordo com sua grandeza de investimento na realização, é por demais necessário afirmar que não existe proporcionalidade entre eles, e muito menos seja possível comprovar a sugestão sobre a obtenção de eficiência comunicativa de acordo com qualquer tipo de investimento, seja na estrutura ou na narrativa. Dito de outra maneira, narrativas simples (de registro) podem ser produzidas por complexas estruturas de produção e obter resultados muito (ou nada) animadores na perspectiva comunicacional, quantitativa ou qualitativa; por outro lado, narrativas complexas bastante planejadas podem ser produzidas por um único indivíduo e do mesmo modo obter resultados muito ou nada animadores.

O que é fundamental destacar para as reflexões a serem feitas é que, a partir das observações em relação a estes dois conceitos, nas diversas experiências participativas relatadas neste capítulo, podem ser criados referenciais de análises comparativas para as experiências do objeto empírico que serão relatadas no capítulo 3, e que, conseqüentemente, darão apoio a algumas conclusões ao final desta tese.

É oportuno ressaltar também que os dados serão analisados sob absoluta consciência da impossibilidade de considerá-los definitivos ou representantes da totalidade dos processos participativos contemporâneos. Como inicialmente esclarecido na apresentação deste trabalho doutoral, os processos participativos urbanos que forneceram os dados a serem apresentados a seguir foram selecionados a partir de pesquisas na internet e em acervos de bibliotecas e outras

instituições, com respeito às características de cada caso, e também sem uma lógica que aponte para o conjunto como amostragem da totalidade dos processos sociais participativos contemporâneos. Dessa forma, o universo que se configura nesta pesquisa foi construído a partir da seleção entre diversas experiências participativas urbanas coletadas que apresentassem a existência de alguma ação de produção audiovisual em seus processos de realização.

Por outro lado, como uma tentativa de sistematização possível da diversidade de produção e usos de imagens audiovisuais em processos urbanos nas últimas duas décadas, pode ser o estabelecimento de alguns grandes grupos de linhas gerais que, de alguma forma, se identifiquem enquanto processos coletivos quanto aos seus agentes e objetivos. Esses grandes grupos seriam:

- Processos de elaboração de **Orçamentos Participativos (OP)**, onde em todos os casos os produtores das imagens são agentes do poder público (em alguns casos há, para além do poder público, vídeos produzidos por organizações sociais, outras instituições e até mesmo cidadãos), e o conteúdo comunicado sempre se refere à elaboração ou execução de orçamentos participativos.
- **Políticas Públicas Participativas**, grupo abrangente onde os produtores (em grande parte) são poderes públicos (mas há também outros casos), e o conteúdo produzido se refere a diversos tipos de políticas públicas com abordagens participativas que mantêm alguma relação com o espaço construído e não se encaixam exatamente nos grupos de experiências de OP, Planos Urbanos e Ações Comunitárias.
- **Planos Urbanos Participativos**, onde há diversos tipos de produtores de imagens com mais uma vez grande participação dos poderes públicos principalmente municipais, porém o conteúdo sempre se refere à elaboração ou execução de planos urbanos ou

urbanísticos, como planos diretores municipais, planos de bairro, planos diretores regionais, etc.

- Processos de **Ações Comunitárias** como luta por espaços públicos qualificados ou como reação a planos de intervenção estatal, realizados por diversos tipos de organizações e instituições sociais e nunca pelos poderes públicos, assim como as imagens produzidas relativas a estes processos.

Em alguns desses casos, essa sistematização não atende às características de determinadas experiências a apenas um desses grupos, aliás como é da complexidade inerente aos processos urbanos onde há superposições de características entre situações diferentes. Para simplificar as análises, optou-se por manter cada experiência em apenas um grupo. Importante lembrar que alguns locais têm mais de uma experiência participativa, referentes a processos distintos e assim serão tratadas nas reflexões a seguir.

Além desta sistematização em grandes grupos e não desconsiderando o fato de que em cada caso possam ter sido utilizadas outras diversas formas de exibições de imagens com os mais diversos tipos de agentes produtores, eu criei um índice possível de medição quantitativa para as peças audiovisuais publicadas na internet, que tem em conta as visualizações de cada vídeo, a idade da publicação do vídeo em meses, e o tamanho do universo de pessoas a ser atingido (um bairro, uma cidade, um estado, um país, etc). Este índice é estabelecido a partir das observações dos dados relativos aos vídeos com o máximo de visualizações para cada processo observado.

$$IVHa = \frac{(V / m)}{Hab / 1.000}$$

Equação 1. Índice de visualização mensal por mil habitantes. Elaborado pelo autor.

Onde $IVHa$ = índice de visualização por habitante, V = número de visualizações apresentado em cada publicação de vídeo na internet (em qualquer serviço como no youtube, vimeo, facebook, etc), m = quantidade de meses decorridos da publicação, $Hab/1.000$ = é a população do território teoricamente a ser alcançado pelas publicações dividido por mil para que o índice resultante não possua muitas casas decimais. Observa-se que existe a tendência de que as experiências com o universo menor a ser alcançado (cidades pequenas ou bairros) inevitavelmente apresentem altos índices $IVHa$, e o contrário também é mais provável entre as grandes cidades e seus baixos $IVHa$'s, mas existem exceções que estimulam melhor as reflexões postas a seguir.

Como toda medida relativa a Ciências Sociais, o índice não está livre de limitações. Ao menos quatro delas podem ser destacadas:

- 1) em virtude da desigualdade de acesso e uso da internet no universo numérico de todos os cidadãos em determinado espaço;
- 2) nas estatísticas de visualizações, não é possível identificar em quais localizações são efetuadas as visualizações, ou seja, de qualquer lugar, muito além do universo da ação e mobilização de cada caso apresentado;
- 3) as enormes audiências dos canais de televisões tradicionais, comerciais ou públicos, não estão contabilizadas nessas reflexões caso os vídeos tenham sido exibidos também nesses meios convencionais;
- 4) o número de visualizações absolutas de vídeos na internet, que por sua vez serve de base para a nossa criação deste índice de visualização por habitantes, é uma quantificação largamente utilizada (em conjunto a outros parâmetros) para análise e ações de planejamento de marketing

digital,⁵⁴ porém, para nossas reflexões, este dado quantitativo das visualizações absolutas não deve ser considerado como audiência efetiva, pela razão de que os suportes de exibição audiovisual digital, como as pequenas telas dos *gadgets* eletrônicos, oferecem de fato pouca atratividade para uma concentração cognitiva. Assistir um vídeo em situações banais, cotidianas e frequentemente durante ocorrências múltiplas de disputas por nossas atenções, como acontece com o uso de *smartphones*, *tablets*, computadores, e mesmo aparelhos de televisão, ocasiona o hábito comum de interromper o vídeo por falta de interesse, atenção ou tempo disponível, e até mesmo acionar a execução do vídeo e nem ao menos assistir as suas imagens iniciais. Entretanto todas essas ações são computadas como visualizações, quando de fato o que foi registrado foi a intenção de assistir ao vídeo. Por essa razão, no planejamento de marketing digital, diversos dados sobre as exibições audiovisuais são analisados em conjunto, dentre eles, um dado será levado em conta nos vídeos relatados no capítulo 3, que é o tempo médio de visualização para cada vídeo.⁵⁵

As experiências observadas seguem relatadas, e ao final de cada grande grupo serão representadas graficamente em um diagrama de dispersão das variações entre os índices de visualização e do número de habitantes do universo a ser atingido. Ambos estes eixos estão representados em escalas logarítmicas de razão 10 (ver Gráficos 1, 2, 3 e 4).

Essas medidas quantitativas serão tanto mais úteis na medida em que não sejam tratadas isoladamente, mas sirvam como referenciais para análises qualitativas, tanto dos conteúdos e narrativas das imagens, quanto dos produtores das imagens e do universo social abordado em cada experiência.

⁵⁴ Ver <http://harrenmedia.com/noticia/publicidade-em-video-o-formato-que-mais-cresce-na-internet/?lang=pt-br>. Acesso em 20/09/2016.

⁵⁵ Este dado só será observado no capítulo 3 devido ao fato de só estar disponível para os responsáveis pela publicação do vídeo, tornando-se inacessível à observação em vídeos publicados por terceiros, como são os vídeos observados nas experiências relatadas neste capítulo.

2.3.1. Experiências em Orçamentos Participativos

Os casos de orçamentos participativos (OP) talvez sejam algumas das primeiras experiências urbanas participativas no Brasil que puderam explorar as tecnologias digitais de comunicação com a rede mundial de computadores a partir de meados da última década do séc XX. Antes disso, e com a decadência da ditadura militar brasileira, diversas tentativas de democratização das gestões municipais já tinham começado a surgir, principalmente em cidades médias das regiões sul e sudeste do Brasil como Diadema (São Paulo) ou Vila Velha (Espírito Santo) e Pelotas (Rio Grande do Sul).⁵⁶

O pioneiro OP de uma capital de estado foi o de Porto Alegre, iniciado em 1989 e referência neste tipo de experiência municipal pela metodologia de representação popular aberta e também pelo fato de uma parte significativa do orçamento da Prefeitura ser destinada a investimentos demandados por assembleias públicas calendarizadas continuamente durante os ciclos orçamentários anuais, no decorrer de duas décadas.

Assim como em muitos outros casos de OP, em Porto Alegre os primeiros usos da internet são apenas as publicações em textos e fotos dos registros das atividades realizadas. Só em 2001 é lançado o OP-Internet onde é aberta a possibilidade de enviar sugestões via internet para análise prévia do governo e sendo obrigatória a avaliação e deliberação nos fóruns de delegados do OP.⁵⁷ O uso da internet como ferramenta de participação efetiva num caso emblemático como o do OP de Porto Alegre, por exemplo, não apresenta avanços significativos quanto à votação em rede das propostas concorrentes, talvez como resistência do próprio regimento do processo contra a desigualdade do perfil dos participantes que têm acesso e utilizam a rede de computadores.

⁵⁶ Ver Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Orçamento_participativo . Acesso em 12/10/2014.

⁵⁷ Ver: Histórico do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ongcidade.org/site/arquivos/biblioteca/historico.pdf>. Acesso em 10/03/2015.

Segundo dados de 2009, em um relatório sobre o público participante do OP de Porto Alegre realizado pela Prefeitura, Observatório da Cidade de Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Observatório das Metrôpoles,

51,2 % dos participantes das assembleias neste ano disseram ter acesso à Internet, percentual mais alto do que as médias do país, da região sul, do Estado e da Região Metropolitana de Porto Alegre. [...] Os participantes do OP com nível superior eram, em 2009, os que mais acessavam a Internet (93,3%). Os de nível médio tinham acesso em 66,2% dos casos. O percentual de 27,7 % de acesso à Internet no grupo dos que possuíam o ensino fundamental, embora em patamares menores que nos demais níveis de escolaridade, é expressivo, revelando a penetração da Internet no grupo com menor escolaridade. Todos os que se declararam analfabetos ou só alfabetizados não tinham acesso à Internet.⁵⁸

A experiência de OP em Belo Horizonte (Minas Gerais) foi iniciada em 1993, mas apenas no ano de 2006 é criada, com o OP - Digital, a inovação da utilização da internet além de registros de atividades, mas como meio de emissão de opiniões, propostas, e até eleições de prioridades e de obras a serem construídas,⁵⁹ (HERZOG, JACINTO, OLIVEIRA e CAMPO, 2012, p.7). De todo modo, nesse momento a produção de imagens em experiências de OP ainda se apresentam apenas como registro fotográficos e videográficos das atividades desenvolvidas pelo processo estatal, sem desenvolvimento de narrativas visuais ou audiovisuais com fins específicos de mobilização para ações, reflexões, eventos ou eleições de prioridades.

⁵⁸ Ver: Orçamento participativo de Porto Alegre / Perfil, avaliação e percepções do público participante. Porto Alegre: Gráfica e Editora Hartmann, 2013. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/livro_op_digital.pdf . Acesso em 24/06/2015.

⁵⁹ Podem votar todos os eleitores de Belo Horizonte cadastrados na base de dados do TER-MG (Tribunal Eleitoral de Minas Gerais).

Só a partir do final da primeira década do século XXI, as experiências participativas observadas em geral (e não só para o caso dos OP's), apresentam produções audiovisuais que vão além dos registros de atividades. Essas produções são de caráter bastante diversificado, e vão da difusão de imagens audiovisuais que sintetizem a estrutura do processo, mobilizem a população para participar, comprovem as intervenções físicas realizadas decorrentes das escolhas dos participantes, ou até como peças de promoção das propostas em disputa para a aprovação do orçamento do ano seguinte.

A experiência participativa do OP de Porto Alegre (com 1,5 milhão de habitantes)⁶⁰ apresenta na internet alguma produção audiovisual a partir de 2010, em sua maioria registros de atividades, mas com algumas peças de narrativas sobre sínteses do processo e exposições de propostas. Essas peças alcançaram no serviço de publicação de vídeos youtube ⁶¹ até 1.070 visualizações em 53 meses de publicação, nesse caso um vídeo síntese produzido pela Prefeitura sobre o histórico do OP na cidade e também sobre o processo do OP em 2011.⁶² Este vídeo apresenta uma narrativa desenvolvida, que tem como base uma narração profissional de um roteiro prévio, com cobertura de imagens de registro das atividades do plano e também imagens da cidade. Com essas características, o vídeo aparenta ter tido alguma estrutura de produção profissional. Em todo caso, esse vídeo que foi mais visualizado entre os produzidos pela Prefeitura de Porto Alegre tem um dos IVHa mais baixos (0,01) dos vinte e cinco casos de produção de imagens dos processos de orçamentos participativos observados.

⁶⁰ Segundo o IBGE 2014. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf. Acesso em 24/06/2015.

⁶¹ Ver: www.youtube.com. Acesso em 15/08/2016.

⁶² Disponível em: <https://youtu.be/HCLDbpcSn0>. Acesso em 11/11/2015.

No caso do OP de Belo Horizonte (com 2,5 milhões de habitantes),⁶³ o vídeo publicado pela Prefeitura com maior número de visualizações (1.187 visualizações)⁶⁴ é uma narração de 2009 sobre imagens que expõem os benefícios trazidos por quinze anos de prática do OP na capital mineira (roteiro prévio à locução e estrutura profissional de produção), e também apresenta um dos mais baixos IVHa (0,01) em relação às outras experiências de OP. Revelador é o fato de que um vídeo de 2011 com número um pouco maior de visualizações (1.320 visualizações)⁶⁵ é uma publicação de um cidadão não identificado, com um registro simples de uma moradora com postura crítica negativa à metodologia participativa utilizada naquele OP, captado em uma assembléia regional, com a presença do prefeito.

Outras experiências de OP apresentam outros números, com formato da narrativa audiovisual oscilando entre registros de atividades realizadas, reportagens descritivas, vinhetas gráficas para divulgação de eventos e atividades, depoimentos e prestações de contas do processo realizado, ou mesmo apresentações das propostas a serem eleitas ao orçamento do ano seguinte. Dessa diversidade de formatos, muitas peças audiovisuais das diversas experiências de OP observados no Brasil alcançam baixo IVHa, como as experiências de Santo André/SP (0,01) com um vídeo produzido com estrutura profissional pela Prefeitura, em formato didático sobre o processo, e com narrativa desenvolvida entremeada por um apresentador, com depoimentos, gráficos e imagens bem captadas⁶⁶ sobre o orçamento participativo de 2014.

⁶³ Segundo o IBGE 2014. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf. Acesso em 24/06/2015.

⁶⁴ Em 76 meses de publicação no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1ChyALTIOyM>. Acesso em 11/11/2015.

⁶⁵ Em 44 meses de publicação no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MksqjOeUqxc>. Acesso em 11/11/2015.

⁶⁶ Em 18 meses de publicado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_JdTyWK5gDI. Acesso em 20/11/2015.

Recife aparece fechando o grupo de menor IVHa (0,01) dos orçamentos participativos com um vídeo caseiro aparentemente produzido por um cidadão (e o próprio ator) de um personagem caricato, relatando para a câmera durante um pouco mais de 4 minutos uma intervenção realizada a partir do orçamento participativo da cidade em um bairro de baixa renda em 2011.⁶⁷ Com o mesmo IVHa e o tempo maior de publicação, a experiência de OP de Recife apresenta também um vídeo documentário com pouco mais de 6 minutos produzido pela Prefeitura com narrativa desenvolvida e estrutura profissional de produção com locutor, depoimentos e efeitos gráficos, relatando os processos de orçamento participativos realizados na cidade entre os anos de 2001 e 2007.⁶⁸

Ainda no Brasil, algumas cidades médias apresentam IVHa's um pouco maiores, como nas experiências de orçamento participativo de Vitória da Conquista/BA onde o vídeo mais visualizado sobre o assunto (com IVHa de 0,02) nem é produzido precisamente dentro do escopo do OP, mas um programa eleitoral do prefeito para sua re-eleição em 2012 que, com estrutura profissional de produção audiovisual descreve através de uma narrativa desenvolvida os processos participativos realizados em sua gestão anterior.⁶⁹ Este vídeo foi escolhido por nós, porque outros vídeos realizados pela própria Prefeitura não abordam diretamente o orçamento participativo, e ainda possuem pouquíssimas visualizações.

Já o processo de OP da cidade de Serra/ES com o IVHa também de 0,02 apresenta em 2006 um vídeo com narrativa desenvolvida, estrutura profissional de produção e duração de trinta segundos para mobilização, produzido pela Prefeitura para ser veiculado em televisão aberta.⁷⁰ Com

⁶⁷ Em 52 meses de publicação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=23dgeGUNnho>. Acesso em 20/11/2015.

⁶⁸ Em 95 meses de publicação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fpi6hrYYe2M>. Acesso em 20/11/2015.

⁶⁹ Em 39 meses de publicação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rSpZTVA6ujg>. Acesso em 26/12/2015.

⁷⁰ Em 114 meses de publicado. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K-rIJQFDuIE>. Acesso em 20/11/2015.

um IVHa um pouco maior (0,03) a também cidade média de São Bernardo do Campo em São Paulo, através da Prefeitura apresenta em 2014 um vídeo explicativo e mobilizador para o processo de elaboração do OP, com estrutura de produção profissional e presença de uma apresentadora e diversos depoimentos.⁷¹ A cidade de Guarulhos/SP apresenta um interessante vídeo educativo produzido pela Prefeitura com IVHa de 0,08 onde, através de uma estrutura de produção razoável e um elaborado roteiro de ficção encenado por atores, vão sendo expostos os conceitos e processos de elaboração de um orçamento participativo municipal, como ferramenta mobilizadora para o OP de 2009.⁷² E, finalmente, como destaque brasileiro dos vídeos de OP's, observamos um vídeo produzido na cidade de Canoas/RS por cidadãos proponentes, com IVHa de 0,26, que apresenta linguagem narrativa desenvolvida e alguma estrutura de produção para promoção e defesa de uma das propostas ⁷³ a serem eleitas para o OP de 2016.

Em outros países, as experiências de orçamentos participativos revelam peças audiovisuais que perpassam também os registros de atividades realizadas, reportagens descritivas, vinhetas gráficas para divulgação de eventos e atividades, depoimentos e prestações de contas do processo realizado, e também apresentações das propostas a serem eleitas ao orçamento do ano seguinte. Algumas experiências, porém, apresentam essa produção audiovisual como uma aparente composição a uma estratégia maior de comunicação, geralmente integrados a práticas participativas de gestão ou, em outros casos, vídeos produzidos por cidadãos em complemento ou mesmo de críticas negativas ao OP.

Em algumas experiências internacionais de OP's observadas, mesmo que a qualidade das produções das peças audiovisuais seja quase sempre uma constante, a enorme disparidade no

⁷¹ Em 19 meses de publicado. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zqA06f3ZdSA>. Acesso em 11/11/2015.

⁷² Em 76 meses de publicado. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2aJHRmwJOMM>. Acesso em 20/11/2015.

⁷³ Proposta de investimento em uma unidade móvel de bem estar animal. Vídeo com 9 meses de publicação disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Iy1QX7SRO5M> . Acesso em 20/11/2015.

tamanho das cidades apresenta IVHa muito diferentes, em muitos casos contrariamente ao número de visualizações absolutos. Esse fato é marcante nos vídeos relativos ao OP de Nova Iorque (Estados Unidos) de 2015, grande metrópole mundial que apresenta comparativamente altos números absolutos de visualizações em simples vídeos de mobilização com narrativa desenvolvida e estrutura mínima de produção profissional para as atividades do processo com IVHa de 0,02 (mesmo índice das capitais brasileiras Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife) realizados pelas prefeituras.⁷⁴

O vídeo relativo a experiência de OP de 2012 da cidade média de Mar del Plata (Argentina), que tem duração de 30 segundos para convocação da população para atividades de eleições das prioridades do processo, realizado com narrativa desenvolvida e estrutura de produção profissional provavelmente para difusão também em redes abertas de televisão ⁷⁵ possui o mesmo índice (0,02) de IVHa. A pequena cidade basca de Vitoria-Gasteiz (Espanha) apresenta um vídeo com IVHa de 0,04 relativo ao OP de 2013 também com estrutura de produção profissional e narrativa desenvolvida apresentando dados e conquistas do processo participativo ⁷⁶ para a cidade.

Com IVHa de 0,05 a cidade latino-americana de Medellin (Colômbia) apresenta como seu vídeo relativo ao OP de maior visualização uma convocatória pública em 2014 para artistas interessados em participar do processo se apresentando nos eventos relativos ao OP. Este vídeo de estrutura de produção profissional pequena mas eficiente e narrativa desenvolvida, expõe a preocupação do poder público municipal em tornar os eventos abertos a população mais

⁷⁴ Em 9 meses de publicação. Disponível em <https://vimeo.com/119601626>. Acesso em 11/11/2015.

⁷⁵ Em 39 meses de publicação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CpVo55iwbKE>. Acesso em 20/11/2015.

⁷⁶ Em 33 meses de publicação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YA2EjxEdH9I>. Acesso em 11/11/2015.

interessantes através de performances artísticas.⁷⁷ Existem outros vídeos relativos diretamente ao OP de Medellín, porém não com tantas visualizações em números absolutos.

O pequeno município açoreano de Ponta Delgada (Portugal) apresenta em 2015 um vídeo com IVHa de 0,10 e estrutura de produção profissional, narrativa educativa desenvolvida, com bom nível de produção gráfica, depoimentos e locução para mobilizar a população para o processo participativo.⁷⁸ O também pequeno município de La Costa (Argentina) na periferia de Buenos Aires apresenta em 2010 um vídeo explicativo de IVHa 0,17 sobre o processo, com estrutura de produção profissional e narrativa desenvolvida, locução, depoimentos empolgados sobre o processo participativo como aprendizagem cidadã, além de informes com apresentação de resultados e próximas atividades do processo.⁷⁹ A cidade de porte médio Pasto (Colômbia) apresenta em 2015 produção audiovisual com IVHa de 0,23, porém de características diferentes das até aqui apresentadas na questão da narrativa,⁸⁰ pois se trata de um registro de um evento de prestação de contas com duração de 93 minutos na íntegra, ou seja, uma narrativa audiovisual de registro sem elaboração porém com uma estrutura profissional de cobertura de eventos envolvendo equipe com várias câmeras.

Os três índices IVHa de valores mais altos observados em todo o grupo de experiências dos orçamentos participativos têm origens em cidades portuguesas. A terceira colocação neste *ranking* é da região alentejana, a pequena cidade de Vendas Novas com um vídeo ⁸¹ de narrativa desenvolvida

⁷⁷ Em 16 meses de publicação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=A0n-GROI2f8>. Acesso em 20/11/2015.

⁷⁸ Em 7 meses de publicação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KsnzNFMoh30>. Acesso em 20/11/2015.

⁷⁹ Em 61 meses de publicação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nDjYGDMDMZc>. Acesso em 20/11/2015.

⁸⁰ Em 7 meses de publicação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=S3Ze7ddD-EU>. Acesso em 20/11/2015.

⁸¹ Em 7 meses de publicação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=s-4m0g3iVV4>. Acesso em 20/11/2015.

e estrutura de produção menor porém profissional com animação gráfica bem realizada, ao som de uma locução clara explicando sinteticamente o que é o processo do OP de 2015, alcançou o IVHa de 2,19. Em Arroios, freguesia de Lisboa, além das chamadas de mobilização para os eventos sempre com estrutura de produção profissional modesta e narrativa desenvolvida, uma cobertura de todas as propostas finalistas em 2015 foi apresentada pelos próprios proponentes em vídeos separados, tendo uma destas propostas ⁸² o maior número de visualizações do processo e IVHa de 5,34. E finalmente o maior índice de IVHa para processos de orçamentos participativos observado foi também de 2015 na pequena cidade de Águeda, onde uma *webTV* do poder público municipal disponibiliza conteúdo audiovisual em grande número sobre os mais diversos assuntos de interesse do cidadão, e no caso do orçamento participativo além dos vídeos de registro de atividades e de mobilização, todas as propostas finalistas têm reportagens com estrutura profissional de produção enxuta, narrativa desenvolvida, apresentação de cada proposta feita pelos próprios proponentes, e uma destas propostas ⁸³ que teve maior visualização alcançou o alto IVHa de 11,42.

Embora não tenham os mais altos índices IVHa para o grupo das experiências de OP's, as três experiências a seguir são as que merecem mais destaque devido: além dos valores extremamente significativos do IVHa em relação as demais, também as qualidades e características de cada uma delas. A experiência de OP da cidade de Cascais (Portugal) apresenta uma produção audiovisual por parte do poder público municipal com qualidade técnica, estrutura de produção profissional, narrativa desenvolvida e bom número de vídeos, dos quais aquele de maior número de visualizações ⁸⁴ apresenta uma das propostas a serem selecionadas e tem um IVHa de 0,93. Em

⁸² Proposta de equipamentos de coleta para pontas de cigarros nos espaços públicos. Em 3 meses de publicação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rFObVk0dtjE&list=PLkjrLfm9COE6P8s9O1Kk6A6-8WNfO-pI> . Acesso em 30/11/2015.

⁸³ Proposta para criação de um parque com equipamentos de atividades físicas para todas as idades, em especial os mais idosos. Com 3 meses de publicação. Disponível em <http://agueda.tv/archive.ud121?theme=Local&subtheme=OPA%20-%20Or%20E7amento%20Participativo%20de%20%C1gueda&oid=7854699#> . Acesso em 30/11/2015.

⁸⁴ Proposta de qualificação do atendimento público a animais domésticos em situação de desamparo. Com 24 meses de publicação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ix4fl5IM8pg>. Acesso em 10/11/2015.

Boston (Estados Unidos) uma experiência de orçamento participativo voltado para o engajamento social dos jovens tem um vídeo com o IVHa de 0,95 e com uma estrutura de produção pequena (praticamente uma locução sobre um slideshow doméstico), narrativa desenvolvida, com bom número de visualizações e o objetivo de convidar os moradores para os eventos presenciais do processo do OP. De todo modo, a experiência que significa maior referência para estas reflexões relativas a OP foi a de Paris (França). Com um visível investimento em planejamento e execução de comunicação pelas redes sociais, os vídeos do OP da capital francesa em geral tem estrutura de produção profissional, narrativa desenvolvida, e chegam até ao IVHa de 1,45 com o caso de uma excelente narrativa didática de 46 segundos⁸⁵ realizada pelo poder público que explicita claramente as etapas e formas de participação em todo o processo.

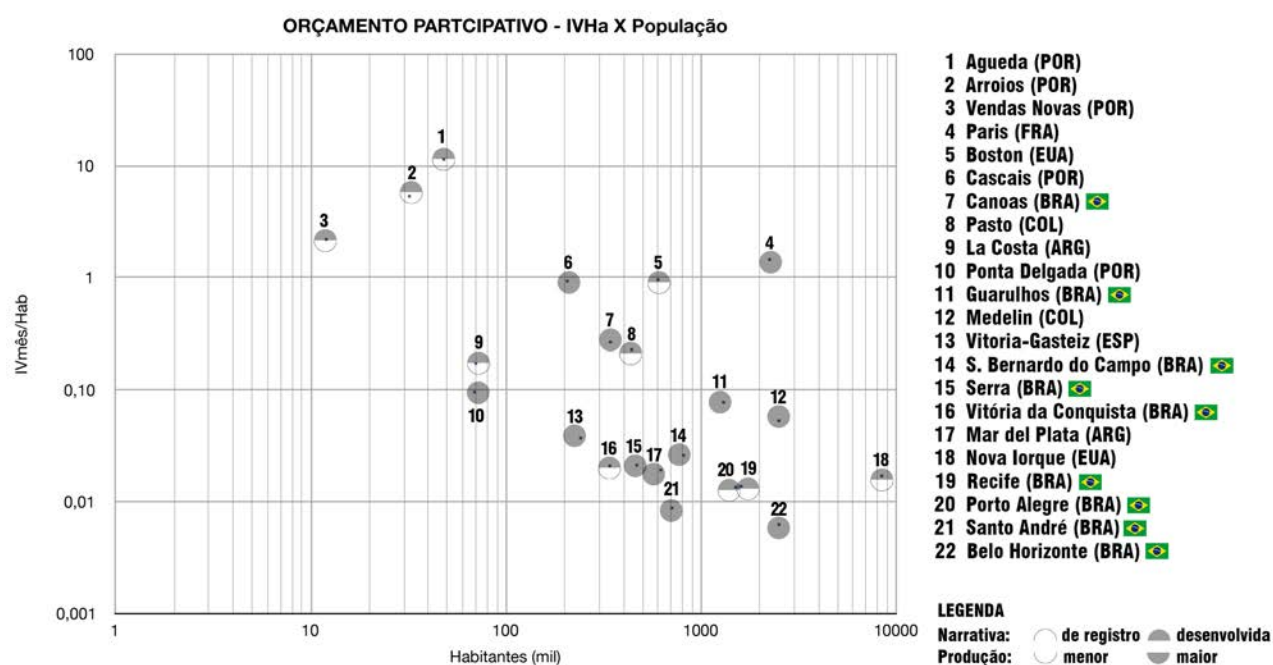


Gráfico 1. IVHa em experiências de orçamento participativo, elaborado pelo autor. Fonte: internet

⁸⁵ Com 11 meses de publicação. Disponível em <https://www.facebook.com/paris/videos/vb.207251779638/10152645255719639/?type=2&theater>. Acesso em 10/11/2015

Experiências de Orçamento Participativo	País	Visualizações		Habitantes (mil)	IVmês/Hab
		máxima	meses		
1 Agueda	Portugal	1.644	3	48	11,42
2 Arroios	Portugal	513	3	32	5,34
3 Vendas Novas	Portugal	184	7	12	2,19
4 Paris	França	35.787	11	2240	1,45
5 Boston	EUA	3.437	6	600	0,95
6 Cascais	Portugal	4.599	24	206	0,93
7 Canoas	Brasil	815	9	342	0,26
8 Pasto	Colômbia	701	7	440	0,23
9 La Costa	Argentina	735	61	70	0,17
10 Ponta Delgada	Portugal	376	57	69	0,10
11 Guarulhos	Brasil	7.650	76	1300	0,08
12 Medelin	Colômbia	2.120	16	2500	0,05
13 Vitoria-Gasteiz	Espanha	295	33	241	0,04
14 São B. do do Campo (SP)	Brasil	401	19	812	0,03
15 Serra (ES)	Brasil	1.128	114	467	0,02
16 Vitória da Conquista (BA)	Brasil	277	39	340	0,02
17 Mar del Plata	Argentina	464	39	620	0,02
18 New York	EUA	1.284	9	8400	0,02
19 Recife (PE)	Brasil	1.144	52	1600	0,01
20 Porto Alegre (RS)	Brasil	1.070	53	1500	0,01
21 Santo André (SP)	Brasil	112	18	708	0,01
22 Belo Horizonte (MG)	Brasil	1.187	44	2500	0,01

Tabela 1. IVHa em experiências de orçamento participativo, elaborada pelo autor. Fonte: internet

A experiência parisiense aponta para uma estratégia de comunicação com uso intensivo de narrativas audiovisuais nas redes sociais digitais. Com um portal central na internet que reúne as informações sobre o processo, diversos serviços online fazem parte da estratégia de distribuição de conteúdos imagéticos. Assim, são encontrados canais oficiais da Prefeitura de Paris que tratam sobre o OP em redes sociais como Twitter, Facebook, Youtube, Instagram, Dailymotion, entre outros, todos com ligações ao portal central. Na rede social Facebook os números de visualizações das peças audiovisuais são os maiores de todo o processo, com vários formatos de narrativas como vídeos educativos sobre o processo, decisões coletivas e resultados, entrevistas e depoimentos com gestores e personalidades, entre outras narrativas. Importante ressaltar que canais de outras instituições governamentais e redes privadas de comunicação reverberam tanto os conteúdos sobre

o processo produzidos pela Prefeitura, como também críticas e opiniões da sociedade em diálogos ou mesmo enfrentamentos sobre o processo participativo ou assuntos relativos.

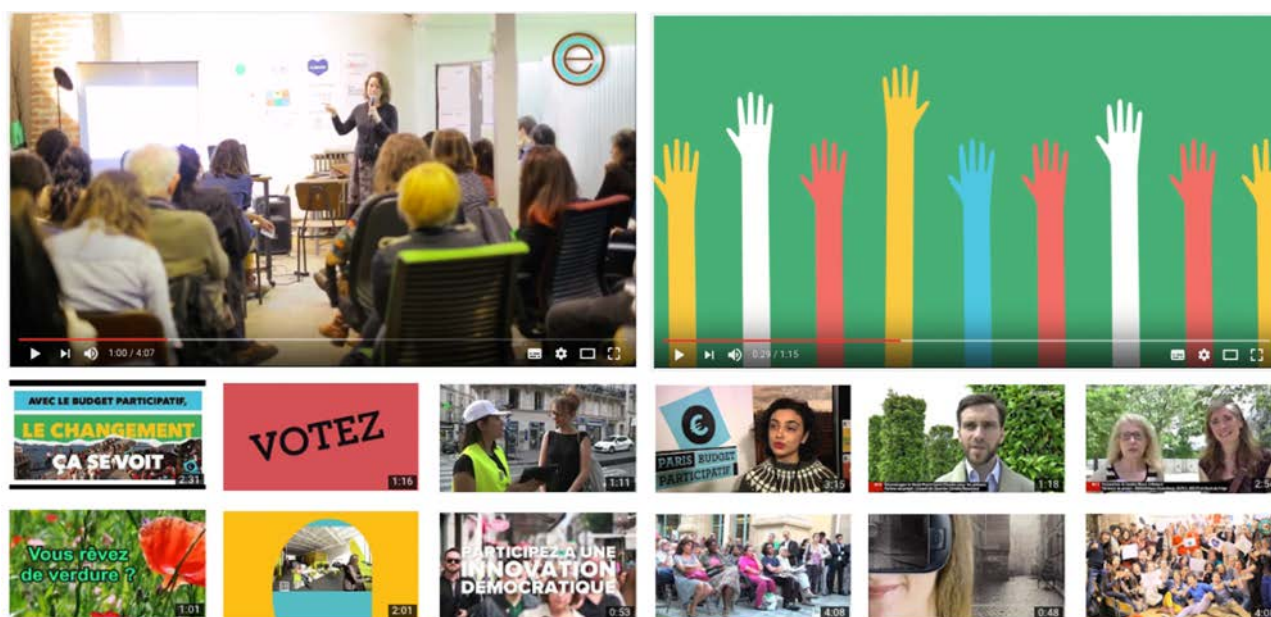


Figura 2. Frames de vídeos relacionados ao OP de Paris. Fonte: www.youtube.com

De fato, uma primeira conclusão pode ser depreendida sobre a produção audiovisual observada num grupo de experiências de OP's; mesmo que politicamente existam muitas críticas aos posicionamentos ou encaminhamentos tomados pelos poderes públicos municipais (e esta existência pode aparentar entre outras possibilidades, um aspecto de que ocorram conflitos abertos e até diálogos produtivos entre diferentes interesses), algumas experiências são notáveis enquanto percepção das narrativas audiovisuais e a proliferação de seu uso em tecnologias cotidianas como ferramenta de mobilização e comunicação, estabelecendo vínculos mais diretos entre os agentes em processos de OP.

De todo modo, ficam totalmente em aberto dúvidas quanto aos aspectos políticos de cada experiência relatada de OP, dado o enorme volume de casos e a impossibilidade de fazer-se aqui as aproximações que seriam necessárias para que cada experiência pudesse ser entendida em suas nuances políticas. Assim, para manter o foco de interesse desse estudo, qual seja, o das possibilidades de uso irrestrito das ferramentas de produção e uso de imagens audiovisuais, por

certo os aspectos políticos não serão desprezados, eles serão abordados adiante, na análise do estudo de caso a ser apresentado no próximo capítulo desta tese.

2.3.2. Experiências em processos de Políticas Públicas Participativas

As experiências contemporâneas de produção e uso de imagens em processos de Políticas Públicas Participativas formam o grupo mais heterogêneo da sistematização feita para estas reflexões. Neste grupo localizei as diversas experiências de processos participativos que têm como característica uma abrangência maior em relação à políticas públicas do que em ações mais específicas como nos outros grupos desta sistematização. Assim fazem parte deste grupo: desde experiências de organizações sociais públicas, privadas ou sem fins lucrativos para o apoio à participação cidadã como o Participatory Budgeting Project (organização de apoio a realização de diversas experiências de OP's nos Estados Unidos) ⁸⁶ e o Participa Salvador (apoio à participação social na elaboração de leis municipais em Salvador por parte do Ministério Público Estadual); até processos de políticas participativas de gestão e transparência em diferentes esferas de órgãos públicos (Tabela 2).

A produção e uso de imagens nesse grupo de experiências reflete a diversidade dos processos e suas características, onde os resultados apurados para os valores dos índices IVHa são aqueles que apresentam maior variação entre os extremos da distribuição de valores. Nos casos dos menores números de população envolvida, por exemplo, é grande a variação do IVHa. As pequenas cidades de Peligros (Espanha), Sabaneta (Colômbia) e o distrito de Miraflores em Lima (Peru) apresentam experiências com IVHa's (45,27), (0,54) e (2,09) respectivamente.

Na região espanhola da Andaluzia, a pequenina cidade de Peligros põe em marcha a partir de 2012 a estratégia de comunicação “Peligros Suená” para fomento e apoio de processos

⁸⁶ Inclusive a experiência de OP de Nova Iorque relatada anteriormente.

participativos.⁸⁷ Com pouquíssima produção audiovisual apresentada nos canais e redes sociais, um vídeo ⁸⁸ amador e sem narrativa desenvolvida que registra uma sessão participativa de votação na cidade e a ação de uma equipe de rádio no local, alcança curiosamente o maior IVHa de 45,27.

A experiência colombiana na pequena cidade de Sabaneta, surge através de um conjunto de canais de comunicação pela internet, estimulados pelo projeto de gestão municipal “Democracia en Línea” de 2008. Com este projeto, foi instituído por um lado o portal de atendimento online para o cidadão enviar voluntariamente informações, sugestões, críticas e reclamações, e por outro lado canais oficiais da Prefeitura como o do Youtube criado em 2011, onde são publicadas produções audiovisuais diversas das quais uma consiste numa reportagem ⁸⁹ sobre o processo de construção e entrega de um conjunto habitacional com uma estrutura de produção profissional jornalística e narrativa desenvolvida que alcança o IVHa de 0,54.

Na experiência peruana, o projeto “Miraflores 2.0” atende ao distrito de Miraflores que integra a cidade metropolitana de Lima (Peru) e consiste numa política municipal iniciada em 2011 de desenvolvimento de “vias de comunicação através da internet [...] com finalidade de comunicar assuntos de interesse e obter comentários”.⁹⁰ O canal oficial do município no Youtube publica vídeos informativos diversos, dos quais um deles é um educativo ⁹¹ com estrutura de produção profissional e narrativa desenvolvida sobre projeto de construção de estacionamentos públicos subterrâneos no distrito que alcança o IVHa de 2,09 e uma produção com locução, depoimento, cartelas gráficas, maquete virtual e trilha sonora.

⁸⁷ Disponível em http://oidp.net/?id=189&L=0&action=detall&OIDP_content_ID=362&language=ES. Acesso em 17/11/2014.

⁸⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/ayuntamiento.peligros/videos/vb.334399866711275/560431280774798/?type=2&theater>. Acesso em 28/11/2015.

⁸⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rm64WezcbfU>. Acessado em 5/11/2015.

⁹⁰ Disponível em http://www.oidp.net/?id=42&L=0&action=detall&OIDP_content_ID=318&language=ES. Acesso em 21/11/2014.

⁹¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Hv-P3J3MGSs>. Acesso em 05/11/2015.

Nos três casos de universo populacional entre 100 mil e 1 milhão de moradores, as políticas públicas observadas foram de três cidades brasileiras, e os IVHa não variam muito. Em Canoas no estado do Rio Grande do Sul, a plataforma colaborativa “Ágora em Rede”⁹² consiste no agendamento e gravação em registro sem estrutura de produção e sem elaboração narrativa de teleconferências entre diversas pessoas como gestores públicos, personalidades e cidadãos comuns, e então essas gravações são disponibilizadas num canal no youtube e enquetes, comentários, críticas, propostas e sugestões são estimuladas por mobilização nas redes sociais. Uma destas gravações de teleconferência⁹³ alcança 2,99 de IVHa.

Em Caruaru, no estado de Pernambuco, o projeto “Gabinete Digital” se propõe a ser “uma ferramenta democrática que tem o objetivo de fortalecer o diálogo entre sociedade e governo municipal através das mídias digitais”.⁹⁴ Dentre as interações possíveis estão a publicação de registros simples de depoimentos (sem estrutura de produção e elaboração narrativa) tanto de questões feitas por cidadãos e as respostas pelos gestores públicos. Uma destas respostas⁹⁵ que alcançou 3,43 de IVHa (o maior índice entre elas) trata sobre o calçamento de ruas.

Em Santo André, no estado de São Paulo, a política de comunicação do poder municipal apresenta vigorosa produção audiovisual nos canais e redes sociais da internet. Um vídeo⁹⁶ no Facebook da Prefeitura consiste numa reportagem com estrutura profissional de produção e narrativa desenvolvida sobre a implantação de ciclofaixas com depoimentos de gestores e cidadãos com IVHa de 4,56.

⁹² Disponível em <http://agoraemrede.com.br>. Acesso em 03/12/2014.

⁹³ Sobre apoio as famílias atingidas por desastres climáticos. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rSqBZc0PB5A>. Acesso em 5/11/2015.

⁹⁴ Disponível em <http://gabinetedigitalcaruaru.com.br/o-que-e>. Acesso em 12/01/2015.

⁹⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/gabinetedigitalcaruaru/videos/vb.413212888774650/892385680857366/?type=2&theater>. Acesso em 25/11/2015.

⁹⁶ <https://www.facebook.com/PrefeituradeSantoAndre/videos/839231049481403/>. Acesso em 10/11/2015.

A faixa de universo populacional que vai de 1 milhão a 10 milhões de habitantes envolvidos nas experiências participativas de políticas públicas, apresenta a maior amplitude de IVHa em todas as experiências observadas em todos os grupos. A capital pernambucana Recife (Brasil) iniciou a partir de 2013 uma política municipal de participação social com o projeto “Recife Participa”,⁹⁷ onde diversos canais de comunicação foram ativados, entre eles a publicação de produções audiovisuais educativas e mobilizadoras para os processos participativos em curso como o vídeo ⁹⁸ de chamada para plenárias presenciais do projeto, que alcança 0,73 de IVHa e apresenta estrutura de produção e elaboração de narrativa audiovisual.

Com população de número próximo à recifense, a cidade de Montreal (Canadá) iniciou em 2015 um consulta pública realizada pelo poder público municipal sobre propostas para redução da dependência da cidade por energias fósseis.⁹⁹ A produção audiovisual é uma das ferramentas de mobilização do processo, e um vídeo ¹⁰⁰ com estrutura de produção profissional e narrativa desenvolvida convocando os moradores a participar das consultas públicas alcança o excelente IVHa de 6,84.

Medellin, na Colômbia, iniciou em 2012 o projeto Medellin Inteligente que é “um Programa da Prefeitura de Medellín, e promove a transformação da cidade através do bom uso das Tecnologias da Informação e Comunicação”.¹⁰¹ Como outras ferramentas utilizadas no processo, a publicação de vídeos é frequente em diversos serviços e redes sociais, e um destes vídeos publicados ¹⁰² de aproximadamente 4 minutos e meio de duração explica didaticamente alguns

⁹⁷ Mais informações disponíveis em <http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/recife-participa>. Acesso em 20/10/2015.

⁹⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/prefeituradorecife/videos/749045018527156/>. Acesso em 5/11/2015.

⁹⁹ Mais informações disponíveis em <http://ocpm.qc.ca/vertMtl>. Acesso em 12/09/2015.

¹⁰⁰ Disponível em <https://www.facebook.com/officedeconsultationpubliquedemontreal/videos/vb.8903763779/10153558552858780/?type=2&theater>. Acesso em 5/11/2015.

¹⁰¹ Disponível em <http://www.mdeinteligente.co/quienes-somos/>. Acesso em 12/01/2015

¹⁰² Disponível em <https://www.facebook.com/mdeinteligente/videos/10152313221561377/>. Acesso em 12/11/2015.

conceitos de uma cidade inteligente através de uma narrativa desenvolvida e estrutura de produção profissional com telas gráficas editadas paralelamente com a imagem de uma câmera subjetiva que percorre as ruas de bicicleta apontando os locais que possuem conexão pública com a internet, e apresenta um IVHa de 0,09.

Um pouco maior que Medellín é a capital baiana em Salvador (Brasil), porém apresenta uma experiência participativa com o menor IVHa de todas observadas neste grupo. O projeto “Participa Salvador” realizado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em parceria com uma rede de organizações da sociedade civil “tem como fim principal promover a participação popular e acompanhar as audiências e ações políticas do executivo municipal de Salvador para discussão, junto à sociedade civil, do Plano Salvador 500”¹⁰³ e para isso e entre outras ações, produz e publica vídeos de registros de audiências públicas e depoimentos sempre com estrutura de produção e narrativa audiovisual praticamente inexistentes num canal no Youtube com divulgação através de um portal e também nas redes sociais. O vídeo de maior visualização publicado por esta experiência alcançou o mais baixo IVHa (0,01) deste grupo como já dito, e é um registro diferente das outras produções desta experiência por ser, ao contrário das audiências públicas e reuniões em ambientes fechados e burocráticos, neste caso, registro de um encontro com moradores em um bairro popular da cidade numa espaço público e com a presença de um grupo musical local.¹⁰⁴

A experiência “LAB.Rio” no Rio de Janeiro (Brasil) “é o laboratório de participação da Prefeitura do Rio, criado para aproximar o poder público dos cidadãos e cidadãs cariocas”¹⁰⁵ e apresenta também uma série de ações que visam aperfeiçoar a participação e a transparência na gestão municipal, dentre elas a produção e publicação audiovisual na internet. Exceto uma animação gráfica educativa, todos os vídeos não tem estrutura de produção e praticamente nenhuma

¹⁰³ Disponível em https://www.youtube.com/channel/UCqurKztWwL_WVb7le5axRvQ. Acesso em 10/12/2014.

¹⁰⁴ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=jujw6M_mQSE. Acesso em 10/11/2015.

¹⁰⁵ Disponível em <http://www.labrio.cc/#about>. Acesso em 12/05/2015.

elaboração narrativa audiovisual, e são registros de depoimentos ou eventos públicos, sendo que um debate transmitido ao vivo de jovens com o prefeito sobre o legado dos jogos olímpicos de 2016 para a cidade teve um IVHa 0,07.

A última experiência deste grupo de políticas públicas não é de apenas uma cidade, mas uma organização social que atuou em alguns orçamentos participativos de grandes cidades. A experiência “Participatory Budgeting Project” é uma organização social norte-americana que “capacita as pessoas a decidir em conjunto como gastar o dinheiro público”¹⁰⁶ e apresenta vídeos de estrutura de produção e narrativa audiovisual de significativa qualidade. Um dos vídeos tem uma ótima narrativa educativa sobre o processo do orçamento participativo¹⁰⁷ e alcança o IVHa de 0,04 para o conjunto das cidades relacionadas pela organização como seus locais de atuação, que são Nova Iorque, Chicago, Boston e Vallejo na Califórnia (todas nos Estados Unidos).¹⁰⁸

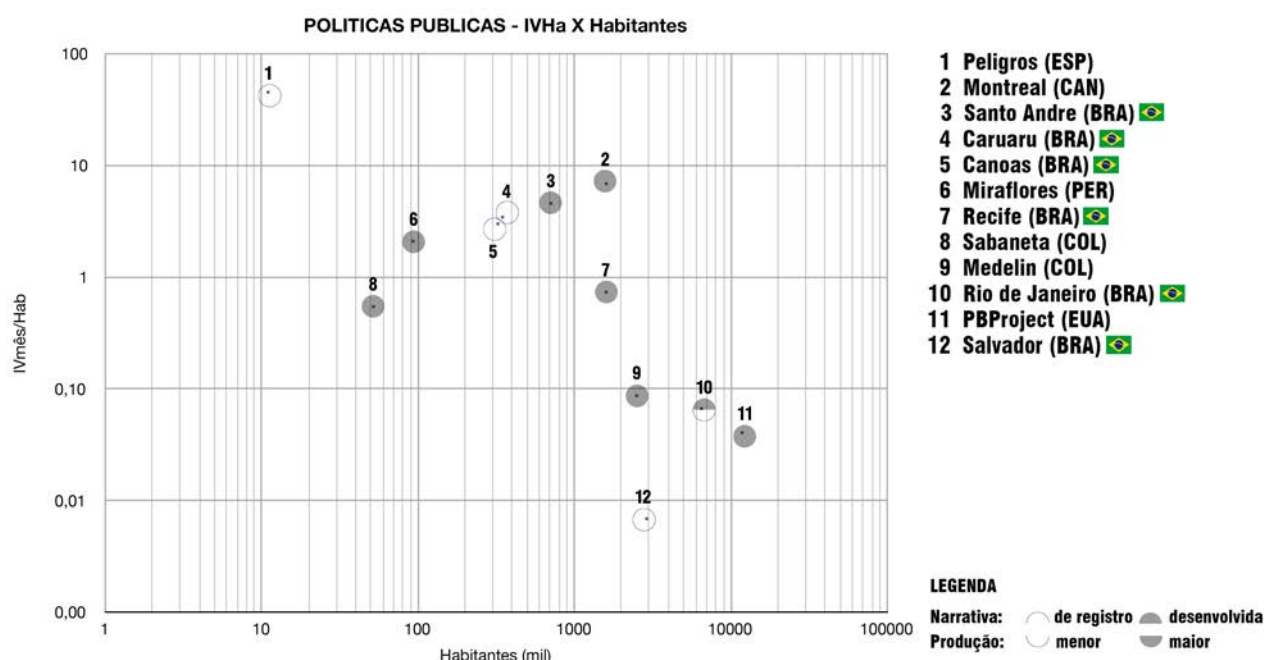


Gráfico 2. IVHa em experiências de políticas públicas, elaborado pelo autor. Fonte: internet.

¹⁰⁶ Disponível em <http://www.participatorybudgeting.org/who-we-are/mission-approach/>. Acesso em 07/08/2014.

¹⁰⁷ Disponível em <https://vimeo.com/107121298>. Acesso em 10/11/2015.

¹⁰⁸ Disponível em <http://www.participatorybudgeting.org/what-we-do/where-we-work/>. Acesso em 12/12/2015.

Experiências de Políticas Públicas Participativas	País	Visualizações		Habitantes (mil)	IVmês/Hab
		máxima	meses		
1 Peligros	Espanha	498	1	11	45,27
2 Montreal	Canadá	10.950	1	1.600	6,84
3 Santo André (SP)	Brasil	32.262	10	708	4,56
4 Caruaru (PE)	Brasil	2380	2	347	3,43
5 Canoas (RS)	Brasil	968	1	324	2,99
6 Miraflores	Peru	6.012	31	93	2,09
7 Recife (PE)	Brasil	9.338	8	1.600	0,73
8 Sabaneta	Colômbia	1012	36	52	0,54
9 Medellin	Colômbia	2609	12	2.500	0,09
10 Rio de Janeiro (RJ)	Brasil	1301	3	6.500	0,07
11 Participatory Budgeting Project	EUA	6.717	14	11816	0,04
12 Salvador (BA)	Brasil	239	12	2.900	0,01

Tabela 2. IVHa em experiências de políticas públicas, elaborada pelo autor. Fonte: internet.

As experiências deste grupo de políticas públicas apresentam alguns destaques. A de maior IVHa (Peligros - Portugal) considero um desvio quantitativo devido à minúscula população envolvida, e também a ausência de indícios de produção e planejamento de narrativa. As experiências “Ágora em Rede”(Canoas/Brasil), “Gabinete Digital (Caruaru/Brasil) e “LAB.Rio” (Rio de Janeiro) de exibição ao vivo e publicação de teleconferências e debates também não apresentam produção e narrativas desenvolvidas porém apontam um caminho interessante de circulação de diálogos e idéias participativas.

A experiência de comunicação social da Prefeitura de Santo André (Brasil) apresenta um alto IVHa e um bom número de vídeos sendo produzidos com frequência, porém a narrativa jornalística de apresentação de resultados limita a narrativa participativa da produção, se aproximando no vídeo em questão como um relatório de prestação de contas à sociedade. As experiências de Recife (Brasil), Miraflores (Peru) e Medellin (Colômbia) são interessantes e razoáveis tanto em seus números quanto nos aspectos qualitativos de conteúdo participativo, produção e narrativa.



Figura 3. Frames de vídeos do projeto “Participatory Budgeting Project”. Fonte: www.participatorybudgeting.org

Porém os melhores destaques deste grupo vão para as experiências do “Participatory Budgeting Project” (Estados Unidos) pela qualidade da produção e alcance do trabalho mesmo com o IVHa apresentando um número baixo, e principalmente a experiência de Montreal (Canadá) pela consistência da política pública participativa e dos resultados apresentados na qualidade dos produtos e nos números.



Figura 4. Frames do vídeo “Faisons le plein d'énergies nouvelles”. Fonte: <http://ocpm.qc.ca/vertMtl>

2.3.3. Experiências em Planos Urbanos

As experiências participativas de Planos Urbanos no geral são as que mais se aproximam (juntamente com as de Ações Comunitárias) do foco destas reflexões em produção e uso de imagens em processos participativos sobre o espaço construído (Tabela 3). A experiência deste grupo que alcançou o mais baixo IVHa (0,01) foi a elaboração do “Plano 500” em 2015 realizada pela Prefeitura de Salvador (Brasil) onde a produção audiovisual publicada consiste apenas em registros na íntegra das assembléias públicas realizadas, apresentando uma estrutura de produção profissional básica mas também a inexistência de elaboração narrativa audiovisual.¹⁰⁹ Aparenta que a publicação desses registros tem função apenas burocrática de prestação de contas jurídicas relativas à realização das assembléias como consta nas leis e normas brasileiras, e não como ferramenta participativa efetiva de construção de diálogos.

Os projetos “Litoral Sustentável” (Brasil) e “Future Cape Town” (África do Sul) apresentam ambos o IVHa de 0,02. Porém no caso brasileiro, que é um “diagnóstico urbano socioambiental e programa de desenvolvimento regional sustentável em municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista” há uma estrutura de produção audiovisual interessante e uma narrativa desenvolvida de esclarecimento do projeto e seus objetivos.¹¹⁰ No caso sul africano, o projeto trata de uma iniciativa da sociedade civil que consiste em “uma plataforma para a idéia, debate e acção relacionado com o futuro das nossas cidades” e apresenta uma produção audiovisual de registro de atividades ou depoimentos com pequena estrutura de produção e sem narrativa audiovisual desenvolvida.¹¹¹

¹⁰⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oti0P3f8iW0> . Acesso em 05/11/2015.

¹¹⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Wv4WY35OwMM>. Acesso em 5/11/2015.

¹¹¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IXjHwBM00Kg>. Acessado em 5/11/2015.

Uma experiência que apresenta IVHa de 0,03 é a revisão do PDDU de Salvador (Brasil) realizada entre 2004 e 2008, e se caracteriza por uma produção publicada de forma dispersa por cidadãos críticos da falta de participação no processo, e se compõe de reportagens, depoimentos e registro de eventos. O vídeo com a maior visualização desta produção é justamente a tumultuada sessão na Câmara Municipal que aprovou em definitivo o plano, com as filmagens realizadas pela própria câmara municipal com estrutura de produção profissional e sem desenvolvimento narrativo, mas publicada na rede mundial de computadores por um cidadão.¹¹²

A experiência de revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo (Brasil) em 2014 tem um IVHa próximo (0,05), porém tem características bem diferentes da experiência baiana. O conjunto da produção tanto da Prefeitura associada ao de outros produtores como instituições públicas, privadas e cidadãos comuns é bem variado e amplo. O vídeo que tem mais visualizações apresenta uma estrutura de produção profissional e narrativa bem desenvolvida sobre os aspectos do Plano Diretor Estratégico em uma bem realizada animação gráfica, e foi produzido e publicado pelo canal oficial da Prefeitura no Youtube,¹¹³ junto a tantos outros. Vale destacar que, além deste e outros vídeos e registros realizados pela Prefeitura sobre o plano, as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano e a de Cultura promoveram em conjunto também um concurso de curtas metragens sobre o Plano Diretor Estratégico, premiando produções muito interessantes sobre o tema.¹¹⁴

Outra experiência paulista é o processo de elaboração do Plano Diretor de Guarulhos de 2015 ¹¹⁵ que apresenta uma produção audiovisual municipal ampla na internet, porém com poucos

¹¹² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2Ngr3gkBAJ8>. Acesso em 16/11/2015.

¹¹³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gJjJWNwJ-Ig>. Acesso em 25/11/2015.

¹¹⁴ Mais informações disponíveis em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/principal-concurso-de-videos-pde/>. Acesso em 05/12/2015.

¹¹⁵ Mais informações disponíveis em <http://planodiretor.guarulhos.sp.gov.br>. Acesso em 10/10/2015.

vídeos sobre o processo do Plano Diretor. O vídeo deste tema com maior visualização ¹¹⁶ é uma chamada mobilizadora para as oficinas participativas que seriam realizadas e tem estrutura de produção básica e narrativa desenvolvida com uso de locução, imagens e gráficos, com IVHa de 0,07.

Com um IVHa de 0,08 foram observadas duas experiências latino americanas: o Plano Estratégico de Desenvolvimento Integral de Havana Velha (Cuba) ¹¹⁷ produziu um documentário ¹¹⁸ de 18 minutos descritivo e mobilizador com uma estrutura de produção dotada de recursos bem utilizados e narrativa desenvolvida e bem estruturada sobre o processo de consulta pública como etapa de elaboração do plano. A segunda experiência que alcançou o mesmo IVHa é o plano Participativo de Bairros do município de Conchali (Chile) que em sua etapa de diagnóstico ¹¹⁹ produziu um único vídeo de estrutura de produção profissional e constituído por animações gráficas, depoimentos e locução, com narrativa desenvolvida sobre a história e formação das comunidades de Santa Monica e Araucania.¹²⁰

O plano “Imagine Austin” da cidade de Austin (Estados Unidos) ¹²¹ tem uma produção audiovisual de número razoável de vídeos em variados formatos, e alcançou o IVHa de 0,12 com um vídeo de 30 segundos (provavelmente para exibição em canais de TV aberta) com uma estrutura

¹¹⁶ Disponível em <https://www.facebook.com/guarulhostemPMG/videos/832459973498447/>. Acesso em 10/11/2015.

¹¹⁷ Mais informações disponíveis em <http://www.planmaestro.ohc.cu/index.php/instrumentos/pedi>. Acesso em 03/02/2015.

¹¹⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nOKrUfqhhbc>. Acesso em 20/11/2015.

¹¹⁹ Mais informações in “Casas de Infinitas ¿Germen de Ciudades para Todos?”, p. 557, disponível em http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=905&pageNum_rs_libros=4&totalRows_rs_libros=793. Acesso em 8/7/2014.

¹²⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=m6nS4SONIII>. Acesso em 10/11/2015.

¹²¹ Mais informações disponíveis em www.imagineaustin.net. Acesso em 07/06/2015.

de produção profissional através de uma animação bem realizada sobre locução e narrativa desenvolvida de convocação dos habitantes para participar do plano.¹²²

O projeto “Todas Tus Ideas” realizado por um grupo de cidadãos ¹²³ da pequena General Roca (Argentina) alcança o IVHa de 0,45 com uma produção audiovisual composta de apresentação do projeto e apresentações individuais das propostas selecionadas. O vídeo com mais visualizações¹²⁴ é o de uma proposta para “dar condição de uso a bicicletas sem dono” que acabou sendo a mais votada de todo o projeto, e tem estrutura de produção eficiente e narrativa desenvolvida.¹²⁵

Com dimensões e propósitos bem diferentes, a experiência de transformação da praça Les Glòries pela Prefeitura de Barcelona (Espanha) alcança o IVHa de 1,24 e uma produção audiovisual bastante consistente por parte do poder público municipal. Segundo a apresentação do processo pela Prefeitura, a transformação da praça central era uma constante nas reivindicações das associações de vizinhos próximas, as quais participaram desde o início na colaboração em diagnósticos e desenvolvimento das bases para um concurso de projetos para a praça, e ainda durante o acompanhamento das obras.¹²⁶ O vídeo com maior número de visualizações é a apresentação da proposta ganhadora do concurso e tem uma estrutura de produção profissional e narrativa desenvolvida.¹²⁷

¹²² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=M316hmwEH90>. Acesso em 23/11/2015.

¹²³ Mais informações em http://oidp.net/?id=189&L=4&action=detall&OIDP_content_ID=588&language=ES. Acesso em 07/05/2015.

¹²⁴ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=rQDZ_19D_kw. Acesso em 23/11/2015.

¹²⁵ Mais informações disponíveis em <https://www.facebook.com/todastusideas/photos/a.540095056090036.1073741829.523535031079372/581100575322817/?type=3>. Acesso em 23/11/2015.

¹²⁶ Mais informações em <http://ajuntament.barcelona.cat/glories/es/implicacio-ciutadana/>. Acesso em 07/05/2015.

¹²⁷ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=NT0PIVSHp_o. Acesso em 26/11/2015.

A experiência com o terceiro maior IVHa em planos urbanos é da pequena cidade de Águeda (Portugal), na qual o poder público municipal desenvolve uma política de investimento nas tecnologias de informação para transparência e governo eletrônico. Dentro desta política a *webTV* do município ¹²⁸ tem uma produção numerosa sobre diversos assuntos de interesse público (o orçamento participativo tem uma experiência interessante) inclusive com dois vídeos educativos sobre como participar do Plano Diretor Municipal, nos quais alcança IVHa de 2,95 e consiste em cartelas gráficas explicativas do processo participativo, apresentando assim uma estrutura de produção profissional e narrativa desenvolvida.¹²⁹

A experiência de plano urbano que alcançou o segundo maior IVHa (4,18) é o processo de requalificação de uma área central de Montreal (Canadá).¹³⁰ O vídeo com maior número de visualizações nesta experiência é uma das poucas produções audiovisuais do escritório de consultas públicas do município e apresenta uma estrutura profissional de produção constituída por animação de maquete virtual superposta a imagens aéreas da região a ser qualificada sem qualquer narrativa desenvolvida,¹³¹ apenas como apoio imagético para a consulta pública sobre o plano.

O maior IVHa (6,32) nas experiências de planos urbanos é de uma reportagem feita pela televisão aberta estatal local sobre o plano comunitário “Imagina Otxarkoaga” referente ao bairro da cidade de Bilbao (Espanha).¹³² Não há produção audiovisual específica sobre o plano que tenha sido realizada pelo poder público municipal, organizações sociais ou mesmo cidadãos, apenas esta

¹²⁸ Disponível em <http://agueda.tv>. Acesso em 28/10/2015.

¹²⁹ Disponível em <http://agueda.tv/archive.ud121?theme=Local&subtheme=Suporte%20em%20V%EDdeo&oid=104035>. Acesso em 25/11/2015.

¹³⁰ Mais informações disponíveis em <http://ocpm.qc.ca/ppu-gares>. Acesso em 23/09/2015.

¹³¹ Disponível em <https://www.facebook.com/officedeconsultationpubliquedemontreal/videos/vb.8903763779/10153243473558780/?type=2&theater>. Acesso em 22/11/2015.

¹³² Mais informações disponíveis em http://www.bilbao.net/cs/Satellite?c=Page&cid=3000076851&language=es&pageid=3000076851&pagenome=Bilbaonet%2FPPage%2FBIO_contenidoFinal. Acesso em 10/10/2015.

reportagem de pouco menos que dois minutos de duração, com estrutura de produção profissional e narrativa desenvolvida básica de telejornalismo.¹³³

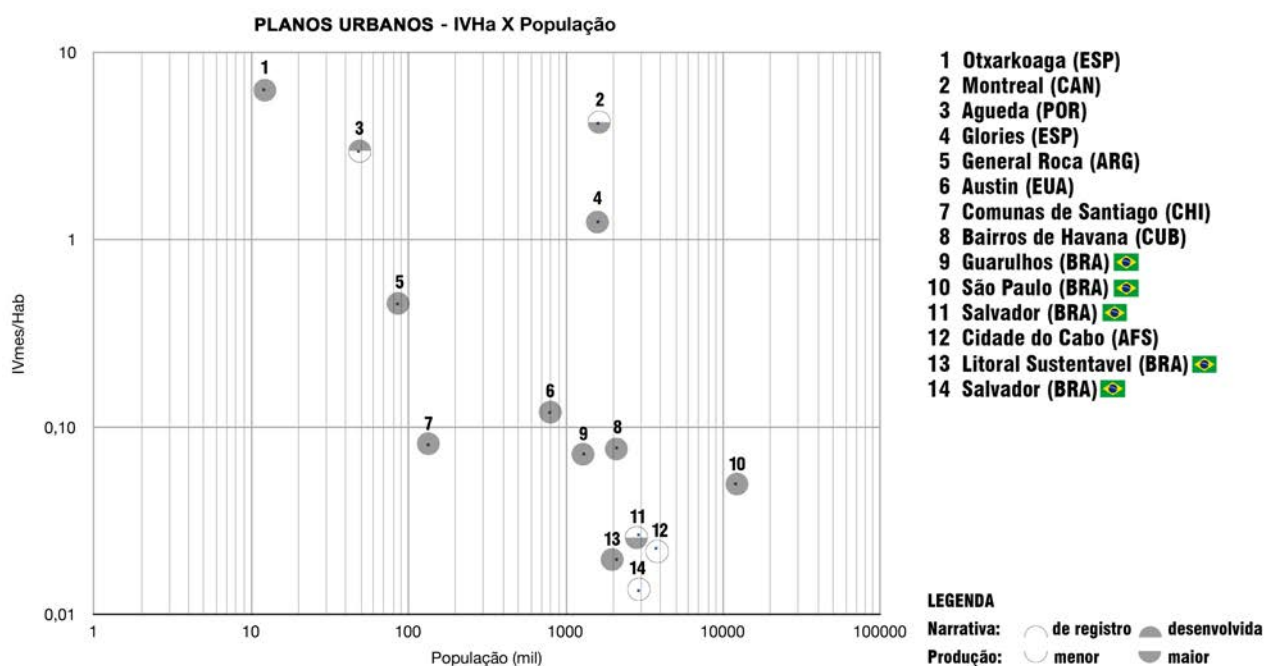


Gráfico 3. IVHa em experiências de planos urbanos, elaborado pelo autor. Fonte: internet.

Experiências de Planos Urbanos	País	Visualizações		Habitantes (mil)	IVmês/Hab
		máxima	meses		
1 Otxarkoaga	Espanha	4778	63	12	6,32
2 Montreal	Canadá	40142	6	1600	4,18
3 Agueda	Portugal	7374	52	48	2,95
4 Glories	Espanha	41770	21	1600	1,24
5 General roca	Argentina	462	12	85	0,45
6 Imagine Austin	EUA	3414	36	790	0,12
7 Comunas de Santiago	Chile	514	48	133	0,08
8 Bairros de Havana	Cuba	4230	26	2100	0,08
9 Guarulhos (SP)	Brasil	561	6	1300	0,07
10 São Paulo (SP)	Brasil	9563	16	12000	0,05
11 Salvador 2008 (BA)	Brasil	7091	92	2900	0,03
12 Cidade do Cabo (BA)	África do Sul	1264	15	3740	0,02
13 Litoral Sustentável	Brasil	1485	36	2100	0,02
14 Salvador 2015 (BA)	Brasil	194	5	2900	0,01

Tabela 3. IVHa em experiências de planos urbanos, elaborada pelo autor. Fonte: internet.

¹³³ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=f8_35OzQC88. Acesso em 20/11/2015.

Neste grupo de planos urbanos como experiências participativas urbanas de produção audiovisual, os processos de planejamento “Litoral Sustentável” no litoral paulista, e “Imagine Austin” na cidade texana do EUA merecem algum destaque pelo uso da produção de imagens como ferramenta de disseminação de conceitos e mobilizadora de ações. As experiências “Todas Tus Ideas” na Argentina e o “Plano Diretor de Águeda” em Portugal são reveladoras da produção e uso de imagens em pequenos universos populacionais e com aparentemente poucos recursos, mas com bom volume e qualidade de produção.

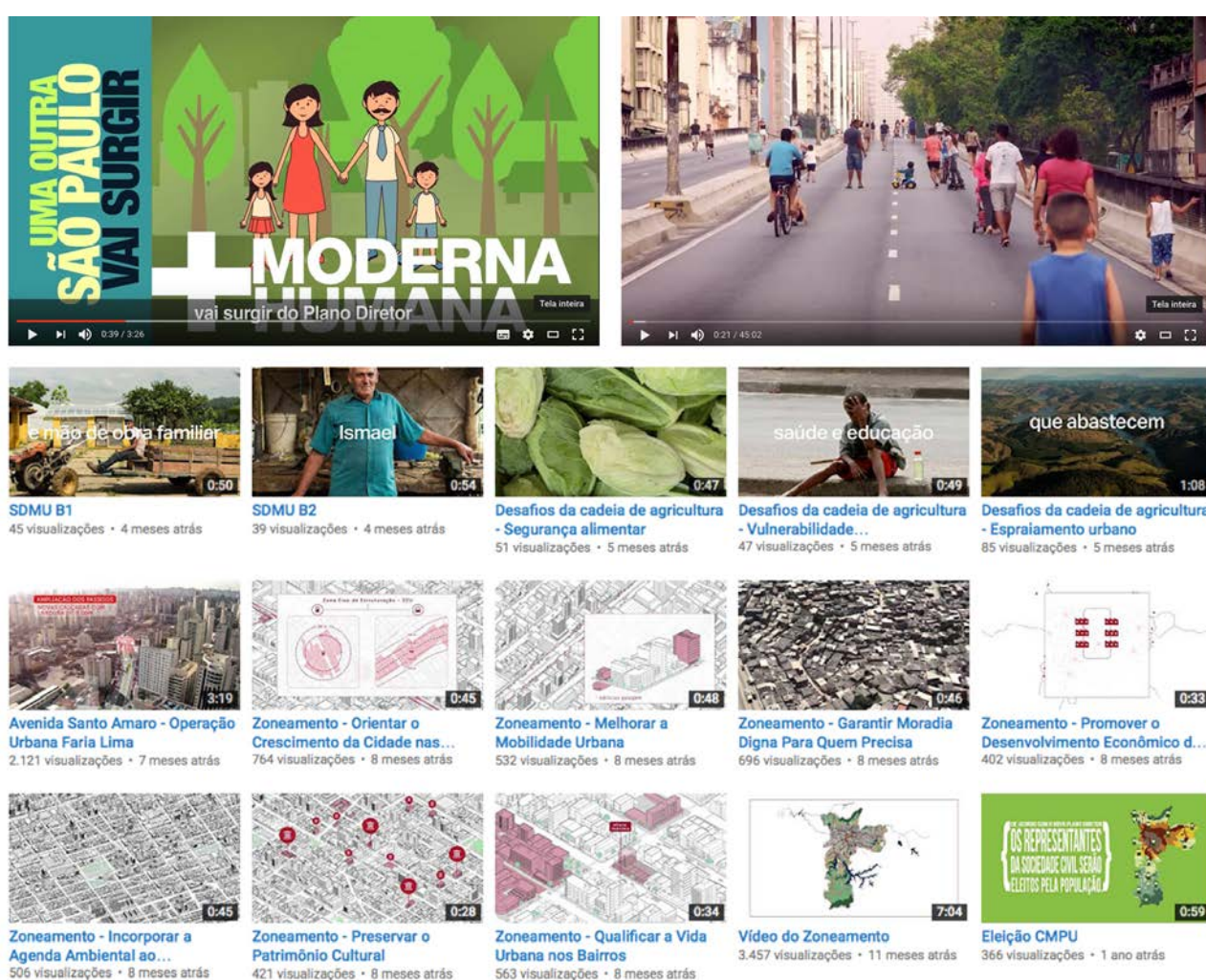


Figura 5. Frames de vídeos relacionados ao Plano Diretor de São Paulo de 2014. Fonte: www.youtube.com

Os maiores destaques neste grupo de experiências são o “Plano Diretor Estratégico” de São Paulo e processo de transformação da praça Les Glòries em Barcelona, pelo uso intensivo das ferramentas de comunicação audiovisuais para apoiar os diálogos em processos participativos

urbanos. Mesmo que os números sejam bem diferentes, em parte porque a população de uma seja quatro vezes maior que a outra, a qualidade e o volume da produção audiovisual envolvida sugerem a importância dessa ferramenta na construção de diálogos e ações comunicativas.

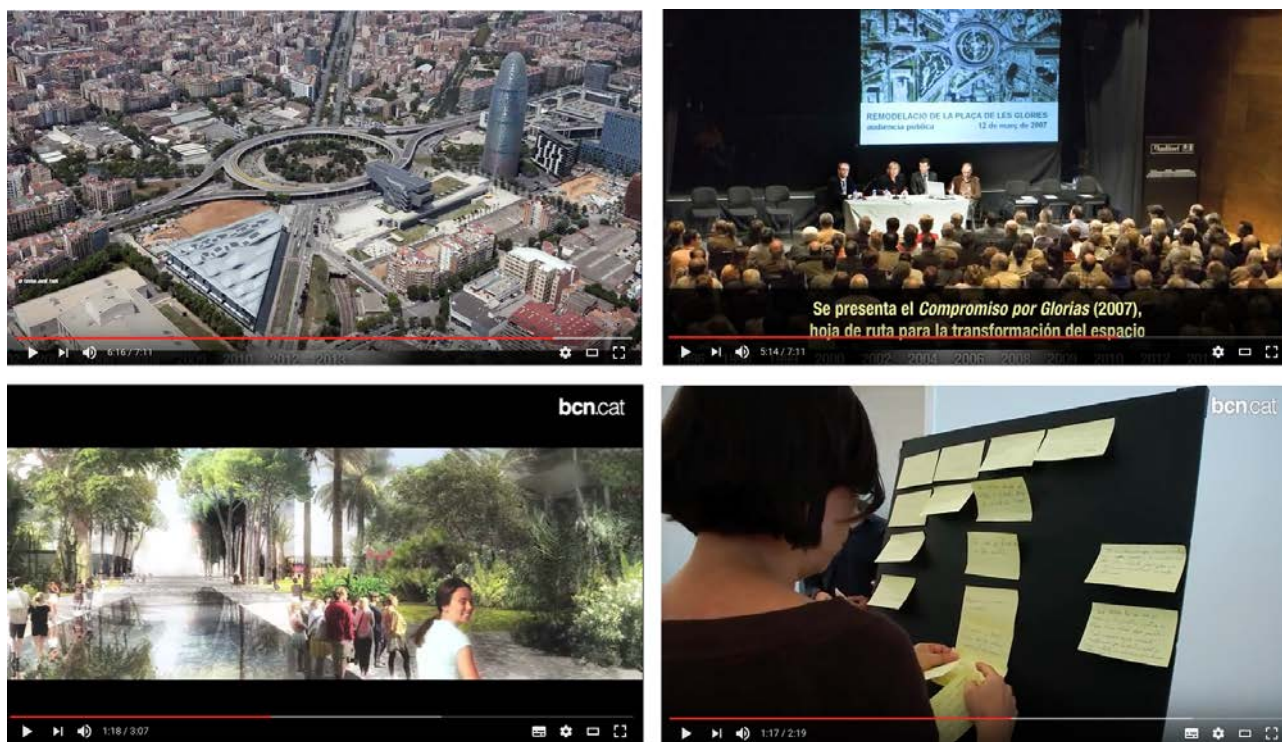


Figura 6. Frames de vídeos relacionados a plano de Les Glòries, em Barcelona. Fonte: www.youtube.com

Mais uma vez é importante assinalar que os aspectos políticos específicos não estão sendo considerados nestas avaliações devido ao grande número de casos. Assim, uma primeira e talvez inovadora aproximação como esta, está fadada a capturar antes aspectos mais gerais, tendo limites para abarcar a particularidade política e do jogo de agentes em cada caso, o que será feito no estudo de caso apresentado no capítulo 3 adiante.

2.3.4. Experiências em Ações Comunitárias

O último grupo de processos participativos observado nessas reflexões se refere a aquelas experiências exclusivamente realizadas por grupos organizados da sociedade civil com objetivos como ocupação de espaços públicos ociosos, e/ou como reação a intervenções estatais violentas (Tabela 4).

Os mais baixos valores de IVHa neste grupo foram alcançados por três experiências em Barcelona (Espanha), e se referem às experiências de “Repensar Bon Pastor”, “Can Ricart” e “Can Batlló”. A primeira delas foi um processo decorrente da insatisfação dos moradores com o plano aprovado pelo município para remodelação do bairro Bon Pastor, e assim com a colaboração de ativistas sociais e pesquisadores em 2009 criaram um concurso de idéias de projeto para o bairro.¹³⁴ O vídeo com maior número de visualizações deste processo é o vídeo de apresentação e mobilização de inscrições para o concurso, com estrutura de produção básica e narrativa documental desenvolvida, que alcança o IVHa de 0,02.

A segunda experiência catalã observada foi a da ocupação por diversos grupos sociais, das ruínas do antigo complexo industrial de “Can Ricart”.¹³⁵ Experiência da luta da sociedade civil pelo espaço público, patrimônio e contra o urbanismo especulativo,¹³⁶ “Can Ricart” é marcada por uma produção audiovisual publicada na internet de forma heterogênea constituída de registros dos vários momentos do processo além de documentários e depoimentos sobre o assunto. O vídeo que possui maior número de visualizações é o registro da ocupação de um dos primeiros grupos artísticos no local,¹³⁷ sem estrutura de produção, sem desenvolvimento da narrativa, e também apresenta IVHa de 0,02.

A experiência de ocupação do complexo industrial “Can Batlló” no bairro de Sants também é uma resistência de grupos sociais pelo patrimônio e qualificação do espaço público contra o

¹³⁴ Mais informações disponíveis em <https://repensarbonpastor.wordpress.com/intro/>. Acesso em 13/01/2015.

¹³⁵ Mais informações disponíveis em [http://www.academia.edu/468251/La fábrica del conflicto. Terciarización lucha social y patrimonio en Can Ricart Barcelona](http://www.academia.edu/468251/La_f%C3%A1brica_del_conflicto._Terciarizaci%C3%B3n_lucha_social_y_patrimonio_en_Can_Ricart_Barcelona). Acesso em 10/12/2015.

¹³⁶ A área de San Ricart se localiza no centro do plano municipal 22@Barcelona, mais informações sobre o plano disponíveis em http://scholar.harvard.edu/files/montserrat-pallares-barbera/files/productive_gentrificat_bcn_2010.pdf?m=1360040993. Acesso em 15/01/2016.

¹³⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eiY8vWKnv8g>. Acesso em 22/11/2015.

urbanismo especulativo.¹³⁸ Além de uma grande produção audiovisual sobre diversos aspectos da experiência publicada por muitas pessoas na internet, também existe publicado um documentário de pouco mais de uma hora de duração com ótima estrutura de produção e narrativa desenvolvida,¹³⁹ sendo o vídeo (IVHa de 0,05) de uma chamada de 30 segundos ¹⁴⁰ para um evento no local a apenas quatro meses depois da ocupação inicial realizada por associações de moradores, com maior número de visualizações no processo e apresenta uma estrutura de produção básica de animação e desenvolvimento da narrativa audiovisual.

Com IVHa de 0,70 temos a experiência na cidade de Fortaleza (Brasil) da “TV LVC”, que foi uma das ferramentas de mobilização social a favor da luta da comunidade de Lauro Vieira Chaves ¹⁴¹ contra a remoção dos moradores para a construção de uma linha de transporte público em 2011, como parte das obras para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. A produção audiovisual publicada na internet pelo projeto conta com diversos depoimentos e registros de eventos, sendo o vídeo com maior visualização na internet um documentário de doze minutos relatando conflitos e resultados do processo guiados por depoimentos de dois moradores com estrutura de produção básica e desenvolvimento da narrativa documental.¹⁴²

Em Madri temos as próximas duas experiências participativas observadas que são “Campo de Cebada” e “Patio Maravillas” (Espanha), com IVHa próximos. A primeira experiência se refere a ocupação negociada por associações de vizinhos com a Prefeitura madrilena pelo uso e autogestão social de uma área pública no centro da cidade. Destinada originalmente à requalificação de um antigo centro esportivo no local (que a crise econômica da primeira década do século XXI

¹³⁸ Mais informações disponíveis em LACOL (2013), e também em http://elpais.com/tag/can_batllo/a/. Acesso em 15/01/2016.

¹³⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aCPIQjPpNtE>. Acesso em 22/11/2015.

¹⁴⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Xzw9wEM6-uw>. Acesso em 22/11/2015.

¹⁴¹ Mais informações em <https://comunidadeLVC.wordpress.com/lutadolauro/>. Acesso em 10/09/2014.

¹⁴² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7hi4G0jPpIA>. Acesso em 05/11/2015.

impossibilitou), a área passou a ser inteiramente gerida por associações com diversas atividades esportivas, culturais e coletivas.¹⁴³ Da mesma forma a produção audiovisual encontrada na internet tem diversas fontes, formatos e narrativas, sendo o vídeo com maior número de visualizações e que alcança o IVHa de 0,21 é um videoclipe com boa estrutura de produção, narrativa audiovisual desenvolvida, autointitulado “reinvidicativo” e “em favor das mobilizações cidadãos pacíficas e representativas de sentido popular”.¹⁴⁴

A segunda experiência madrilena é o coletivo “Patio Maravillas” formado por diversos outros coletivos que ocupou inicialmente um colégio abandonado e depois de despejado de sua ocupação original ocupou um sobrado abandonado também num bairro central de Madri, e se reconhece como “um potente espaço público de convergência de distintas iniciativas sociais e culturais, frente à progressiva mercantilização dos espaços públicos e a perda de qualidade dos mesmos.”¹⁴⁵ A produção audiovisual publicada na internet também é diversificada e proveniente de várias fontes de publicação, formatos e narrativas das mais diversas, sendo muitos registros de eventos no local e depoimentos sobre o conflito com os vizinhos que discordam e poderes públicos. O vídeo com maior visualização é um registro musical no prédio que aborda a diversidade de atividades desenvolvidas, com IVHa de 0,27, e aparentemente com alguma estrutura de produção e desenvolvimento prévio às filmagens da narrativa audiovisual.¹⁴⁶

Com um IVHa pouco maior que as ações comunitárias já relatadas, a experiência da “Vila Autódromo” no Rio de Janeiro (Brasil) está marcada pela luta de uma parte dos moradores contra a

¹⁴³ Mais informações disponíveis em <http://www.archdaily.com.br/br/01-136323/el-campo-de-cebada-slash-la-ciudad-situada>. Acesso em 03/02/2015.

¹⁴⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=88NwNoatcjo>. Acesso em 25/11/2015.

¹⁴⁵ Mais informações disponíveis em <http://patiomaravillas.net/epa/historias-en-la-historia>. Acesso em 03/02/2015.

¹⁴⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9rDa2YR3n80>. Acesso em 22/11/2015.

remoção da comunidade, vizinha ao parque olímpico dos jogos de 2016.¹⁴⁷ A produção audiovisual desta experiência publicada na internet é ampla e muito variada, com diversos produtores, formatos e narrativas diferentes, e o vídeo com maior número de visualização é um convite audiovisual de pouco mais de um minuto de duração para o festival cultural promovido pelos moradores como reforço de adesões para a defesa da causa,¹⁴⁸ com IVHa de 0,56 apresenta estrutura de produção profissional e desenvolvimento da narrativa.

A experiência com maior IVHa deste grupo de ações comunitárias, é o movimento “Ocupe Estelita” em Recife (Brasil) formado por grupos, coletivos e movimentos sociais na luta contra o urbanismo segregador hostil para a cidade. A divulgação do Projeto Novo Recife pela Prefeitura e o início da derrubada dos grandes galpões do cais José Estelita provocou a ocupação artística do local e uma grande articulação social de enfrentamento político do projeto do município. A produção audiovisual publicada na internet relacionada a este processo é ampla com muitos produtores e formatos diferentes, onde o vídeo com maior visualização é um clipe musical satírico de denúncia das ações da Prefeitura, e conta com estrutura de produção profissional e narrativa bem desenvolvida, e um IVHa impressionante de 50,18 decorrente do altíssimo número de visualizações.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Mais informações disponíveis em http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1312337_2015_completo.pdf. Acessado em 18/12/2015.

¹⁴⁸ Disponível em <https://www.facebook.com/vivaavilaautodromo/videos/830665513706999/>. Acessado em 22/11/2015.

¹⁴⁹ Disponível em <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/videos/489187937894858/#>. Acessado em 25/11/2015.

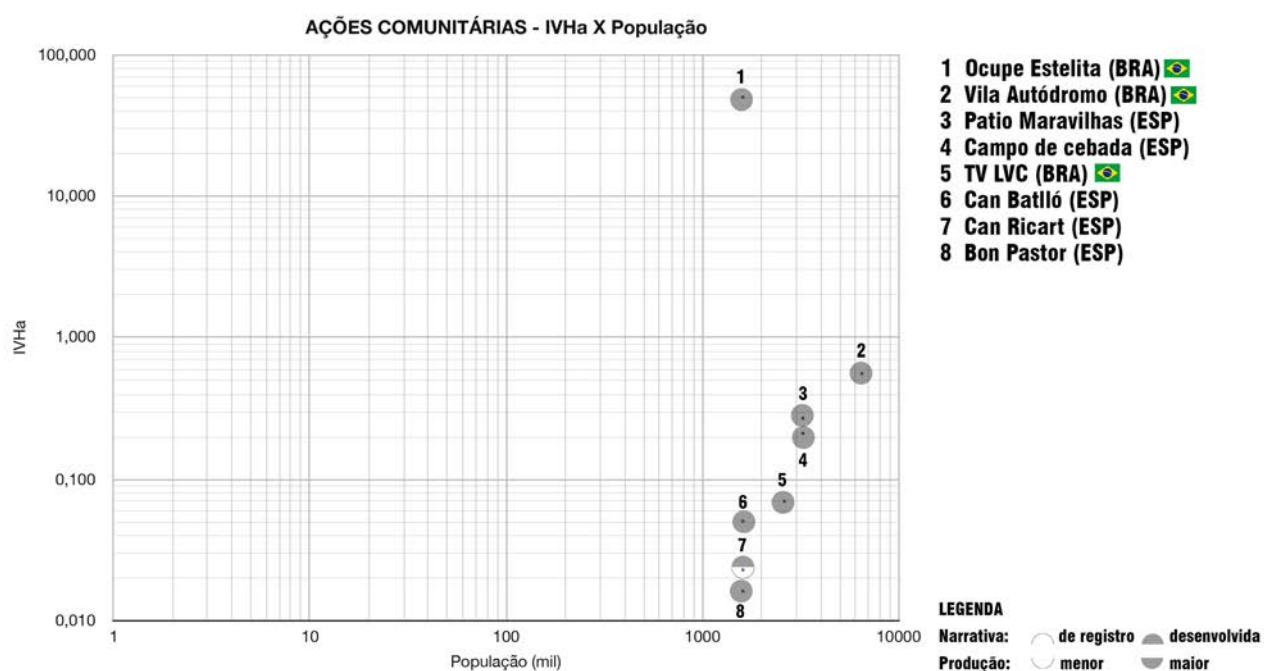


Gráfico 4. IVHa em experiências de ações comunitárias, elaborado pelo autor. Fonte: internet.

Experiências de Ações Comunitárias	País	Visualizações		Habitantes (mil)	IVmês/Hab
		máxima	meses		
1 Ocupe Estelita (PE)	Brasil	481.710	6	1.600	50,18
2 Vila Autódromo (RJ)	Brasil	10.846	3	6.454	0,56
3 Pátio Maravilhas	Espanha	11.373	13	3232	0,27
4 Campo de Cebada	Espanha	4.791	7	3232	0,21
5 Lauro Vieira Chaves (CE)	Brasil	3.808	21	2600	0,07
6 Can Batlló	Espanha	4.044	50	1600	0,05
7 Can Ricart	Espanha	3.941	108	1600	0,02
8 Bon Pastor	Espanha	1.883	73	1600	0,02

Tabela 4. IVHa em experiências de ações comunitárias, elaborada pelo autor. Fonte: internet.

Neste grupo de experiências participativas de ações comunitárias, pelo próprio conceito que o define, todas as experiências observadas tem características interessantes. De todo modo, vale a pena destacar as experiências que interessam às reflexões postas, em suas características e resultados próprios. Os destaques vão para: a experiência de “Can Batlló” em Barcelona pela consistência de sua articulação social e qualidade do recursos disponíveis; as experiências de “Lauro Vieira Chaves” em Fortaleza e “Campo de Cebada” em Madri, pela realização comunitária,

ações comunicativas e conquistas do processo; a “Vila Autódromo” no Rio de Janeiro pela insistência no direito à cidade e as produções e narrativas publicadas; e finalmente a experiência do “Ocupe Estelita” pela qualidade do discurso, das produções e narrativas, e dos avanços obtidos na discussão do espaço público.



Figura 7. Frames de vídeos relacionados a ações em Can Batlló, em Barcelona. Fonte: www.youtube.com



Figura 8. Frames de vídeos relacionados a ações do “Ocupe Estelita”, em Recife. Fonte: www.youtube.com

As diversas experiências observadas, relatadas e destacadas até aqui serão recuperadas para análises comparativas em relação às experiências do objeto empírico de que trataremos no capítulo seguinte, para o qual levou-se a cabo estudo qualitativo com dados primários. Num tal tipo de estudo poderemos melhor argumentar sobre a possibilidade de riqueza do índice IVHa, aqui proposto, quando associado e complementado com análises qualitativas mais profundas.

Capítulo 3 - Sobre o Plano de Bairro Saramandaia

A ação integradora entre a universidade pública e a sociedade civil configura-se como um instrumento catalizador na construção do direito à cidade. Cotejar a questão teórica com a prática permite, por um lado, articular a formação acadêmica discente com a realidade social, possibilitando a sua atuação sobre questões sociais concretas, aproximando professores, estudantes e sociedade civil, através da construção de um projeto coletivo. Por outro, permite ampliar o domínio e o manejo, por parte da sociedade civil organizada, de saberes e instrumentos técnicos necessários à proposição e atuação sobre a cidade. (Projeto do Plano de Bairro Saramandaia, 2011, p. 6)

3.1. Antecedentes

Salvador, até o início da década de 1970, era uma cidade de formação espacial mais ou menos compacta ao redor do seu centro histórico inicial e dos bairros que evoluíam aos arredores, estes sempre em um movimento de ampliação também de forma relativamente compacta. A partir desta década vive-se um momento acentuado de explosão demográfica (que tinha se iniciado na década de 1940), e o favorecimento pelo regime político concentrado vigente (de opressão e censura militar) da especulação imobiliária operada pelo então líder político local a partir de 1968, que explico brevemente e de forma sintética a seguir.

Escolhido pelos generais militares como prefeito biônico, Antônio Carlos Magalhães promoveu a promulgação da Lei nº 2.181/68 chamada de Reforma Urbana,¹⁵⁰ realizada

¹⁵⁰ Apesar de seu conteúdo ser o oposto, oportunamente utiliza o mesmo título das reformas de base defendidas pelo ex-presidente deposto João Goulart.

praticamente às escondidas na Câmara de Vereadores na madrugada do dia 24 de dezembro de 1968, onde as terras localizadas dentro do município e pertencentes à Prefeitura, cedidas a particulares mediante o pagamento de arrendamentos no regime chamado de enfiteuse, puderam ser privatizadas e então postas à venda indiscriminadamente, favorecendo a aquisição de grandes extensões de terras pela iniciativa privada articulada ao poder político por preços vantajosos.¹⁵¹ Menos de três anos depois, já como governador da Bahia, o mesmo Antônio Carlos construiu a Avenida Luiz Viana Filho (Paralela) e implantou ali o Centro Administrativo da Bahia (CAB), realizado entre os anos de 1971 e 1974, que propiciou a transferência das principais secretarias estaduais da área central da cidade para uma área distante, desocupada e desvalorizada. A implantação do CAB resultou numa valorização grande ¹⁵² das áreas lindeiras à Av. Paralela (SAMPAIO 1999, p. 242). Ou seja, a construção da avenida e a implantação do CAB favoreceram a especulação imobiliária de terras, esgarçando a malha urbana e nela criando imensos vazios urbanos sem quaisquer benefícios estruturais, reforçando a exclusão de uma parcela considerável da população de baixa renda que por falta de recursos se instalavam nessas áreas desvalorizadas e muitas vezes totalmente carentes de tais benefícios.

A população da área do que estava se constituindo como o bairro Saramandaia em Salvador era formada basicamente por três tipos de moradores: 1) alguns poucos antigos trabalhadores e posseiros da Fazenda Girão (a qual ocupava a área originalmente); 2) outros poucos proprietários legais de alguns dos lotes do que em 1956 iria ser implantado na mesma área como Loteamento Nova Brasília (que como não foi implantado, em 1968 foi expropriado pelo governo do Estado da Bahia para construção de um centro de abastecimento, que também não foi construído); 3) com o abandono do terreno pelo Estado da Bahia, a maior parte dos moradores se instalou durante a

¹⁵¹ Sampaio (1999, p. 242) afirma que “nos meados dos anos 70, apenas quatro grandes empresas detinham 2/3 das terras nas imediações da Av. Paralela”. Esta avenida possui 13 km de extensão.

¹⁵² As últimas propriedades remanescentes desse período continuam acolhendo parte dos enormes investimentos especulativos que o setor imobiliário promove na cidade.

década de 1970 aproveitando tal “oportunidade para a apropriação do espaço por pessoas vindas de diversos bairros populares da cidade ou que moravam nos galpões destinados aos trabalhadores das obras” no entorno do bairro. “Quanto à composição das famílias, em regra eram compostas de casais jovens com filhos bem pequenos e que sobreviviam de trabalhos instáveis (pedreiros, lavadeiras, vendedores ambulantes)” (LIMA, 2016, p. 97 e 98). De origens das mais diversas, essas pessoas em comum mantinham o desejo em deixar de pagar aluguel após a autoconstrução em lotes livres, além da busca de um local para moradia próximo ao trabalho, às conexões viárias de acesso a outras regiões da cidade e também à rodoviária (para deslocamentos regionais).

As décadas seguintes são de consolidações poucas vezes consensuais e em geral muito conflitivas das relações, circulações e regularizações entre o bairro e seu entorno. Episódios dos tipos mais variados de conflitos e também de conquistas foram se sucedendo no decorrer do tempo no bairro. E no Brasil a abertura e redemocratização apenas política ¹⁵³ do país na década de 1980 era marcada pela promulgação da Constituição de 1988, com articulações nacionais de organizações e movimentos sociais de diversas escalas. Os moradores de Saramandaia estão inseridos (mas na maioria das vezes não articulados) neste processo, materializando lutas e desejos em diversas manifestações na Prefeitura, na Câmara de Vereadores, nas ruas (notadamente bloqueando o fluxo de veículos na importante avenida Antônio Carlos Magalhães), entre outras ações variadas. Com essas mobilizações, são obtidas muitas conquistas no bairro como asfaltamento de diversas ruas, drenagem e saneamento em alguns locais, escadarias e contenções em morros, e também a instalação da passarela ao lado da sede do Departamento de Trânsito do Estado (interrompendo a trajetória crescente do número de atropelamentos fatais no local).

¹⁵³ A falta de democracia na comunicação social de massa com o oligopólio dos meios, e também a grande concentração de poder econômico por pequena fatia da população não foram atenuadas. Ver: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, disponível em www.fndc.org.br. Acesso em 20/07/2015.



Povo Inconformado responsabiliza Prefeitura pelos acidentes

Saramandaia reclama a passarela

Mais uma vez os moradores de Saramandaia, uma antiga invasão de Salvador localizada próximo ao Detran, foram às ruas protestar pela não construção da passarela que ligaria a Traioacar ao Detran, cortando as duas pistas da Avenida Antônio Carlos Magalhães. Diariamente centenas de pessoas — crianças que vão à escola, velhos e jovens — atravessam a pista entreitando os mais variados tipos de aventura. No local já ocorreram muitos acidentes fatais.

Inconformados com a omissão da Prefeitura, os moradores exigem que ela cumpra o que prometeu há mais de um ano — o projeto está pronto — evitando que mais gente morra no local. Como a época não é de eleição, as famílias pobres de Saramandaia alegam que o custo da obra é baixo e tem significado social. O secretário de Transportes Urbanos, Elmyr Ramalho não fala sobre o assunto e não quer para informar que falta recursos para iniciar a construção da passarela. As sinaléticas que existem na área só complicam a situação.



Saramandaia protesta e a Polícia reprime

Jornal da Bahia, 19/03/1985

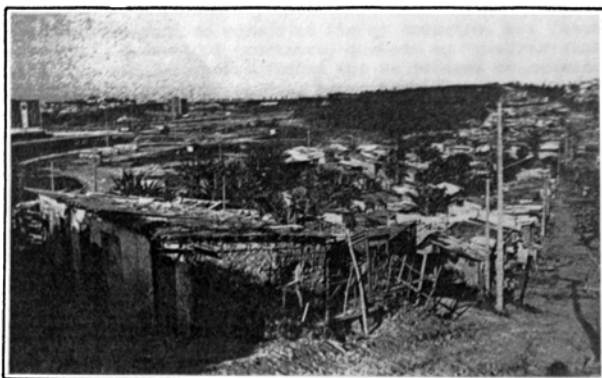
Jornal A Tarde, 02/08/1983

Figura 9. Notícias de jornais sobre reivindicações dos moradores de Saramandaia.

Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Na heterotópica realidade do bairro que é localizado numa centralidade urbana mas ao mesmo tempo não tem acesso a bens comuns e ao direito à cidade, os moradores se movimentam e se manifestam por visibilidade e busca de contatos com os poderes dominantes, onde registros fragmentários destes enfrentamentos são encontrados em diversas matérias de jornais sobre ações de formas e causas diversas.

“Saramandaia” resolve lutar contra abandono



Entre muitas reivindicações, a comunidade de Saramandaia vai lutar pela construção de escolas no local.



A população já está usando a passarela

Passarela de Saramandaia vai ser inaugurada hoje

Jornal A Tarde, 29/11/1983

Jornal Tribuna da Bahia, 23/04/1988

Figura 10. Notícias de jornais sobre Saramandaia. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Em entrevistas com moradores encontramos diversos relatos de líderes e ações coletivas em busca por escolas, posto de saúde, pavimentação de escadas e ruas, entre outras reivindicações. O Senhor Armandio Nicolau, liderança do início do bairro afirma que os grandes encontros eram realizados no largo (hoje praça Euclides da Cunha), onde revela que “falava assim porque minha voz era alta, e a gente ia dois ou três ônibus cheios de pessoas para a Prefeitura, para a Câmara Municipal.” Erotildes de Jesus, também liderança desde o início do bairro relata que “ia um bocado de gente, aquela confusão e a gente tudo ali ... nós pedindo justiça por justiça, e eu sei que todo mundo se manifestava, e melhorou!”

Outro registro de reivindicação e conquistas do bairro é uma passagem no livro “Histórias de Areia e Lama” de Adalgisa Silva que narra estórias de moradores do bairro de Saramandaia em forma de contos, por uma perspectiva da religiosidade católica da autora que era professora e envolvida em ações sociais da igreja católica no bairro. Num destes contos há um relato do que aconteceu após manifestações dos moradores com cobertura da imprensa

Desde este acontecimento, gente, Saramandaia tem feito progressos. Uma irmã tem dado força à recente Associação de Moradores do bairro; esta associação tem procurado as autoridades. Recebemos a visita da imprensa, de alguns policiais e também do prefeito. A coleta do lixo começa a ser feita, a luz nos chegará muito breve e receberemos ajuda para a construção da nova escola. (SILVA, 1980, p. 76)

Diante de fragmentos de histórias como estes encontrados, podemos reconhecer que faz parte da formação dos moradores mais antigos certa capacidade de mobilização em lutas coletivas para a consolidação do bairro. Talvez essa memória coletiva tenha se mantido até a segunda década do século XXI, ainda que encoberta em alguns momentos de mobilização mais difíceis para os moradores, a ponto de contribuir na articulação de novas ações reivindicativas frente aos impactos sócioambientais recentes como os provocados pela construção em área vizinha ao bairro, do

empreendimento Horto Bela Vista, constituído por grandes edificações comerciais e residenciais realizadas pela iniciativa privada,.

E como resultado destas ações reivindicativas os moradores de Saramandaia (e também alguns outros bairros vizinhos) conseguiram através de representações na Defensoria Pública e Ministério Público estaduais, comprometimento dos responsáveis pelo empreendimento de recursos para financiamento de ações educativas e construção de equipamentos públicos nos bairros. Nestas articulações coletivas, os moradores de Saramandaia constituíram uma rede de entidades já existentes no bairro, para a qual eles criaram o nome de Rede de Associações de Saramandaia (RAS).

3.2. O Plano de Bairro de Saramandaia

A proposta de elaboração do Plano de Bairro de Saramandaia pela professora Ana Fernandes e o grupo de Pesquisa Lugar Comum através do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia como projeto de atividades de extensão solicitada ao Ministério da Educação no ano de 2011, foi elaborada após o desenrolar inicial dos conflitos ocasionados pela proximidade do bairro ao empreendimento imobiliário Horto Bela Vista. O “intuito da realização desse plano foi construir coletivamente o diagnóstico, diretrizes e proposições que minimizem o impacto da especulação imobiliária e facilitem o acesso ao direito à cidade.” (Projeto do Plano de Bairro Saramandaia, 2011, p. 5)



Mapa 1- Localização do bairro Saramandaia na cidade. Fonte: autor

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Lei nº 7.400 de 2008) o bairro de Saramandaia é um assentamento urbano precário, vulnerável socioambientalmente e constitui uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), assentamento de baixa renda, de tipologia urbanística de lotes pequenos e densidade alta, vias estreitas, carências de serviços e infraestrutura urbana. Uma área do bairro encontra-se na faixa de domínio da rede de transmissão de energia elétrica de alta voltagem da CHESF, onde uma parte desta área apresenta produção de hortaliças de maneira relativamente rudimentar, em condições ambientais vulneráveis.

O bairro apresenta uma população de aproximadamente 13 mil habitantes, segundo o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010), sendo que 37% possui até 19 anos, 50% entre 20 a 49 anos e 13% acima de 50 anos. Dessa população, 48% são homens e 52% mulheres, sendo que 18,5% dos responsáveis dos domicílios não possuem

rendimentos nominais mensais, 72,8% possuem rendimento até 3 salários mínimos, e apenas 8,7% possuem rendimentos maior que 3 salários mínimos mensais.

Outros aspectos do perfil dos moradores do bairro também foram revelados na aplicação de um questionário, por parte da equipe de pesquisadores, respondido por 187 moradores, proporcionalmente distribuídos entre os setores do bairro ¹⁵⁴ segundo diretrizes estatísticas, no período de maio a julho de 2012. Este questionário contava com 67 questões sobre vários aspectos do bairro, dentre as quais destacamos, para nossas reflexões, aquelas relativos à sociabilidade cotidiana e também ao uso da internet pelos moradores.

Nas perguntas relativas ao uso da internet,¹⁵⁵ 62% dos moradores afirmaram que não usam a internet, porém em outra pergunta 54% moradores afirmaram que alguém em sua casa usa. Consultados onde acontece esse uso da internet 35% dos moradores afirmaram que o acesso a rede mundial de computadores é realizado na própria casa em que habitam.

Você usa a internet?

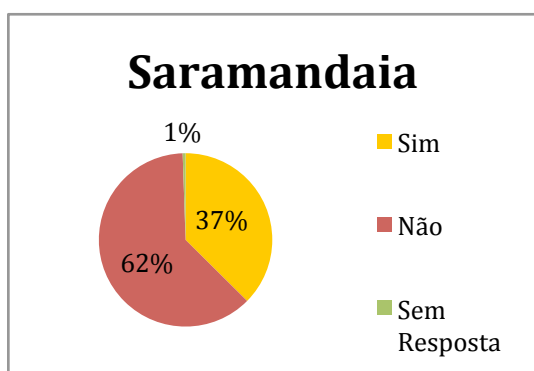


Gráfico 5 - Respostas a pergunta 30 do questionário.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

Outra pessoa usa?

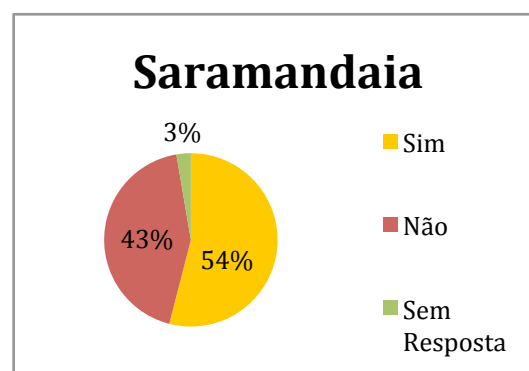


Gráfico 6 - Respostas a pergunta 31 do questionário.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

¹⁵⁴ No setor A, 76 questionários, no setor B, 66, e no setor C, 45 questionários. O total corresponde a cerca de 5% dos 3.671 domicílios segundo dados dos setores censitários do censo IBGE de 2010.

¹⁵⁵ Relativas as questões de números 30, 31 e 32 do questionário.

Onde acessa a internet?

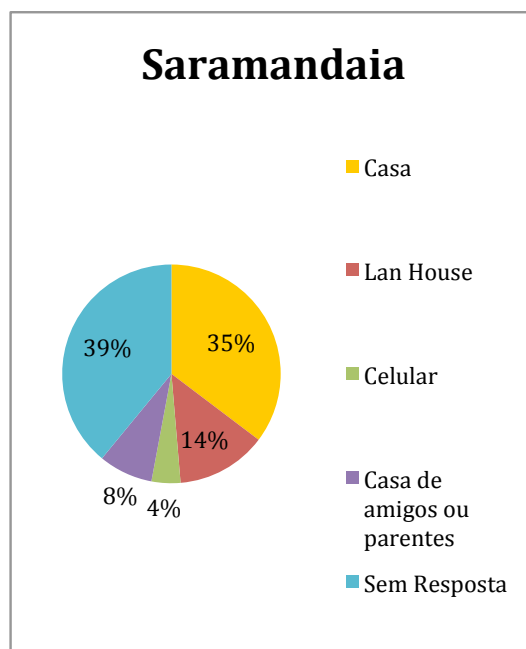


Gráfico 7 - Respostas a pergunta 32 do questionário.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

Nas questões relacionadas à sociabilidade e relações de vizinhança, as respostas foram diversas. Na pergunta “Onde os moradores se encontram?”,¹⁵⁶ 44% dos moradores do bairro afirmaram que se encontram na rua, número muito maior que as outras respostas.

Onde os moradores se encontram?

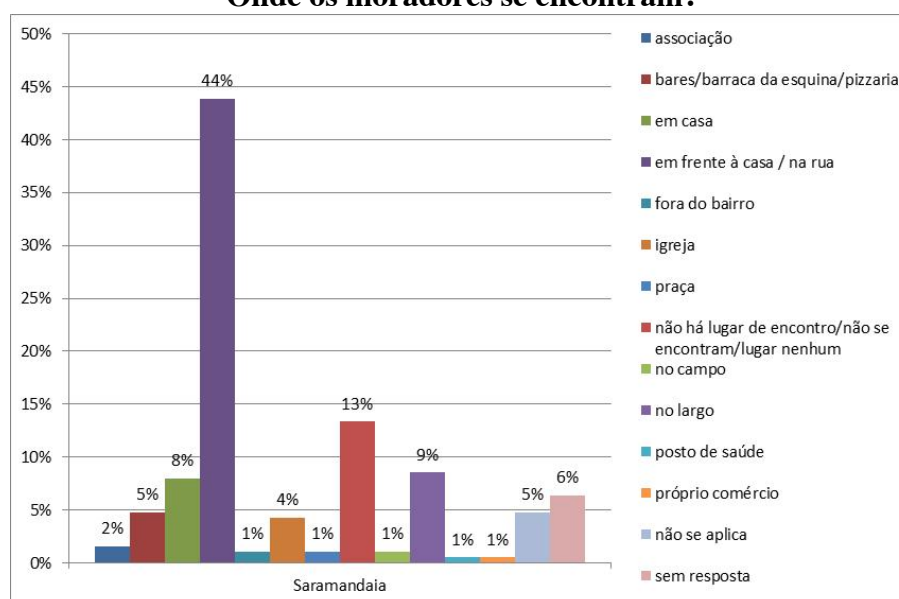


Gráfico 8 - Respostas a pergunta 37 do questionário.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

¹⁵⁶ Relativa a questão de número 37 do questionário.

Na pergunta “Participa de algum grupo, movimento, associação do bairro ou fora dele?”,¹⁵⁷ 74% dos moradores afirmaram que não participam.

Participa de algum grupo, movimento, associação do bairro ou fora dele?

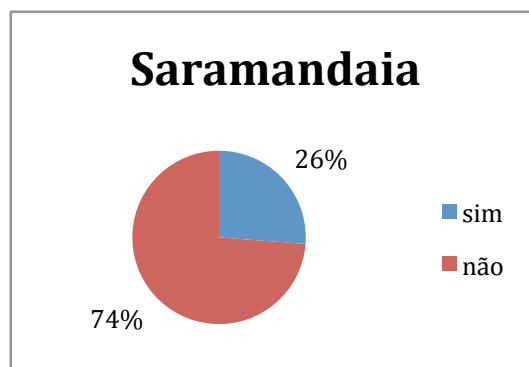


Gráfico 9 - Respostas a pergunta 49 do questionário.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

E finalmente como último destaque do questionário para as reflexões desta tese, as perguntas “Conhece algum grupo ou movimento cultural, musical, artístico do bairro?” e “Qual?”¹⁵⁸ tiveram como respostas um amplo contingente de 80% de moradores que conhecem algum grupo do bairro, e o “Arte Consciente” foi o mais citado.

Conhece algum grupo ou movimento cultural, musical, artístico do bairro?

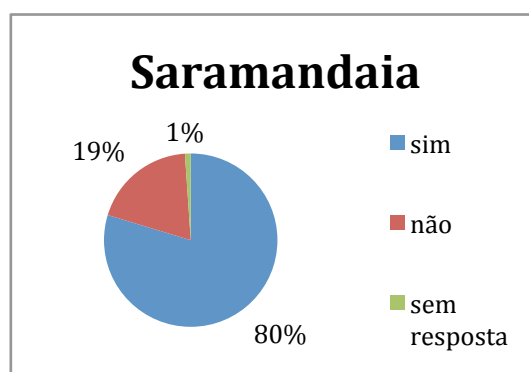


Gráfico 10 - Respostas a pergunta 51 do questionário.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

¹⁵⁷ Relativa a questão de número 49 do questionário.

¹⁵⁸ Relativas as questões de números 51 e 51b do questionário.

Qual?

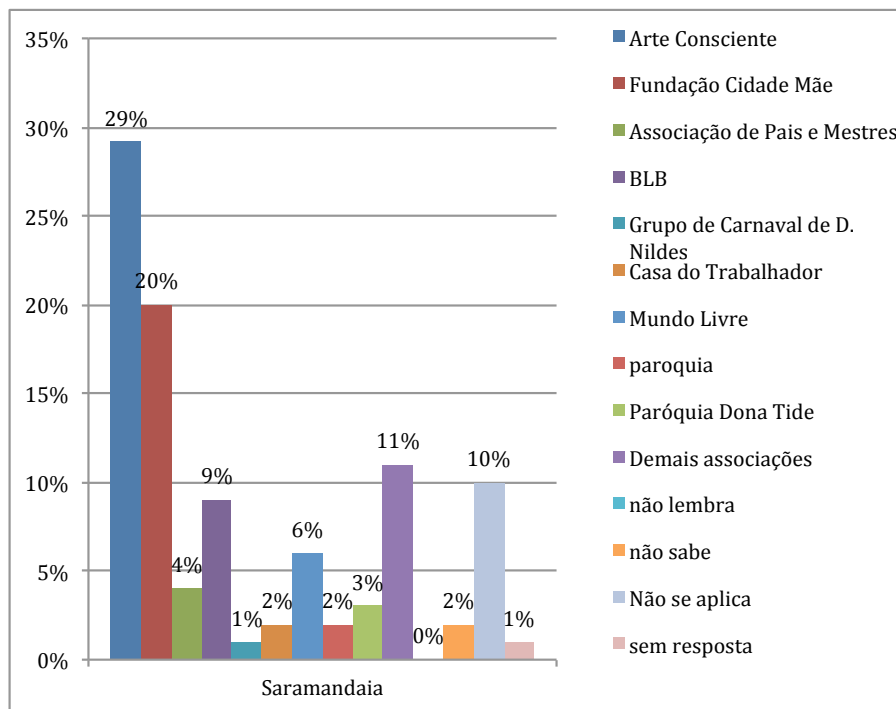
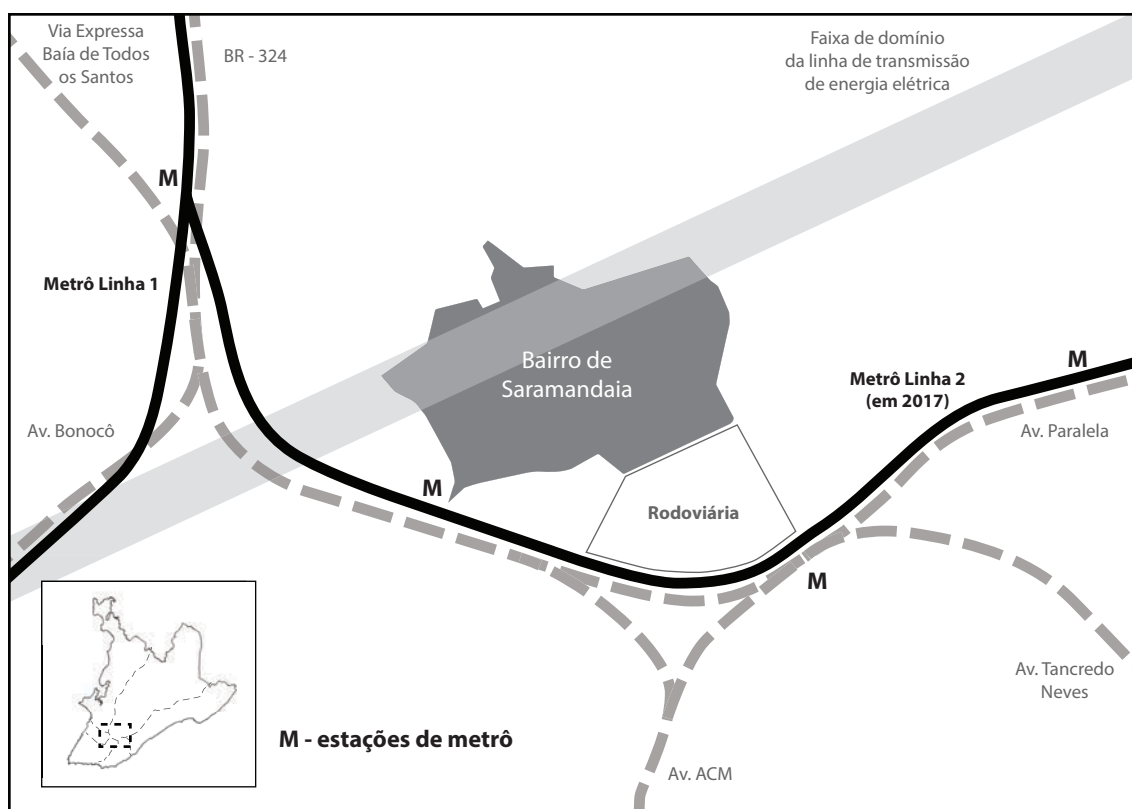


Gráfico 11 - Respostas a pergunta 51b do questionário.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

Os dados coletados pelo questionário então apontam para um perfil diverso de moradores, porém com alguma congruência no sentido do pouco uso da internet como meio de informação e comunicação, e que a sociabilidade acontece em grande parte no contato cotidiano entre vizinhos próximos, com uma baixa participação do moradores em grupos organizados. De todo modo, existe o amplo reconhecimento por parte dos moradores de alguns destes grupos, inclusive alguns que formam a RAS (Rede de Associações de Saramandaia) como: Arte Consciente, BLB, Mundo Livre e Paróquia São Benedito.

Apesar de apresentar características de ocupação de baixa renda, estruturalmente carente e com políticas públicas sócio-ambientais insuficientes, o bairro está localizado em uma região de dinâmica econômica e imobiliária intensa, próximo ao chamado novo centro do Iguatemi e conectado a importantes vias da metrópole, e também das recentes linhas de transporte metroviário da capital baiana.



Mapa 2 - Situação de entorno do bairro, elaborado pelo autor. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

O momento histórico onde se desenvolve esta experiência de plano de bairro já guarda uma certa distância temporal para a promulgação do Estatuto da Cidade, e o estrato histórico que em geral se conformou deste contexto apresenta-se de forma particular na capital baiana. Explico: com algumas poucas experiências participativas em cidades médias e pequenas no interior do estado da Bahia, as experiências participativas também são tímidas na capital, tanto referentes ao plano diretor da cidade, quanto a planos de bairros. Se essa situação aparenta ser comum no país, porém não deixa de ser paradoxal o fato de o Estatuto da Cidade e o Orçamento Participativo serem referências brasileiras de âmbito internacional quanto ao direito e gestão urbana, enquanto grandes contingentes populacionais no país estejam à margem dos direitos e serviços públicos, como no estado da Bahia e em sua capital.

Os esforços de realização do plano de bairro de Saramandaia por parte da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia em articulação com diversas organizações da

sociedade civil, apontam para a busca por uma colaboração na melhora de resultados em projetos de intervenção urbana, com a mobilização e participação de maneira ampla em diversos setores sociais. Desde o início do processo já no plano de trabalho apresentado ao Ministério da Educação, esses esforços se concentraram nos seguintes eixos temáticos para realização de diagnósticos e diretrizes de ação:

- habitação e acesso a terra urbanizada;
- mobilidade e conexões;
- equipamentos e espaços públicos;
- saneamento e reversão dos impactos ambientais;

De fato, inicialmente esses esforços alcançaram um grupo social pequeno e heterogêneo de moradores que se interessaram em participar do processo, e dentre os quais alguns já assumiam posições de lideranças também em outros momentos e situações de conflitos na construção do bairro. Basicamente este grupo era constituído pelas associações que formaram a Rede de Associações de Saramandaia (RAS) para solicitar junto ao Ministério Público Estadual a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ¹⁵⁹ por parte dos representantes da JHSF, empresa responsável pelo empreendimento Horto Bela Vista,¹⁶⁰ em razão dos danos ambientais e de vizinhança na construção do empreendimento vizinho ao bairro.

A partir da constituição inicial de um grupo formado por algumas lideranças dos moradores, a Rede de Associações de Saramandaia atuante nesse momento inicial do processo era formada então pelos projetos sociais “Mundo Livre”, “Arte Consciente”, “Balanço das Latas Brasil”, “Recicla” e a “Paróquia de São Francisco” (da igreja católica, presente no bairro). Por características diversas de cada um deles, a rede de associações construiu uma certa representatividade longe de corresponder

¹⁵⁹ Mais informações disponíveis em <http://www.mpba.mp.br/noticia/26514>. Acessado em 20/11/2015.

¹⁶⁰ Mais informações disponíveis em <http://www.hortobelavista.com.br>. Acessado em 20/11/2015.

ao universo inteiro dos moradores do bairro, mas legitimada pela dedicação em colaborar presencialmente nas questões coletivas, mesmo que também movidas por buscas individuais pelos micropoderes cotidianos no bairro.

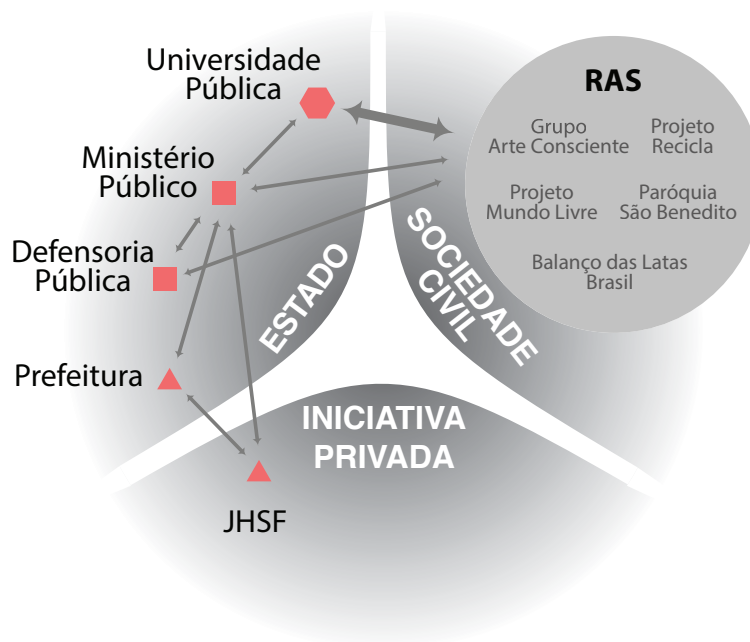


Figura 11 - Rede de agentes envolvidos no processo em 2011, elaborada pelo autor.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

A questão da produção audiovisual no processo de planejamento foi colocada por nós (integrante do corpo técnico da Universidade) junto aos moradores, como forma de aproximação do bairro, e também como forma de expressão da busca por uma prática de planejamento participativa geradora de diálogos. Isso já foi feito desde o início das atividades de campo, assumindo que a amplitude dos conflitos e divergências é muito maior do que os espaços participativos tradicionais possam abarcar (tais como reuniões, assembléias, conselhos, etc.), e que assim, as demandas de poucas lideranças comunitárias nunca representarão a totalidade de demandas coletivas do bairro. O que, de todo modo, é um aceno no sentido de que a produção audiovisual, já naquele momento inicial do processo, também seria de alguma forma reflexo e produto da influência dos agentes atuantes desde então.

Dito de outra forma, existe sempre o risco de que um processo participativo seja baseado em uma contingência racional para atender a uma pré-estabelecida participação formal, e o risco de reduzir-se os resultados do plano a essa realidade. Talvez como uma possibilidade de escapar a este risco, e mesmo consciente da influência inicial das lideranças, surgiu no processo (por parte de nós, integrantes da equipe da Universidade) a intenção de desenvolver ações comunicativas audiovisuais, em outros espaços de participação. Tais espaços poderiam revelar conflitos de opiniões e demandas que, se aproximando ou se distanciando do objeto de ação, extrapolassem a realização concreta de um plano ou projeto, e ajudassem a potencializar as dinâmicas sociais que disputassem as micropolíticas espaciais e suas relações de poder.

Assim, e não excluindo a importância de grupos e associações de moradores já formados, a equipe do Plano de Bairro entendeu que, para ainda melhor promover processos participativos, era necessário incorporar o plano *simbólico* dos agentes sociais modeladores do espaço (Souza e TEIXEIRA, 2009, p. 33). Uma das possibilidades para esta incorporação estava na dimensão do *simbólico* nas *redes sociais* já existentes (não as virtuais digitais), que, a partir da dimensão espacial, ajudam a elucidar o processo político de produção do bairro.

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente (SANTOS, 2006, p.188 e 189).

Para SERPA (2007), no caso do bairro ser a escala de trabalho de um processo de planejamento, “a noção de redes de relações sociais deve estar na base da formulação de uma

estratégia, de uma metodologia de ação coletiva” (p. 11). Para ele, a falta de realizações estatais nos bairros populares encaminha os moradores como “verdadeiros agentes de transformação do espaço. Eles articulam-se em rede, não uma rede única, mas redes superpostas, conforme o tema que se esteja enfocando” (p.12). Serpa afirma que um planejamento participativo na escala do bairro geralmente deve partir das redes formais/associativas de maiores visibilidades como associações de moradores, clubes de mães e pais das escolas, templos religiosos, etc, alcançando em seguida as redes informais/submersas de sociabilidade nas relações de proximidade no cotidiano, como grupo de jovens, de terceira idade, e de relações de vizinhança (p. 13 e 14). Estas redes submersas geram práticas diárias como uso do transporte coletivo no mesmo horário, alguma organização para a coleta do lixo, encontros culturais, e usos diversos dos espaços públicos. A idéia aqui é de que essa molecularidade característica das redes informais, pode gerar articulações de pequenos grupos para interferir em processos coletivos mais amplos.

Assume-se então que a micropolítica cotidiana do bairro proporciona a alguns moradores um reconhecimento como produtor espacial do mesmo. Por outro lado, se o espaço é reflexo e condição das relações sociais, um processo coletivo de plano de bairro que trate as relações dos micropoderes como elementos de tensão possivelmente construtivos, pode contribuir para a ampliação democrática a partir da afirmação da diversidade de interesses e poderes locais existentes.

Desta forma, como uma tentativa de incorporar o plano *simbólico* de agentes sociais modeladores do espaço no processo de elaboração do Plano de Bairro de Saramandaia, foi feita uma opção pela produção de imagens audiovisuais como uma das estratégias, entre outras, de ações comunicativas; como um caminho possível para diagnóstico, mobilização, diálogo e entendimento no processo participativo. Esta opção reflete também uma evolução, com respeito ao que fora

avanzado na minha dissertação de mestrado ¹⁶¹ sobre ferramentas comunicativas em planos urbanos.¹⁶²

Preliminarmente foi elaborado um guia de procedimentos para a produção de imagens audiovisuais durante todo o processo, baseado nas etapas gerais já definidas na metodologia de projeto do plano. Estas etapas gerais e os procedimentos correspondentes foram as seguintes:¹⁶³

Etapa I - Sensibilização e Mobilização. Atividades de levantamento, identificação e mobilização das entidades e organização comunitária, e realização de uma primeira oficina com a comunidade sobre a produção e registro de imagens digitais. Esta oficina subsidiaria o início da produção, uso e análise das imagens que comporiam o escopo dos estudos de todo o plano. Nesse momento seriam produzidos videos para sensibilização da comunidade, além do registro dos eventos para divulgação.

Etapa II - Leitura Técnica e Comunitária do Bairro. Leitura analítica do bairro Saramandaia e sua inserção na cidade, envolvendo a compreensão dos problemas e demandas dos atores sociais envolvidos. Isto compreenderia uma leitura técnica do bairro a partir da consolidação das bases de dados existentes, e uma leitura comunitária, construída a partir da percepção e conhecimento da comunidade, aportando elementos da vivência, conflitos, desejos e potencialidades do lugar. Nessa etapa, seriam produzidos e utilizados videos que serviriam tanto para registrar e comunicar demandas e propostas das associações e organizações atuantes no

¹⁶¹ Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12090>. Acesso em 14/12/2015.

¹⁶² No caso da dissertação o objeto de estudo foi a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador entre os anos de 2005 e 2008.

¹⁶³ As alterações nas estratégias de produção de imagens no decorrer do processo, serão tratadas a seguir.

bairro, como também para a promoção de atividades de reconhecimento e de demanda territorial junto às crianças e juventude local.

Etapa III - Análise Crítica dos Instrumentos Legais que incidem na área e que garantem o Direito à Cidade. Nessa etapa, a produção e uso das imagens audiovisuais seriam voltados para disseminação junto à comunidade do conjunto de informações sobre a situação fundiária da área e os princípios básicos contidos no Estatuto da Cidade.

Etapa IV - Hipóteses de Intervenção. Traçadas as diretrizes de propostas para os eixos trabalhados pelo plano (habitação e acesso a terra urbanizada, mobilidade e conexões, equipamentos e espaços públicos, saneamento e reversão dos impactos ambientais) seriam produzidas e utilizadas imagens audiovisuais que apresentassem didaticamente as propostas de intervenção, enriquecendo o debate para a etapa final.

Etapa V - Consolidação das Propostas. Processo de discussão do documento final com o conjunto de moradores, defensoria e representantes públicos, procurando envolver o mais amplamente possível os cidadãos e poderes públicos locais. Para isso, as imagens produzidas e utilizadas deveriam contribuir para a afirmação das conclusões coletivas que fossem inseridas no plano.

É muito importante anotar que tais etapas não foram estabelecidas de forma cronologicamente linear, ou seja, elas se superpõem em momentos diversos e de maneiras diversas, respeitando a amplitude de cada momento e evolução macro do processo desde os primeiros contatos com os moradores ao produto final, o plano de bairro. Em paralelo, e no decorrer de todas essas etapas do processo de planejamento seriam aplicadas - como ações comunicativas - atividades de exibição

pública desses conteúdos audiovisuais produzidos na comunidade para promoção dos debates e difusão dos conceitos envolvidos na elaboração do plano. Essas exposições se dariam tanto nas atividades desenvolvidas em ambientes internos de discussões e conferências na comunidade, relativas à própria elaboração do plano, como em atividades externas eventuais para promoção de maior mobilização no bairro.

Além disso, esse conteúdo produzido seria disponibilizado na internet, associado ao estímulo para que a própria população compartilhasse na rede os vídeos produzidos, além de outras imagens que lhe fossem significantes. Ou seja, apoiando a difusão de mensagens através da repetição em diferentes suportes de informações relativas a construção permanente do bairro.

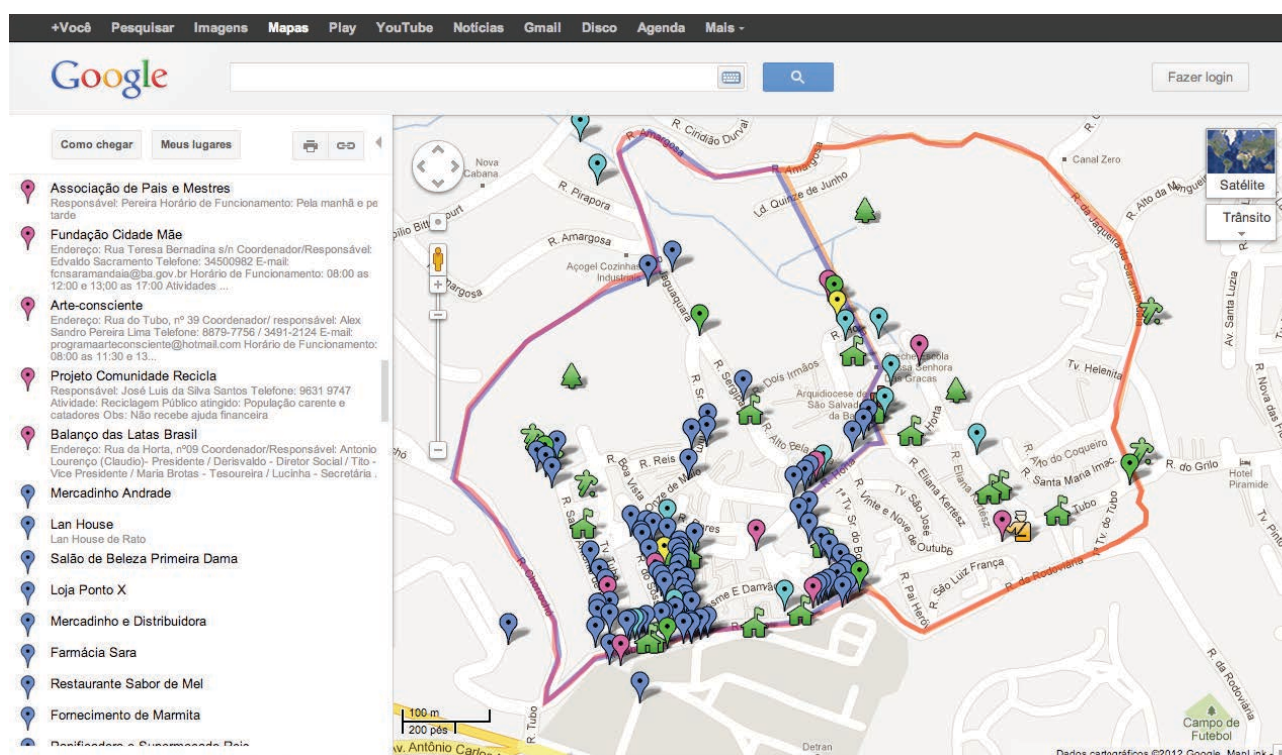
Além do fim desse processo de elaboração do Plano de Bairro de Saramandaia, a participação da sociedade deveria, em condições ideais (e aí a produção de imagens audiovisuais continuaria como ferramenta voluntária por parte dos agentes), se voltar para atenuar transtornos provocados pelas próprias intervenções eventualmente geradas pelo plano, caso ocorressem. Talvez até, com isso, estimular devidas e possíveis correções na intervenção, visando um maior benefício à comunidade atingida, e maximizando a necessária reflexão dos cidadãos sobre os resultados práticos e subjetivos de tal intervenção.

Essas guias de procedimentos colocadas no início do processo revelam nossos desejos e de parte da equipe do plano, que depois seriam alterados pelos desafios, obtendo resultados diferentes que o idealizado, mas de todo modo não menos notáveis. Como o fato de não ter acontecido em sua plenitude até o momento de finalização da redação desta tese, a quinta e última etapa, que seria de consolidação das propostas, lançamento e distribuição do plano de bairro, comprometeu apenas parcialmente as observações até então realizadas por essas reflexões.

I. Etapa de Sensibilização e Mobilização.

O processo de mobilização no momento inicial do plano foi executado em duas ações: uma ação de busca e registro de equipamentos públicos (escolas e instituições), ONG's, comércios, associações e entidades existentes no bairro; outra ação foi a promoção de encontros com as lideranças contactadas.

Em relação ao registro e sistematização de equipamentos públicos (escolas e instituições), ONG's, comércios, associações e entidades existentes no bairro, foi elaborada uma lista de dados que deveriam ser coletados e mapeados. O mapeamento do bairro foi estruturado em dois setores para divisão de área de trabalho de campo entre grupos de bolsistas. Depois da coleta dos dados, a sistematização foi feita através do recurso à plataforma de internet *Google Maps*, criando assim um mapa de Saramandaia, e localizando os equipamentos e entidades registrados com suas características, responsáveis e contato.



Mapa 3 - Usos e funções não habitacionais de imóveis no bairro. Fonte: Google e Plano de Bairro Saramandaia.

Os encontros iniciais com as lideranças foram os primeiros contatos formais entre a equipe de professores e estudantes da UFBA com a comunidade. Foram ao todo dez reuniões com as lideranças onde foi apresentada a idéia de plano de bairro e suas etapas de elaboração para Saramandaia. Foram discutidas e esclarecidas também dúvidas sobre as questões do TAC do empreendimento Horto Bela Vista, e essas dúvidas demandaram boa parte do tempo destas reuniões.

Estes encontros aconteceram entre os dias 15 de setembro de 2011 a 5 de maio de 2012, sediados em diferentes locais da comunidade, como escolas e sedes de organizações locais. A cada encontro era agendada a próxima reunião, e reafirmada nos dias precedentes por meio de contato telefônico feito pela equipe do projeto. Os produtos gerais mais objetivos desses encontros foram definições sobre os materiais impressos que seriam distribuídos na comunidade, com informações do que é um plano de bairro e as etapas do trabalho, a apresentação e discussão dos questionários que seriam respondidos por uma amostragem dos moradores do bairro, e a sua forma de abordagem para aplicação.

Por outro lado, a intenção da produção audiovisual como uma das atividades a serem desenvolvidas no processo do planejamento participativo no bairro foi apresentada aos poucos para as lideranças presentes aos encontros. E a partir das conversas sobre o assunto, foi se iniciando a coleta das indicações de quais lideranças teriam interesse em ajudar na produção, como e onde seriam realizadas tais produções no bairro.



Encontro na sede Projeto Mundo Livre



Encontro na sede do Balanço das Latas Brasil



Encontro na sede do Grupo Arte Consciente



Encontro na paróquia de São Benedito

Figura 12 - Fotos de reuniões iniciais com lideranças do bairro. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Data	Descrição
15 de setembro de 2011	primeira reunião com as lideranças no PPGAU/FAUFBA
21 de outubro de 2011	reunião com lideranças no Mundo Livre
29 de outubro de 2011	reunião com lideranças no Mundo Livre
3 de março de 2012	reunião com lideranças no Arte Consciente
10 de março de 2012	reunão com lideranças no BLB
17 de março de 2012	reunião com lideranças na escola São Francisco de Assis
24 de março de 2012	reunião com lideranças na Escola Chico Mendes
31 de março de 2012	reunião com lideranças na Paroquia São Benedito
28 de abril de 2012	reunião com lideranças no Arte Consciente
5 de maio de 2012	reunião com lideranças na Paróquia de São Benedito

Quadro 2 - Lista de encontros com as lideranças na etapa I. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

II. Etapa de Leitura Técnica e Comunitária do Bairro

Como resultado do momento inicial de encontros com as lideranças e já como parte da segunda etapa do processo de elaboração do plano, o grupo de pesquisa planejou a aplicação de questionários por amostragem da população, e também uma sequência de oficinas temáticas a serem realizadas em diversos lugares do bairro, e que fossem abertas à participação de qualquer morador. Foram definidos os materiais de apresentação de conteúdos para as primeiras oficinas, a saber: apresentação do plano de bairro de Saramandaia, vídeo sobre a história do bairro, apresentação de outras experiências de planos de bairros já realizadas em outros lugares e apresentação dos dados sobre Saramandaia já levantados pela equipe na pesquisa preliminar. Desses materiais citados, exceto o vídeo sobre a história do bairro, todos os outros foram apresentações de imagens fixas (fotos ou ilustrações), com algum tratamento para melhor entendimento dos participantes das oficinas dos conteúdos abordados e produzidos pela equipe de pesquisadores da Universidade.

a) As oficinas de produção de imagens

Já com a intenção de transcender as redes formais/associativas que estavam se articulando na elaboração do plano em seu início, e alcançar algumas redes informais/submersas, incrementando a leitura do bairro e a produção de conteúdo para as apresentações das primeiras oficinas temáticas a serem realizadas com os moradores na etapa II do plano, foram realizadas oficinas específicas sobre produção de imagens com crianças e jovens do bairro. Essas oficinas procuraram provocar o entendimento acerca da realização de produção audiovisual como um processo que quase sempre reflete a seguinte sequência: **OLHAR, PENSAR, FAZER, COMPARTILHAR.**

OLHAR - através de exemplos de alguns pequenos vídeos diversos e suas comparações revela-se uma certa gramática das narrativas audiovisuais. Roteiro,

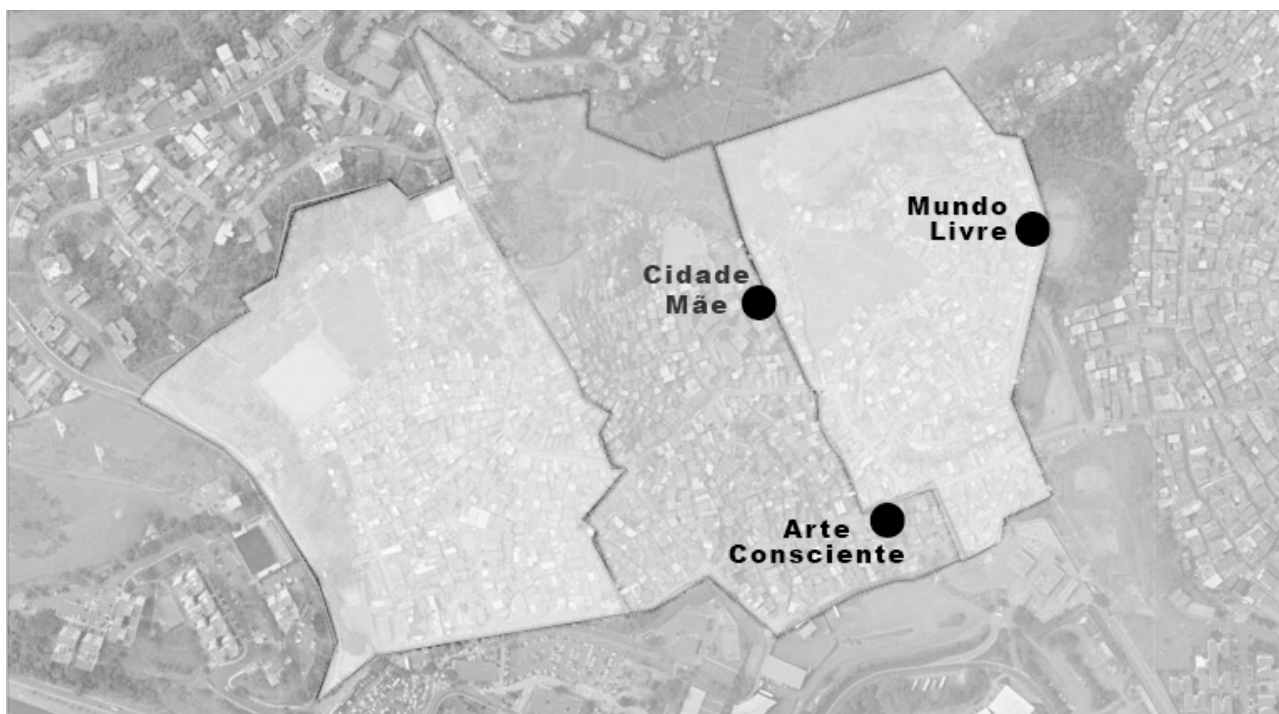
plano, contraplano, enquadramento, movimento de câmera, seleção de material, edição, captação de áudio, trilha sonora... estes são apenas alguns elementos da linguagem audiovisual utilizados pelo realizador para construir a narrativa.

PENSAR - Produzir vídeos tornou-se uma atividade acessível e muitas vezes educativa, onde um vídeo bem pensado geralmente faz pensar. O exercício em si de pensar sobre o tema e a sua abordagem, assim como sobre o planejamento da produção, já oferece diversas possibilidades de aprendizagem.

FAZER - A produção de material audiovisual segue basicamente três passos: **1.** definir a ordem do que será filmado, além dos locais de filmagem, equipamentos, objetos e roupas a serem utilizados; **2.** gravar as imagens seguindo as definições anteriores; **3.** selecionar e montar as cenas, inserir locuções e trilha sonora, além de título e créditos.

COMPARTILHAR - Exibir conteúdos audiovisuais com idéias originais nas redes sociais e em eventos como reuniões e encontros podem ser formas de alimentar os debates sobre propostas que envolvam a coletividade e as políticas públicas.

Essas oficinas de produção de imagens com moradores captaram uma pequena parte do universo social das crianças e jovens do bairro, e foram realizadas com três grupos distintos: Projeto Educacional e Cultural Mundo Livre - PCE Mundo Livre, grupo de teatro do bairro Grupo Art'Mandaia - GAM (realizada nas instalações da instituição Cidade Mãe), e Grupo Cultural Arte Consciente. Havia a vontade de que essas experiências fossem realizadas refletindo a divisão do bairro nos três setores conhecidos pelos moradores, seria uma oficina em cada setor. Porém no setor A não foi encontrado nenhum grupo interessado e no setor B foram encontrados dois grupos interessados.



Mapa 4 - Locais de realização das oficinas de produção de imagens no bairro. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

. Oficina de imagens no PEC Mundo Livre

A primeira oficina foi realizada entre os dias 9 e 13 de julho de 2012 na sede do Projeto Educacional e Cultural Mundo Livre, localizado próximo ao largo do Bole Bole, na rua da Jaqueira de Saramandaia, com oito crianças e jovens de idades entre seis e quinze anos que já participavam das atividades do PCE Mundo Livre, que é uma das entidades que formam a Rede de Associações de Saramandaia - RAS. Essa foi a oficina que apresentou um grupo mais diverso entre crianças e jovens, interessados entre a curiosidade do que seria tratado e a oportunidade durante a oficina (não pactuada entre nós) de usar em paralelo os jogos instalados nos computadores disponibilizados na sede do PEC Mundo Livre.

As atividades se iniciaram após as apresentações de todos os participantes e em seguida uma rápida apresentação do plano de bairro feita por nós. Como início da provocação ao entendimento acerca da realização de produção audiovisual, a ação de OLHAR foi posta em evidência quando foram apresentados exemplos de fotos e vídeos de forma a ressaltar um pouco da gramática das narrativas visuais, e também elementos da linguagem audiovisual. Alguns participantes logo se

animavam e faziam brincadeiras sobre as imagens apresentadas, o que ajudou a conduzir a conversa e fortalecer alguma atenção do grupo de crianças e jovens de idades variadas, os menores as vezes agitados e os maiores dispersos entre piadas e recorrentes saídas da sala onde se realizava a oficina.

Em seguida, fizemos uma retomada dos assuntos relativos ao bairro, e provocamos os participantes a expressar o que eles mais gostavam, o que não gostavam e também qualquer outra observação sobre o bairro em que moravam. A partir daí começou a se desenhar o que seria o produto desta primeira oficina de produção audiovisual no bairro, somando-se a permanência da ação de OLHAR, a ação de PENSAR. As crianças e jovens relataram seu cotidiano em torno das brincadeiras e convivências nos espaços públicos disponíveis, a saber, principalmente o campo de barro e o largo localizados ao lado do local onde se realizava a oficina, o chamado Alto do Bole Bole. Era nítida a carência de espaços qualificados, visto que tanto o campo de barro quanto o largo citados, não possuíam nenhum equipamento ou mobiliário propício a atividades públicas de qualquer natureza, nem ao menos bancos para sentar e conversar, sendo apenas espaços disponíveis para movimentação de jogos e brincadeiras. No caso do campo de barro, ainda havia um agravante, pois como espaço vazio privado, por vezes chegou a ser proibida a utilização pública pela presença de seguranças particulares, e depois (como naquele momento da oficina), não havia seguranças e o campo voltou a ser utilizado como espaço das brincadeiras e atividades coletivas como principalmente a prática de futebol.

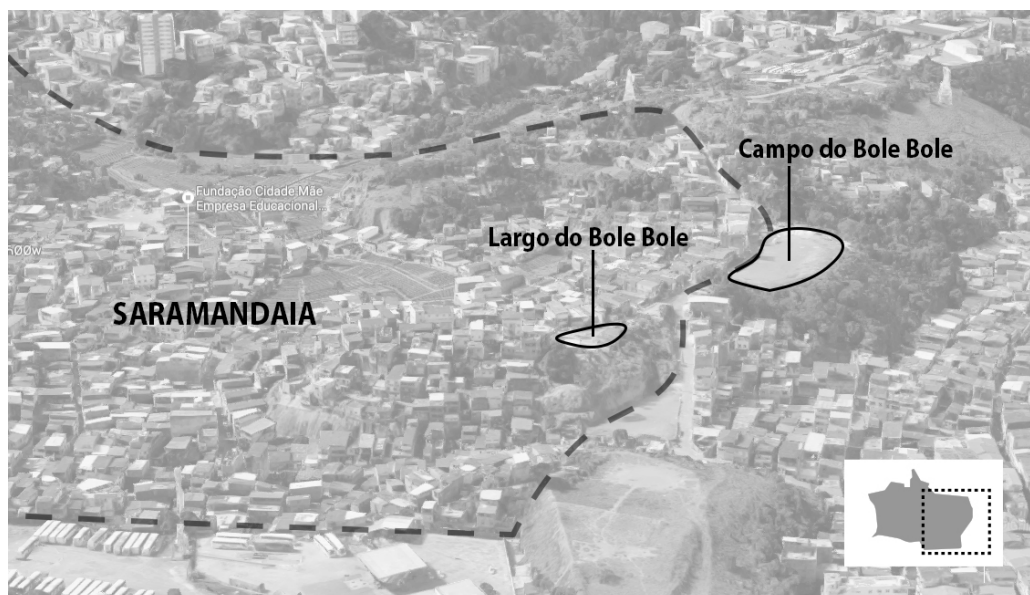


Figura 13 - Imagem aérea do morro do Bole Bole e sua localização no bairro.

Fonte: Google e Plano de Bairro Saramandaia.

Além da falta de garantia de uso daquele amplo espaço livre para atividades diversas, o tema da violência e insegurança no bairro eram os assuntos que foram abordados pelas crianças e jovens participantes na oficina no PEC Mundo Livre. Estes assuntos reforçaram a idéia do medo por parte daquelas crianças e jovens em circular por outros espaços mais distantes de suas casas, mesmo que no próprio bairro. Foi colocada, então, a questão do que poderia ser filmado que pudesse expressar estes assuntos colocados por eles, crianças e jovens moradores do bairro. Os participantes começaram a refletir o quê iriam filmar, e dentre as propostas colocadas no momento, se sobressaiu a vontade de ressaltar como o campo de barro era importante no cotidiano deles, e tudo o que eles podiam realizar naquela área livre próxima a suas casas.

A partir deste momento, surge a terceira ação envolvida no processo, FAZER. Então, de posse de uma pequena câmera fotográfica digital levada por nós e utilizando meu celular, saímos da sala onde se realizava até então a oficina, para coletar imagens que transmitissem o objeto definido pelo grupo. O primeiro momento dessa atividade revela certa ansiedade por parte de todos. A materialização do caminhar no ambiente com a câmera na mão vai desvelando conflitos dos mais diversos (o que seria filmado? todos teriam oportunidade de segurar e usar de fato a câmera? podia filmar qualquer coisa que se quisesse?), além dos diferentes comportamentos dos outros moradores

presentes naquele momento, que não tinham conhecimento do que se passava até então, dentre os quais alguns demonstraram desaprovação e pediam para não serem filmados.

O grupo de crianças e jovens logo se apressou em registrar imagens do entorno ao campo de barro, as casas ao redor e as atividades que estavam sendo realizadas por ali naquele momento. Diante da recusa de alguns transeuntes a serem filmados, o grupo decidiu filmar apenas atividades no campo de barro. Nele já estava acontecendo uma partida de futebol, que logo foi interrompida pelos participantes da oficina que adentraram o campo captando imagens, e depois de um rápido diálogo a partida foi retomada, agora com a câmera em campo acompanhando a movimentação da bola e os jogadores. Com o encerramento da partida de futebol, os participantes da oficina se propuseram a realizar outras atividades que exemplificassem outros usos que eles davam ao campo de barro; assim jogaram capoeira, correram, brincaram na lama, subiam nas traves de gol e escreveram e desenharam no chão de barro. Tudo isso na mira da pequena máquina filmadora.



Figura 14 - Fotos das filmagens na oficina de imagens no PCE Mundo Livre. Fonte: autor.

Após o momento das filmagens, demos prosseguimento à oficina já de volta à sala do PCE Mundo Livre com a explanação de conceitos básicos do programa de edição de vídeo já instalados em alguns computadores no PCE Mundo Livre. Ficou evidente, então, tanto a facilidade e interesse de alguns poucos participantes em aprender a editar vídeo no computador, quanto a falta de interesse (ou até bloqueio) da maioria dos participantes nesta atividade. Para não dispersar o grupo, os estimulamos a pensarmos juntos o que seria a parte sonora do vídeo que estávamos construindo,

e como não tinha sido filmada nenhuma entrevista ou depoimento, o que se apresentou como opção seria alguma música a ser proposta.

Os participantes da oficina sugeriram criar alguns versos musicais, o que me impulsionou a registrar o áudio daquela criação espontânea. Como possuo domínio das ferramentas de produção musical, apliquei aos versos gravados das vozes uma base rítmica e propus ao grupo que fôssemos definindo coletivamente qual a sequência de imagens filmadas que seria executada por sobre aquela trilha produzida na oficina. Esta atividade de montagem das imagens sobre a música foi a última atividade daquela oficina, e contou com a mobilização entusiasmada dos participantes que desta vez presenciavam o surgimento de um videoclipe com as imagens e música criadas por eles.

Esta edição, de certa forma coletiva, acabou sendo realizada no meu computador pessoal com a tela sendo projetada na parede, e exemplificado por nós o passo a passo do que estava sendo feito, porque apesar do interesse de alguns poucos participantes pela edição nos computadores disponibilizados na sala do PCE Mundo Livre, constatamos que não haveria tempo disponível para concluirmos o trabalho daquela forma, visto que o interesse não deixava de revelar a falta de prática e agilidade mínima no manuseio da informática que seriam necessárias. De todo modo, acreditamos que ficou registrado, para os poucos interessados, algo do processo e ferramentas básicas da edição de vídeo digital.



Figura 15 - Fotos da edição na oficina de imagens no PCE Mundo Livre. Fonte: autor.

Para refletir sobre as imagens e sons que constituem o vídeo produzido nesta oficina, se faz necessário remarcar o que segundo Jacques Amount seria um dispositivo enquanto conjunto de

fatores que “regulam a relação do espectador com a imagem”, no caso, a redação sobre tais imagens se efetiva assim “em um contexto multiplamente determinado: social, institucional, técnico e ideológico”.¹⁶⁴ Dito de outra forma, a seguir exponho minhas reflexões sobre tais imagens audiovisuais que carregam de maneiras diversas o contexto em que estou inserido.

O vídeo “Futebol no Bole Bole”¹⁶⁵ tem uma pequena introdução onde um dos integrantes da oficina está sentado, uma voz pergunta “Está gravando?” e então ele olha para a câmera e dá risada. Ele veste meias, e calça um par de tênis ao se preparar para jogar futebol. A voz que canta “Futebol no Bole Bole é muito bom / Porque depois que a gente joga a gente vai pro banho / Depois do banho vai para o almoço / Depois do almoço volta a jogar” acompanha imagens do personagem inicial e em seguida a bola rola no campo de barro. A imagem em perspectiva do campo de barro envolto em alguma vegetação revela o horizonte de grande prédios comerciais bem próximos dali. Os participantes da oficina vão registrando imagens daquele espaço ao qual em consenso defenderam como lugar importante para suas atividades diárias de recreação e convivência. Assim, atividades diversas como jogar bola, capoeira, desenhar no chão, brincadeiras em poças de lama, e outras interações entre as crianças vão acompanhando e reafirmando a letra da música que entre outros trechos diz “Aqui a gente joga, trabalha. Faz o que acontecer”. E, numa brincadeira ‘séria’ com o nome do local, expõe expressão de ameaça para quem ultrapassar algum limite entre os vizinhos “Não bula com ninguém. Que ninguém bole com você”. O clipe musical termina com os textos “Turma do Bole” e “Bole Bole” escritos na lama, uma assinatura das crianças para o encerramento.

A cidade que parece estar ali representada, abarca uma perspectiva de campo aberto num local de alta densidade de edificações, uma região de descampado e área livre repleta de casas amontoadas ao redor, e ao mesmo tempo com a grande cidade a seus pés e altos prédios como

¹⁶⁴ AMOUNT, 1993, p. 12.

¹⁶⁵ Ver íntegra da letra da canção e algumas imagens no Anexo 1 desta tese.

paisagem. Os participantes não optaram por registrar imagens em plano fechado das ruas e becos apertados do bairro, mas sim o amplo espaço onde podem brincar e conviver todos os dias. O desafio do grupo de jovens e crianças em eleger um assunto sobre o bairro, resultou numa declaração da importância do espaço de uso público disponível para eles, ainda que um espaço privado de acesso não controlado.



Figura 16 - Frames do vídeo “Futebol no Bole Bole”. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

Importante ressaltar que há muitas informações estatísticas sobre os vídeos publicados pelo Plano de Bairro de Saramandaia que são acessíveis a essa pesquisa e que não são acessíveis em vídeos publicados por terceiros, e se referem aos tempos de visualização, países onde foram visualizados (não há possibilidade de detectar o estado, a cidade ou mesmo o bairro da visualização, o que seria o ideal para estas reflexões), tipos dos dispositivos utilizados nas visualizações, números sobre o envolvimento gerados nos vídeos como comentários, compartilhamento, entre outras informações.

Como o passo derradeiro no processo de produção audiovisual já exposto, o videoclipe “Futebol no Bole Bole” foi compartilhado nas exibições realizadas pelo grupo de pesquisa nas atividades no bairro a partir daquele momento, como também publicado na internet ¹⁶⁶ em 13 de julho de 2012 pelo grupo de pesquisa Lugar Comum, e atingiu o número de 380 visualizações até novembro de 2015, o que resulta no IVHa de 0,73 em relação número total de moradores do bairro,

¹⁶⁶ Disponível em <https://youtu.be/e0biOeJG-Io>. Acesso em 30/11/2015.

que seria o universo de alcance da mobilização pretendida naquele momento.¹⁶⁷ A porcentagem de visualizações no Brasil foi de 95%, e o tempo médio de visualização de 1 minuto e 12 segundos sendo o tempo total do vídeo de 2 minutos e 20 segundos, o que dá uma percentagem média de 51,4% de visualização do tempo total do vídeo.

. Oficina de imagens com o grupo Art'Mandaia

A segunda oficina para produção de imagens foi realizada com o grupo de teatro amador Grupo Art'Mandaia - GAM, formado por jovens amigos moradores do bairro que na época da realização da oficina se encontravam com certa regularidade para produção de espetáculos teatrais autorais e apresentações eventuais. Essa oficina transcorreu numa sala da sede da Fundação Municipal Cidade Mãe, na rua Maria Tereza Bernardina, próxima às áreas das hortas do bairro, entre os dias 16 e 19 de julho de 2012.

Essa oficina teve como característica a união, concentração e criatividade do grupo formado por 10 jovens entre 16 e 24 anos, sendo amigos que vinham se encontrando para praticar e estudar teatro. As atividades se iniciaram (como na oficina anterior) após as apresentações de todos os participantes e em seguida uma rápida apresentação do plano de bairro feita por nós. A provocação ao entendimento acerca da realização de produção audiovisual foi colocada pela reflexão da ação de OLHAR, quando foram apresentados exemplos de fotos e vídeos de forma a ressaltar elementos da gramática das narrativas visuais, e também da linguagem audiovisual.

Em seguida como planejado para estas oficinas, fizemos uma retomada dos assuntos relativos ao bairro, e provocamos os participantes a expressar o que eles mais gostavam, o que não gostavam, o que gostariam de expressar em um vídeo sobre o bairro e também qualquer outra observação sobre a região em que moravam. A partir daí os participantes começaram a refletir sobre

¹⁶⁷ Em relação ao número total de moradores da cidade, o IVHa seria de 0,003.

o que seria o produto desta oficina de produção audiovisual no bairro, somando-se a permanência da ação de OLHAR, a ação de PENSAR. Esse momento foi bem profícuo de idéias, e como exercício preliminar às filmagens propriamente ditas, eu os desafiei a realizarem uma série de fotografias nas redondezas abordando um único tema escolhido por eles dentre tantos que haviam sido colocados na conversa até ali. O grupo propôs então o tema “Trabalhadores em Saramandaia” nesta atividade de fotografia, segundo o argumento de que, para eles, o que mais marcava as pessoas do bairro era que eram extremamente trabalhadoras, em contraponto à percepção deles de que, no geral, a cidade achava que no bairro de Saramandaia só viviam marginais e criminosos.

Este exercício de fotografia ¹⁶⁸ no bairro já revelou uma riqueza de sentido e argumento naquele grupo já não formado por crianças, mas jovens dotados de concentração e força de vontade para realização de produtos artísticos. As fotografias da série “Trabalhadores em Saramandaia” apresentam uma boa quantidade de imagens com alguns bons enquadramentos de moradores exercendo diversas atividades profissionais, e até a inclusão de crianças em atividades recreativas como “trabalhadores do amanhã”.

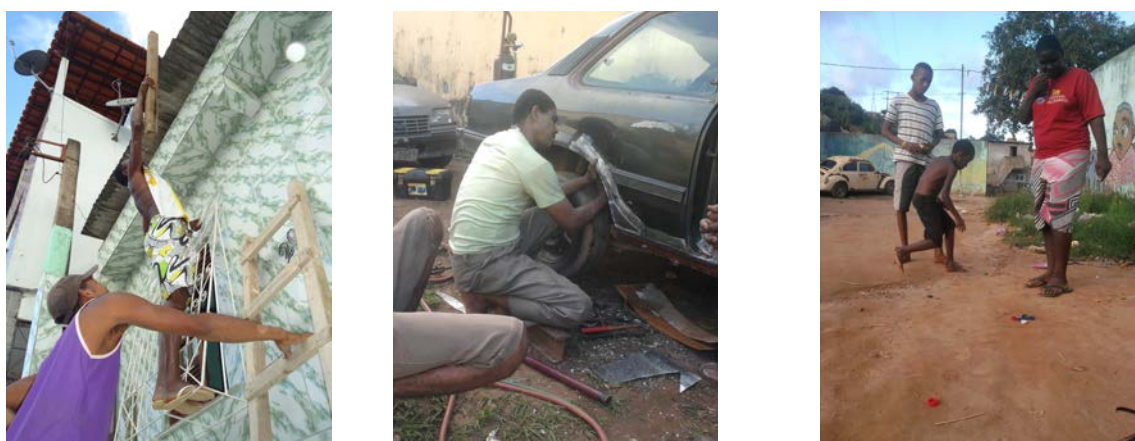


Figura 17 - Fotos da atividade “Trabalhadores em Saramandaia”. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

¹⁶⁸ Ver uma seleção de fotos desta série no Anexo 2 desta tese.

Na atividade seguinte desta oficina demos prosseguimento à ação de FAZER, relatando os passos para o processo de produção audiovisual e instigando a definição de que idéia seria produzida pelo grupo dentre as várias opções colocadas por eles. O grupo sugeriu a gravação de dois vídeos distintos: um videoclipe musical de ficção com abordagem sobre a violência no bairro que expressasse algo dos sentimentos que eles vivam ali cotidianamente sob o risco da morte deles próprios ou de amigos próximos; e outro vídeo de ficção e comédia baseado na leitura de um texto o qual o grupo estava estudando. Este vídeo de ficção foi apenas gravado e não editado por falta de tempo dentro das atividades da oficina, sendo que todos os esforços acabaram concentrados na finalização do outro vídeo escolhido.

As gravações do videoclipe “Guerreiro de Verdade” transcorreram de maneira exemplar, com os participantes reunidos todo o tempo dialogando sobre as possibilidades e opções de enquadramentos e ações que refletissem o argumento e a letra da música escolhida. As funções básicas de direção, produção, fotografia e elenco são distribuídas naturalmente, provavelmente pela experiência do grupo nas montagens teatrais que já haviam realizado em conjunto. Em virtude de as locações escolhidas serem próximas ao local de realização da oficina, a tensão pela localização ser ao lado de pontos de vendas de drogas foi contornada pela própria desenvoltura dos participantes em assegurar conhecimento e autorização pelos “donos do espaço” por viverem naquele local.

As imagens foram produzidas com narrativa ficcional onde um dos participantes inicialmente sai de casa e circulando por becos encontra seu grupo de amigos mais chegados, aos quais através de gestual e expressões faciais lamenta pela violência sofrida por um do grupo. Neste momento do vídeo, os participantes optaram por uma narrativa onde o grupo observa fotos do amigo vítima da violência em um aparelho de telefone celular e o clima entre eles é de tristeza, o personagem que inicia o vídeo então rememora momentos de alegria ao lado do companheiro e também o momento em que observa o amigo ferido gravemente no chão. A narrativa se completa de modo surpreendente quando o amigo ferido se aproxima revelando que tinha se recuperado dos

ferimentos e o grupo então se abraça e comemora junto, celebrando a amizade entre eles. A poesia que embala as imagens conta uma história real com um desfecho positivo, diferente do caso que a inspirou.



Figura 18 - Frames do vídeo “Guerreiro de Verdade”. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

A cidade que emerge deste vídeo ¹⁶⁹ se revela uma cidade sufocante e violenta, todos os planos são ambientados em becos apertados formados por casas comprimidas umas às outras (exceto nas boas lembranças dos amigos felizes jogando futebol em um dos poucos ambientes abertos do bairro). Uma informação curiosa sobre isso é que o local escolhido para as filmagens se situa ao lado de um local amplo onde existem plantações de hortaliças e que contrastam espacialmente com os becos do bairro. O personagem inicial circula por esses becos, e quase nada é avistado além das paredes dos casebres. O grupo de amigos se encontra numa passagem, e se acomoda na escada de uma casa do bairro. Não há sinal de espaço público amplo, muito menos equipamentos públicos que atendam minimamente àquele grupo de jovens. A sensação geral é de tristeza pela falta de segurança, do que tratam o título “Guerreiro de Verdade” e a letra da música: “Oh, bonde falou dos guerreiros meu irmão / Que saudade que dor só deixou no coração / Só lembrei uma foto deixei foi cair / Quando lembrei não tinha você aqui”.

O videoclipe musical teve duas versões de edição, uma feita na oficina em grupo com a tela do meu computador pessoal projetada na parede onde íamos elegendo a sequência das cenas e sua

¹⁶⁹ Ver íntegra da letra da música e algumas imagens no Anexo 3 desta tese.

durações mediante aprovação de todo o grupo, pontuando os passos e técnicas básicas do processo de edição de um videoclipe. Outra edição para o mesmo vídeo foi realizada por um dos integrantes do grupo em outro momento fora da oficina.

A ação de COMPARTILHAR o videoclipe “Guerreiro de Verdade” além de ter sido feita nos momentos posteriores de atividades do plano de bairro, foi efetivada também quando da publicação na internet das duas versões de edição ¹⁷⁰ em 25 de julho de 2012 e atingiu o número de 640 visualizações até novembro de 2015, o que resulta no IVHa de 1,23 em relação número total de moradores do bairro, que seria o universo de alcance da mobilização pretendida naquele momento.¹⁷¹ A porcentagem de visualizações no Brasil foi de 99%, e o tempo médio de visualização de 1 minuto e 12 segundos sendo o tempo total do vídeo de 2 minutos e 53 segundos, o que dá uma porcentagem média de 41,6% de visualização do tempo total do vídeo.

. Oficina de imagens no Grupo Cultural Arte Consciente

A terceira e última oficina para produção de imagens desta fase do plano de bairro foi realizada com jovens integrantes das atividades do Grupo Cultural Arte Consciente, e foi planejada para ser realizada entre os dias 7 e 9 de agosto de 2012 na sede do Grupo, na rua do Tubo, próximo a uma dos dois acessos mais movimentados do bairro. O Grupo Cultural Arte Consciente é um grupo organizado por três moradores do bairro que conquistaram o respeito dos vizinhos com diversas atividades desenvolvidas com crianças e adolescentes em sua sede ampliada. A realização de aulas de boxe, circo e música com alguma regularidade durante anos influenciou positivamente a relação do grupo com muitos vizinhos do bairro.

¹⁷⁰ Disponíveis em: <https://youtu.be/wmxA73KKrB8> e <https://youtu.be/dB3CNa8xd5g>. Acesso em 30/11/2015.

¹⁷¹ Em relação ao número total de moradores da cidade, o IVHa seria de 0,006.

A oficina não foi concluída com a realização de um vídeo, mas apenas a construção de uma estrutura de roteiro de um videoclipe musical do grupo,¹⁷² que só deveria ser filmado após a gravação do fonograma da música escolhida. A poesia da música e o argumento do roteiro relatam o cotidiano de uma criança trabalhadora do bairro, que se responsabiliza em sua infância em contribuir financeiramente para a sobrevivência da família. O protagonista é um menino vendedor ambulante na vizinha estação rodoviária e regiões próximas, que ao fim do dia de trabalho converte sua produção em compras de alimentos no comércio local.

O processo de criação coletiva desta estrutura de roteiro foi baseada na escolha e definição de sequências visuais para cada parte da poesia da música, e foi momento rico de debates e afirmações sobre os personagens e principalmente quais locais seriam retratados em cada cena. A casa e arredores da personagem principal do vídeo ao mesmo tempo retratam o desencanto, falta de perspectivas, tentação para a improdutividade ou atividades ilícitas como o tráfico de drogas, e também onde se encontra sua família e principalmente sua mãe, figura central para o protagonista. Escola e praça são inalcançáveis ao pequeno trabalhador. A rodoviária ao lado do bairro retrata o local de oportunidades, trabalho, interação maior com a cidade. E as ruas em geral acomodam o esforço pela sobrevivência e a superação das dificuldades pelo protagonista das imagens.

De fato, a produção imagética realizada nesta fase de oficinas de imagens com três grupos de jovens e crianças decorreu de uma busca por subjetividades em redes informais/submersas do bairro, e de alguma forma atendeu a esta busca revelando além de desejos dos moradores, também algumas visões de cidade por perspectivas próprias dos moradores e do espaço construído ao redor de suas moradias.

¹⁷² Ver estrutura de roteiro criada na oficina no Anexo 4 desta tese.

b) Narrativa sobre as memórias do bairro

Como mais um material a ser apresentado nas oficinas gerais que seriam iniciadas em seguida, foi produzido por nós, do grupo de pesquisa da Universidade, um vídeo documental sobre as memórias do surgimento do bairro, baseadas em entrevistas de alguns moradores mais antigos do bairro (sobre os quais já tínhamos tomado conhecimento naquele momento).

Este vídeo apresenta uma produção de imagens com alguma característica de produção participativa diferente dos videoclipes realizados nas oficinas anteriores com os grupos de crianças e jovens. Além da equipe de pesquisadores formada por alunos de pós graduação e da graduação e também as inúmeras indicações e depoimentos das lideranças e de alguns dos moradores mais antigos, houve, na produção deste vídeo, a colaboração especial de uma das alunas bolsistas do projeto Deise Lima (estudante de geografia) que era moradora de Saramandaia, e conduziu os contatos com os depoentes e colaborou na produção do roteiro e das filmagens. Assim, a narrativa deste vídeo foi conduzida pelas vozes dos próprios moradores entrevistados (com apoio de uma pequena locução em off), ilustradas por imagens antigas de arquivo e atuais (produzidas por nós do grupo de pesquisa) contando um pouco do surgimento e da evolução do bairro, acentuando as dificuldades e vitórias conseguidas através de certa coletividade e solidariedade em suas necessidades cotidianas.

A idéia inicial de cidade perseguida neste documentário parte da materialidade de fragmentos históricos que, segundo Walter Benjamin, se articulam com uma totalidade e possuem alguma potência de apropriação dessas reminiscências no presente, para que a história (no caso, das cidades) seja re-escrita pelos vencidos, e que com novas percepções do passado se faça algo construtivo no presente e no futuro.¹⁷³ Desta forma, este pequeno vídeo produzido na segunda

¹⁷³ Ver BENJAMIN, 1987, p. 224 e 225

década do século XXI com uso das ferramentas digitais, tentou seguir a trilha de abordagem das questões de conflitos urbanos pela narrativa dos moradores atingidos.



Figura 19 - Frames do vídeo “Memórias do Bairro Saramandaia”.

Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

De todo modo, o resultado desta curta produção audiovisual acerca das memórias do bairro de Saramandaia não aprofunda maiores questões no campo de conhecimento do urbanismo.¹⁷⁴ Com uma narrativa simples e ritmo cadenciado sem pausas, alguns moradores participam diretamente da produção com suas falas que constroem memórias coletivas que usualmente não são registradas de tal forma. Por outro lado, a montagem técnica de tais falas junto a imagens ilustrativas de arquivo e introduzidas por uma locução foi um processo individual realizado por nós, com alguma mínima reflexão dentro do próprio grupo de pesquisa. Ou seja, neste caso, a produção audiovisual participativa não se consubstanciou além dos depoimentos dos moradores, o que não ofuscou diretamente a construção oral de parte das memórias do bairro ali registradas, apesar da seleção e sequenciamento dos trechos escolhidos por nós constituírem de fato o enquadramento e abordagem final do objeto narrado.

Assim, uma cidade que aparece do conjunto imagético apresentado em curto formato documental apresenta alguma perspectiva dos moradores, combinada com uma pequena narração elaborada por técnicos não moradores do bairro (nós do grupo de pesquisa). Esta locução localiza objetivamente os fatos acontecidos no entorno do bairro em seu início, e os moradores pontuam os

¹⁷⁴ Ver a transcrição dos depoimentos editados e algumas imagens no Anexo 5 desta tese.

esforços de autoconstrução e lutas coletivas por direitos e intervenções no bairro. A conquista de uma destas lutas (a inauguração de uma passarela de acesso ao bairro) é objetivamente relatada por uma reportagem do poder municipal da década de 1980, e depois os moradores encerram o vídeo refletindo sobre o passado de mobilização do bairro e o desafio de dar continuidade para novas conquistas. Essa estrutura narrativa oscila entre a informação objetiva histórica, o relato das vivências pessoais, a cidade ao redor e as micropolíticas do bairro, como um recorte pequeno em um mesmo trecho de estratos diferentes das camadas urbanas.

Esse vídeo foi exibido inicialmente no dia 20 de outubro de 2012 na primeira oficina aberta e divulgada aos moradores do bairro, juntamente com os dois videoclipes musicais produzidos com jovens e crianças no Projeto Mundo Livre e com o grupo Grupo Art'Mandaia. Esta oficina teve uma lista de presença de 25 moradores de todas as idades, e uma interpretação deste evento é a de que o resgate das memórias com a exibição do vídeo, estimulou depoimentos dos presentes sobre histórias do bairro e seus rebatimentos nas lutas cotidianas atuais, o que também resultou em reflexões sobre como planejar o futuro.

O vídeo foi publicado na internet ¹⁷⁵ em 29 de outubro de 2012 pelo grupo de pesquisa Lugar Comum e atingiu o número de 2.540 visualizações até novembro de 2015, o que resulta no IVHa de 5,28 em relação ao universo de moradores do bairro.¹⁷⁶ A porcentagem de visualizações no Brasil foi de 99%, e o tempo médio de visualização de 4 minutos e 21 segundos sendo o tempo total do vídeo de 11 minutos e 53 segundos, o que dá uma porcentagem média de 36,6% de visualização do tempo total do vídeo.

¹⁷⁵ Disponível em <https://youtu.be/UIv9fvO8qo4>. Acesso em 30/11/2015.

¹⁷⁶ Em relação ao número total de moradores da cidade, o IVHa seria de 0,024.

c) Oficinas gerais para leitura e participação do bairro.

Com alguns dados coletados pela equipe de pesquisa junto aos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviços públicos, também a aplicação de campo de um questionário aos moradores e os primeiros produtos das oficinas de imagens em mãos, foram iniciadas então as realizações das oficinas gerais do plano ainda como atividade de leitura do bairro pelo grupo de pesquisa, com os convites sendo distribuídos de forma mais ampla possível aos moradores. Como ferramentas de mobilização para essa série de oficinas foram produzidos material sonoro para execução através de carro de som com circulação no bairro e material impresso para distribuição nas ruas, instituições, comércio e equipamentos públicos do bairro. Essas peças de comunicação traziam as informações dos dias, horários, locais e temas das oficinas gerais no bairro em linguagem gráfica que, no nosso entendimento como grupo de pesquisa, comunicava o convite à mobilização dos moradores para participarem das oficinas propostas.



Figura 20 - Convites para oficinas gerais. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

A série de oficinas gerais (todas realizadas aos sábados pelo turno da tarde) se iniciou no dia 20 de outubro de 2012, com a “Oficina de Memórias: Resgatar a história para planejar o futuro”. Esta primeira começou com a projeção de estréia dos videoclipes realizados nas oficinas de imagens com crianças e jovens, e também do vídeo “Memórias do Bairro Saramandaia” com os depoimentos de antigos moradores. Antes do início da oficina e enquanto ela acontecia, numa área anexa também foram coletados, com a câmera de vídeo, novos depoimentos em conversa com moradores acerca das suas memórias sobre o bairro. Como estratégia de condução, foi realizada em paralelo uma oficina de desenhos e jogos para crianças presentes. No decorrer da oficina, além das histórias pessoais e coletivas que iam se sucedendo, também foram surgindo algumas das principais questões atuais sobre o bairro por parte dos moradores presentes, que eram num total de 25 que assinaram a lista de presença, entre crianças e adultos.

Também como registro dessa oficina foi produzido um vídeo com imagens do evento e trechos dos depoimentos coletados no local. Esses depoimentos foram coletados depois da exibição do vídeo “Memórias do Bairro Saramandaia”, e desta vez os depoentes, para além das informações mais gerais apresentadas pelo vídeo projetado naquele mesmo dia, individualizaram ainda mais os relatos de suas experiências no bairro. As condições naturais ainda bem conservadas e os esforços de autoconstrução pelas famílias são temas que acabaram sendo priorizados do material bruto por nós para a edição do vídeo de registro daquela oficina.¹⁷⁷



Figura 21 - Frames do vídeo “Oficina de Memórias: Resgatar a história para planejar o futuro”.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

¹⁷⁷ Ver a transcrição dos depoimentos editados e algumas imagens no Anexo 6 desta tese.

De todo modo, a cidade que faz parte de tais relatos se apresenta como uma cidade que cresce rapidamente, onde em poucas décadas há uma transformação brutal daquela área proporcionada pela autoconstrução em milhares de pequenos lotes carentes de serviços básicos de infraestrutura urbana, naquela localização central da metrópole baiana. Como forma narrativa, o vídeo carece de uma estrutura e ritmo mais elaborados, visto que apenas apresenta uma rápida sequência de imagens de registro da oficina acompanhada depois por uma sequência de um trecho apenas de cada depoente. Não há neste vídeo de registro desta primeira oficina geral do plano de bairro nenhum aperfeiçoamento de montagem narrativa, além da carência absoluta de imagens ilustrativas e também de ritmo visual, cada depoente tem um pequeno trecho escolhido sem entrelaçamento mais direto de experiências, ou mesmo confrontamento de posições divergentes.

Este vídeo foi exibido em todas as oficinas seguintes desta fase do plano de bairro, porém publicado na internet ¹⁷⁸ apenas em 21 de janeiro de 2014 e atingiu o número de 45 visualizações até novembro de 2015, o que resulta no IVHa de 0,16 para o universo de moradores do bairro.¹⁷⁹ A porcentagem de visualizações no Brasil foi de 100%, e o tempo médio de visualização de 1 minuto e 47 segundos sendo o tempo total do vídeo de 3 minutos e 51 segundos, o que dá uma porcentagem média de 46,3% de visualização do tempo total do vídeo.

No dia 27 de outubro de 2012 foi realizada a oficina geral para os moradores “Experiências de Planos de Bairro”. Com 40 assinaturas na lista de presença, e além da exibição dos vídeos produzidos até então (incluindo o registro da oficina de memórias), nesta oficina foram apresentadas aos moradores resultados de duas outras experiências de Planos de Bairro: Cantinho do Céu (SP) e Nova Constituinte (BA). Uma das intenções dessa apresentação era a de procurar esclarecer para os moradores o que é um plano e seus resultados, possibilidades, limites e potenciais positivos para o desenvolvimento do bairro na visão do grupo de pesquisa. E no final, apresentar o projeto Linha

¹⁷⁸ Disponível em <https://youtu.be/qinL5Nk8QPU>. Acesso em 30/11/2015.

¹⁷⁹ Em relação ao número total de moradores da cidade, o IVHa seria de apenas 0,001.

Viva como um exemplo de ameaça de grande intervenção física no bairro, o que reforça a necessidade de os moradores terem ao alcance estudos e propostas que possam defender seus interesses coletivos no caso de enfrentamento de conflitos com o poder público ou terceiros.

Os planos então foram apresentados com uma tentativa de aproximar a linguagem técnica dos planos a uma linguagem de melhor compreensão comum, porém a curiosidade pela apresentação do projeto Linha Viva (que inclusive já constava impressa no convite da oficina distribuído no bairro) ensaiava se revelar como forte razão de uma maior audiência que a oficina anterior. O projeto Linha Viva foi apresentado como projeto municipal de instalação de uma via pedagiada para automóveis, que seria implantada em uma grande área do miolo central da cidade, incluindo uma boa parte do bairro.

Essa questão começa a tomar uma grande dimensão nas intervenções dos moradores não só naquela oficina, mas em grande parte do processo do plano de bairro naquele momento. Na perspectiva deste aspecto do processo, esta oficina foi marcante porque começou com o assunto das outras experiências de planos de bairro por parte da equipe da Universidade e derivou com força para um ambiente agitado por idéias dispersas já de mobilizações para grandes manifestações públicas contra possíveis prejuízos causados pelo projeto da Prefeitura aos moradores de Saramandaia.



Figura 22 - Frames do vídeo “Oficina Experiências e Planos de Bairro”.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

O processo de produção deste registro audiovisual não contou com a participação dos moradores além das suas falas na oficina. Fiz as gravações e a edição, concentrando-me no assunto polêmico do projeto Linha Viva muito debatido pelos moradores presentes.¹⁸⁰ Este vídeo foi exibido em todas as oficinas seguintes desta fase do plano de bairro, porém não foi publicado na internet até novembro de 2015,¹⁸¹ o que obviamente ocasionou a falta dos dados quantitativos em relação a suas visualizações.

A próxima oficina, “Apresentação de dados | Levantamentos | Resultados de pesquisas” que deu continuidade à etapa de leitura técnica e comunitária ocorreu no dia 10 de novembro de 2012. Realizada no mesmo formato, no qual no início do evento houve exibição dos vídeos já produzidos até então. A intenção desta oficina seria apresentar os primeiros levantamentos de dados obtidos sobre o bairro, tanto nas instituições e nas concessionárias dos serviços públicos, quanto os resultados da aplicação dos questionários aos moradores. Porém a reunião já deu início de forma tumultuada devido ao inesperado grande número de moradores (provavelmente interessados em obter notícias sobre o projeto Linha Viva, a lista de presença registrou uma audiência recorde de 83 presentes), o que forçou com que a reunião depois de iniciada tivesse que ser transferida para um local mais amplo (inicialmente prevista para uma sala de aula da escola Risoleta Neves, foi transferida para uma igreja próxima). No decorrer da apresentação dos dados sobre o bairro, diversas foram as interrupções devido a questionamentos sobre as informações apresentadas, mas também sobre o projeto Linha Viva e seus possíveis impactos no bairro. Havia muita preocupação por parte dos moradores quanto à possibilidade de serem obrigados a sair do bairro em condições desfavoráveis. Não houve o registro em vídeo desta oficina, apenas registro em fotos.

¹⁸⁰ Ver a transcrição dos depoimentos editados e algumas imagens no Anexo 7 desta tese.

¹⁸¹ O vídeo tinha sido enviado ao serviço Youtube desde 25/11/2012, porém com registro de não público. Já está disponível publicamente em <https://youtu.be/yUhrRW-Zu1q8>. Acesso em 02/02/2016.



Figura 23 - Fotos da oficina “Apresentação de dados | Levantamentos | Resultados de pesquisas”.

Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

No dia 24 de novembro de 2012 foi realizada a quarta oficina da fase de leitura do bairro que obteve 57 assinaturas de moradores na lista de presença. A chamada de apresentação do evento foi “E como fica nosso bairro?” em referência à abordagem por parte da equipe de apresentação do projeto “Linha Viva” e aos problemas, soluções e impactos a serem enfrentadas no caso da sua implantação. O anseio dos moradores por abordar esta última questão era muito maior que o de discutir diretamente os aspectos ligados ao plano de bairro, o que não deixava de ter relação com o próprio processo e também motivador de um planejamento participativo, no entendimento da equipe envolvida.

Sobre este entendimento, cabem algumas rápidas reflexões surgidas em nossas observações como ligação dos fatos narrados ao debate teórico anterior: a participação coletiva no planejamento deve ser dinâmica e, nesse sentido, reflete (e precisa estar aberta) à agenda de interesse dos moradores. Desse modo, o processo de planejamento documenta a vulnerabilidade da comunidade face às iniciativas de um poder que deveria ser público. E como ela era carente de canais de informação e de formulação de demandas, quando disposta ao modo participativo como o plano de bairro estava sendo conduzido, foi naturalmente se apropriando enquanto movimento coletivo da iniciativa da universidade de pensar um plano de bairro, tendo em vista um interesse ainda mais imediato, proteger-se da nova iniciativa municipal. Essa dinâmica levou a equipe a ajustar tanto a

agenda, como também a produção comunicativa para dar base ao movimento que era viva expressão da subjetividade daquele coletivo, transcendendo o academicamente planejado.

Mais uma vez, no início da oficina foram exibidos o conjunto de vídeos produzidos até o momento, e no decorrer das discussões foram gravadas (em paralelo à oficina) depoimentos com alguns presentes sobre as questões levantadas, especialmente para que a produção do vídeo desta oficina não fosse apenas no formato já realizado até então de registro simples das atividades e conversas, mas com o incremento de reflexões dos moradores dirigidas diretamente para a câmera de vídeo, com clareza e objetividade instigadas por dois ou três moradores do bairro posicionados fora do quadro da imagem, através de perguntas relacionadas a oficina e também ao projeto Linha Viva.

Esta nova experiência participativa no processo de produção audiovisual durante uma oficina do plano de bairro resultou em um vídeo ¹⁸² que revela fortemente, além de alguma empolgação dos moradores com a possibilidade de refletir e opinar sobre possíveis resoluções de problemas coletivos, também a inquietação sobre impactos negativos no bairro decorrentes da implantação do projeto Linha Viva, sentimento crescente e já detectado em todas as oficinas gerais promovidas até então pela equipe de pesquisa no plano de bairro. Assim, podemos afirmar que este é um vídeo que extrapola o registro simples de uma oficina com moradores, mas aponta para a realização de uma peça audiovisual que expressa os temores, propostas e também o apego dos moradores frente ao que pode ser entendido como seus direitos socialmente adquiridos.

¹⁸² Ver a transcrição dos depoimentos editados e algumas imagens no Anexo 8 desta tese.



Figura 24 - Frames do vídeo “E como fica nosso bairro?”. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

No aspecto participativo, este vídeo se destaca pelo processo de gravação e pela amplitude do número de depoimentos e abordagens registradas sobre os problemas e pontos positivos do bairro. Por outro lado, é fundamental pontuar que o momento posterior de seleção do material bruto e sequenciamento dos depoimentos e imagens realizadas na edição não fugiram ao padrão utilizado até então de um trabalho realizado por nós (com exceção para os dois únicos vídeos produzidos nas oficinas de imagens no início do processo), submetido a nossas interpretações e intenções no momento da montagem audiovisual. De todo modo, para o caso deste vídeo, é válida a observação de que a variedade de depoentes e grande parte da espontaneidade de suas falas representam algum sentido legítimo de participação no resultado final desta peça audiovisual, que reflete uma outra participação, a do próprio processo do plano de bairro.

Este vídeo foi exibido em todas as oficinas seguintes desta fase do plano de bairro, e publicado na internet ¹⁸³ em 30 de novembro de 2012 e atingiu o número de 1.485 visualizações até novembro de 2015, o que resulta no IVHa de 3,17 para o universo de moradores do bairro.¹⁸⁴ A porcentagem de visualizações no Brasil foi de 98%, e o tempo médio de visualização de 2 minutos e 29 segundos sendo o tempo total do vídeo de 5 minutos e 4 segundos, o que dá uma porcentagem média de 49% de visualização do tempo total do vídeo.

¹⁸³ Disponível em <https://youtu.be/VPrDHqNCgIA>. Acesso em 30/11/2015.

¹⁸⁴ Em relação ao número total de moradores da cidade, o IVHa seria de 0,014.

No dia 1 de dezembro de 2012 foi realizada a quinta oficina geral do plano, com o título de “Estratégias | Diretrizes | Propostas”, já com apresentação de alguns esboços de propostas dos moradores para as questões e problemas identificados nessa fase de leitura e diagnóstico do bairro. Foram projetados os vídeos produzidos pelo plano até então, e o projeto “Linha Viva” foi abordado logo no início das atividades para apresentar alguns resultados dos estudos do grupo de pesquisa sobre o assunto. Nesse momento, voltaram a ser marcantes as dúvidas e questionamentos sobre o projeto nas intervenções dos moradores, muitos dos quais presentes provavelmente devido à repercussão do assunto nas oficinas anteriores. Depois a platéia foi dividida em três grupos para debates separados sobre impressões e propostas dos eixos temáticos de Habitação, Espaço Público, Mobilidade. Nesse momento foram registradas pelos próprios moradores nos papéis em branco distribuídos, questões importantes sobre cada eixo temático, e ao final os grupos apresentaram para a totalidade da audiência os resultados de cada discussão temática. Foram coletadas 80 assinaturas na lista de presença, distribuídos textos informativos sobre os assuntos tratados, e registradas imagens em vídeo e fotografia. Não houve edição e publicação de vídeo sobre esta oficina.



Figura 25 - Fotos da oficina “Estratégias | Diretrizes | Propostas”. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

No dia 15 de dezembro de 2012, foi realizada a sexta oficina desta fase do plano, com o título “A garantia do direito à moradia e a desapropriação gerada pela Linha Viva”, dedicada a informação e esclarecimentos sobre desapropriação e garantia do direito à moradia. Foi distribuído um material impresso como guia de leitura para as discussões, que seguiram voltadas para consultas e queixas dos moradores aos direitos legais e procedimentos de regularização fundiária, desapropriações entre outros. Como sugeria o título da oficina proposta pelo grupo de pesquisa, o

assunto do direito à moradia foi tratado nesta atividade com estreita ligação ao assunto da possibilidade de que o projeto Linha Viva viesse a provocar um grande número de desapropriações no bairro, o que mais uma vez gerou grande número de intervenções dos moradores presentes demonstrando muitas dúvidas e questionamentos sobre o direito e segurança da moradia adequada. Nesta oficina houve registro fotográfico e em vídeo e foram coletadas 68 assinaturas na lista de presença.



Figura 26 - Fotos da oficina “A garantia do direito à moradia e a desapropriação gerada pela Linha Viva”.

Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Nos dias 19 e 26 de janeiro de 2013 foram realizadas a sétima e a oitava oficinas do plano para a fase de leitura do bairro com os títulos de “Espaços Públicos: espaços de lazer, esporte, encontro, brincadeira espaços existentes e novos espaços” e “Próximos Passos: TAC Horto Bela Vista e construção de propostas”. Ambas aconteceram com a exibição dos vídeos já produzidos pelo plano e foram coletadas em cada uma 56 e 60 assinaturas respectivamente nas listas de presença. Também nestas duas oficinas foram discutidos pelos moradores propostas para melhorias no bairro que seriam aprofundadas pela equipe do plano de bairro, e também foram abordadas as questões referentes aos impactos do projeto Linha Viva no bairro. Na oficina do dia 19 de janeiro foram registradas, por nós do grupo de pesquisa, imagens em foto e vídeo, porém sem publicação destas imagens.

Por outro lado, no dia 26 de janeiro de 2013, em paralelo ao registro de imagens das atividades, foram também realizadas entrevistas com moradores que circulavam na entrada do local da oficina especificadamente sobre a opinião deles de qual o melhor lugar para construção da praça acordada no TAC do Horto Bela Vista. Essa estratégia, inédita até então, de produção de imagens audiovisuais para este tema específico das propostas, foi definida porque o assunto dos espaços públicos no bairro seria abordado na oficina seguinte das atividades do plano de bairro (a ser realizada no mês de março de 2013). No aspecto da participação sobre o planejamento do bairro, a opção de produzir as entrevistas com diversas opiniões diferentes sobre a localização da praça foi uma tentativa de que, quando este vídeo fosse exibido na oficina seguinte, houvesse por parte da audiência então uma prévia das propostas dos próprios moradores sobre a localização da praça, apresentadas de forma intercalada na edição, para que fossem confrontadas diretamente na narrativa entre os próprios moradores. Este seria um aspecto da produção audiovisual que possibilita anteceder ações ainda de maneira participativa de preparação para temas ainda a serem tratados.

Este foi o último vídeo produzido nesta etapa de leitura do bairro, e inicialmente revela fotos antigas do bairro,¹⁸⁵ e em seguida apresenta, através de uma edição de cortes breves, opiniões diferentes dos moradores sobre a melhor localização a ser construída a praça.¹⁸⁶ A edição foi realizada por nós, e há na fala dos próprios moradores a exposição explícita de suas opiniões e razões. Como o assunto da localização da praça tinha sido abordado na apresentação da oficina naquele dia, e também em algumas oficinas anteriores, nós da equipe do plano de bairro já observávamos a consolidação de algumas opções, entre elas principalmente uma área do DETRAN ao lado do bairro onde já havia uma quadra, o largo ou campo do Bole Bole ao lado do local onde se realizava a oficina daquele sábado, e por fim a área de alagamento residual do bairro onde se localizam algumas hortas.

¹⁸⁵ “Chão, Pó, Poeira” de Gonzaguinha (1976), trilha sonora original da novela *Saramandaia* (Som Livre).

¹⁸⁶ Ver a transcrição dos depoimentos editados e algumas imagens no Anexo 9 desta tese.



Figura 27 - Frames do vídeo “Uma praça onde?”. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Das dezesseis falas de todo o vídeo sobre este assunto, as duas falas que defendem a área do DETRAN para localização da praça, são proferidas por dois homens (um jovem e um senhor) que usam argumentos objetivos favoráveis de centralidade e estrutura presente na área, enquanto que duas senhoras argumentam o aspecto desfavorável e mais sensível do isolamento e insegurança da área para uso de crianças. Um último um senhor argumenta também da provável dificuldade de conquista da área pelo moradores, pois, apesar de ser pública, está em evidência em outros projetos maiores do governo do estado.

A área do Bole Bole (tanto o largo quanto o campo) tem quatro falas favoráveis para a localização da praça, feitas por duas crianças, uma mulher e um senhor, e todas elas usam o mesmo argumento da proximidade deles que são moradores dali mesmo do alto do Bole Bole. Um homem argumenta desfavoravelmente o caso do campo do Bole Bole ser área privada de difícil comercialização pelos proprietários, segundo ele interessados em vender o terreno por alto preço incompatível com o valor disponível pelo TAC do Ministério Público com o Horto Bela Vita.

A terceira opção surgida nas falas do moradores deste vídeo para localização da praça é a área da horta, encravada entre diversas escolas, creches e instituições do bairro. Seis pessoas a defenderam como o melhor lugar por razões diversas como o grande número populacional e principalmente de crianças moradoras ao redor da área, a localização central e próxima das escolas do bairro e o benefício do saneamento daquela área que possui problemas de alagamento. Assim, a

opção da horta foi quantitativamente (e aparentemente no aspecto qualitativo também) a opção mais forte para a localização da praça. De todo modo, no decorrer do processo de planejamento nos anos seguintes e depois de muitos outros debates, o que ocorreu foi exatamente a escolha definitiva do local da horta, inclusive com o desenvolvimento do projeto da praça pela Universidade em acordo com o Ministério Público, que se consubstanciou como o primeiro resultado direto do plano de bairro, antes mesmo deste ter sido concluído.

Como planejado por nós do grupo de pesquisa, este vídeo foi utilizado como complemento aos recursos expositivos na oficina seguinte, realizada no dia 16 de março de 2013, que abordou as propostas que estavam sendo construídos sobre os espaços públicos no bairro. Publicado na internet no mês de setembro de 2015,¹⁸⁷ alcançou o IVHa de 0,54 em relação ao universo de moradores do bairro.¹⁸⁸ O tempo médio de visualização de 1 minuto e 56 segundos sendo o tempo total do vídeo de 5 minutos e 42 segundos, o que dá uma percentagem média de 33,9% de visualização do tempo total do vídeo.

A oficina realizada no dia 16 de março de 2013 marca o início da última rodada de quatro oficinas participativas antes da equipe do plano traduzir tecnicamente as propostas dos moradores, o que geraria posteriormente novas oficinas a serem detalhadas adiante. Dessa forma, esta e as próximas três oficinas atenderam à demanda de detalhar melhor as propostas dos moradores quanto aos eixos temáticos definidos no projeto inicial do plano de bairro, sendo elas: 1) “Propostas para a praça, a quadra, a rua, a ciclovia, o ônibus, a pista de caminhada” (no dia 16 de março de 2013), 2) “Mobilidade e nova praça” (23 de março de 2013), 3) “Venha debater: Drenagem de água, esgoto, coleta de lixo, córregos e minadouros” (6 de abril de 2013) e 4) “Venha debater: morar bem, num bom lugar” (18 de maio de 2013).

¹⁸⁷ Disponível em <https://youtu.be/LMmUBLN0AoY>. Acesso em 30/11/2015.

¹⁸⁸ Em relação ao número total de moradores da cidade, o IVHa seria de 0,002.



Figura 28 - Fotos das ultimas oficinas da etapa II de leitura do plano de bairro.

Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Estas oficinas obtiveram respectivamente 52, 13, 33 e 16 assinaturas nas listas de presenças, nas quais, invariavelmente, foram exibidos os vídeos produzidos pelo plano de bairro até então, e basicamente a mesma dinâmica de apresentação e discussão dos temas específicos de cada dia. Em cada uma dessas quatro oficinas foram utilizadas dinâmicas e materiais próprios de cada tema, e foram registradas suas atividades com fotografias e filmagens sem publicação de vídeos específicos sobre elas, mas algumas dessas imagens seriam utilizadas em vídeos futuros sobre as propostas. É possível afirmar que, neste momento, havia um certo (mas não completo) resfriamento das discussões em torno do projeto Linha Viva (movimento que no momento seguinte será invertido), e estas oficinas, apesar de apresentarem números de presença menor que as anteriores, refletiram uma maior concentração dos presentes nas propostas de melhorias dos moradores para os eixos temáticos trabalhados. A partir destes dados, surge uma aparente indicação de que o retorno da

agenda dos encontros aos temas específicos do detalhamento do plano de bairro reduziu as presenças dos moradores. As mais diversas variáveis podem influenciar estes dados, porém uma questão que se coloca é a constatação de que talvez temas específicos despertam interesses de grupos também específicos. Assim, a agenda de assuntos demandada com urgência pelos moradores possibilitou um interesse mais amplo por parte deles, enquanto os temas específicos ao plano de bairro agendados pelo grupo de pesquisa proporcionaram outra capacidade de mobilização dos moradores.

A etapa II do plano de bairro constituiu da realização de uma variedade de pesquisas, visitas e atividades no bairro. Entre estas últimas, ocorreram a realização de um total de 12 oficinas com os moradores do bairro que proporcionaram experiências as quais, sob muitos aspectos, subsidiaram os agentes envolvidos no processo para as novas ações das etapas seguintes. Entre as atividades nesta etapa II ocorreram também a produção e exibição no bairro e na internet de 6 vídeos com diferentes tipos de narrativas, formatos e alguma unidade em torno do objetivo de leitura social do bairro.

III. Etapa de Análise Crítica dos Instrumentos Legais incidentes na área.

O que seria a etapa de análise crítica dos instrumentos legais, foi sendo realizada sobreposta às etapas de Leitura Técnica e Comunitária e de Consolidação das Propostas, não havendo separação cronológica entre esta etapa e as outras duas. Como já citado, a divulgação da intenção do poder público municipal de executar o Projeto Linha Viva provocou uma grave insegurança nos moradores quanto à possibilidade de permanecerem no bairro, o que acabou gerando para a equipe técnica do plano de bairro uma enorme demanda por informações acerca do assunto.¹⁸⁹ Em todo caso, não foi produzido nenhum conteúdo audiovisual exclusivo sobre o tema dos instrumentos legais incidentes na área. Porém, e de todo modo, outra produção audiovisual será observada entre o

¹⁸⁹ Atendidas principalmente por coordenação da doutoranda Adriana Lima e os integrantes que assim como ela atuam na área do Direito.

término da fase de leituras do bairro e as exposições realizadas pelo grupo de pesquisa na fase de consolidação das propostas.

O processo do plano de bairro de Saramandaia entrou em novo momento após a realização inicial de uma série de encontros de mobilização com lideranças, e depois também de uma série de oficinas abertas com moradores para leitura do bairro e surgimento embrionário das hipóteses de propostas das melhorias a serem aprofundadas. Durante todo esse processo relatado até aqui foram sendo revelados conflitos de toda ordem e com diversos agentes envolvidos, incluindo os moradores, a Prefeitura e o seu projeto “Linha Viva”, e também o governo do estado com a implantação das estações de Metrô vizinhas ao bairro que previam a utilização das áreas da rodoviária e do Detran como contrapartida pública aos investimentos privados no sistema de transporte de massa. Esta questão das áreas públicas vizinhas ao bairro, começou a representar uma oportunidade de negociar de alguma forma com o poder público sua ocupação como mitigação de impactos sócio-ambientais causados pelos novos empreendimentos, com a definição e construção de algumas áreas para equipamentos públicos e habitação social para moradores em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, com o acirramento dos conflitos dos interesses diversos incidentes na área, os desafios colocados aos moradores e também para a equipe do plano de bairro foram crescentes, o que resultou diretamente em ações de articulação política dos moradores com o Ministério Público Estadual, vereadores e deputados, em articulações em parte instigadas pela Universidade através de ações nesta direção por integrantes do grupo de pesquisa.

Outro dado peculiar deste momento vivenciado pelo processo do plano de bairro foi que se aproximava o lançamento da nova versão da telenovela que dava nome ao bairro, o que, de certa forma despertava tanto nos moradores, como em nós, do grupo de pesquisa da Universidade, o sentimento de oportunidade em aproveitar um momento publicitário para colocar em evidência a realidade do bairro. Esta oportunidade poderia coincidir também com os interesses dos poderosos afiliados locais da Rede Globo (produtora da novela), em criar narrativas em seus programas

televisivos e jornais impressos que buscassem promover a novela traçando paralelos jornalísticos entre o bairro e a narrativa ficcional de Dias Gomes. Este aspecto do momento descrito evidencia mais uma vez a busca da visibilidade dos moradores na opinião pública para as demandas do bairro, a busca por ser atingido pelo foco dos fochos do poder vigentes como diria Foucault.

Por outro lado e ao mesmo tempo, se desenvolviam as articulações políticas, com os moradores e a equipe do plano de bairro se fazendo presentes em reuniões com instituições públicas e eventos que tratavam dos planos e empreendimentos que causariam impactos no bairro. Assim apresentaram o conceito de Parceria Público Popular no Seminário “Implantação do Sistema Metroviário de Salvador e Integração com Sistema de Transporte Público da Cidade de Salvador” realizado em 9 de maio de 2013, se reuniram no dia 28 de junho de 2013 com o então Secretário da Casa Civil Sr. Rui Costa e a deputada estadual Maria Del Carmen para debater os impactos da retirada da Rodoviária e do DETRAN para a comunidade de Saramandaia e apresentar proposta de utilização de 8 hectares de terras públicas ociosas nesta área para construção de equipamentos culturais e de habitação social para a comunidade de Saramandaia. Elaboraram em conjunto representações dirigidas ao Ministério Público do Estado da Bahia,¹⁹⁰ e participaram de audiências públicas dos projetos do metrô, da “Linha Viva” e do Plano Diretor de Salvador ao lado de diversas associações de moradores da cidade, universidades, entidades ambientais, entre outras organizações sociais.

Uma observação mais rigorosa da produção de imagens no processo do plano de bairro a partir desse momento, anota que há uma alteração de abordagem narrativa nesta produção. Essa alteração pode ser observada daí até à etapa seguinte (o de consolidação das propostas) na perspectiva de que a cidade que se expõe nesses vídeos apresenta um caráter não mais de um pedaço de cidade (com enormes demandas) em tentativas de mobilização, reflexão e ação de seus próprios moradores historicamente desfavorecidos, mas protagonistas de suas difíceis conquistas

¹⁹⁰ Protocolada naquela instituição no dia 10 de setembro de 2013.

coletivas. A cidade que se apresenta nos próximos vídeos é a de um pedaço de cidade que tenta ser reconhecido em seus direitos frente à totalidade desta cidade, não é mais o morador do bairro de Saramandaia em interlocução com seus pares, mas o morador do bairro em interlocução com o morador de Salvador. São reflexões colocadas para toda a cidade.

Desta forma, no aspecto quantitativo e comunicativo desta produção audiovisual há alteração do universo pretendido de alcance da informação gerada pelo plano. Ou seja, mesmo que toda a informação produzida ou disponibilizada sobre o processo (pela equipe do plano de bairro ou não) circula e alcança as pessoas em todo o planeta através da internet, a produção de imagens até então vinha numa constante pretensão específica de mobilização e alcance de visualizações nas audiências e internet principalmente para os moradores do bairro. Quando o plano entra ao menos em contato com conflitos diversos que extrapolam os limites de ação dos moradores do bairro, a produção de imagens do plano de bairro trata de atingir ao público também de toda a cidade, o que significa para essas reflexões que o universo de habitantes para o cálculo do IVHa passa dos 13 mil moradores de Saramandaia para os 2,9 milhões de Salvador. Com isso muda a escala do índice, que para esses números serão tratados aqui com três casas decimais devido a diminuição significativa dos valores.

As duas primeiras produções audiovisuais publicadas pelo plano de bairro neste contexto de alteração dos objetivos dos vídeos produzidos são bem significantes desses novos aspectos a serem observados. São vídeos de registros de duas audiências públicas convocadas pela Prefeitura sobre o projeto Linha Viva, que, inesperadamente, após um período de aparente abandono foi retomado com bastante ênfase pela Prefeitura, inclusive com ações bruscas e juridicamente questionáveis de implementação do projeto a qualquer custo. As imagens produzidas então não mais retratam moradores em locais do bairro, mas sim a indignação de muitos moradores e militantes políticos da cidade presentes nas audiências públicas convocadas às pressas pela Prefeitura para discussão do projeto. Essas audiências foram então registradas em imagens e publicadas na internet pela equipe

do plano de bairro, sendo a primeira o registro de uma audiência pública muito tumultuada realizada no auditório da Escola Politécnica da UFBA, no dia 22 de novembro de 2012.



Figura 29 - Frames do vídeo “A Não Audiência Pública do Projeto Linha Viva”.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Esse registro consiste num vídeo sem estudo de narrativa, gravado com aparelho celular e com edição simples que se consistiu apenas em juntar em uma sequência seis minutos e meio de registro em imagens brutas do evento. Publicado por uma integrante do grupo de pesquisa na internet ¹⁹¹ como “A Não Audiência Pública do Projeto Linha Viva” alcançou o IVHa de 0,004 tomando como universo de habitantes a cidade inteira de Salvador não apenas o bairro de Saramandaia,¹⁹² e para o tempo total do vídeo de 6 minutos e 34 segundos o tempo médio de visualização de 2 minutos e 13 segundos dá uma percentagem média de 33,8% de visualização do tempo total do vídeo.

A segunda audiência pública registrada e publicada na internet como “Outra Não Audiência Pública do Projeto Linha Viva” aconteceu no Parque Tecnológico da Bahia, no dia 16 de setembro de 2013, e também foi muito tumultuada, inclusive com boa parte da audiência proibida de entrar no pequeno auditório. Para esse registro, assim como no anterior, não houve estudo de narrativa, e a edição apenas juntou nove minutos e treze segundos de registro de imagens do evento.

¹⁹¹ Disponível em <https://youtu.be/ROMMNB5Hx7Q>. Acesso em 30/11/2015.

¹⁹² Nesse caso, no universo de 13 mil moradores do bairro o IVHa seria de 0,86.

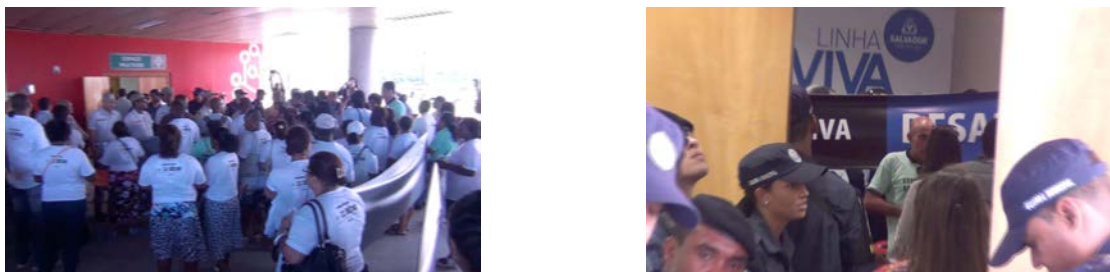


Figura 30 - Frames do vídeo “Outra Não Audiência Pública do Projeto Linha Viva”.

Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Publicado na internet ¹⁹³ alcançou o IVHa de 0,001 tomando como universo de habitantes a cidade inteira de Salvador e não apenas o bairro de Saramandaia,¹⁹⁴ e para o tempo total do vídeo de 9 minutos e 14 segundos o tempo médio de visualização de 2 minutos e 17 segundos dá uma percentagem média de 24,7% de visualização do tempo total do vídeo.

Sobre o projeto Linha Viva e os protestos populares, há outras publicações de vídeos por terceiros na internet que merecem ser comentadas aqui para enriquecer as reflexões. A audiência ocorrida em 22 de novembro de 2012 possui outros dois vídeos publicados por terceiros no youtube com as mesmas características de registro sem estudo de narrativa e gravado em celulares, onde alcançaram também baixos IVHa's ¹⁹⁵ de 0,001 e 0,003. Um vídeo de setembro de 2013 com uma entrevista do então Secretário de Transportes e Urbanismo de Salvador, José Carlos Aleluia, produzida e publicada ¹⁹⁶ por um grupo de moradores do bairro de Pernambués ¹⁹⁷ onde o secretário faz uma defesa do projeto Linha Viva e alcança o baixo IVHa de 0,001.

¹⁹³ Disponível em <https://youtu.be/3PRpxEXoryo>. Acesso em 30/11/2015.

¹⁹⁴ Nesse caso, no universo de 13 mil moradores do bairro o IVHa seria de 0,27.

¹⁹⁵ Disponíveis respectivamente em <https://www.youtube.com/watch?v=pmAfhRV3Wgc> e <https://www.youtube.com/watch?v=IELEZDCydhg>. Acesso em 15/01/2016.

¹⁹⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=StLOZjALTSk>. Acesso em 15/01/2016.

¹⁹⁷ Grupo de Alerta Pernambués. Mais informações disponíveis em <https://www.youtube.com/channel/UC12biVYAh5y2A5nMDK-G8Ag> e também em <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/associacao-oferece-cursos-e-leva-integracao-social-ao-bairro-de-pernambues/>. Acesso em 15/01/2016.

Outro vídeo contrariando a fala do secretário, se trata de um protesto constituído em uma produção e narrativa amadoras, formada por sequência de fotos ¹⁹⁸ de uma manifestação realizada por populares no Centro Administrativo da Bahia em 30 de outubro de 2013 ao som de uma música de Raul Seixas, e alcança o IVHa de apenas 0,002. Dois vídeos que também tratam de oposição ao projeto Linha Viva produzidos por um vereador também de oposição ao prefeito da cidade, alcançam os baixos números de IVHa 0,002 e 0,004, e se caracterizam por produções mais estruturadas, porém com narrativas reduzidas a registro de declarações do vereador e apoiadores.¹⁹⁹

Como última citação de vídeos produzidos por terceiros que tratam do projeto Linha Viva, destacamos o vídeo profissional de uma empresa especializada com recursos avançados de produção e narrativa ²⁰⁰ que alcança o maior IVHa deste grupo de vídeos com 0,278. Curioso que, apesar do alto número de IVHa, este vídeo é o de mais antiga publicação do grupo de vídeos aqui destacado e, a partir das informações da publicação, aparenta ser encomendado à tal empresa especializada como demonstração do investimento a ser feito para a realização do projeto. Se trata, por certo, de uma defesa audiovisual profissional das pretensas qualidades e benefícios do projeto para a cidade, e contraditoriamente pelo tempo de publicação, serviu tanto para esta defesa como também ao embasamento crítico aos pontos controversos e negativos do projeto durante todo o processo.

¹⁹⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=z751x2LIKKA>. Acesso em 15/01/2016.

¹⁹⁹ Disponíveis respectivamente em https://www.youtube.com/watch?v=tZT9Lq_cwsE e <https://www.youtube.com/watch?v=nXjuMwb6pHQ>. Acesso em 15/01/2016.

²⁰⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K7NynAGkOS8>. Acesso em 15/01/2016.

Vídeos publicados por terceiros sobre o projeto Linha Viva	Visualizações		Hab. em SSA	IVHa SSA
	número	meses		
1 Audiência Linha Viva - SALVADOR 22.11.2012	325	36	2900	0,003
2 Audiência Linha Viva - Jh seu tempo já esgotou ...	135	35	2900	0,001
3 Secretário José Carlos Aleluia fala ...	60	26	2900	0,001
4 Linha Viva Não!, no CAB.	148	25	2900	0,002
5 Vereador Hilton no gabinete de rua.	24	4	2900	0,002
6 Vereador Hilton na câmara.	87	8	2900	0,004
7 Linha Viva Salvador - mobilidade urbana.	29.847	37	2900	0,278

Tabela 5 - Vídeos publicados por terceiros sobre o projeto Linha Viva.

Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Como citado anteriormente, com o desenrolar destes acontecimentos e percepção dos conflitos envolvendo o projeto Linha Viva e os moradores de Saramandaia, diretamente atingidos pelos impactos sócio-ambientais do empreendimento, a equipe do plano de bairro e os moradores observaram a oportunidade de maior sensibilização da cidade para tal conflito, com a oportunidade criada pelo lançamento da nova produção da telenovela ²⁰¹ baseada no texto “*Saramandaia*” de Dias Gomes. A partir desta observação, o grupo decide produzir um vídeo de sensibilização para toda a cidade com o mote da afirmação de que o bairro existe e não é apenas “uma novela de ficção” na cidade, e luta contra a ausência de ações dos órgãos públicos e de infraestrutura no local, o que parece promover a sensação de que, para a cidade, o bairro não existe de fato.

O vídeo foi estruturado ²⁰² basicamente por uma sequência inicial sobre a novela, seguida por imagens, locução e depoimentos dos moradores sobre o bairro, e que, ao final, afirmam que Saramandaia existe. Este foi o único vídeo produzido até então pelo grupo de pesquisa que, de fato, produziu um roteiro audiovisual antes de ser filmado. Este roteiro passou por algumas poucas revisões e foi ainda alterado como normalmente acontece no momento da edição do vídeo. Ele se inicia com uma sequência de cenas promocionais da nova versão da novela que seria lançada sob a

²⁰¹ Produzida mais uma vez pela Rede Globo e exibida entre 24 de junho e 27 de setembro de 2013. Mais informações disponíveis em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Saramandaia> (2013). Acesso em 15/01/2016.

²⁰² Ver a transcrição dos depoimentos editados e algumas imagens no Anexo 10 desta tese.

pergunta “Saramandaia. Uma ficção?”, e esta sequência é bruscamente interrompida. Entram imagens de localização do bairro, seguidas por depoimentos dos moradores que exprimem dificuldades de estabelecimento do bairro e afirmam sua existência. Em seguida um bloco com locução e imagens de arquivo que relatam rapidamente o contexto histórico do surgimento do bairro e também cita a exibição da primeira versão da telenovela como integrante deste contexto histórico. Voltam os depoimentos dos moradores, desta vez questionando os interesses dos projetos da Linha Viva e do Metro como geradores de possíveis impactos negativos aos moradores, aí entram imagens gráficas produzidas por nós com a aplicação das áreas do impacto de tais projetos no bairro. Voltam os moradores a reafirmar a existência do bairro como apelo a dignidade e respeito merecidos, citando algumas demandas por melhorias necessárias ao bairro e finalmente o vídeo termina com a repetição da frase “Saramandaia Existe!”, tendo como último depoente a participação especial do artista e ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, repetindo a frase e concluindo com o complemento “Saramandaia resiste”.



Figura 31 - Frames do vídeo “Saramandaia Existe!”. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Este vídeo, além de ter sido o mais previamente planejado de todo o processo de produção audiovisual do plano de bairro, retrata claramente a intenção de posicionar as demandas do bairro no contexto de construção da cidade por disputas e conflitos entre os moradores e instâncias públicas e privadas. Como estratégia de oportunidade, foi publicado na internet²⁰³ a apenas quatro dias antes do lançamento da nova versão da telenovela, nos canais do plano de bairro no Youtube e

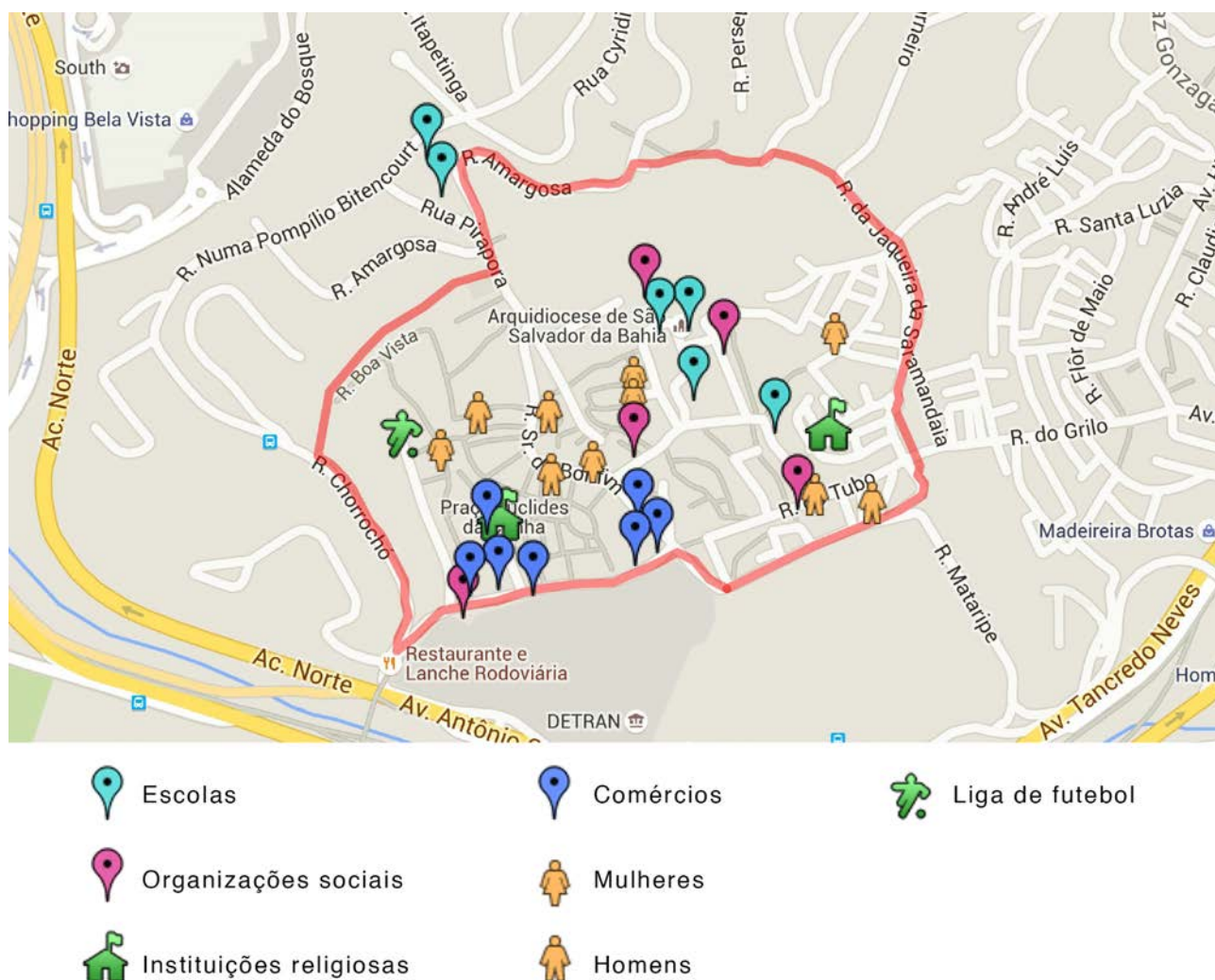
²⁰³ Disponível no Youtube em <https://youtu.be/d1EqgxmlFPk> e no Vimeo em <https://vimeo.com/68380366>. Acesso em 30/11/2015.

no Vimeo em 20 de junho de 2013, e compartilhado por mensagens de correio eletrônicas e na rede social virtual Facebook. Atingiu o número de 7.599 visualizações no total até novembro de 2015, o que resulta no maior IVHa alcançado pelos vídeos do plano de bairro (de 0,090) para o universo populacional de Salvador.²⁰⁴ O tempo médio de visualização no Youtube foi de 2 minutos e 23 segundos sendo o tempo total do vídeo de 4 minutos e 1 segundo, o que dá uma porcentagem média de 59,3% de visualização do tempo total do vídeo, também até então a maior alcançada por um vídeo do plano de bairro de Saramandaia.

Além de lançado na internet, este vídeo junto aos outros vídeos produzidos até então pelo plano de bairro foram compilados em um único DVD e distribuídas 50 cópias pelo bairro. Essa foi uma forma encontrada de tentar criar novos usos para o material audiovisual produzido pelo plano de bairro, para além das pessoas presentes nas oficinas e da audiência na internet, onde segundo o questionário aplicado no início do processo, mais da metade dos entrevistados não acessavam a rede mundial de computadores.²⁰⁵

²⁰⁴ Nesse caso, para o universo de 13 mil moradores do bairro o IVHa seria de 20,16.

²⁰⁵ Ver gráfico 3.1



Mapa 5 - Locais (com suas atividades) onde os DVD's foram distribuídos. Fonte: autor.

Essa tentativa de maior número de exibições dos vídeos produzidos através da distribuição de DVD's não trouxe nenhuma garantia de que os vídeos foram assistidos por mais moradores; ao contrário, pela absoluta falta de retorno sobre ações de exibição dos destinatários como comentários ou relatos de tais exibições é possível refletir que a distribuição do conteúdo audiovisual produzido em suporte físico (DVD) não acrescenta ou garante interesse nesse material informativo por parte do receptor do DVD. A experiência real que eu particularmente tive foi a que no momento em que estava no bairro entregando as cópias, alguns poucos moradores me abordaram afirmando que queriam ter em casa o DVD, como satisfação em possuir aquelas imagens do bairro em sua própria casa, uma questão de orgulho da propriedade física sobre aquilo. A reflexão que tive era de que o efeito da distribuição pouco agregava em termos de ampliar o acesso de novas pessoas às imagens e

à experiência, mas ela tem um efeito sobre a identidade, a autoestima, o sentimento de reconhecimento que contribui a um grupo tão marcado pela vulnerabilidade, pelo sentido de esquecimento e pelo silêncio com que é tratado pela cidade em que se inclui.

No dia 13 de julho de 2013 foi aberto o escritório de campo do plano de bairro, instalado na Casa do Trabalhador, instituição do poder público municipal. A ideia do escritório de campo era de aprofundar e avançar nas propostas indicadas pelos moradores nas oficinas, exercitando a criação coletiva como orientação no processo de elaboração do plano. Para o trabalho no escritório de campo a equipe organizou: 12 painéis revisitando a história do bairro, as mudanças, as conquistas, os antigos e os novos enfrentamentos, e as propostas indicadas pelos moradores nas oficinas de trabalho; o mapa dos projetos impactantes Linha Viva e Metrô; impressos com assuntos diversos sobre o bairro e uma televisão com o DVD que reuniu todos os vídeos até então produzidos. Os moradores contribuíram na produção da faixa indicativa no entrada do escritório de campo, na pintura da sala e na montagem dos painéis. O evento de inauguração do escritório contou a participação de um grupo de percussão do bairro, além de vários moradores e representantes de associações de bairro. O escritório de bairro funcionou com plantões realizados pela equipe do plano entre julho a dezembro de 2013.



Figura 32 - Fotos da inauguração do escritório de campo. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

A exibição dos vídeos no escritório de campo pode levar a reflexões interessantes sobre os usos deste material audiovisual. No dia da abertura, com a sala cheia e após algumas declarações do

próprio grupo de pesquisa, de líderes do bairro e também de moradores, os vídeos foram exibidos ininterruptamente enquanto todo o material gráfico produzido era consultado pelas pessoas presentes. Esta forma de exibição aparentemente proporciona a possibilidade tanto da percepção fragmentada da narrativa exposta nos vídeos (que por serem vídeos curtos de linguagem direta não comprometem tanto a compreensão básica das mensagens), como também da possibilidade de revisão por parte dos presentes de trechos dos vídeos que não foram compreendidos anteriormente.

De todo modo, pode-se afirmar que o volume de informações visuais (gráficas e audiovisuais) disponibilizadas no mesmo recinto parece provocar a necessidade de atenção ao visitante para compreender ao menos alguns dos conteúdos ali expostos, ao mesmo tempo que tal volume de informações talvez parece também assustar e assim distanciar quem não tenha tanto interesse nos temas tratados. De fato, a curiosidade sobre o que estava sendo exposto naquela sala da Casa do Trabalhador parecia ser a principal motivação para uma visita pelos moradores, o que não garantia que os conteúdos ali expostos seriam minimamente compreendidos ou não.

O dado que pode esclarecer minimamente esta questão é o de que no livro de registros disponibilizado pelo grupo de pesquisa para que (num regime de revezamento dos pesquisadores do grupo por turno de abertura do escritório de campo) fossem feitos registros de presença e comentários dos visitantes, são encontrados relatos que revelam alguns casos de visitantes com ótima compreensão das informações e questões expostas ali, e também algumas propostas e observações pertinentes a todo o processo. Do dia 13 de julho a 24 de outubro de 2013 foram registrados 248 visitantes, que deixaram diversas opiniões e observações, dentre as quais duas especificadamente sobre os vídeos exibidos ali: a primeira reivindica que os vídeos precisam apresentar de alguma forma os moradores que vivem sob a rede de alta tensão da CHESF; a segunda é de um dos participantes das oficinas de imagens do início do processo de plano que solicita a exibição dos vídeos do plano no colégio Kleber Pacheco (no bairro vizinho Pernambués).

Esta exibição no colégio Kleber Pacheco foi disponibilizada a partir de uma cópia em DVD com os vídeos do plano de bairro, e acabou se desdobrando em uma nova oficina de produção de imagens ministrada por um estudante do colégio que havia participado da oficina de produção de imagens na etapa II do plano de bairro com o grupo de teatro Art'Mandaia. Esta oficina no colégio Kleber Pacheco acabou produzindo 6 pequenos vídeos que não apresentaram nenhuma relação com os temas urbanos desenvolvidos no plano de bairro, porém um destes vídeos foi premiado em um concurso de vídeos da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em setembro de 2013.

Um outro desdobramento ainda no ano de 2013 (entre os dias 12 de outubro a 1 de dezembro) foi o fato de que o plano de bairro de Saramandaia esteve presente na X Bienal de Arquitetura de São Paulo, com o trabalho “Saramandaia Existe (Plano de Bairro: uma escala de política, de direito e de experiência)” onde uma instalação foi especialmente projetada e produzida (de forma competente pelo artista Moacir Gramacho e sua equipe) para apresentação de informações do bairro e do processo de planejamento desenvolvido pelo grupo de pesquisa Lugar Comum através de diversos mapas, fotos e vídeos: o vídeo “Saramandaia Existe” publicado em junho daquele ano, um vídeo com frases marcantes de moradores registradas pela equipe do plano, e um terceiro vídeo que simula em perspectiva ótica em subjetiva de uma caminhada ininterrupta por alguns dos becos e vielas do bairro.

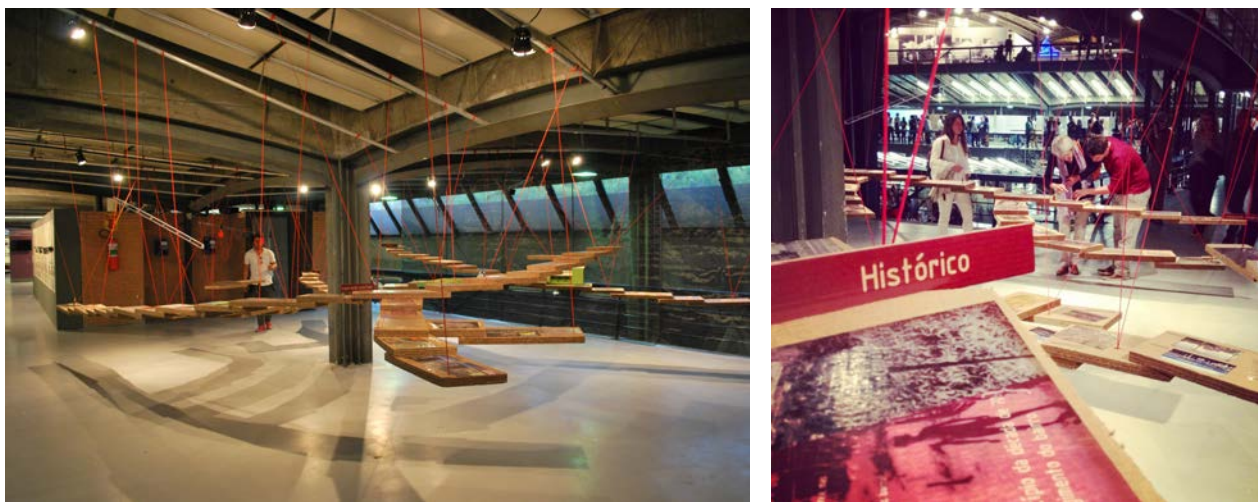


Figura 33 - Fotos da exposição “Saramandaia Existe” na X Bienal de Arquitetura de São Paulo.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Este vídeo da caminhada teve sua filmagem possível com apoio fundamental de uma das lideranças do bairro, que, com sua presença, garantiu que fosse permitido por alguns moradores (provavelmente envolvidos em atividades ilícitas) a livre circulação de uma câmera registrando imagens por recantos e microespaços do bairro, cuja circulação livre normalmente é permitida apenas a moradores locais, segundo informações dos próprios moradores. A imagem de cidade marcante deste vídeo é o labirinto de becos apertados que se constitui o bairro, onde o espaço público (inclusive de circulação) é diminuto em relação as demandas dos moradores.

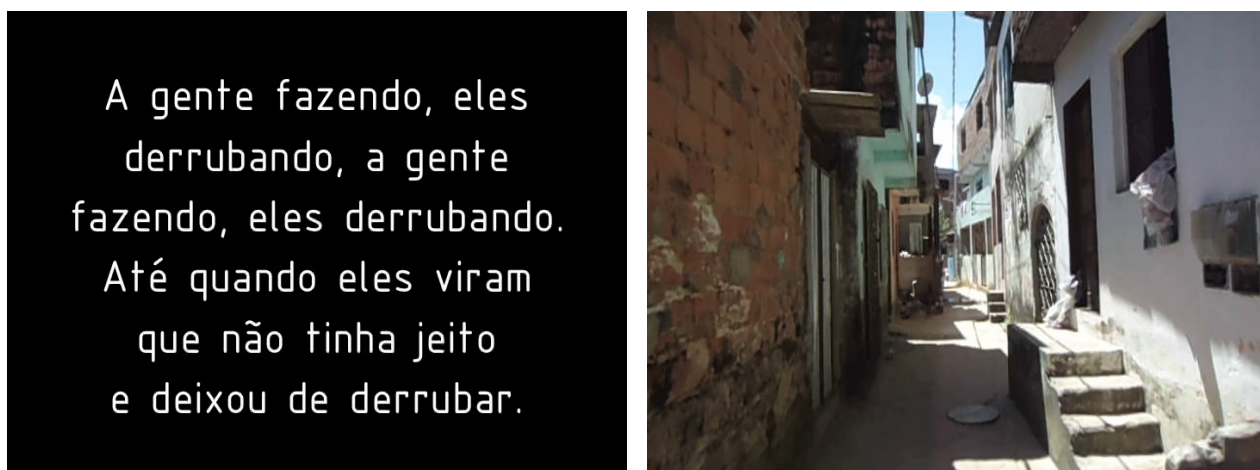


Figura 34 - Frames dos vídeos produzidos para a X Bienal de Arquitetura de São Paulo.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Com tantas novas ações e diversidade de atividades no ano de 2013, o plano de bairro de Saramandaia incrementa em sua atuação, relações com o processo político de produção da cidade, extrapolando as atividades de leitura do bairro e participando de encontros, reuniões, apresentações, audiências, entre outros, sobre assuntos relativos a políticas públicas e de interesses dos moradores do bairro e da cidade. A produção de imagens não só mudou de conteúdo em relação aos temas tratados no início do plano, como também alterou sua narrativa por diferentes objetivos de uso e de público a ser alcançado, passando de uma produção voltada não apenas para a leitura comunitária de aproximação com público do bairro, mas também voltada a sensibilização do público externo ao bairro (seja ele da cidade ou de qualquer outro lugar) em relação aos temas do acirramento dos conflitos e interesses envolvidos.

IV. Hipóteses de intervenções

Durante o ano de 2014, aconteceu um arrefecimento das ações do poder público municipal referentes ao projeto Linha Viva. Por outro lado, as atividades do plano de bairro desenvolvidas pelos envolvidos (tanto pelo grupo de pesquisa da Universidade, quanto por moradores no bairro) voltaram a se concentrar sobre as hipóteses e propostas elaboradas em todo o processo de planejamento participativo até ali. As atividades neste período foram essencialmente dedicadas ao desafio de consolidar as hipóteses de intervenções em propostas que comporiam o plano de bairro, e essas atividades aprofundaram também a perspectiva da reflexão do

desafio que é de propor, no contexto de intensos conflitos, outras possibilidades de infraestrutura técnica e social, espaços públicos, moradia adequada e integração com a vida da cidade. [...] Ao longo do trabalho a equipe buscou desenvolver diversas formas de comunicação e registro, compreendendo que a linguagem que facilita a interação entre os cidadãos, que incentiva à expressão de suas ideias, mensagem, emoções, etc. contribui para que os cidadãos se tornem mais participativos e questionadores. Esta posição nos acompanhou também no momento de traduzir e aperfeiçoar as propostas para o plano de bairro. O que

significou, na prática, o desenvolvimento de varias formas de representações/ linguagens até conseguirmos chegar à comunicação compreensível a todas e todos. Este exercício da representação foi e continua sendo um grande desafio, porque, ao mesmo tempo que é importante para a comunidade compreender a linguagem do desenho para intervir e se contrapor aos projetos urbanos que atravessam o bairro e atingem os moradores – é fundamental trabalharmos formas de comunicação, de linguagem que a comunidade reconheça e legitime as propostas indicadas para os enfrentamentos dos conflitos e para as melhorias das condições de urbanidade do bairro.²⁰⁶

Dessa forma, foram produzidas as primeiras versões das representações de todas as propostas que comporiam o plano. A idéia era expor os resultados aos moradores em uma nova série de quatro oficinas no bairro, distribuídas pelos quatro eixos temáticos definidos previamente: Espaços Públicos, Saneamento, Mobilidade e Habitação. Pela primeira vez em todo o processo, o grupo de pesquisa definiu como tentativa de ampliar a diversidade de participantes nas oficinas, que a oficina referente a um mesmo eixo temático ocorreria no mesmo dia e ao mesmo tempo em três lugares diferentes no bairro, e que, além dos materiais impressos a serem apresentados aos moradores, seriam exibidos vídeos com as sínteses de todas as propostas para cada eixo temático. Em cada oficina seriam apresentadas todas as propostas de um mesmo tema para os moradores na liga de futebol (no setor A), na escola Chico Mendes (setor B) e na paróquia de São Benedito (setor C), ao mesmo tempo por diferentes integrantes do grupo de pesquisa.

²⁰⁶ Trecho da pgs. 6 e 7 do Relatório Técnico Parcial do projeto em 2014. disponível em <https://www.dropbox.com/s/26icv7sfu6jx911/3%20relatorio%20geral%20PNPD.pdf?dl=0>. Acesso em 21/01/2016.



Mapa 6 - Locais de realização simultânea das oficinas de apresentação das propostas.

Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

Assim, para a primeira oficina de apresentação das propostas com o eixo “Mobilidade e Acessibilidade”, realizada no dia 25 de abril de 2015, foram produzidos os materiais impressos e o primeiro vídeo com a apresentação das propostas consolidadas. A produção audiovisual em toda esta etapa do processo de planejamento se caracteriza por um distanciamento em relação à participação direta dos moradores no processo de produção audiovisual. Todos os vídeos para apresentação das propostas aos moradores foram exclusivamente constituídos por imagens já gravadas das atividades realizadas nas etapas anteriores, montados em conjunto com animações das sínteses gráficas das propostas elaboradas para os folhetos. Estamos aqui considerando como atividade sem participação dos moradores apenas a consolidação técnica e de síntese gráfica das propostas, que foram, de fato, as atividades realizadas nesta IV etapa do plano de bairro Saramandaia.

A estrutura dos vídeos de propostas foi a mesma para os quatro eixos temáticos, e basicamente é formada por três blocos de narrativa audiovisual guiados por uma locução sem nenhuma inserção de depoimentos. O primeiro bloco desta estrutura inicia com uma identificação

da Universidade e moradores do bairro como responsáveis pelo plano de bairro, seguida de um curto relato dos desafios enfrentados pelos moradores relacionados ao eixo temático abordado pelo vídeo, e este primeiro bloco finaliza com a afirmação de que para tentar superar tais desafios “muitos moradores juntos com uma turma de professores e alunos da Universidade Federal da Bahia criaram propostas técnicas [...] no Plano de Bairro Saramandaia”. O segundo bloco da estrutura apresenta de fato as propostas relacionadas a cada eixo temático, e o terceiro bloco finaliza o vídeo indicando superficialmente órgãos e fontes de financiamento público que podem ser acionados pelos moradores para realização das propostas apresentadas.

O vídeo para a primeira oficina de propostas ²⁰⁷ (com o eixo temático “Mobilidade e Acessibilidade”) foi exibido na oficina que teve no total 24 moradores nos três lugares de realização,²⁰⁸ e publicado na internet ²⁰⁹ em 23 de abril de 2015 e atingiu o baixo número de 36 visualizações no total até novembro de 2015, o que resulta no IVHa de 0,40 para o universo populacional do bairro, já que novamente o objetivo principal da equipe do plano era divulgar aquele conteúdo para os moradores.²¹⁰ O tempo médio de visualização no Youtube foi de 2 minutos e 1 segundo sendo o tempo total do vídeo de 2 minutos e 44 segundos, o que dá uma porcentagem média alta de 73,8% de visualização do tempo total do vídeo.

Para esta oficina “Mobilidade e Acessibilidade”, excepcionalmente foi criado e produzido um vídeo em duas versões sobre a proposta de transporte coletivo local chamado “Amarelinho”, que consiste na implantação de uma modalidade de transporte coletivo de trajeto entre as ruas internas do bairro aos pontos de articulação com o sistema de transporte público de massa

²⁰⁷ Ver a transcrição do vídeo e algumas imagens no Anexo 11 desta tese.

²⁰⁸ Foram 11 moradores na Liga de Futebol, 5 na Escola Chico Mendes e 8 na Paróquia São Benedito. Sendo que neste último local houve problemas técnicos que impossibilitaram a exibição de vídeos.

²⁰⁹ Disponível no Youtube em <https://youtu.be/ulc4Xdkbiu4>. Acesso em 30/11/2015.

²¹⁰ Em relação ao número total de moradores da cidade, o IVHa seria de 0,002.

localizados na região. Esses vídeos consistiram no registro por uma câmera instalada na frente de um automóvel percorrendo os dois prováveis percursos para o “Amarelinho”, e na edição foram ajustados os tempos do percurso para um ritmo de exibição mais curto e aplicações gráficas sobre a imagem que indicavam os trajetos e pontos de parada propostos, e também os nomes dos logradouros percorridos. A nossa idéia na criação e produção desses vídeos não foi exatamente a simples tentativa de reproduzir de uma perspectiva próxima do ponto de vista de cada morador o trajeto do serviço de transporte elaborado a partir das oficinas no plano de bairro. Na opção por uma lente grande angular na câmera utilizada, há o aumento da área contemplada pelo enquadramento de registro visual da câmera. Tendo uma maior área de registro das imagens das ruas, parece aumentar a chance de que o espectador/morador reconheça os seus marcos (ou fragmentos visuais) pessoais da cidade nos quais cada sujeito reconhece os locais que integram seus trajetos cotidianos, marcantes em suas vivências daqueles espaços públicos.²¹¹ Desta forma, havendo maior chance de reconhecimento destes marcos visuais subjetivos, é possível que mais espectadores destas imagens reconheçam melhor seus trajetos e pontos de parada ou interesse, e assim contribuir melhor na análise e compreensão dos trajetos e pontos de parada que haviam sido propostos nas oficinas de leitura com os moradores nas fases iniciais do processo do plano de bairro, e ainda também submetidos à avaliação de especialistas em transporte público na Universidade. De maneira contrária, se a opção fosse por uma lente de menor ângulo de perspectiva a área de registro seria menor, provavelmente reduzindo quantitativamente as chances de reconhecimentos imagéticos de locais por cada espectador.

Na oficina propriamente dita, o vídeo de síntese das propostas para mobilidade e acessibilidade foi exibido na primeira parte da oficina apresentando as propostas que seriam detalhadas e submetidas a avaliações orais dos moradores presentes, o que se repetiu nas outras três oficinas de apresentação de propostas que serão relatadas a seguir. Porém os vídeos das duas

²¹¹ Ver LYNCH, 1999, p. 88.

propostas de trajeto do “Amarelinho” ganharam um uso interativo em ao menos uma das três oficinas realizadas naquele dia sobre mobilidade e acessibilidade, na oficina realizada na escola Chico Mendes. Após a explanação prévia sobre a proposta, o vídeo com o percurso do “Amarelinho” foi sendo exibido enquanto moradores presentes faziam observações sobre os locais que iam se sucedendo nas imagens, e quando necessário o vídeo era “congelado” para que as observações e réplicas fossem aprofundadas.

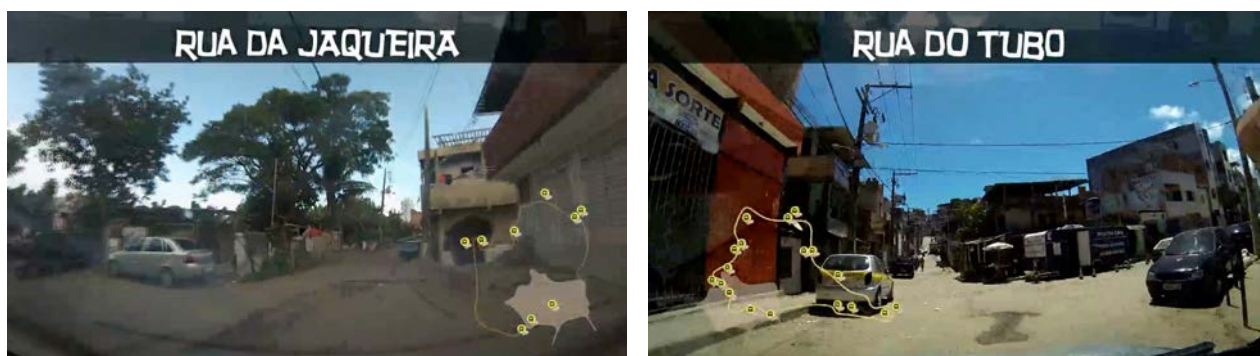


Figura 35 - Frames dos vídeos produzidos para a oficina “Mobilidade e Acessibilidade”.

Fonte: Plano de Bairro Saramandaia

Observações tais como, se aquele local seria bom ou não para posicionamento de um ponto de parada, ou se a rua selecionada apresentava algum ponto de estreitamento por algum uso cotidiano da via (ponto de coleta ou despejo de material, estacionamento de veículos nos cantos da via, etc.). Se, por um lado, os percursos propostos surgiram das oficinas com os moradores e pareceres técnicos, um provável entendimento e melhoramento destas propostas ocorreu interativamente nesta etapa final do processo através do reconhecimento visual dos locais definidos pelo trajeto proposto, e esta parece ser uma aplicação interessante de uso de imagens em movimento para estudos comunitários de mobilidade urbana.

Para a segunda oficina de propostas, com o eixo temático “Saneamento Ambiental” realizada no dia 9 de maio de 2015, foram produzidos os materiais impressos e o segundo vídeo com as

sínteses das propostas consolidadas.²¹² O roteiro novamente foi elaborado a partir dos textos e imagens do material gráfico impresso e a estrutura atendeu ao mesmo formato do vídeo da oficina anterior. Este vídeo foi exibido na oficina que teve no total 31 moradores nos três lugares de realização,²¹³ e publicado na internet ²¹⁴ em 7 de maio de 2015 e atingiu o número de 78 visualizações até novembro de 2015, o que resulta no IVHa de 1,00 para o universo populacional do bairro.²¹⁵ O tempo médio de visualização no Youtube foi de 2 minutos e 16 segundos sendo o tempo total do vídeo de 3 minutos e 1 segundo, o que dá uma porcentagem média alta de 75,1% de visualização do tempo total do vídeo.

Para a terceira oficina de propostas com o eixo “Equipamentos e Espaços Públicos” realizada no dia 16 de maio de 2015, também foram produzidos os materiais impressos e o terceiro vídeo com as propostas consolidadas. O roteiro novamente foi elaborado a partir dos textos e imagens do material gráfico impresso e a estrutura atendeu ao mesmo formato dos vídeos de sínteses de propostas das duas oficinas anteriores.²¹⁶ Este vídeo foi exibido na oficina que teve no total 28 moradores nos três lugares de realização,²¹⁷ e publicado na internet ²¹⁸ em 16 de maio de 2015 e atingiu também o número de 78 visualizações até novembro de 2015, o que resulta no IVHa de 1,00 para o universo populacional do bairro.²¹⁹ Para este vídeo até novembro de 2015 o tempo médio de visualização no Youtube foi de 2 minutos e 17 segundos sendo o tempo total do vídeo de

²¹² Ver a transcrição do vídeo e algumas imagens no Anexo 12 desta tese.

²¹³ Foram 18 moradores na Liga de Futebol, 10 na Escola Chico Mendes e 3 na Paróquia São Benedito.

²¹⁴ Disponível no Youtube em <https://youtu.be/yCZ33t3s9D0>. Acesso em 30/11/2015.

²¹⁵ Em relação ao número total de moradores da cidade, o IVHa seria de 0,004.

²¹⁶ Ver a transcrição do vídeo e algumas imagens no Anexo 13 desta tese.

²¹⁷ Foram 7 moradores na Liga de Futebol, 16 na Escola Chico Mendes e 5 na Paróquia São Benedito. Na Escola Chico Mendes houveram problemas técnicos e não foram exibidos vídeos.

²¹⁸ Disponível no Youtube em <https://youtu.be/w5yyf0YICpM>. Acesso em 30/11/2015.

²¹⁹ Em relação ao número total de moradores da cidade, o IVHa seria de 0,004.

3 minutos e 22 segundos, o que dá uma porcentagem média de 67,8% de visualização do tempo total do vídeo.

Para a quarta e última oficina de propostas com o eixo “Habitação” realizada no dia 30 de maio de 2015, mais uma vez foram produzidos os materiais impressos, porém por diversos fatores que atrasaram a produção do que viria a ser o vídeo com as propostas consolidadas de habitação,²²⁰ ele não ficou pronto a tempo de ser exibido na oficina de mesmo eixo temático que teve no total 24 moradores nos três lugares de realização,²²¹ e também não foi publicado na internet ²²² antes de novembro de 2015 o que também ocasionou que não houve dados quantitativos de análise de audiência. De todo modo, para a lançamento e distribuição do Plano de Bairro consolidado com as alterações sugeridas pelos moradores, a equipe definiu pela nova edição com as propostas dos 4 eixos temáticos em um único vídeo.

Em seguida ao acontecimento destas oficinas de propostas, o Ministério Público Estadual deu prosseguimento aos encaminhamentos das compensações aos impactos ambientais e de vizinhança provocados pelo empreendimento Horto Bela Vista. Os moradores de Saramandaia conseguiram a atenção dos promotores públicos (também devido as ações de articulação contrárias ao projeto Linha Viva) para a necessidade de construção de uma praça com quadra de esportes no bairro como uma das compensações a serem custeadas. Assim, com esse impulso institucional foi desenvolvido o projeto da praça na área da horta que havia sido detectado como demanda e desejo dos moradores do bairro.

Para esse desenvolvimento do projeto da praça, o vídeo que havia sido realizado para uma das oficinas da etapa II de leitura do bairro, no qual são expostas as respostas dos moradores a

^{220 220} Ver a transcrição do vídeo e algumas imagens no Anexo 14 desta tese.

²²¹ Foram 6 moradores na Liga de Futebol, 13 na Escola Chico Mendes e 5 na Paróquia São Benedito. Na Escola Chico Mendes houveram problemas técnicos e não foram exibidos vídeos.

²²² Disponível no Youtube em <https://youtu.be/w5yyf0YICpM>. Acesso em 30/11/2015.

pergunta “Qual o melhor local para a construção de uma praça no bairro?”, é um dos materiais gerados pela fase de leitura do bairro que embasaram o desenvolvimento do projeto executivo da praça. O processo participativo nesse caso do projeto da praça se aproxima de decisões referentes ao desenho urbanístico em si, diferente da participação do plano de bairro ocorrida até então que teria ocorrido através de formas e expressões talvez mais amplas e abstratas.

Como já dito anteriormente, a quinta e última etapa que seria de consolidação das propostas, lançamento e distribuição do plano de bairro, não se realizou até o fim da redação desta tese. Mesmo assim, desde já existe uma evolução dos processos que são reveladores em vários sentidos, e que valem a pena serem citadas no momento.

3. 3. Aspectos principais da experiência

O grupo de pesquisa iniciou as articulações e mobilizações para o plano de bairro através de encontros com os moradores que, de alguma forma, estavam envolvidos como lideranças de Saramandaia junto a outros bairros, no embate sobre o empreendimento Horto Bela Vista. E as consequentes articulações em parte derivam desse início; porém a partir daí também são experimentadas variadas formas de articulações e interações que aproximam outros grupos sociais, instituições e moradores em geral. Desde então, as redes sociais que vão sendo envolvidas no processo vão adquirindo variações e diferentes escalas de interação, o que encaminha um aspecto do processo do plano de bairro para novos entendimentos e possibilidades de produção e uso de imagens e narrativas visuais e audiovisuais. Se, no início do processo de planejamento, havia um núcleo dos moradores na formação da RAS junto a Universidade e o Ministério Público, no decorrer do processo novos agentes vão se agregando, tanto institucionalmente, quanto no âmbito dos moradores.

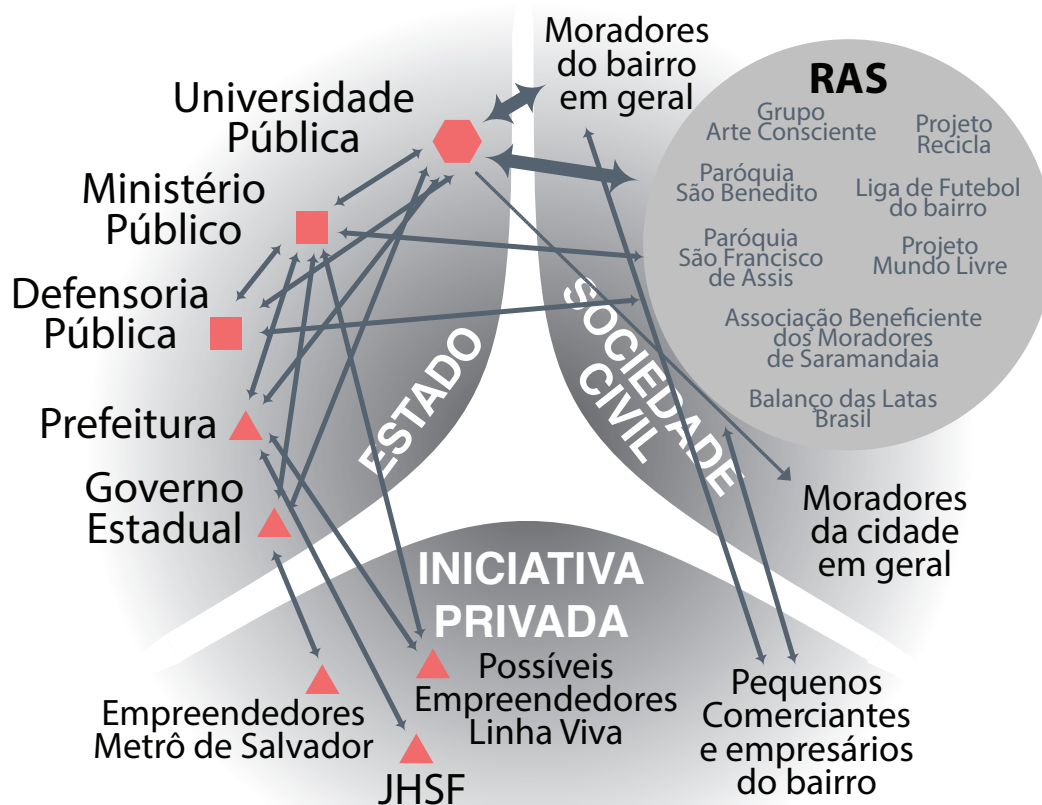


Figura 36 - Rede de agentes envolvidos ao final do plano de bairro em 2015. Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

Desta forma se, num determinado momento, a produção e o uso de imagens ganha significativo impulso no sentido de comunicar os desejos e temores do bairro frente ao processo político de constituição espacial da cidade, num momento posterior de apresentação e discussão para consolidação das hipóteses de intervenções propostas no plano de bairro, volta a necessidade por parte da equipe do plano de bairro de uma comunicação objetiva com os moradores sobre questões específicas do plano enquanto produto de aspecto técnico também, porém refletindo questões amplas de interação do bairro na cidade.

N°	Vídeos	Visualizações		IVHa Bairro	IVHa SSA	% tempo médio de visualização
		número	meses			
1	Futebol no Bole Bole	380	40	0,73	0,003	51,4
2	Guerreiro de Verdade	640	40	1,23	0,006	41,6
3	Memórias do Bairro Saramandaia	2540	37	5,28	0,024	36,6
4	Oficina “Memórias do Bairro”	45	22	0,16	0,001	46,3
5	Oficina “E como Fica o Bairro?”	1485	36	3,17	0,014	49,0
6	Uma praça onde?	14	2	0,54	0,002	33,9
7	Audiência 22 novembro 2012	402	36	0,86	0,004	33,8
8	Audiência 16 setembro 2013	73	21	0,27	0,001	24,7
9	Saramandaia Existe	7.599	29	20,16	0,090	59,7
10	Propostas Mobilidade	36	7	0,40	0,002	73,8
11	Propostas Saneamento	78	6	1,00	0,004	75,1
12	Propostas Equipamentos Públicos	78	6	1,00	0,004	67,8
13	Propostas Habitação	0	0	0,00	0,000	0,0

Tabela 6 - IVHa dos vídeos produzidos pelo Plano de Bairro Saramandaia, elaborada pelo autor. Fonte: internet.

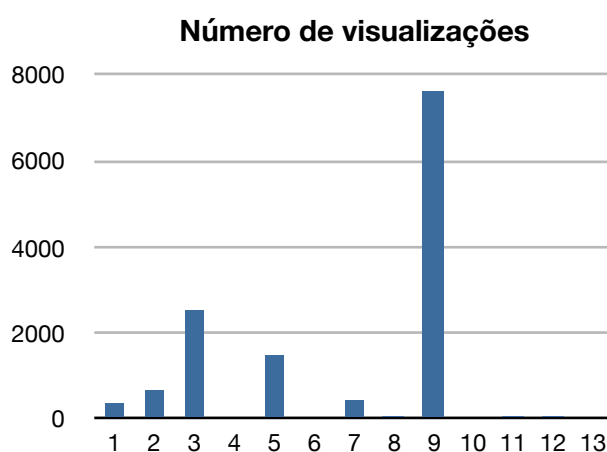


Gráfico 12 - Números de visualizações de todos os vídeos produzidos pelo plano, elaborado pelo autor. Fonte: internet.

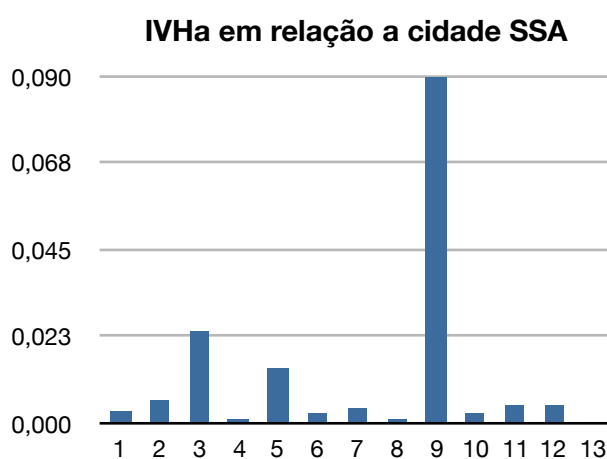


Gráfico 13 - IVHa em Salvador de todos os vídeos produzidos pelo plano, elaborado pelo autor. Fonte: internet.

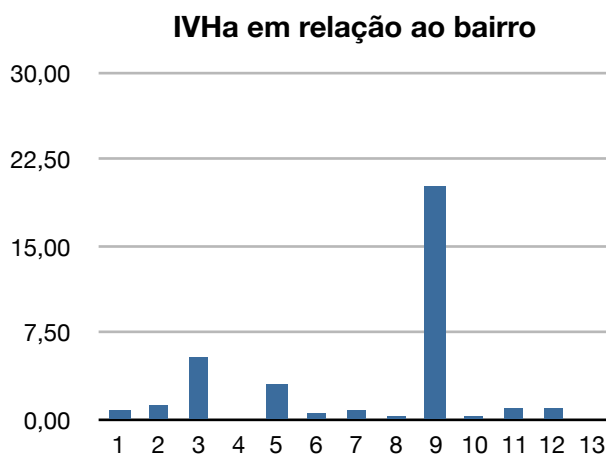


Gráfico 14 - IVHa no bairro de todos os vídeos produzidos pelo plano, elaborado pelo autor. Fonte: internet.

Em relação aos dados quantitativos coletados sobre os vídeos produzidos no plano de bairro, podemos observar que os vídeos “Memórias do bairro de Saramandaia”, “Oficina como fica o nosso bairro?” e “Saramandaia Existe” foram os que tiveram os melhores resultados em relação ao número de visualizações tanto absolutas quanto relativas ao universo comparado, seja ele o bairro de Saramandaia ou a cidade de Salvador. Essa observação analisada sob o aspecto da produção e narrativa audiovisual, pode sugerir que os vídeos com maior presença narrativa dos moradores em quadro e que também foram submetidos a um processo de montagem pouco mais complexo que a simples montagem linear de imagens (método aplicado a quase todos os outros vídeos produzidos pelo plano de bairro), também foram os vídeos com as maiores quantidades tanto de visualizações absolutas, quanto de visualizações relativas a um universo territorial comparado (IVHa).

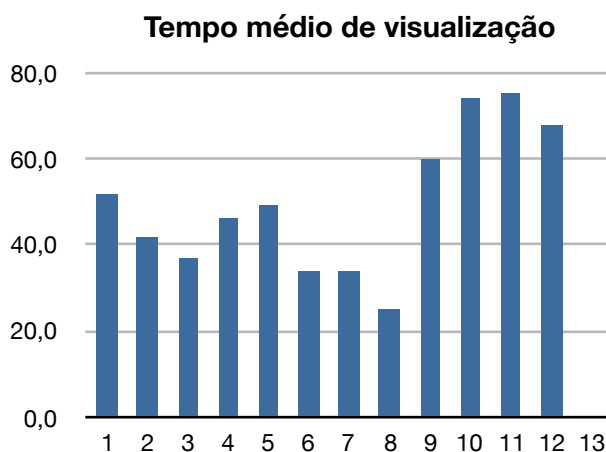


Gráfico 15 - Tempo médio de visualização de todos os vídeos produzidos pelo plano, elaborado pelo autor.

Fonte: internet.

Por outro lado, um dado quantitativo revela curiosamente que o vídeo “Saramandaia Existe” junto aos vídeos das propostas de intervenções da etapa IV do plano de bairro alcançam os maiores percentuais de tempo médio de visualização em relação ao tempo total de cada vídeo. Esse fato é curioso porque em poucos elementos audiovisuais esses vídeos se aproximam. Explico: um apresenta na quase totalidade de sua duração depoimentos de moradores e imagens do bairro, os outros das propostas não aparece qualquer depoimento (só se ouve a locução) e as imagens em grande parte são animações gráficas de aproximações aos conteúdos visuais técnicos gerados pelo plano.

Refletindo então sobre em que aspecto poderíamos agrupar esses vídeos, identificamos que exatamente estes vídeos foram os únicos de todo o processo do plano de bairro os quais tiveram em suas etapas de produção a elaboração prévia do roteiro, os quais sempre foram aperfeiçoados com algum tipo de compartilhamento em sua elaboração dentro do próprio grupo de pesquisa. Ou seja, o tempo médio de visualização dos vídeos do plano de bairro foi maior naqueles vídeos que tiveram sua narrativa roteirizada previamente à filmagem. Outras razões podem ser mais motivadoras no aumento do tempo médio de visualização que o fato do vídeo ter sido roteirizado previamente, porém essa questão se apresenta nesta pesquisa, e de alguma maneira instiga a um aprofundamento em outra oportunidade de planejamento.

Outra observação referente a esse dado é o de que nas experiências observadas no capítulo 2 desta tese, também no que se refere a produções audiovisuais de processos participativos relativos a universos populacionais maiores, como das grandes cidades, de maneira geral são vídeos com maiores números e tempos de visualizações aqueles que apresentam uma narrativa encadeada que aparentam pelo menos um mínimo desenvolvimento de roteiro e produção em sua realização.

De todo modo, estes dados quantitativos de exibições pela internet são vulneráveis e de certa forma ineficazes para associação com a participação social na elaboração do plano de bairro, provavelmente devido a um conjunto de fatores, dentre eles a dificuldade em identificar exatamente se são moradores ou não do bairro que compõem a audiência destes vídeos na rede mundial de computadores. Essa dificuldade de leitura dos dados coletados na internet também é enfraquecida pelos resultados dos questionários aplicados aos moradores na etapa II do plano de bairro, nos quais verificou-se que a utilização da internet pelos moradores não alcança a metade da população do bairro. Ou seja, o número de visualizações dos vídeos na internet provavelmente sinaliza muito pouco do alcance real destes vídeos no bairro, e menos ainda na direção de qualquer associação deles com a participação dos moradores na elaboração do plano de bairro. Porém são dados que também podem não ser insignificantes para estas reflexões porque sugerem algum tipo de eficiência comunicacional comparados entre eles, a priori num público generalizado que usa a internet, sem retratar objetivamente algum universo de moradores.

No aspecto das exibições dos vídeos nas atividades presenciais realizadas no bairro, o dado coletado se refere ao total de ao menos 690 de todos participantes que se registraram nas oficinas gerais onde foram exibidos os vídeos, somados aos 248 registros de presença no escritório de campo totalizam 938 possíveis visualizações dos vídeos nestas atividades. Número que representa 7,2% da população do bairro de 13 mil habitantes segundo os dados oficiais (IBGE, 2010).

Nº	Oficina	Audiência
1	Memórias: Resgatar a história para planejar o futuro	25
2	Experiências de Planos de Bairro	40
3	Apresentação de dados Levantamentos Resultados de pesquisas	83
4	E como fica nosso bairro?	57
5	Estratégias Diretrizes Propostas	80
6	A garantia do direito à moradia e a desapropriação gerada pela Linha Viva	68
7	Espaços Públicos: espaços de lazer, esporte, encontro, brincadeira	56
8	Próximos Passos: TAC Horto Bela Vista e construção de propostas	60
9	Propostas para a praça, a quadra, a rua, a ciclovia, o ônibus, a pista de caminhada	52
10	Mobilidade e nova praça	13
11	Venha debater: drenagem de água, esgoto, coleta de lixo, córregos e minadouros	33
12	Venha debater: morar bem, num bom lugar	16
13	Propostas de Mobilidade e Acessibilidade	24
14	Propostas de Saneamento Ambiental	31
15	Propostas de Equipamentos e Espaços Públicos	28
16	Propostas de Habitação	24
		690

Tabela 7 - Números de presença nas oficinas gerais do plano.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

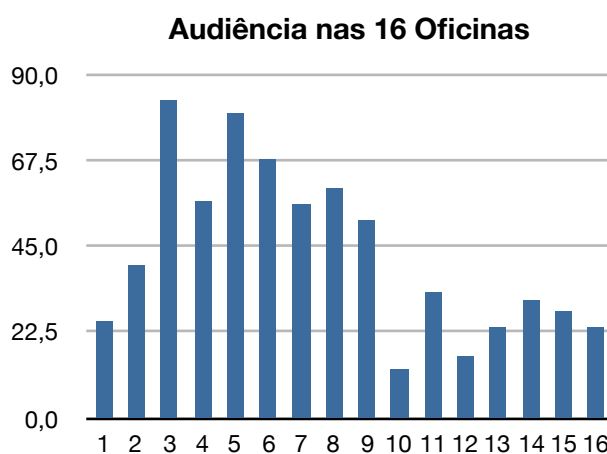


Gráfico 16 - Números de presença nas oficinas gerais do plano.
Fonte: Plano de Bairro Saramandaia.

Esta experiência sinaliza, a partir das observações realizadas, que há distintos lugares e papéis para a produção audiovisual em um processo de planejamento urbano participativo: valorizando para um grupo a sua memória, a sua identidade, e lhe dando mostras de reconhecimento; levando para além de uma comunidade específica a memória da experiência de um processo e, assim fazendo, torna socialmente útil e geral o que é singular e subjetivo; evidenciando gargalos de alcance entre o que almeja a equipe de planejadores e o que almejam os moradores; organizando informações de maneira mais facilmente absorvível pelos agentes do processo,

facultando melhor o diálogo e a tomada de decisões, e assim provavelmente uma participação de mais qualidade. Assim, o caminho a ser tomado nas conclusões deste trabalho serão as reflexões sobre tais aspectos da participação, da produção e uso de imagens no plano de bairro, em contraste ao fundo dos dados das comparações moderadas com outros processos coletivos participativos apresentados no segundo capítulo deste trabalho, e tudo isso à luz dos referenciais teóricos iniciais.

Conclusão - A participação e o audiovisual

Nesta última parte das reflexões, alguma retomada dos rumos teóricos do início do trabalho se fazem necessárias, para condução de tentativas de compreensão das perturbações da continuidade e as múltiplas rupturas na história do pensamento como sinaliza Foucault. Para ele, as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos não se identificam com a história propriamente dita que, parece apagar a irrupção dos acontecimentos em benefício das estruturas fixas. Sendo assim, no sentido de fortalecimento do conceito de múltiplas rupturas e perturbações da continuidade, tomaremos a idéia de Lefebvre da forma geral da simultaneidade enquanto lógica de todo dispositivo espacial que justapõe a inteligência com elementos materiais.

Em um processo coletivo urbano e os discursos de seus agentes, há possibilidade que sejam abertos diálogos que tragam novas consequências diante da simultaneidade urbana, suas relações de poder e seus discursos. Por outro lado, os meios hegemônicos de produção audiovisual no Brasil historicamente não pactuam com as tentativas de abertura destes diálogos baseados na alteridade das formações urbanas, ao contrário, suas narrativas comumente reforçam o caráter excludente da sociedade brasileira e suas narrativas re-apresentam tais discursos. Paradoxalmente, na primeira exibição da telenovela *Saramandaia* da Rede Globo em meados da década de 1970, mesmo sob condições políticas adversas, e entre uma forma clássica de produção e sua associação aos interesses comerciais por audiência, a narrativa ficcional fantástica de Dias Gomes forneceu imaginários subliminares sobre alguma democracia e alteridade urbana, simultaneamente ao cumprimento do papel comercial de produto audiovisual da hegemônica Rede Globo de Televisão.

Esse foi, talvez, um marco de subjetividade da produção audiovisual na formação do bairro Saramandaia, porém, na realidade contemporânea da segunda década do século XXI, de modo

diverso aos estratos históricos brasileiros da década de 1970, as novas tecnologias de produção audiovisual perpetuam idéias de Deleuze sobre as tentativas e possibilidades de visibilidade e enunciado das formações históricas, onde os fragmentos históricos que Benjamin cita (por nós aplicados aos conflitos urbanos) podem agenciar potencial transformador das realidades sociais invisíveis, possibilitando assim diálogos subjetivos sobre as relações de poder e seus discursos nas cidades.

O aparente esgotamento da democracia representativa e as legislações que passaram a tratar dos processos políticos no planejamento urbano (que no Brasil tem o Estatuto da Cidade como instrumento basilar) acompanham, por sua vez, o fortalecimento das idéias de democracia participativa aplicadas às cidades. De fato, porém, o aspecto pedagógico da participação nas decisões de gestão e planejamento urbano no Brasil foi substituído por aspectos inversos, onde as avançadas legislações sobre o tema não garantem a gestão democrática das cidades, evidenciando uma situação onde os discursos oficiais carregam os referenciais participativos, mas as práticas decisórias em realidade os desmentem. Essa distância entre os discursos e as práticas participativas se associa então a uma idéia de heterotopia da participação no Brasil, que aparenta uma abertura política, porém esconde as exclusões nas etapas decisórias; todo mundo pode participar, mas, na verdade, não é mais que uma ilusão.

Como tentativa de resistência a esse tipo de exclusão velada da participação, admite-se que a atual produção audiovisual digital generalizada possibilite fluxos de narrativas próprias para múltiplas vozes, mensagens e reivindicações, mas pode ser de maneira ambígua, expressão mesma dos arranjos sociais de manutenção de poderes na contemporaneidade. De todo modo, nossas reflexões seguiram em direção às possibilidades de criação de práticas audiovisuais que apoiem a participação social no planejamento urbano como as revoluções moleculares preconizadas por Guattari. A complexidade desta participação desde sempre tende a transversalizar qualquer reflexão sobre o tema, e como tudo o mais nas ciências sociais aplicadas, nunca será abarcada

satisfatoriamente por pontos de vistas desarticulados, por muitos que estes sejam. Esta ressalva nos abre caminho para observações construídas a partir de experiências, acontecimentos e fenômenos sociais urbanos que assumiram a produção audiovisual com mais um instrumento de ação no planejamento.

As reflexões sobre aspectos qualitativos da produção e o uso de imagens no plano de bairro de Saramandaia enriquecem os dados quantitativos desse processo, e também de outros processos participativos a que aludimos anteriormente. Um tal exercício de análise é parte importante das reflexões multidisciplinares que são necessárias para entendermos a participação em processos coletivos. Com efeito, as experiências relatadas no capítulo 3 trazem à luz universos de eventos observados de maneira participante em certa profundidade por nós. Ressaltar esse aspecto é um ponto de partida metodológico necessário para não perdermos de vista a gênese, mas também os limites, das reflexões aqui apresentadas, tanto quanto para ajuizarmos a possibilidade de tomá-las como contribuições ao entendimento de outras experiências..

Assim, a experiência de observação participante vivenciada em Saramandaia revela que os fragmentos históricos se articulam a processos históricos mais amplos e possuem potencial de apropriação das novas contingências. Por isso, talvez as articulações ativadas nos processos de planejamento espacial não sejam por si só garantidoras de resultados que satisfaçam aos seus promotores, mas podem traduzir novas percepções de realidades a serem vivenciadas e amadurecidas.

Uma primeira reflexão a partir das observações colocadas então é a de que a produção audiovisual em processos coletivos de transformação dos espaços construídos é um tipo de fragmento histórico que se relaciona com uma infinidade de situações, com alguma amplitude de utilização ferramental em processos observados, ainda que com pouca clareza de resultados objetivos. Por isso mesmo, a análise da produção de imagens audiovisuais em processos

participativos de planejamento urbano deve estar totalmente imbricada às maneiras pelas quais se sucedem os fatos. Talvez como decorrência desta complexidade, o conhecimento acumulado na área de planejamento ainda não tenha tido o seu potencial apropriado, de forma consistente, pelos agentes dos processos em que buscamos interferir; mesmo se vem sendo crescentemente incorporado nos discursos e nas disputas de poder em jogo.

A participação no plano de bairro Saramandaia

Para melhor compreendermos a potência participativa da produção audiovisual realizada no plano de bairro Saramandaia, vamos refletir antes (e independente dessa produção audiovisual) sobre a própria participação social obtida no processo de planejamento realizado a partir de duas fontes de inspiração. A primeira delas, de natureza teórica, já nos remeteu, no início dessas conclusões, a algumas considerações analíticas formuladas no primeiro capítulo. A segunda, de natureza prática, orientará a seguir as conclusões, retomando, para tal, os critérios estabelecidos no Guia Prático para Avaliação de Processos Participativos, do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP, 2006): os aspectos relacionados à coordenação do processo, quem participa, relevância do tema abordado no processo, as formas disponíveis de participação e as consequências do processo participativo abordado.

No que se refere aos critérios de coordenação do processo participativo, podemos afirmar que como a iniciativa, liderança e planejamento do processo foram realizados pelo grupo de pesquisa Lugar Comum (como projeto de extensão universitária diretamente articulado a algumas lideranças do bairro) e as lideranças que compõem a RAS, os espaços de transversalidade das atividades foram estruturados entre o trabalho dos pesquisadores (leitura técnica e comunitária do bairro, desenvolvimento e consolidação das propostas) e a disposição dos moradores (através das tais lideranças voluntárias) em refletir sobre suas realidades e desenvolver as propostas de desenvolvimento e melhorias para o bairro.

A aceitação social do processo parte desta disposição dos moradores como reconhecimento da oportunidade de desenvolver hipóteses de intervenção junto ao corpo universitário. Por certo, esta afirmação se aplica melhor às lideranças da RAS que apoiaram o plano por compreender melhor o objetivo final. E isso porque, a participação em reuniões de maneira avulsa provavelmente não garantia aos presentes esporádicos um entendimento claro de que o produto final seria um trabalho técnico e intelectual, diferente de no caso (por exemplo) se o plano tivesse sido realizado diretamente pelos poderes públicos municipais, em vista de um conjunto imediato de intervenções físicas no bairro.

Em relação a quem participou do processo do plano de bairro Saramandaia temos uma diversidade limitada ao perfil dos moradores do bairro, que no geral se caracteriza por ser de baixa renda.²²³ A minha observação participante do processo me permite afirmar que a presença de moradores nas atividades abertas do plano de bairro estava muito mais fortemente sustentada na participação das mulheres adultas, ainda que houvesse sempre homens adultos. Significativamente, no grupo de lideranças envolvidas diretamente no processo era maior a presença de homens adultos que das mulheres, como a sugerir a força das representações de liderança sobre o desigual lugar dos indivíduos a depender da sua condições de sexo. Os jovens e crianças eram minoria nos encontros abertos, porém nas oficinas específicas de produção de imagens eles foram a faixa etária intencionalmente selecionada para o desenvolvimento das atividades.

As organizações sociais que se engajaram no processo tinham em comum serem entidades relativamente novas e atuantes nos debates recentes em temas que envolviam os interesses dos moradores, e em sua maioria integrantes da recém formada RAS. No geral, as organizações mais antigas dos moradores (que fizeram parte de muitas outras conquistas na formação do bairro) não estiveram presentes em todo o processo do plano de bairro. Em que pese esta ausência institucional, adultos de idade mais avançada foram também muito partícipes do processo.

²²³ Como afirmado anteriormente, 72,8% da população do bairro tem um rendimento mensal de até 3 salários mínimos.

No conjunto das 16 oficinas realizadas no bairro, registramos 690 presenças, o que equivale a aproximadamente 5,3% dos moradores do bairro. Entretanto, como alguns participantes foram em várias dessas oficinas, o dado que talvez reflita melhor a quantidade da participação seria, a nosso ver, a presença média que foi de aproximadamente 43 participantes por oficina, o que significa 0,33% do número de habitantes do bairro. Convém ressaltar que sendo uma população pobre e trabalhadora, certos dias e horários aumentam (ou diminuem) as chances de participação, assim a equipe do plano atentou para que as oficinas fossem realizadas sempre aos sábados pela tarde, período em que os moradores em geral têm mais disponibilidade para comparecer, segundo as experiências das próprias lideranças. A observação participante proporcionou uma reflexão de que a participação recorrente durante praticamente todo o processo de um certo número de moradores, contribuiu no aprofundamento, qualificação do entendimento e apropriação decisória das questões abordadas por parte destes moradores interessados.

Em relação à relevância do tema e às consequências de todo o processo para a ação governamental, podemos afirmar que, apesar do engajamento de lideranças e alguns moradores, a relevância do tema para o poder público municipal parece ser nula. Não há realizações governamentais neste sentido, e principalmente registro sobre qualquer recurso orçamentário para eventuais intervenções. Como consequências temos o resultado objetivo do plano em si, que requer da sua adoção e gestão por parte dos próprios moradores como ferramenta de captação de recursos para as necessárias intervenções e melhorias no bairro. Isso significa que se o poder público não reconhece o plano de bairro como guia para políticas públicas locais, seu impacto concreto pode ser muito pequeno. Porém, felizmente esta previsão de certa forma já foi confrontada com a adoção pelo Ministério Público Estadual (com anuência da Prefeitura) da proposta desenvolvida pelo plano de implantação de uma praça na área da horta, o que tem um impacto muito significativo para os moradores e foi consequência direta das atividades de planejamento participativas, e principalmente da luta da RAS frente ao processo de implantação do empreendimento HBV. Essa experiência

demonstra que, desde que os moradores utilizem o plano de bairro em outras oportunidades, ele continuará tendo impacto positivo nas condições sociais daquela região.

Em relação ao critério das formas de participação disponíveis aos moradores pelo Plano de Bairro Saramandaia os aspectos em geral são muito positivos, visto que houve uma fase de diagnóstico participativo na etapa II, e a capacidade propositiva dos moradores na etapa IV foi marcante pela própria estrutura do processo planejada pelo grupo de pesquisa, que possibilitou a participação decisória dos moradores neste momento propositivo. Assim, através do método de elaboração das propostas pelos moradores, a mediação e a produção de suas sínteses pelos pesquisadores e técnicos envolvidos no plano de bairro, de certa forma, foram instrumentos que asseguraram valores subjetivos da ação dos moradores no processo propositivo, o que de acordo com a escala de participação desenvolvida por Souza (2002) apresentada ²²⁴ no primeiro capítulo desta tese (quadro 1) encontra-se acima da pseudoparticipação, apresentando-se então como uma participação autêntica. Uma ressalva importante é a de que originalmente nesta escala se considera tal participação como sendo aquela proporcionada num processo de intervenção pelo poder público local junto à sociedade civil; o que não é o caso do plano de bairro Saramandaia e a Universidade, pois esta última não tem poder de intervenção direta no espaço urbano.

Alternativamente, podemos considerar a experiência do plano de bairro Saramandaia como um ativismo urbano na abordagem mais ampla de PEÑA (2013), também apresentada no primeiro capítulo (figura 1). Neste caso, podemos localizar tal experiência entre uma ação de reivindicação do espaço pelos moradores e o poder consultivo dos técnicos envolvidos, caracterizando-a, segundo aquele autor, como um processo reformador enquanto processo político.²²⁵ Importante ressaltar novamente a peculiaridade do plano de bairro Saramandaia enquanto processo de planejamento

²²⁴ Adaptado por Fadul e Mac-Allister (2006).

²²⁵ Para Peña, processos participativos com caráter de maior ativismo urbano que o reformador, são a autogestão e acima desta, a revolução política local (ver Figura 1).

realizado por um grupo de pesquisa universitário, e não como uma ação diretamente conectada ao poder público local (mesmo que resultados do plano sejam utilizados por este).

Um último aspecto ainda relacionado ao critério das formas de participação disponíveis aos moradores é aquele ligado à qualidade da informação utilizada no processo, aspecto mais importante dentre todos os outros aqui citados para as reflexões colocadas nesta tese. Foram vários os canais de informação utilizados no plano de bairro, e cada um apresenta suas potências e debilidades em cada situação, com variados graus de clareza e utilidade, além de que o conjunto desses canais apresentam alguma pluralidade de informação com suas fontes quase sempre mediadas apenas pelo grupo de pesquisa.

De toda forma, uma observação atenta e ainda referente à participação social em geral obtida no processo do plano de bairro Saramandaia não pode deixar de concluir que, apesar de todos os esforços de mobilização originados das ações gestadas ou planejadas pela própria equipe do plano, não foram tão impulsionadoras do interesse dos moradores quanto o anúncio (e suas reverberações) pelo poder municipal local do projeto Linha Viva. Podemos afirmar que dessa informação decorreu o momento de maior interesse (expresso no maior número de presença) dos moradores pelas atividades desenvolvidas no plano de bairro. Ou seja, em todo o processo o que mais mobilizou os moradores foi a ameaça sofrida pelo conjunto do bairro e provocada pelos possíveis impactos gerados pelo projeto Linha Viva, e diante desta ameaça, os moradores reconheceram na equipe do plano de bairro interlocutores para lhes prover com mais informação sobre o que lhes poderia ocorrer e, sobretudo, para orientá-los sobre como agir. Ou seja, sem descartar que se trata de um fato externo ao andamento das atividades previsto pela equipe, este foi apropriado pelo grupo do plano e ajudou a consolidar os elos entre ele e os moradores. Isso é vital num processo participativo, quando, o que está em jogo é produzir capacidade de interlocução entre os moradores, face a uma conjuntura que, como tudo no campo das ciências sociais aplicadas, está sempre nos desafiando com fatos que fogem ao controle da equipe que planeja a indução da participação. Assim, longe de

ter sido uma situação de ameaça para a elaboração do plano, ela foi capitalizada pela equipe como uma oportunidade para o aumento do debate político entre os agentes envolvidos.

Podemos afirmar, por tudo o que foi salientado, que o resultado propositivo do processo de planejamento participativo se sustentou essencialmente na qualidade (e não na quantidade) do envolvimento de moradores e lideranças do bairro, proporcionados pela mobilização presencial e pela capacidade de diálogo também presencial (mais que qualquer outro meio de mobilização) de parte da equipe de pesquisadores e também de alguns moradores e lideranças do bairro em todo o processo; num esforço que transcendeu e soube capitalizar os momentos tensos vividos como quando do anúncio do projeto Linha Viva.

A produção audiovisual no plano de bairro Saramandaia

Sobre a relação da produção audiovisual com os diálogos narrativos em processos comunicacionais, os dispositivos de imagem, segundo Amount, envolvem a percepção visual do espectador em um contexto multiplamente determinado: social, institucional, cultural, técnico e ideológico. A partir desta constatação teórica durante a práxis da observação participante na experiência do plano de bairro Saramandaia, o entendimento da multiplicidade das formas de ver e interpretar uma mesma realidade apontou para o fato de que: o que faz o sentido da produção audiovisual, como representação dessas realidades simultâneas na participação social, são as subjetividades dos agentes do processo e dos receptores das informações geradas em cada situação.

Assim, os vídeos produzidos e utilizados durante o processo de elaboração do plano de bairro abarcam uma diversidade de narrativas audiovisuais que refletem tanto questões práticas das táticas de ação, como, e principalmente, as subjetividades envolvidas. Tanto subjetividades individuais e suas variações de engajamento dos indivíduos no processo, como subjetividades coletivas, que revelam representações partilhadas entre os sujeitos; no modo como os jovens

estabeleceram sua idéia de cidade na utilização do espaço público do bairro, por exemplo; ou no modo como alguns moradores reagem às possíveis ameaças de despejo, encarnando o reconhecimento do seu lugar e o valor das suas lutas tal como esse valor aparece aos olhos de um outro significativo: a Universidade.

Nesta amplitude múltipla de aspectos subjetivos, as narrativas audiovisuais produzidas se deslocam basicamente dentro do gênero documental,²²⁶ porém em cada etapa do processo se estabeleceram variações deste gênero de acordo com as demandas que eram apresentadas ao grupo e identificadas como aspectos práticos da elaboração do plano. Por outro lado, a trajetória das narrativas documentais apresenta um outro tipo de variação da participação social, aquela participação dos moradores na própria produção audiovisual. Neste aspecto, o momento participativo das oficinas de produção de imagens no início do processo contrasta fortemente com os momentos finais de apresentação das propostas. Enquanto nos primeiros vídeos crianças e jovens deliberaram sobre o quê seria e como seria abordado o bairro, nos últimos vídeos essa deliberação dos moradores foi indireta sobre o quê e como seriam produzidas e editadas as imagens, desde que o próprio conteúdo propositivo, ou seja, a essência destes vídeos tinha a “assinatura” dos moradores.

De fato, uma conclusão sobre a primeira hipótese inicial desta tese ²²⁷ e sua derivada ²²⁸ é a de que **há muitas gradações de relações entre a produção audiovisual e a participação social que estas hipóteses iniciais não contemplavam**. Sendo assim, um observador apressado dos dados apresentados, poderia arguir que a produção audiovisual pouco favoreceu a participação social no

²²⁶ Com as únicas exceções aos clipes musicais ficcionais “Guerreiro de Verdade” e “De Menor”, sendo que este último não foi filmado, apenas a estrutura do roteiro foi definida em oficina.

²²⁷ A produção e o uso da imagem audiovisuais como ações comunicativas planejadas favorecem a mobilização, o entendimento e o diálogo nas várias etapas e definições relativas ao processo de planejamento.

²²⁸ Se o processo de produção das imagens audiovisuais utilizadas nas ações comunicativas também for um processo de produção participativa (ou seja, constituído pelos próprios participantes) essa conjunção pode favorecer ainda mais a mobilização, o entendimento e o diálogo.

plano de bairro; seja porque não foram gerados outros grupos produtores de imagens; seja porque aqueles que se engajaram nesta produção de imagens não se tornaram ativos participantes do processo mesmo de planejamento urbano; seja porque não houve registro de aumento na quantidade de moradores presentes nas oficinas a partir de novas produções audiovisuais; assim como outros fatores observados.

Entretanto, refletindo de modo mais detido sobre o que se relatou no capítulo 3, é possível compreender outras vias pelas quais a produção audiovisual na participação, enquanto instrumento, se integrou de modo diferenciado às distintas etapas e desafios do processo de planejamento, apoiando o processo de definição coletiva de interesses e para a sua transformação em programas de ação. Assim, há que formular a hipótese que se tinha no ponto de partida do estudo, para agora compreender **o lugar da produção audiovisual longe de poder ser pensada como um instrumento direto e objetivo no favorecimento da participação social, seu papel mais importante se revela como um tipo de sinapse (zona ativa de contato) entre partes dos movimentos de aproximação (e afastamento) na construção dos modos pelos quais os moradores se representam e/ou se vêem representados.** Seja diretamente, nos vídeos produzidos participativamente nas oficinas de imagens, seja indiretamente, vendo-se representados nos materiais audiovisuais diversos produzidos pela equipe, onde a sua história, as suas vicissitudes, demandas e lutas foram representadas por imagens audiovisuais produzidas por outros (da Universidade), e que os reconheçam como agentes relevantes tanto das narrativas quanto do espaço construído.

O audiovisual num processo de planejamento urbano participativo é uma ferramenta que não pode, por si só produzir agentes políticos. A ação política é mais complexa, multideterminada, e sobretudo, assentada no que o grupo entende como o seu real interesse. Assim, na experiência do plano de bairro Saramandaia, o risco da perda da moradia (configurado no projeto Linha Viva) foi o momento por excelência da incitação à mobilização. E o grupo de pesquisa da Universidade, soube

dar guarida a essa vontade de ação política dos moradores, que identificaram um interesse em risco e se mobilizaram. A produção audiovisual realizada junto à observação participante, foi capaz de encontrar um lugar, em suas várias formas, ao longo desse movimento de formação de interesses. Desta forma, o desenrolar da tese provocou a reformulação do modo de colocar o problema e sua conclusão.

Nessa perspectiva, o processo de leitura comunitária do bairro foi beneficiado pelas narrativas dos vídeos realizados na etapa II. Os produtos das oficinas de produção de imagens contribuíram muito para a compreensão das percepções de crianças e jovens sobre o bairro. Por sua vez, os vídeos de memória do bairro e de registro das oficinas contribuíram também para leitura das carências e posições propositivas por parte dos moradores.

O aspecto de potencialização da visibilidade política dos desejos dos moradores foi muito positivo por parte da produção audiovisual realizada nos momentos de expor ameaças que o bairro sofre, alertando assim para o enfraquecimento do direito à cidade e de que “Saramandaia Existe”. A ferramenta audiovisual através da visibilidade que pode proporcionar, aparenta expor e questionar interesses contrários aos dos moradores (quando realizada com alguma competência narrativa, pois os vídeos de pobres narrativas lineares não tiveram tanta capilaridade). Como essa visibilidade é proporcionada a princípio sob ampla audiência da internet, é paradoxal o fato de que talvez nem mesmo grande parte dos moradores da cidade ou do bairro tenham conhecimento dos debates em torno dos conflitos de interesses envolvidos, pois os dados coletados sobre as visualizações invariavelmente não apresentam onde foram realizadas.

É notável também que, enquanto os vídeos de registro das audiências públicas foram publicados no mesmo momento da elaboração do plano, e tiveram os mesmos canais de exibição e compartilhamento que o vídeo “Saramandaia Existe”, os resultados quantitativos de visualizações e tempo médio de visualização diferem muito entre eles. Nesse ponto, devo salientar a importância do

indicador que foi criado nesta tese, e como o seu uso pode flagrar a variada repercussão dos vídeos em um processo de planejamento,²²⁹ mesmo considerando a imprecisão da contagem do número absoluto de visualizações apenas como registro da intenção, não garantida, de assistir aos vídeos.

Enquanto os vídeos de registro das audiências públicas apresentam números ínfimos (compatível com o IVHa dos vídeos da experiência Participa Salvador e da elaboração do recente PDDU de Salvador, ambos com 0,01), o “Saramandaia Existe” apresenta o maior índice do plano de bairro Saramandaia (IVHa 0,09 com universo de referência da cidade), comparáveis a outras experiências de visibilidade intermediária relatadas no segundo capítulo desta tese, como por exemplo: os planos de Guarulhos/Brasil (0,07), Havana/Cuba (0,08), Comunas de Santiago/Chile (0,08) e Austin/EUA (0,12); a ação comunitária de Lauro Vieira Chaves/Brasil (0,07); a política pública participativa de Medellin/Colômbia (0,09); e os orçamentos participativos de Guarulhos/Brasil (0,08) e Ponta Delgada/Portugal (0,10). Estes dados quantitativos foram úteis enquanto observação da visibilidade do processo de elaboração do plano de bairro Saramandaia em relação a outras experiências participativas, sendo enriquecidos com a própria observação participante, que permitiu avançar conclusões e interpretações que deram maior sentido e densidade aos achados quantitativos.

De todo modo, o vídeo “Saramandaia Existe” e seu relativamente alto número de visualizações pode ter sido um dos fatores que contribuíram para a mudança nas estratégias das ações da Prefeitura de Salvador para a implantação do projeto Linha Viva. Por outro lado, seu alto percentual de tempo médio de visualização, junto aos igualmente altos números do mesmo percentual nos vídeos relativos às propostas finais, sinalizam a importância da pré-elaboração dos conteúdos audiovisuais integrada aos processos de planejamento, para o maior interesse por parte dos cidadãos na visualização e compreensão de tais conteúdos.

²²⁹ Entre processos participativos diferentes, a análise qualitativa de cada experiência é fundamental na leitura deste índice.

Essa percepção ocorre também nas experiências mais notáveis de produção audiovisual em processos participativos contemporâneos descritas no Capítulo 2. A experiência de orçamento participativo da prefeitura de Paris evidencia uma profunda interação de planejamento entre as diferentes demandas comunicacionais e as etapas do processo participativo, o que também se reflete numa produção audiovisual intensiva com altos índices de visualização e grande variedade de narrativas bem produzidas. As experiências coletivas sobre intervenções urbanas do Plano Diretor em São Paulo (SP), do processo de transformação da praça Les Glòries em Barcelona, e Ocupe Estelita em Recife (PE) também revelam altos índices de visualizações que podem estar associadas ao planejamento das produções audiovisuais enquanto ferramenta eficiente e integrada tanto ao próprio processo comunicativo, como também de representação do espaço urbano envolvidos nas ações coletivas da cidade contemporânea.

Um último aspecto positivo da produção audiovisual no plano de bairro Saramandaia que pode e deve ser aprofundado em outros estudos, foi a contribuição pedagógica, tanto relacionada ao apoio no debate político das demandas do bairro entre os próprios moradores e também com o conjunto da cidade, quanto à difusão e compreensão das informações técnicas abordadas no momento propositivo do plano. No decorrer das oficinas, os vídeos foram uma das ferramentas de abordagem e compreensão dos temas tratados e exposição das diversas opiniões dos moradores, ao ponto de que, nas últimas quatro oficinas no bairro para difusão das propostas e suas consolidações, os vídeos foram produzidos e utilizados nas atividades como verdadeiros guias para as apresentações e discussões realizadas naquele momento. Assim, este processo de criar conhecimento através da escrita da tese, evidenciou que, como na simultaneidade de aspectos que formam o urbano, entre participação (que se trata de política) e audiovisual (que se trata de imagem), não há um modo de relação, mas múltiplos modos que variam em função da forma e da densidade de um e do outro.

Como já exposto nos dois primeiros capítulos desta tese, muitos são os fatores que podem fazer o fluxo de informação ser um empecilho à participação em processos coletivos, e esses fatores não se restringem apenas a questões ideológicas ou mesmo comerciais, mas também a competências ou ausência delas na criação e produção dessa informação. Por isso mesmo, há que finalizar reafirmando a idéia de que para os agentes técnicos envolvidos em planos de intervenção no espaço construído, a produção audiovisual seja uma ferramenta se não fundamental, de inegável utilidade na superação ou não dos obstáculos encontrados para as exposições de conceitos, conflitos, diálogos e entendimentos entre os agentes do processo.

Desta forma, esperamos que a experiência do Plano de Bairro Saramandaia possa ser uma ferramenta de análise, na formação dos alunos e professores da FAUFBA, quanto a futuras experiências de planejamento participativo abordadas, ou mesmo realizadas nesta escola. Nesta perspectiva, as capacidades (mesmo que com seus limites ocasionais ou estruturais evidenciados nesta pesquisa) que a produção audiovisual potencializa de leitura social, visibilidade e pedagogia para os agentes envolvidos em processos de natureza coletiva, devem ser sempre avaliadas sem prejuízo da percepção política de ação da Universidade.

Se esse fator político da ação institucional precisa ser observado enquanto detentor da técnica produtiva nos processos (o que não deixa de ser um fecho de poder que ilumina sujeitos sociais muitas vezes invisíveis), a característica heterotópica da participação social pode ser compreendida em suas nuances, e talvez até potencializada ou revertida em novos processos coletivos que desenvolvam o espaço urbano de forma criticamente positiva ao conjunto dos cidadãos.

Referências

- ADORNO, Theodor W. **Teoria Estética**. Lisboa: Edições 70, 1970.
- AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2010.
- ALEXANDER, Christopher. **Urbanismo y Participación: el caso de la Universidad de Oregon**. Barcelona: Editora Gilli, 1978.
- AMOUNT, Jacques. **A imagem**. 15ª edição. São Paulo: Papyrus, 1993.
- ARAÚJO, Viviane. **O papel da fotografia na construção simbólica das reformas urbanas. Rio de Janeiro, 1904-1906**. In: URBANA - Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 6, n. 2 [9]. Universidade Estadual de Campinas, 2014. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana_old/article/view/1732. Acesso em 15/10/2015.
- BASSUL, José Roberto. **Reforma Urbana e o Direito à Cidade**. In: Estatuto da Cidade, Quem Ganhou ? Quem Perdeu ? Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.
- BEDUSCHI, Luiz Carlos. **Rompendo a monotonia da participação social: interação e aprendizagem social para a gestão territorial do desenvolvimento (PROCAM/USP e FAO/ ONU)**. In: Anais do XII Encontro da ANPUR 2007. Disponível em <www.ufpa.br/xiienanpur>. Acesso em 11/10/2013.
- BELIL, Mireia. **La ciudad, clave del siglo XXI**. In: Ciudades, una ecuación imposible. Barcelona: Fundación Forum Universal de les Cultures / Icaria Editorial, 2012.
- BELIL, Mireia, BORJA, Jordi e CORTI, Marcelo. **Sobre el título**. In: Ciudades, una ecuación imposible. Barcelona: Fundación Forum Universal de les Cultures / Icaria Editorial, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, vol.1, 3ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In: **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol 1. Rio: ed. UERJ/Contraponto, 2005.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- BONDUKI, Nabil. **A reforma urbana no processo de participação popular na Constituinte**. 2008. Disponível em: <http://www.nabil.org.br/publicacoes_ver.php?idConteudo=454>. Acesso em 18/08/2013.
- BORGES, Jussara. **A participação política na democracia**. Trabalho apresentado no Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Cultura e Comunicações (Gepicc) como desenvolvimento da tese da autora, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- BRASIL. **Estatuto da cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em 15/10/2013.

BRASIL. **Resolução no 25**, de 18 de março de 2005. Brasília, Conselho das Cidades, Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/resolucoes-concidades/resolucoes-no-01-a-34/ResolucaoN25De18DeMarcoDe2005.pdf>>. Acesso em 15/10/2013.

Brasil. **Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Brasília : Secom, 2014. Disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf/view>. Acesso em 15/10/2015.

BRASIL. **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. 2a edição / Coordenação Geral de Raquel Rolnik e Otilie Macedo Pinheiro - Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005.

BURNIER/CORBEL, Michel-Antoine/Danielle. **Mutinerie à l'O. R. T. F.** In: Magazine L'événement no. 29 jun 1968, p. 88-89. Disponível em: <http://edocs.lib.sfu.ca/cgi-bin/Mai68?Display=468>. Acesso em 27/07/2014

CABALLERO, Francisco Sierra. **Cambio urbano y desarrollo. Una perspectiva crítica de la comunicación**. In: Ciudad y Comunicación. Madrid: Ed. Fragua, 2010.

CHAUI, Marilena. **Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização**. In: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (Org.). Os sentidos da democracia e da participação. p. 23 a 30. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

CID, Salvador Tarragó. **Notas críticas a una bibliografía sumaria del G.A.T.C.P.A.C. y de su época**. In: Cuadernos de arquitectura y urbanismo, número 90 (p. 51-55). Barcelona: Ed. Col·legi D'Arquitectes De Catalunya, 1972. Disponível Em: <http://www.raco.cat/index.php/CuadernosArquitecturaUrbanismo/issue/view/9013/showToc> . Acesso em 18/10/2015.

CIMINO, Laura Fernanda. **Da visualidade à visibilidade: ou do espetáculo à imagem-devir?** III Simpósio Nacional da ABCiber, ESPM/SP 2009. Disponível em: <http://www.abciber.com.br/simposio2009/trabalhos/anais/pdf/artigos/1_redes/eixo1_art31.pdf>. Acesso em 21/10/2013.

COSTA, Francisco de Assis. **Atlas Histórico de Ciudades: la ciudades como objeto de investigación**. In: Perspectivas Urbanas / Urban Perspectives, nº 10. Barcelona: ETSAV-UPC, 2009. Disponível em: <http://www.etsav.upc.es/urbpersp/num10/index.htm>. Acesso em 20/05/2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Historia urbana de la mierda la compulsión por lo limpio en la idealización de la Barcelona contemporánea (1849-1936)**. Barcelona, 2011. Disponível em: http://xcosta.arq.br/HUM_bcn1999/TEXTO.htm . Acesso em 24/07/2015.

COSTA, Francisco Xico. **Cidade e imagem. Aproximações que distanciam e distanciamentos que aproximam**. In: Anais do XVI ENANPUR, Espaço, Planejamento e Insurgências, Sessões Livres. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=133. Acesso em 10/07/2015.

COSTA, Xico. **Com viuen les besties a Londres. Como viven los animales en Londres. Comment vivent les animaux à Londres**. In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA / Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Ano 7, nº 1 (p. 29 a 33). Salvador: UFBA, 2008. Disponível em http://www.atlas.ufba.br/visoes_urbanas_2008/Cadernos_atlas_xicocosta.pdf. Acesso em 10/07/2015.

COSTA, Xico. **Imagem e experiência de apreensão da cidade**. In: JACQUES, Paola Berenstein e Fabiana Dultra Britto. Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea, (pg 52-83.). Salvador: Edufba, 2015.

DAVIDOFF, Paul. **Advocay and pluralism in planning**. In: STEIN, Jay. Classic readings in urban planning. Chicago: Planners Press, 2004. p. 41 – 52. (Artigo publicado originalmente em 1965). Disponível em: <<http://www.polsci.chula.ac.th/pitch/urbanpolitics2007/davidoff.pdf>>. Acesso em 05/07/2014.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Cascais: Edições Antipáticas, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972 – 1990**; tradução de Peter Pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 3**. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1996.

DELGADO, Manuel. **Una breve consideración sobre las smart cities**. Barcelona, 2015. Disponível em: <http://manueldelgadoruiz.blogspot.com.br/2015/03/una-breve-consideracion-sobre-las-smart.html> . Acesso em 12/11/2015.

ESCOREL, Eduardo. **De dentro, de fora**. In: Montagem Edição e Montagem Cinematográfica. Disponível em: <http://montagemcinema.blogspot.com.br/2013/06/de-dentro-de-fora.html>. Acesso em 27/03/2015.

FADUL, Elvia; MAC-ALLISTER, Mônica. **Governança Urbana, Governabilidade e Participação: uma análise da experiência de revisão do PDDU no município de Salvador**. X Colóquio Internacional Sobre Poder Local, 2006, Salvador. Anais. Salvador: Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão, CIAGS, 2006. 1 CD-ROM.

FERNANDES, Beth. **A importância da comunicação e das TICs na promoção da participação social na gestão do uso do solo urbano**. In: Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria e prática, p. 307 a 317. São Paulo: ed. Livre Expressão. 2013.

FERNANDES, Carla Montuori. **Entre realidade e ficção: a telenovela Saramandaia e a representação da política nacional**. In: ALCEU, revista de comunicação, cultura e política, v.14 n.28, Jan/Jun.2014. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%2089-101.pdf>. Acesso em 20/10/2015

FERRARI, Celso. **Direito e Legislação Urbanística no Brasil**. Saraiva, 1988.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **O cinema como prática educativa anarquista no período de 1900 - 1921**. In: Anais do XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0250.pdf> . Acesso em 27/07/2015.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas. **A cidade distópica como construção utópica**. In: Eco-Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ. Dossiê: Cidades Midiáticas, volume 14, número 01. 2011. Disponível em: http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/914 . Acesso em 21/10/2015.

FLANDERS, Judith. **Slums**. In: Discovering Literature: Romantics and Victorians. London: British Library, 2014. Disponível em <https://www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles/slums>. Acesso em 17/10/2015.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Ed: Hucitec. São Paulo, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª edição - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **De outros espaços**. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967. Tradução a partir do inglês (com base no texto publicado em *Diacritics*; 16-1, Primavera de 1986) de Pedro Moura. Disponível em: http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html . Acesso em 12/11/2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III. Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª edição, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV. Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GIBBONS, Joan. **Art and Advertising**. Nova Iorque: I. B. Tauris, 2005.

GOMES, Wilson e MAIA, R. C. M. **Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Paulos, 2008.

GOULART, Jefferson Oliveira, TERCI, Eliana Tadeu, e OTERO, Estevam Vanale. **Participação política e gestão urbana sob o Estatuto da Cidade**. In: *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, jan./abr., 7(1), p. 122-135. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n1/2175-3369-urbe-7-1-0122.pdf> . Acesso em 12/01/2016.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 229 p. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

HERZOG, Geraldo Afonso, JACINTO, Claudinéia Ferreira, OLIVEIRA, Maria Diana de, e CAMPO, Verônica Sales. **Democracia participativa e transformações urbanas: contribuições e desafios do Orçamento Participativo de Belo Horizonte**. Relatório OIDP. Prefeitura de Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://oidp.net/?id=189&L=4&action=detall&OIDP_content_ID=152&language=PT . Acesso em 12/11/2015.

HUERTAS, Tania Magro. **La espuma que golpea las puertas de la ciudad. Movimientos sociales urbanos en Barcelona**. In: *Archivo Critico Modelo Barcelona 1973-2004*. Barcelona: Adjuntament de Barcelona e ETSAB-UPC, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: Aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2014**. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf . Acesso em 23/09/2015.

JAMBEIRO, Othon ; BORGES, Jussara. **Internet, Participação Política e Organizações da Sociedade Civil**. *Eco-Pós*, v. 13, p. 124-145, 2010

KAHALE, José Eduardo e VIEIRA, João Luiz. **O cinema arma: o filme-ensaio Elegia a Alexandre de Chris Marker**. In: *Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/255/174> . Acesso em 23/07/2015.

- LACOL. **Inventari de Can Batlló. Teixint una història col·lectiva** (org). Barcelona: Secretariat d'Entitats de Sants, Hostfrancs i la Bordeta, 2013.
- LAISNER, Regina. **A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática.** Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 14, n. 26, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006
- LEONEL, Nicolau Bruno de Almeida. **Chris Marker e as Barricadas da Memória: comentários em torno de Le fond de l'air est rouge.** In: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-19112010-111624/pt-br.php> . Acesso em 22/07/2015.
- LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **Do Direito Autoconstruído ao Direito À Cidade: Porosidades, Conflitos e Insurgências em Saramandaia.** Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2016.
- LLONCH, Roger Joan Sauquet. **Existe un urbanismo del Gategpac sin Le Corbusier?** In: revista Proyecto, Progreso, Arquitectura, nº 11 (p. 16 a 25). Universidad de Sevilla, 2014. Disponível em: <https://ojs.publius.us.es/ojs/index.php/ppa/article/viewFile/35/216>. Acesso em 18/10/2015.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MAJÓ, Carme Mayugo i. **Territorios y televisión en la ciudad de Barcelona.** In: Ciudad y Comunicación. Madrid: Ed. Fragua, 2010.
- MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo. Perspectiva, vol.14, no.4, p.21-33, Out 2000.
- MARQUES, Francisco P. J. A. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro.** 2008. 498f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2008.
- MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica.** Lisboa: Dinalivro, 2005.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. **O Princípio Ético Do Bem Comum e a Concepção Jurídica do Interesse Público.** In: Revista Jurídica Virtual. Presidência da República, Brasília, vol. 2, n. 13, junho/2000.
- MATTELART, Armand. **Sociedade do Conhecimento e Controle da Informação e da Comunicação.** In: Conferência proferida na sessão de aberta do V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, realizado em Salvador, Brasil, 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepcc/ArmandMattelartPortugues.pdf>>. Acesso em 10/03/2013.
- MERTEN, Luiz Carlos. **Elegia o Gênio.** In: O Estado de São Paulo, 25 de setembro de 2011. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,elegia-o-genio-imp-,777280> . Acesso em 23/07/2015.
- MORUS, Thomas. **Utopia I Thomas More.** Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.
- MUXI, Zaída. **Modelo de ciudad y movimientos sociales urbanos: baile en tries tiempos.** In: Archivo Critico Modelo Barcelona 1973-2004. Barcelona: Adjuntament de Barcelona e ETSAB-UPC, 2011.

NOGUTI, Isis. **O Plano de Comunicação de Marketing Social.** Metodologia para a Mudança do Comportamento Público. 2005. 159f. Dissertação de Mestrado em Marketing - Universidade Portucalense. Porto, Portugal, 2005.

NUNES, Débora de Lima. **Planejamento Urbano nas Pequenas Cidades.** Introdução ao Planejamento como Processo Pedagógico em Busca da Cidadania. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

NUNES, Débora de Lima. **Pedagogia da Participação: trabalhando com comunidades.** Salvador: UNESCO / Quarteto, 2002.

OIDP. **Guia Prático para Avaliação de Processos Participativos.** Observatório Internacional da Democracia Participativa, 2006. Disponível em: http://oidp.net/?id=43&L=4&action=detall&OIDP_content_ID=46&language=CA. Acesso em 23/01/2015.

OLIVIERI, Silvana. **Quando o cinema vira Urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade.** 252 p. Salvador: EDUFBA, PPGAU; Florianópolis: ANPUR, 2011.

OUALALOU, Lamia. **A fábrica de sonhos da Globo. Novelas, a construção de uma nação de telespectadores.** In: Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 6, Nº 72, julho 2013.

PALMA, Daniela. **Um olhar de classe: a experiência da fotografia operária na Alemanha de Weimar.** In: Revista Lutas Sociais, volume 15/16, p. 114, 2006. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_daniela.pdf. Acesso em 14/07/2015

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEDRÃO, Fernando. **A sustentabilidade social e ambiental.** Revista de Desenvolvimento Econômico. ano IV n.6 julho, Salvador, p. 92 a 114, 2002.

PEÑA, David Scott de la. **EXPERIMENTS IN PARTICIPATORY URBANISM: Reform and Autogestión as Emerging Forms of Urban Activism in Barcelona.** In: UC Berkeley Electronic Theses and Dissertations. Berkeley, 2013. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/1x0646mf>. Acesso em 12/01/2015.

PEREIRA, Gilberto Corso e ROCHA, Maria Célia Furtado. **A cidade vista por todos: questões sobre participação, planejamento e tecnologias de informação.** In: Anais do XI ENCONTRO DA ANPUR 2005. Disponível em <[www.anpur.org.br/XIENANPUR/ XI_ENA.swf](http://www.anpur.org.br/XIENANPUR/XI_ENA.swf)>. Acesso em 11/10/2013.

PEREIRA, M. A. Gomes. **Modelos Democráticos deliberativos e participativos: similitudes, diferenças e desafios.** In Democracia, Sociedade Civil e Participação, p. 421 a 452. Evelina Dagnino e Luciana Tatagiba (Org). Chapecó: Argos, 2007.

PESSINA, Leonardo. **Una legislación urbana ejemplar, que no se aplica.** In: Derecho al suelo y la ciudad en américa latina. La realidad y los caminos posibles, p. 81 a 92. Montevideo: Ediciones Trilce, 2012.

PINTO, Júlio Pimentel. **Luzes vindas da ficção.** In: Cadernos Globo, número 3: Realismo Mágico no Século XXI. São Paulo: Globo Comunicação e Participações. , 2014. Disponível em: <http://app.cadernosglobo.com.br/volume-03/realismo-magico.html#artigo-04> . Acesso em 21/10/2015.

PRIBERAM, Dicionário. 2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/>. Acesso em 13/10/2015

REBOLLO, Jorge Grau. **Antropología Audiovisual. Fundamentos teóricos y metodológicos en la inserción del audiovisual en diseños de investigación social.** Barcelona: Ed. Bellaterra, 2002.

- RIBEIRO, Luiz César Queiroz. **O Estatuto da Cidade e a Questão Urbana Brasileira**. In: Ribeiro, L. Cardoso, A. Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Revan: FASE, Rio de Janeiro, 2003.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. **Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira**. In: Revista eure (Vol. XXIX, No 88), pp. 79-95, Santiago de Chile, 2003.
- SABOYA, Renato. **Advocacy Planingng**. 2008. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/03/advocacy-planning/>>. Acesso em 05/07/2014.
- SABOYA, Renato e KARNAUKHOVA, Eugenia. **Uma Metodologia para a Obtenção de Possíveis Objetivos e Eixos Estratégicos para Planos Diretores a partir dos Dados da Leitura Comunitária**. In: Anais do XII Encontro da ANPUR 2007. Disponível em www.ufpa.br/xiianpur. Acesso em 11/10/2013.
- SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas urbanas: cidade-real & cidade-ideal, contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura: Quarteto, 1999.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Rio: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SERPA, Angelo. **Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais** (org). Salvador: EDUFBA, 2007.
- SERUTE, Marcelo. **Estratégias e Táticas do Poder com a Infância**. Universidade Federal do Espírito Santos, 2010. Disponível em: <http://www.michelfoucault.com.br/files/Estrat%20e%20Taticas%20do%20Poder%20com%20a%20Infancia%20-%20Marcelo%20Serute%20-%202011jul13.pdf>. Acesso em 13/10/2015.
- SILVA, Adalgisa. **Saramandaia. Histórias de Areia e Lama**. São Paulo: Editora O Recado, 1980.
- SOTOMAIOR, Gabriel de Barcelos. **CINEMA MILITANTE, VIDEOATIVISMO E VÍDEO POPULAR: A luta no campo do visível e as imagens dialéticas da história**. In: Tese de Doutorado no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000936322> . Acesso em 27/07/2015.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- SOUZA, M. & TEIXEIRA, E. **Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e 'lugares' do movimento dos sem-teto**. In: Revista Cidades, vol. 6, n.º 9, p. 29 à 65. Ativismos sociais e espaço urbano. Grupo de Estudos Urbanos. Editora Expressão Popular, São Paulo, SP, 2009.
- SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- TREVISAN, Ana Lúcia. **Narrativas do Real**. In: Cadernos Globo, número 3: Realismo Mágico no Século XXI. São Paulo: Globo Comunicação e Participações, 2014. Disponível em: <http://app.cadernosglobo.com.br/volume-03/realismo-magico.html#artigo-03> . Acesso em 21/10/2015.
- TORRES, Nilton Ricoy. **Racionalidade Comunicativa X Racionalidade Instrumental**. In: Anais do XII Encontro da ANPUR 2007. Disponível em: <www.ufpa.br/xiianpur>. Acesso em 11 de outubro de 2014.

VALERA, Sergi. **La pérdida del espacio público: antídotos.** In: BRANDÃO, Pedro. La imagen de la ciudad: estrategias de identidad y comunicación. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 11-13, 2011.

ZIMERMANN, Giovana. **Rio de Janeiro e Paris: a juventude apache do cinema na periferia.** Rio de Janeiro: ed. Autografia, 2016.

Anexos

1 - Videoclipe “Futebol no Bole Bole”²³⁰

Futebol no Bole Bole é muito bom, porque depois que a gente joga a gente vai pro banho. Depois do banho vai para o almoço. Depois do almoço volta a jogar.



Olha a turma do Bole Bole. Todo mundo vai querer.
Não “bula” com ninguém. Que ninguém bole com você.



Aqui a gente joga, trabalha. Faz o que acontecer
Não bula com ninguém. Que ninguém bole com você



Aqui a gente joga, trabalha. Faz o que acontecer
Futebol no Bole bole é muito bom



²³⁰ Disponível em <https://youtu.be/e0biOeJG-Io>. Acesso em 30/11/2015.

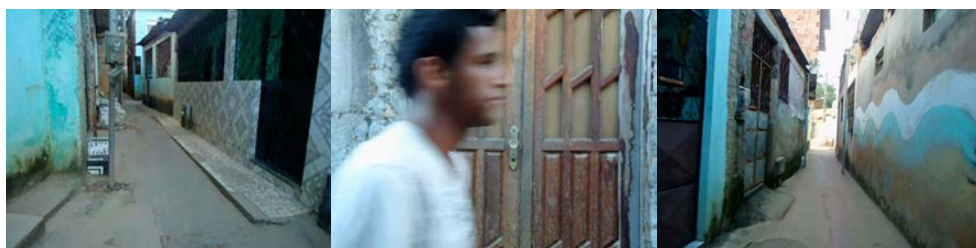
2 - Série fotográfica “Trabalhadores em Saramandaia”



3 - Videoclipe “Guerreiro de Verdade”²³¹



Tava na quebrada sentado e observando
 Com os parceiros boladão sempre comentando
 Eu olhava pros guerreiros senti foi a vontade
 Comentar com os parceiros curtia só o álbum
 E quando agente via as fotos desse salve



O bonde ta formado guerreiro de verdade
 As quebrada ja senti becos e vielas
 Jogamos umas pedras naquela firme tela



Oh, bonde falou dos guerreiros meu irmão
 Que saudade que dor só deixou no coração
 Só lembrei uma foto deixei foi cair
 Quando relembrei não tinha você aqui
 Os guerreiros resenhava bebia tudo junto
 Os guerreiros de verdade colava vamos juntos



A quebrada sente e um parceiro me parou
 Um guerreiro de verdade nos deixou
 Nessa vida triste vida mano eu vou te falar
 Os guerreiros de verdade nunca mas vai voltar

²³¹ Disponíveis em: <https://youtu.be/wmxA73KkrB8> e <https://youtu.be/dB3CNa8xd5g>. Acesso em 30/11/2015.

Agradeço a Deus pelo todos os dias
Que abençoe nossa família e também a nossa firma



E assim que se faz b.f.n tamo junto
Guerreiro de verdade ninguém é vagabundo
Só queremos o certo e assim que tem que ser
O governo não ajuda, querendo vai ae
É pra se fuder nessa vida triste irmão
Guerreiro de verdade só deixou na ilusão



Agora eu te falo uma coisa que eu sei
Os guerreiros de verdade um dia vamos juntos
Sinto falta guerreiro na moral
Vamos lá junto ir no hospital
Meu parceiro tava sentado na quebrada
Levou foi uma bala, não viu foi quase nada, desmaiou



Eu pensei vamos perder outro mano
Mas graças a Deus hoje estamos aqui
Curtindo cantando sempre na dispo
Agradeço a Deus com muito amor...



4 - Estrutura de roteiro do videoclipe “De menor”

LETRA DA MÚSICA

*Sou trabalhador, sou de menor
 Não tenho tempo para ir a escola
 e nem jogar futebol
 Todo dia eu saio na correria
 Em busca de ganhar o pão de cada dia
 Rapaziada lá em casa não tá nem aí
 Vou para a batalha com um saco de amendoim
 Rapaziada lá em casa não tá nem aí
 Eles só pensam em se divertir
 Todo dia é assim...*

*É pouca, a idade ainda é pouca
 A idade ainda é pouca
 Tenho esperança que um dia tudo vai mudar
 O Senhor é meu pastor e nada me faltará
 Tenho esperança que tudo vai mudar
 Tenho a fé em Jah*

*Um é trinta, dois é cinquenta
 Vem com o puro recheio de menta
 Podia ser um marginal
 Só aqui quatro é um real
 Senhores passageiros
 Desculpem incomodá-los
 Eu estou aqui e vim para trabalhar
 Eu tenho um produto aqui na minha mão
 É delicioso e caro não custa não*

*A idade ainda é pouca
 A idade ainda é pouca*

IMAGENS DO VIDEOCLIFE

Um garoto dormindo na cama
 se levanta troca de roupa e lava o rosto.
 Toma um café e se prepara para sair.

Sai de casa e cruza com alguns
 de seus irmãos e amigos, brinca
 com alguns e outros o olham
 com desprezo.

Garoto anda na rua observando tudo,
 sorri com brincadeiras de alunos
 entrando em uma escola.
 Numa praça observa garotos
 jogando futebol, fica pensativo.

Garoto vende amendoim na rodoviária,
 dentro de ônibus e na rua.
 Encontra outros meninos vendedores
 conversa um pouco na rua, e volta
 a circular oferecendo aos passantes.
 Vende todo o estoque de amendoim,
 conta o dinheiro, e faz compras

Garoto volta ao bairro
 e anda pelas ruas sorridente.
 Abre a porta de casa, e abraça a mãe.

5 - Vídeo documentario “Memórias do Bairro Saramandaia” ²³²



(Locução em off) No início da década de 1970 Saramandaia ainda era uma área de fazendas. Os primeiros moradores começaram a se instalar no local principalmente pela proximidade dos empregos que surgiram com a construção da avenida Paralela (concluída em 1974), da nova Rodoviária (inaugurada também em 1974) e do primeiro shopping center da cidade, o Iguatemi (inaugurado em 1975).



(Continua locução em off) A partir daí, a área de Saramandaia passou a ser uma ótima localização para moradia por estar próxima de pontos importantes de circulação da cidade.

²³² Disponível em <https://youtu.be/UIv9fvO8qo4>. Acesso em 30/11/2015.



(Erotildes de Jesus) E a gente descia, né ? Ia um bocado de gente, aquela confusão e a gente tudo ali ... nós pedindo justiça por justiça, e eu sei que todo mundo se manifestava, e melhorou !!!



(Armandio Nicolau) A reunião era lá no largo com luz de candeeiro, porque não tinha nada, não tinha luz. Era com luz de candeeiro lá no largo, viu ? Eu falava assim porque minha voz era alta, e a gente ia dois ou três ônibus cheios de pessoas para a Prefeitura, para a Câmara Municipal.



(Apresentadora de TV) O bairro de Saramandaia viveu um dia especial no sábado passado quando o prefeito Mário Kértész inaugurou a passarela que serve ao bairro e áreas vizinhas na avenida Antônio Carlos Magalhães.

(Repórter de TV) Esta é a quarta e a maior passarela construída pela Fábrica de Equipamentos Comunitários, a FAEC. Tem duzentos e setenta e cinco metros de comprimento e cinco metros e meio de altura. Construída em tempo recorde, apenas dois meses, esta passarela servirá a quinze mil pessoas de Saramandaia, Brotas, Novo Pernambuco, Cabula, além dos funcionários do Detran.



(Repórter de TV) Esta avenida, Antônio Carlos Magalhães, é de altíssima velocidade e por isso mesmo muito perigosa para os pedestres. Os moradores de Saramandaia já haviam reivindicado uma sinaleira, foram atendidos mas não deu muito resultado. É que alguns motoristas não costumam obedecer o sinal e somente de janeiro até hoje seis pessoas já foram atropeladas aqui, sendo que duas morreram e quatro ficaram inválidas. Agora com a nova passarela os pedestres podem atravessar a avenida sem medo, tranquilamente. A comunidade de Saramandaia respondeu à altura, promoveu no dia da inauguração sábado passado, uma procissão à luz de velas e em seguida uma missa em homenagem as vítimas que morreram atropeladas na avenida Antônio Carlos Magalhães. Essa passarela é uma reivindicação antiga dos moradores.



(Marisa - moradora) O que eu quero é que a comunidade fique 'conscientizada', use a passarela que foi para isso que se lutou, para que tivesse esse objetivo dessa passarela para seu povo. Agradecemos primeiramente a Deus que deu força para que a gente realizasse o nosso sonho, e também as autoridades que sem as autoridades também não temos nada.

(Armandio Nicolau) Eu me sinto bem em morar aqui pertinho de tudo, apesar que eu estou sabendo a vinte anos que essa rodoviária vai sair daí para lá para o aeroporto ou São Cristóvão. Se sair vai ficar difícil porque é muito longe.

(Eduardo Mendes) Futuramente, na situação de a gente saber, a Linha Viva vai também passar por Saramandaia, então é bom que todo morador esteja ciente do que futuramente vai fazer porque vai ser muito difícil lá na frente Saramandaia ficar onde está hoje. Porque nós esperamos que Saramandaia fique, porque o futuro de Saramandaia só depende de cada morador.

(Erotildes de Jesus) Eu tô assim meia confusa porque eu já tô sabendo que diz que tem muitas casas aqui de Saramandaia vão sair, com esse negócio do metrô ... eu já tô preocupada. Eu soube também que a rodoviária vai sair, o detran vai sair, eu já tô pensando como é que vai ser ? Como é que vai acontecer aqui. Pode até melhorar, viu ? Se todo mundo lutar e participar, porque tem muita reunião aí e muita gente nem vai, e podia ir, né ?



6 - Video de registro da “Oficina de Memórias” ²³³

Na época quando eu vim parar aqui eu era ainda criança. Eu era adolescente e meus pais trabalhavam nos Pernambués. Aí quando ficou sabendo que estava surgindo invasão, meu pai veio parar aqui. Só que a invasão não era totalmente aquela invasão, eram vendidas as terras. Quando eu cheguei aqui existia muitas plantações de aipim, era aipim no morro, era aipim nesse outro morro, isso aqui tudo era aipim. O largo, onde é chamado de Largo era lagoa pura, mato e água, águas e mais águas, Detran não existia e era só água também. E aí meu pai chegou aqui para comprar um pedaço de terra, e aí quem vendeu a ele disse: "Não, como o senhor não tem condições de comprar aqui na frente (porque era a pista), tem lá no alto". Aí vai meu pai e compra um pedaço de terra no alto, terras e mais terras. E aí meu pai começou a cavar com a gente, com minha mãe, para deixar no nível e construir a casa.

²³³ Disponível em <https://youtu.be/qinL5Nk8QPU>. Acesso em 30/11/2015.



Não tinha emprego e não tinha dinheiro para pagar casa, aí me indicaram aqui em Saramandaia. Eu trabalhava, quando era de noite, tinha conhecidos nas obras e eu falava, trazia caminhão de entulho e jogava que era lagoa para aterrar. De noite é que eu aterrava de noite com a lua, chegava do trabalho e ia aterrar os blocos... Diziam: "quem é que está fazendo uma casa aí? Quero ver quem é que vai aguentar fazer uma casa aí?" Magrinha que só eu.



Quando eu cheguei aqui para Saramandaia, eu lembro pequeno que era mato! Eu brincava de garrafão, esconde-esconde, chicotinho queimado, rolimã, fura pé... Então assim, a minha fase foi uma fase muito boa porque não é como a fase do outro, eu acho que aquele tempo do surgimento de Saramandaia, quando era o tempo do barro, que tinha boi, que tinha bicho... Eu lembro que quando eu acordava eu só ouvia o que? O canto do pássaro, os passarinhos.



Aqui era uma mata imensa, que era uma fazenda, e eu cheguei lá no fim da fazenda. Enfrentei cobra, sapo, todo bicho! Quando eu cheguei, cada buraqueira horróssima, a gente tapava, pegava a terra de um lugar e botava no outro para entupir, para andar porque a terra era cheia de buraco mais do que está agora. Foi uma luta muito grande mas conseguimos graças a Deus. Então hoje eu olho assim e melhorou bastante, podia estar até melhor, né? Mas infelizmente as autoridades 'parou' e a gente tem que ficar esperando o dia em que eles quiserem entender e fazer mais alguma coisa, não é?

7 - Registro da “Oficina Experiências e Planos de Bairro”²³⁴



A comunidade de Saramandaia deve tomar uma atitude, porém uma atitude dentro da ordem. Eu não vou voltar a falar, então vou falar o que é que eu acho. Bom, nós devemos eu penso como sugestão, devemos dar um abraço simbólico na nossa comunidade e chamar a imprensa, para chamar a eles a responsabilidade.

²³⁴ Disponível em <https://youtu.be/yUhrW-Zu1q8>. Acesso em 02/02/2016.



Não importa de que partido seja, eu acho que o vereador é eleito para trabalhar para a comunidade. Então hoje aqui a gente está falando sobre a defesa da comunidade. Agora veja só pessoal, eu acho um desrespeito do governo fazer um projeto desse e não comunicar as comunidades quando vai ter uma audiência pública, não botar um informativo informando a comunidade o que vai acontecer.



O Horto Bela Vista, o shopping Iguatemi, shopping 'fulano de tal' e só os empresários, porque quem manda na cidade hoje são os empresários, não é o prefeito nem é o governador. E se o pessoal não procurar aprender, procurar se tocar, acreditar que a Saramandaia... muitas pessoas estavam perguntado: "Leco a Saramandaia vai sair?" Eu falei: "Agora não." Mas se o Horto tomar um pedacinho lá, o sujeito tomar um pedacinho cá, a rodoviária recua para o lado de cá... a gente vai ficar como? Vai tirando, vai tirando, daqui a pouco o pessoal vai tomar Saramandaia. E se a gente não se mobilizar agora e esperar assinar... como foi falado nesse instante: "Da onde vai sair esse dinheiro?"



Agora quando a gente fechar a avenida, não é só para chamar a atenção, não. Tem uma situação, como eu já fui de lá eu sei qual é a situação, tem uma situação que tem que haver uma negociação. Quando começa aquela agonia que fecha já tem que ter uma equipe formada para negociar com eles o que a gente quer, e uma das coisas que a gente vai querer é que marque uma reunião pra dizer o que que a comunidade tá querendo na verdade, entendeu? Porque naquele momento de agonia de fechar a rua, chega a polícia naquela agonia toda, vem uma equipe para negociar. Na hora de negociar é que nós vamos dizer o que a gente quer.



Toda a população tem que estar viabilizada e consciente de reivindicar uma situação de direito, porque? Porque se nós não fazemos isso, mesmo que não goste de Abrão, que não goste de mim, que não goste de Luís, que não goste de Deja, tem que se juntar e a partir de hoje em diante gostar, porque se nós não ficarmos na

frente, Saramandaia... não é dizer que somos poderosos, é dizer que a gente tem uma situação mais rápida.



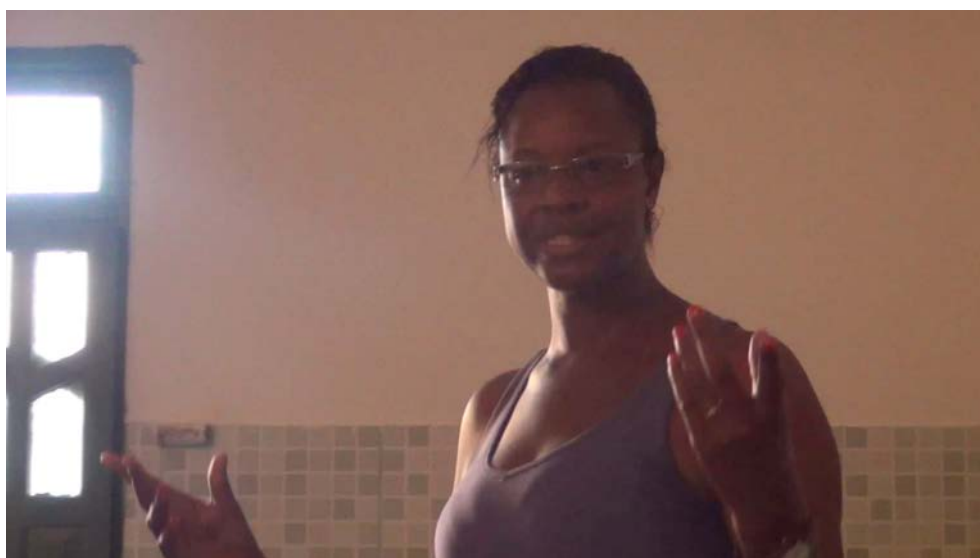
Tamos nessa luta aí e agora que temos que se unir mais ainda. Vamos se unir porque eu tenho aqui 32 anos morando em Saramandaia, a gente tanto lutou e não é agora que vai cruzar os braços.



A gente tem que ir pra cima com uma proposta já pra ir de encontro!



Nós não devemos agir para ser inimiga da sociedade, muito pelo contrário devemos agir para que ela esteja junto conosco, então um abraço simbólico é importante ou então fazer um protesto, pedir a vereador X, Y ou Z, ônibus para que possamos fazer um protesto na Câmara Municipal.



Pelo menos a comunidade aqui está se alertando para buscar o que é de direito dela. Eu creio e acho que cada um é uma liderança e cada um faz seu papel, e como Zé, como Sílvia falou se todo mundo unir nessa força acho que a gente vai crescer mais. O cordão de três dobras é bem mais difícil de ser quebrado dos que os de uma dobra, né?



E as lideranças, que se dizem liderança, precisa tomar posse disso, se responsabilizar sobre isso e ir a luta, e mobilizar esses moradores para que se chegue a um acordo comum e a comunidade realmente se levante e seja um projeto coletivo verdadeiramente.

8 - Vídeo produzido na oficina “E como fica nosso bairro?”²³⁵



Hoje nós estamos aqui, e nos reunimos para falarmos um pouco sobre a questão da Linha Viva, em oficinas, visualizando mapas, se interessando por todo o assunto. Então hoje estamos aqui para apontar quais são nossas perdas em relação a todo esse projeto.

Está tendo uma grande mudança após essas reuniões que a gente está tendo com a comunidade.



Os moradores se reuniram em grupos, apontando as suas necessidades e se preparando, se organizando, tentando entender o projeto. Nós estamos buscando para que realmente nós venhamos ser o menos possível atingidos.



A Saramandaia, antes do Horto Bela Vista existia ali, nós chamávamos ali de Planalto, o antigo Planalto onde nós fazíamos atividades esportivas. Fazia campeonato ali onde tem o Horto Bela Vista hoje, e a comunidade perdeu aquele espaço.

²³⁵ Disponível em <https://youtu.be/VPrDHqNCgIA>. Acesso em 30/11/2015.

Aqui no bairro a gente é carente de lazer, o único momento que a gente tem é um campo de futebol que está sendo retirado por causa dessa Linha Viva.



Se aqui tiver rocha vai ter detonações e as casas não vão aguentar.

Realocando pessoas que já tem vidas consolidadas aqui em Saramandaia por exemplo para outro lugar, como é que vai ser a reorganização da vida dessas pessoas?



Eu tenho pressão alta, tem duas semanas que eu não durmo direito pensando nisso, pensando...



O que é que a gente está querendo hoje? Buscar na comunidade melhorias, nós queremos um lazer. Nós queremos ter as praças, crianças para brincar.

A moradia é um princípio primordial para a reorganização das famílias, quando isso não acontece conseqüentemente tem questões de violência, tem questões de saúde pública.



Ainda que não venha a Linha Viva, eu quero que o bairro tenha melhora.

Como a gente sabe que outros lugares vão estar saindo, como a rodoviária, nós queremos estar expandindo.

Isso aqui é muito grande, é muito grande! Então isso aqui dá pra manter um posto de saúde 24 horas para a comunidade. Isso aqui dá pra fazer um campo de futebol, dá pra fazer uma quadra poliesportiva, dá pra fazer um centro comunitário, e temos condições também de criar uma creche para a comunidade que não tem.



A gente tem que pensar em transporte, tem que pensar em trabalho, tem que pensar em estudo.

Essa preocupação nossa de comunidade, de morador, é que nós desejamos que viemos ser respeitados.

Eu peço a Deus, se Deus existe isso aí não vai acontecer, desobrigar ninguém de nós!

Não quero Linha Viva, não quero sair daqui da Saramandaia.

Eu sou nascido aqui na Saramandaia, e jamais vou querer sair daqui.



Reivindicar nossos direitos que aqui é um bairro bem localizado, entendeu? Se a gente brigou antes quando o bairro começou, para ir para o Minha Casa Minha Vida lá em Simões Filho, em Areia Branca...

Hoje o bairro da Saramandaia é um bairro que dá acesso a tudo, dá acesso a Linha Verde, dá acesso a BR, para qualquer lugar você tem acesso! Então eu gosto, eu amo o meu bairro e eu quero viver aqui.



Eu não quero sair do meu bairro, construí minha casa com tanto sacrifício, moro aqui a mais de vinte e cinco anos.

Então a gente está pensando no povo, na população precisada, merecida, na nossa comunidade.

9 - Vídeo “Uma praça onde ?”²³⁶



A minha proposta para o ganho de uma praça aqui em Saramandaia (com o dinheiro que foi ganho pelo Bela Vista a proposta foi apresentar várias áreas), uma das áreas que eu acho interessante porque já tem uma quadra é o Detran, que a gente tem todos os argumentos para lutar e ganhar esse espaço.



O Detran também é um bom lugar, é um bom lugar também o Detran. Fica mais perto do transporte, o transporte fica pertinho, fica mais junto do transporte ainda.

Lá pra gente é muito longe, eu acho muito longe lá, para o uso das crianças daqui para ir ter um lazer lá.



Eu acho um lugar muito deserto e muito perigoso.

²³⁶ Disponível em <https://youtu.be/LMmUBLN0AoY>. Acesso em 30/11/2015.

A questão do Detran é porque lá vai demandar muito tempo, por ele está sendo ocupado, com carros e tal. E como o TAC tem um tempo de vencimento, o processo pode demorar.



Na sua opinião qual seria o melhor lugar para ter uma praça para vocês brincarem?
Na praça! Mas a praça em que lugar, a praça não tem ainda. Que lugar para construir essa praça? Na roda do Bole.



Eu acho aí na frente, no largo aí na frente é melhor, no Bole.

Aqui no Bole, no alto da mangueira ali tem um campo. Acho o melhor lugar ali.

Onde é que vc acha que pode ser o melhor para a praça? Aqui no Bole.

O terreno do Bole está na mão da iniciativa privada, e já foi dito que eles não vendem, só vendem para imobiliária.



Mas acho bom que a praça seja lá atrás da Cidade Mãe, que é muito importante.

Do lado da horta, porque do lado da horta tem muita criança lá. As crianças de lá tem muita criança pequena lá, e eles não vão poder vir de lá para cá, tá entendendo? Lá eu acho muito melhor porque tem muita criança do lado de lá, tem do outro lado, para todo o lado tem criança.

A horta já pode ser melhor.



Rapaz, o melhor lugar discutido mesmo é a horta mesmo. Porque os benefícios tratados... é o melhor local é esse aí mesmo. Mesmo que o Detran seja o lugar mais adequado, mas vai ser mais difícil para se lutar, então aí está mais fácil, e os benefícios vão ser para os próprios moradores.

Eu na minha opinião acharia melhor na horta, porque a gente ia pegar a maioria das pessoas daqui, dos moradores futuramente. E também o saneamento básico, já ia ajudar muito.

Qual é o melhor lugar para essa implantação da praça e da quadra?

Ali dentro da horta mesmo, no fundo da Cidade Mãe, ali é um lugar ótimo!

10 - Vídeo “Saramandaia Existe!”²³⁷



Este é um vídeo da vida real, de gente que luta para viver.



Este vídeo é pra mostrar nossa realidade do bairro de Saramandaia.



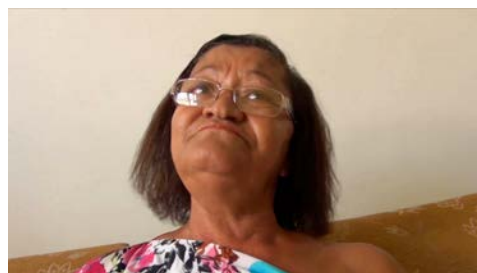
A primeira vez que passou a novela Saramandaia, eu nem sonhava vim morar aqui. Nós não ‘é’ novela, ‘é’ realidade.

Nós temos centenas e centenas de pessoas aqui dentro, é um bairro. Saramandaia é um bairro!



²³⁷ Disponível no Youtube em <https://youtu.be/d1EqxmlFPk> e no Vimeo em <https://vimeo.com/68380366>. Acesso em 30/11/2015.

No início da década de 1970, Saramandaia ainda era uma área de fazendas em Salvador, com a construção da Avenida Paralela, da nova rodoviária, e do Shopping Center Iguatemi, a área de Saramandaia passou a ser uma ótima localização para moradia por estar próximo de pontos importantes de circulação da cidade.

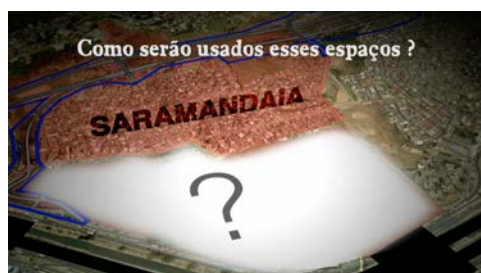


O Brasil vivia sob a censura imposta pelo o regime militar. E era exibida com grande sucesso popular, a novela *Saramandaia*.

E aí hoje todos estão morando aí, mas não foi mole também não. Foi de muita luta pra a gente chegar aqui. O nosso bairro se encontra espremido em visão das pessoas que querem esse bairro aqui pra fazer empreendimento.

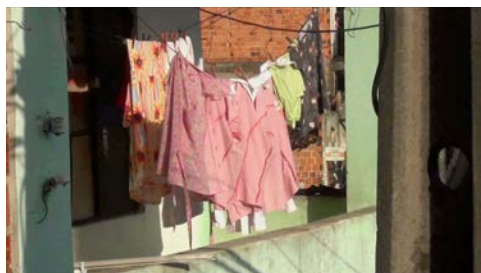


Agora nós estamos numa luta aí contra esse projeto Linha Viva que vai atingir muitas comunidade aqui em Saramandaia. Muitas famílias. Hoje o bairro da Saramandaia é um bairro que dá acesso a tudo, dá acesso a Linha Verde, dá acesso a BR, pra qualquer lugar, você tem acesso. Então, eu gosto, eu amo do meu bairro. E eu quero viver aqui!



Também tem a transferência da rodoviária que está pra acontecer. Hoje vem pessoas querendo tomar a nossa comunidade em refém pra construir prédios, pra construir vias, pra beneficiar eles, e não pra beneficiar da nossa comunidade de

Saramandaia. Porque no centro da cidade, ele acha que o pobre não pode ficar, só quem pode ficar é o rico.



Aqui no bairro a gente é carente de lazer, então o único momento que a gente tem um campo de futebol que tá sendo retirado por causa dessa Linha Viva. Saramandaia, hoje, não tem coleta de lixo, não tem saneamento, falta lazer. Muita gente apoia a nossa causa, mas precisamos mais de sua ajuda, gente.

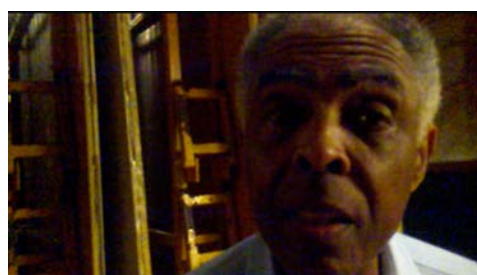


Compartilhe! Saramandaia não é uma novela. Saramandaia é realidade. Saramandaia Existe!

Não é novela, não viu?!? Saramandaia Existe! Saramandaia Existe!



Saramandaia Existe! Saramandaia Existe! Saramandaia Existe!



Saramandaia Existe! Saramandaia Existe! Saramandaia Resiste!

11 - Vídeo “Propostas de Mobilidade e Acessibilidade”²³⁸



A Universidade Federal da Bahia com os moradores e grupos organizados do bairro de Saramandaia apresentam o Plano de Bairro Saramandaia.



Propostas para Mobilidade e Acessibilidade no bairro. Quem vive em Saramandaia sabe como é bom morar perto de tudo: shoppings, bancos, super-mercados e rodoviária... Mas também sabe que os trajetos e acessos no bairro precisam melhorar muito.



Para tentar superar essa situação, muitos moradores juntos com uma turma de professores e alunos da Universidade Federal da Bahia criaram propostas técnicas para cobrar dos órgãos públicos, recursos para serem realizadas essas obras e as mudanças que o bairro precisa, no Plano de Bairro Saramandaia.

²³⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ulc4Xdkbiu4> . Acesso em 30/11/2015.

A primeira proposta para a mobilidade e acessibilidade é a melhoria das entradas e saídas do bairro. O antigo BECO DA MORTE precisa se transformar num acesso largo com circulação de automóveis.



As ruas ao lado do DETRAN e da RODOVIÁRIA precisam de requalificação do piso, assim como as ruas que ligam o bairro a Pernambuco. A segunda proposta é a volta do funcionamento do amarelinho com a utilização de micro-onibus ou vans, que realizem o percurso dentro do bairro até locais de integração com a cidade como a rodoviária, os shoppings Salvador e Bela Vista, além das estações do metrô.



Outra proposta do plano de bairro é a adequação das travessas, vielas, becos e escadas para maior facilidade de deslocamento tanto de pedestres quanto dos ciclistas. Alguns desses locais devem ter equipamentos como escada rolante, canaleta e estacionamento para bicicletas, rampas, plataforma elevatória e plano inclinado que ajudem moradores com problemas de locomoção.



Todas essas propostas podem ser realizadas por órgãos e fontes de financiamento público como: os ministérios das cidades e dos transportes, as

secretarias de infraestrutura e de desenvolvimento urbano do estado e do município, além de programas especiais de apoio a pessoas com dificuldade de locomoção.

12 - Vídeo “Propostas de Saneamento Ambiental”²³⁹



A Universidade Federal da Bahia com os moradores e grupos organizados do bairro de Saramandaia apresentam Plano de Bairro Saramandaia.

Propostas para Saneamento Ambiental no bairro.



Saramandaia apresenta graves problemas ambientais para seus moradores, como o acúmulo de lixo nas ruas, estrutura deficiente para escoamento das águas da chuva e dos esgotos, o que resulta em problemas como alagamentos, riscos de doenças e contaminação, e mesmo de deslizamentos de terra.



Para tentar superar essa situação, muitos moradores juntos com uma turma de professores e alunos da Universidade Federal da Bahia criaram propostas técnicas para negociar juntos aos órgãos públicos recursos para serem realizadas essas obras

²³⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yCZ33t3s9D0>. Acesso em 30/11/2015.

e as mudanças que o bairro precisa, como definido no Plano de Bairro Saramandaia. Esse é um direito dos moradores!



A proposta central do plano de bairro Saramandaia para a melhoria do saneamento ambiental no bairro é que seja realizado um conjunto de ações articuladas entre si que chamamos Saneamento Integrado.



A partir das oficinas realizadas com os moradores e da observação de campo, verificou-se a necessidade de recuperação das bocas de lobo, instalação de pisos drenantes e recomposição de escadas, com rede de drenagem, esgoto e água.

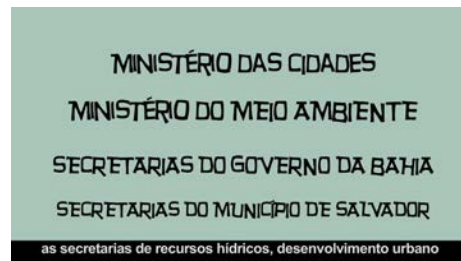


A segunda proposta é a construção de uma nova rede de drenagem subterrânea na Rua Eliana Kertész. Outra proposta do plano de bairro é o tratamento de córregos, canais, poços e drenagem na área das hortas.



Foi elaborado um plano de limpeza urbana com coleta de lixo porta a porta realizada por agentes coletores, e com proposição de alternativas de equipamentos de coleta como lixeiras de superfície e subterrâneas.

É importante também que programas de educação ambiental sejam implantados nas escolas do bairro, reunindo estudantes e moradores!



Todas essas propostas podem ser realizadas por órgãos e fontes de financiamento público como os ministérios: das Cidades, Meio ambiente; as secretarias de: Recursos Hídricos, Desenvolvimento Urbano e Sanemamento do estado e do município, além da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA).

13 - Vídeo “Propostas para Equipamentos Públicos no Bairro”²⁴⁰



A Universidade Federal da Bahia com os moradores e grupos organizados do bairro de Saramandaia apresentam Plano de Bairro Saramandaia. Propostas para equipamentos públicos no bairro.



Assim como tantos bairros de Salvador, Saramandaia quase não dispõe de espaços públicos voltados para atividades de esporte e lazer, além do número insuficiente de outros equipamentos, como por exemplo aqueles para atendimento das necessidades de saúde e educação dos moradores.



Para tentar superar essa situação, muitos moradores juntos com uma turma de professores e alunos da Universidade Federal da Bahia criaram propostas técnicas para negociar juntos aos órgãos públicos recursos para serem qualificados e construídos esses espaços e equipamentos que o bairro precisa, como definido no Plano de Bairro Saramandaia. Esse é um direito dos moradores!

²⁴⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=w5yyf0YICpM>. Acesso em 30/11/2015.



As propostas dos moradores contemplam as melhorias da praça do largo e também do largo do Bole Bole, a melhoria dos campos da liga de futebol e do Bole Bole, e também a qualificação dos micro espaços públicos já existentes no bairro.



Na área correspondente a quadra do DETRAN e imediações propõem-se equipamentos para a comunidade como Escola, Biblioteca, Creche, Sede da RAS (Rede de Associações de Saramandaia), além de um Centro de Arte e Tecnologia que deve servir a jovens de toda a cidade.



A Praça do Horto e a quadra poliesportiva são uma conquista da comunidade junto ao Ministério Público Estadual. Indicados pelos moradores na oficina do plano de bairro em Saramandaia de abril de 2013, esse equipamento será executado pelos empreendedores do Horto Bela Vista, responsáveis pelos impactos ambientais e de vizinhança no bairro.



As propostas dos moradores para este espaço público contemplam a recuperação e ampliação do espaço verde; a construção de quadra poliesportiva, de equipamentos de ginástica e de recreação; a implantação de ciclovia conectando a horta à demais localidades do bairro com acesso à Cidade Mãe e; a recomposição de vias e escadas que dão acesso à horta.



Todas essas propostas podem ser realizadas por órgãos e fontes de financiamento público como: os ministérios das cidades e meio ambiente, as secretarias de esporte, desenvolvimento urbano e meio ambiente do governo do estado e as secretarias de esporte e de urbanismo do município.

14 - Vídeo “Propostas para Habitação”



A Universidade Federal da Bahia com os moradores e grupos organizados do bairro de Saramandaia apresentam Plano de Bairro Saramandaia. Propostas para habitação no bairro.



Como grande parte da capital baiana, Saramandaia sofre com a falta de espaços para habitação adequada e com muita gente morando em pequenos espaços. Além disso pessoas com dificuldade de locomoção moram em locais inadequados para sua acessibilidade e mobilidade, muitas famílias moram em locais sujeitos a riscos, e também faltam espaços para implantação de equipamentos públicos como escolas, creches, ampliação do posto de saúde, biblioteca e espaços de cultura e lazer essenciais para o desenvolvimento humano.

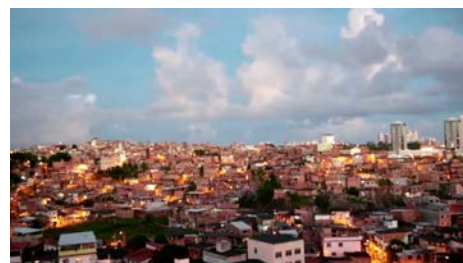


Para tentar superar essa situação, muitos moradores juntos com uma turma de professores e alunos da Universidade Federal da Bahia criaram propostas técnicas para negociar juntos aos órgãos públicos recursos para serem criadas novas áreas para habitação adequada e equipamentos públicos necessários, como definido no Plano de Bairro Saramandaia. Esse é um direito dos moradores!



Enquanto falta espaço em Saramandaia para as necessidades básicas da população, o terreno público estadual ocupado pelo DETRAN e Rodoviária tem uma grande área subutilizada. É nessa área pública, que não cumpre a função social da propriedade, onde os moradores de Saramandaia propõem Novas Habitações e Equipamentos Públicos.

Outra questão é que a faixa de servidão da Linha de Distribuição de Alta Tensão da CHESF é estabelecida entre 100 e 120 metros de largura. O que se propõe é uma faixa compactada desta Linha de Alta Tensão, substituindo as torres por alternativas de design moderno que diminuam em até 50% a área da faixa de servidão.



Além dos riscos de quem mora debaixo da linha de alta tensão, outras pessoas também moram em situações de risco, ou tem dificuldade de locomoção e moram em locais inadequados.



Através da mobilização dos moradores, devem ser conquistadas as áreas publicas subutilizadas do Detran e da Rodoviária para construção de habitação social e equipamentos públicos, assim como foram conquistados os projetos Vila Perseverança, no bairro de Pernambués, ou a Vila Solidária Mar Azul, no bairro de Paripe.



MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO DO GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Todas essas propostas podem ser realizadas por órgãos e fontes de financiamento público como: o Ministério das Cidades, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado e as Secretarias de Urbanismo e de Habitação do Município.